HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

MARIA THETIS NUNES

A autora nos mostra, ao longo de seu estudo, dois pontos fundamentais para se pensar na situação da Educação em Sergipe e no Brasil, desde os primórdios da Colônia até 1930, além do centralismo ou fundamentalmente por causa dele: os baixos níveis salariais do professor e a sua má formação. Embora separados para que neles melhor se possa pensar, é inquestionável que são dois elementos de uma mesma problemática. A constatação básica é de que o quadro de professores é formado por leigos e mal recompensado pelo poder público. Embora houvesse tentativa de se melhorar as condições da região, como se verifica por exemplo como o de tentar "o envio de professores da Corte para habilitarem os professores daqui", o que prevaleceu sempre foi a visão das autoridades centrais que favorecia o preenchimento das vagas de professores inabilitados ou a improvisação.

As inquietações levantadas pelo trabalho de Thetis Nunes trazem, através da farta documentação, dados importantes para se estudar a História da Educação no Brasil. A obra de Maria Thetis Nunes constitui-se em nova fonte para discussão necessária da problemática da Escola no Brasil e de seus componentes essenciais: o professor, o aluno, a comunidade, transformando-os em algo vivo e atuante.

José Sebastião Witter

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

ros volumes desta Coleção:

bre Educação – vols. I e II
ulo Freire e Sérgio Guimarães

m Amar uma Criança
nusz Korczak

Paixão de Conhecer o Mundo
adalena Freire

ção Cultural Para a Liberdade
ulo Freire

Universidade Necessária
arcy Ribeiro

edagogia do Oprimido
aulo Freire

Educação Contra a Educação
Moacir Gadotti

omunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire
Venício Artur de Lima

Comunicação Dominada
Elisabeth Fox de Cardona e
Luís Ramiro Beltrán

Teoria da Cultura de Massas
Luís Costa Lima

Extensão ou Comunicação
Paulo Freire

A Informação na Nova Ordem Internacional
Fernando Reys Matta (org.)

Educação Rural no 3º Mundo
Jorge Werthein e
Juan Dias Bordenave

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Coleção EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Vol. 13

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nunes, Maria Thetis.
N926h História da educação em Sergipe / Maria Thetis Nunes ; prefácio de José Sebastião Witter . Rio de Janeiro : Paz e Terra ; Aracaju : Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe : Universidade Federal de Sergipe, 1984.
(Coleção Educação e comunicação ; v. 13)

Anexos.
Bibliografia.

1. Educação - Brasil - Sergipe - História 2. Sociologia educacional - Brasil I. Título II. Série

CDD - 370.9814
370.190981
CDU - 37(814.1) (091)
37.015.4 (81)

84-0316

MARIA THETIS NUNES

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Paz e Terra

Governo do Estado de Sergipe

Universidade Federal de Sergipe

Capa: Eduardo J. Rodrigues
Lúcio Gomes Machado

Direitos adquiridos pela:
EDITORA PAZ E TERRA S/A
R. São José, 90 - 18º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 221-3996
R. Carijós, 128
Lapa - São Paulo - SP
Tel.: 263-9539

1984

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

À memória dos Professores

IZABEL ESTEVES DE FREITAS, que, numa modesta escola primária de Itabaiana, me despertou a vocação para o magistério.
ARTHUR FORTES, que, no Ateneu Sergipense, me transmitiu o entusiasmo pela História.
FREDERICO EDELWEISS, com quem aprendi, na Faculdade de Filosofia da Bahia, a importância da pesquisa.
ALBERTO GUERREIRO RAMOS, a quem devo ter compreendido, em suas aulas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o valor da Dialética.

Para meus amigos,

os companheiros dos caminhos da vida

os perdidos nos subterrâneos da morte.

Obras da Autora:

Os árabes: sua contribuição à civilização ocidental, Aracaju, 1945
Ensino Secundário e Sociedade Brasileira, MEC, 1962
Sergipe no processo da Independência do Brasil, UFS, 1973
Sílvio Romero e Manuel Bonfim: pioneiros de uma ideologia nacional UFS, 1976.
Ocupação territorial da Vila Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores. Separata dos Anais do VIII Simpósio dos Professores Universitários de História, São Paulo, 1976
História de Sergipe a partir de 1820, Editora Cátedra, - MEC, 1978
Geografia Antropologia e História em José Américo, Fundação Casa José Américo, João Pessoa, 1982. (Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes, José Octávio Melo)
A Política Educacional de Pombal e sua repercussão no Brasil-Colônia, Separata dos Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), São Paulo, 1983.

ÍNDICE

ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa
APN – Arquivo Público Nacional
BN – Biblioteca Nacional
APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe
APB – Arquivo Público da Bahia
RIHGS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
RIGHB – Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Observação: São da autora os grifos que aparecem no texto, na bibliografia e nos anexos.

PREFÁCIO

Historiadora consagrada, com inúmeros estudos publicados em revistas especializadas e em livros de grande aceitação, não usarei este prefácio para enaltecer a figura de Maria Thetis Nunes. É ela por demais conhecida para que se queira, nesta hora, apresentá-la e apresentar sua obra. Aproveitarei, sim, o honroso convite para atuar como prefaciador e tentar evidenciar algumas questões que julgo de extrema importância no campo de nossa vida educacional, abordadas pela autora. Considero a falta de atenção para com a Educação, neste País, a responsável maior pela situação geral em que vive o Brasil, mormente nos últimos dois qüinqüênios de nossa História.

A Educação brasileira, historicamente, tem sido descurada pelo poder público e o livro de Maria Thetis Nunes, ao analisar o que se passou na vida sergipana, traz à luz uma infinidade de dados que mostram como eram tratados os problemas educacionais desde os primórdios da Colônia até o final da chamada República Velha, em 1930. Lamento que ela tenha feito o corte de sua obra quando se iniciou o governo de Vargas, pois me parece extremamente desafiador o período que se inicia então com o brado do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", apresentado ao povo e ao governo, publicado em 1932. Com a advertência dos educadores que o assinaram, alertando para que a nova educação deveria ser "uma reação categórica intencional, e sistemática contra a estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada por uma concepção vencida", Thetis Nunes interrompe o seu trabalho, pois não posso aceitar que o encerre. A questão que fica deve estar desafiando seu espírito inquieto e a sua capacidade de pesquisadora para trazer novos elementos para a compreensão da História da Educação em Sergipe e, através deste estudo, se poder melhor compreender a própria trajetória da nação, com suas diferenças regionais, com seus estágios diferentes de evolução e suas contradições internas, cujo entendimento permitirá melhor enfrentar o desafio que aí está diante de todos, qual seja o de efetivamente reformular o con-

ceito de escola, melhor dotando-a de recursos materiais e humanos, mas, principalmente, democratizando-a de fato.

Em 1959, Paulo Freire[1] já discutia esta questão quando afirmou:

"Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com os seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de seu contexto: a da intimidade com eles, a da pesquisa, em vez da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações das suas condições mesmas de vida."

Hoje, 1983, ainda nos defrontamos com os mesmos problemas, pois os nossos currículos escolares e os nossos programas de curso não se reformulam com a freqüência desejada e não atendem aos interessados: os alunos e a comunidade. Estou, neste caso, pensando nos cursos de nível superior, uma vez que nele agora estou incorporado, mas não deixo de acompanhar a vida educacional e, através de trabalhos publicados e de notícias veiculadas pela imprensa, pode-se sentir que o caos está instalado e não se tem propostas concretas de mudança em nenhum dos setores da Educação brasileira.

Agora, como antes, vê-se o quanto o centralismo de nossa vida administrativa impede que a escola possa resolver os seus problemas regionais e locais, partindo do anseio de sua própria comunidade. Thetis Nunes ilustra bem esta questão quando se reporta à criação das Escolas Normais, em Sergipe, por decreto de 20 de março de 1838, o qual determinava que "não achando o Governo 'pessoa apta para o Magistério' da Escola Normal, era contratado o Pe. Antonio de Bastos para, mediante uma gratificação de 600$000 anuais ir ao Rio de Janeiro 'aprender o ensino normal', a fim de estabelecê-lo em Sergipe no prazo de dois anos." Certifica, em seguida, com suas pesquisas, plenas de documentos, que a missão fracassa e a Escola Normal não se instala. "Fica no papel", como acentua. Esta prática, da busca de conhecimentos nas regiões mais avançadas do País ou nos centros europeus, ainda vigente nos dias atuais, embora teoricamente desejável, não tem contribuído para uma melhoria acentuada do ensino e da pesquisa na região de origem do subvencionado, mas sim permitido aos escolhidos uma melhoria de seus padrões culturais e a fixação em outras regiões pelas condições mais favoráveis encontradas nos centros de aperfeiçoamento. À falta de concretização dos objetivos propostos, desde o Pe. Antonio de Bastos até os jovens universitários de hoje, o fenômeno se repete e o resultado não se sente.

1. Freire, Paulo & Guimarães, Sérgio – *Sobre Educação:* Diálogos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 37. vol. 1.

A atração do centro e o centralismo dos governos, desde a Colônia até hoje, esquecendo-se do papel dos interesses locais, são muito bem discutidos por Paulo Freire, em sua tese de livre-docência, no trecho em que diz:

"Discutamos inicialmente a revisão de nosso agir educativo partindo de nossa escola primária. O seu grande óbice, talvez o maior mesmo, se encontra no centralismo asfixiante de nossa política administrativa, tão combatida pelo professor Anísio Teixeira. Centralismo que, segundo já acentuamos na introdução, e, sobretudo, no primeiro capítulo deste estudo, é uma das manifestações de nossa inexperiência democrática. Daí a sua preservação, em que pesem as críticas que lhe são feitas, em que pesem as sugestões no sentido de sua superação. Tenhamos, pois, brada Anísio Teixeira, 'o elementar bom senso de confiar no País e nos brasileiros, entregando-lhes a direção de seus negócios e, sobretudo, da sua mais cara instituição, a escola, cuja administração e cujo programa devem ser de responsabilidade local, assistida e aconselhada tecnicamente pelos quadros estaduais e federais.'"[2]

Entretanto, a própria história de Thetis Nunes acaba por nos dar exemplos sobre exemplos das decisões do centro que devem atingir as diversas regiões de Sergipe, desde a sua capital, primeiro São Cristóvão, depois Aracaju, até o agreste sertão, impondo-se um padrão incompatível com a realidade local. A pesquisa exaustiva nos aponta uma quantidade enorme de decretos, resoluções, regimentos, desde aqueles emanados da metrópole até os formulados no final do período estudado. Tomemos deste último período um exemplo significativo. Diz a autora: "Em 1929, prestaram exames parcelados os últimos alunos matriculados antes da reforma Rocha Vaz. Eram 7 em grego, 6 em inglês, etc..." Em seguida, comenta: "Sobre este quadro educacional irá incidir a nova política nacional formulada com a instalação do Governo Provisório". E completa: "Ao reformar o ensino secundário e superior pelo Decreto nº 19.851..."

A reforma Rocha Vaz, feita em 1925, durante o governo Artur Bernardes, apesar de medidas consideradas "avançadas e satisfatórias" pela autora deste estudo, trazia no seu bojo a orientação para que o Ateneu de Sergipe se guiasse pelas normas do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, transplantando valores e regras não apropriados para a realidade sergipana. Mas não se trata aqui tão-somente de discutir estas questões da inviabilidade do centralismo administrativo na vida educacional, mas principalmente de se observar que, em certo es-

2. Freire, Paulo & Guimarães, Sérgio – op. cit., p. 39.

paço de tempo, muitas foram as modificações introduzidas no sistema educacional brasileiro e nenhuma delas, no entanto, partidas da comunidade local para análise e medidas correspondentes do poder central. Isto certamente contribuiu decisivamente para que os órgãos decisórios da Metrópole, enquanto o Brasil era colônia de Portugal, da Corte, enquanto a monarquia vigiu, e da presidência da República, tomassem medidas incompatíveis com as necessidades locais, acentuando toda sorte de problemas até hoje não resolvidos quanto à escola brasileira.

A autora nos mostra, ao longo de seu estudo, dois pontos fundamentais para se pensar na situação da Educação no Brasil, desde os primórdios da Colônia até 1930, além do centralismo ou fundamentalmente por causa dele: os baixos níveis salariais do professor e a sua má formação. Embora separados para que neles melhor se possa pensar, é inquestionável que são dois elementos de uma mesma problemática. Desde os quadros de vencimentos que estampam às pág. 29 e 30, para o ano de 1798, até os princípios dos anos trinta, a constatação básica é de que o quadro de professores é formado por leigos e mal recompensado pelo poder público. Embora houvesse tentativa de se melhorar as condições da região, como se verifica por exemplos como o de tentar "o envio de professores da Corte para habilitarem os professores daqui", o que prevaleceu sempre foi a visão das autoridades centrais que favoreciam a improvisação, como salienta Thetis Nunes em seu trabalho. Um dos dados a exemplificar é a fala do Presidente Anselmo Peretti (1843), que mostrou continuar o ensino primário entregue a leigos, em todo Sergipe, que são providos "por escandalosos valimentos", decorrente do "patronato", que admitia "inábeis mestres".

As inquietações levantadas pelo trabalho de Thetis Nunes trazem, através da farta documentação, dados importantes para se estudar a História da Educação no Brasil. A obra de Maria Thetis Nunes constitui-se em nova fonte para discussão necessária da problemática da Escola no Brasil e de seus componentes essenciais: o professor, o aluno, a comunidade, transformando-os em algo vivo e atuante como salienta Paulo Freire[3]: "*Eu criticava aqui, já em 1959, exatamente essa transferência de um saber inerte, em lugar de uma convocação ao estudante para, atuando, pensar e, atuando e pensando, conhecer, incorporar, criar, produzir o seu conhecimento*".

São Paulo, junho de 1983

José Sebastião Witter

3. Freire, Paulo & Guimarães, Sérgio - op. cit., p. 37.

INTRODUÇÃO

A idéia de escrever este livro me ocorreu quando em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino, ao fazer o levantamento das fontes primárias da História de Sergipe, encontrei um documento, datado de 1684, no qual os moradores da Capitania pediam ao Rei recursos para o funcionamento de um Colégio da Companhia de Jesus "cuja assistência é sumariamente necessária tanto para o bem dos alunos que vivem mergulhados na vasta circunferência e interior desta Capitania como dos nossos filhos que inda que afastados da Real Sombra de Vossa Majestade somos seus humildes vassalos e temos dispendido o sangue com uma lealdade digna de merecimento". Outros documentos que, posteriormente, pesquisei nos arquivos do Rio de Janeiro, de Sergipe e da Bahia me animaram a tornar realidade o plano arquitetado em Portugal.

Entendo a educação como um fato social e, assim, ligada à estrutura sócio-econômica vigente, o que, porém, não impede que com ela entre em confronto e a possa superar no decorrer do processo histórico. Não a encaro como um dado preestabelecido, mas variando segundo as condições sócio-político-econômicas vividas por um povo no decorrer de sua evolução.

A vida educacional brasileira sempre foi marcada pela transplantação de fórmulas alienígenas. Desde os começos da colonização lusa, a educação aqui introduzida foi uma réplica de sistemas vigorantes em países que viviam em estágio de desenvolvimento diferente do nosso. Daí a alienação que a estigmatizou e que se prolonga até os dias atuais, a partir do esquema trazido pelos inacianos, o qual, embora cosmopolita, correspondia, porém, como bem o definiu Hubert em sua *História da Pedagogia*, exatamente "à necessidade de uma época que, com o enriquecimento da burguesia, via modificar-se profundamente a estrutura da sociedade". Ao atingir a independência política, o Brasil, culturalmente, passou a gravitar em torno da França, copiando o sistema educacional que a Revolução Francesa delineara, e o império

napoleônico consolidara, e que respondia às aspirações da burguesia triunfante naquele país. Finalmente, após a 2ª Guerra Mundial, sofremos o impacto do pragmatismo que invadira todos os setores da sociedade dos Estados Unidos, expressão que era da vitória do capitalismo e da tecnologia da Grande Revolução Industrial que, nesse país, chegara às culminâncias.

A História da Educação do Brasil é a História de sucessivas reformas fracassadas, inspiradas em concepções dissociadas de nossa realidade. Nunca foram considerados no decorrer do processo educacional brasileiro os aspectos ressaltados por Jaeger na *Paideia*: "La educación participa en la vida y el crecimiento de la sociedad, asi en su destino exterior como en su estructuración interna y en su desarollo espiritual. Y puesto que el desarollo social depende de la conciencia de los valores que rigem la vida humana, la historia de la educación se halla esencialmente condicionada por el cambio de los valores validos para cada sociedad. A la estabilidad de las normas validas corresponde la solidez de los fundamentos de la educación. De la disolución y la destrucción de las normas resulta la debilidad, la falta de seguridad y aun la imposibilidad absoluta de toda acción educadora. Esto ocurre quando la tradición es violentamente destruida o sufre una íntima decadencia".

Como se torna impossível estudar a História de Sergipe dissociada da História do Brasil, assim, no terreno educacional, há estreita correlação entre o que ocorria no plano nacional e que sucedia na vida sergipana. Atendia-se às exigências da classe dominante, a quem interessava apenas assegurar o ingresso dos filhos nas escolas de nível superior, de onde saíam para ocupar os cargos chaves da administração, as cadeiras do legislativo e os postos do poder judiciário. Daí, o desinteresse e o desestímulo que sempre cercaram as tentativas de implantação do ensino popular e profissionalizante.

As inovações educacionais tentadas por alguns presidentes fracassaram em Sergipe ante a pressão do meio. Um exemplo é o que ocorreu com o Presidente Herculano Inglês de Souza, romancista e jurista de projeção nacional, que teve de enfrentar campanha acirrada quando, em 1881, tentou ir de encontro à tradição e aos preconceitos sociais vigentes com a reforma educacional promulgada.

Apesar do idealismo dos que implantaram no primeiro momento a República em Sergipe, o sistema educacional não se modificou, continuando a atender aos interesses da burguesia latifúndio-mercantilista, que seguiu manipulando o poder porque o 15 de novembro não alterara sua estrutura sócio-econômica como não modificara a do Brasil. Somente quando, a partir da segunda década do nosso século, com o ingresso de Sergipe no pré-capitalismo deflagrando

exigências que passam a pressionar o setor educacional, voltam-se os poderes públicos para o ensino popular e profissional, visando a atender à demanda da mão-de-obra qualificada que as transformações econômicas necessitam.

Objetivei sempre situar a educação em Sergipe no quadro da realidade social da época. Assim, creio, poder-se-ão entender os problemas que, ainda hoje, continuam a desafiar os dirigentes do Estado.

Registro, aqui, meus agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste livro. Aos anônimos funcionários do Arquivo Ultramarino e da Biblioteca Nacional de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, do Arquivo Público Nacional e da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público e da Biblioteca Pública de Sergipe, que, solicitamente, sempre me atenderam. Aos alunos estagiários do curso de História da Universidade Federal de Sergipe, Maria da Conceição Barreto Alves e Edênia do Amaral Costa, pela valiosa colaboração prestada no levantamento de documentos nos arquivos sergipanos. Ao professor Pedro dos Santos, que muito cooperou datilografando, com interesse e cuidado, o texto original.

Destaco a participação do professor João Américo de Andrade, autor dos gráficos estatísticos indispensáveis ao entendimento de determinadas facetas da evolução educacional sergipana; do universitário João Augusto Nunes de Andrade, responsável pelos cálculos percentuais; e da professora Ofenísia Soares Freire na revisão gramatical destas páginas em que tento interpretar o desenrolar da educação em Sergipe.

Ressalto, finalmente, a atuação do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe, professor Gilson Cajueiro de Holanda, e do Secretário de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, economista Martinho de Oliveira Bravo, que tornou possível a publicação deste livro.

I.

OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Com o Alvará de 28 de junho de 1759 de D. José I, sob a influência de seu famoso e discutido Ministro, o Marquês de Pombal, encerrava-se o monopólio que os discípulos de Inácio de Loiola, por mais de dois séculos, exerceram na educação de Portugal e suas colônias de além-mar. Drasticamente, extinguiam-se "todas as Classes, e Escolas, que com tão perniciosos e funestos efeitos lhes foram confiados os opostos fins da instrução, e da edificação dos fiéis Vassalos: Abulindo até a memória das mesmas Classes, e Escolas como se nunca houvessem existido nos meus Reinos, e Domínios, onde têm causado tão enormes Lesões, e tão graves escândalos"[1].

Representava esse Alvará uma síntese das idéias iluministas de Pombal, não um Iluminismo revolucionário, anti-religioso, anti-histórico, mas reformista, humanista, em que se procurava laicizar a estrutura da sociedade portuguesa, mantendo, porém, a religião. Estava, assim, enquadrado entre outras reformas, por ele realizadas, numa tentativa de fazer que Portugal vivesse um momento de progresso que outras nações européias viviam, retirando-o da estagnação e do obscurantismo em que se encontrava. Rui Barbosa definiu o que significou Pombal para o seu país ao escrever: "O Portugal servo das especulações britânicas, o Portugal monástico, dissoluto e sangrento dos Odivelas, da Inquisição e dos Jesuítas estava demandando aquele homem assim: a revolução, por assim dizer, encarnada, com os seus ângulos violentos e as suas grandezas deslumbrantes"[2].

1. Alvará de 26 de junho de 1759, que assim se iniciava: "Eu El-Rey faço saber aos que este Alvará virem que *tendo consideração a que da cultura das ciências depende a felicidade das monarquias*, observando se por meyo dellas a Religiam, e a Justiça na sua pureza, e eigualdade ..." In Antonio Ferrão: *Pombal e as Reformas dos Estudos Menores*, págs. 68 a 71. Lisboa, 1915.
2. Barbosa, Rui: *Centenário do Marquês de Pombal*, págs. 195 a 196. Obras Completas, volume IX, tomo II.

Pela primeira vez, na Europa, o Estado avocava a si a responsabilidade da educação secundária, ao organizar um sistema centralizado tendo à frente o Diretor de Estudos, cargo então criado. Tinha esta autoridade a atribuição de pôr em prática as determinações do Alvará, e lhe estavam subordinados todos os professores. De sua aprovação dependia poder alguém lecionar fora das Aulas Régias, após o exame das qualidades morais e intelectuais do candidato. Em 1772, pelo Alvará de 6 de novembro, também assumia o Estado português o controle do ensino elementar.

Nessa ocasião, para atender às despesas necessárias ao sistema educacional criado, foi estabelecido o *Subsídio Literário*, que era a cobrança de uma taxa sobre determinados produtos.[3]

Através de instruções conseqüentes do Alvará, ficavam banidos das salas de aula os livros utilizados pelos jesuítas em seus colégios, determinando-se, inclusive, que todo aquele que os usasse em sua escola seria "preso para ser castigado ao meu real arbítrio, e não poderá mais abrir classe neste reino e seus domínios".

Os livros que, a partir de então fossem adotados, deveriam tornar fácil o ensino do latim para que despertassem nos alunos "um vivo desejo de passarem às ciências maiores". Para os alunos seriam as *Gramáticas* do Padre Antonio Pereira de Figueiredo e de Antonio Félix Mendes, e para os professores a *Minerva seu de Causis linguae latinae* de Francisco Sanches.

É visível, na Reforma Pombalina, a influência das idéias de Verney expostas no *Verdadeiro Método de Estudar*, livro publicado em 1745, onde era apresentada, com tintas fortes, a atrasada realidade educacional portuguesa. Compunha-se de 16 cartas escritas por um suposto *frade Barbadinho*, e endereçadas a um Reverendo de bom juízo, diretor de Universidade, e traçava novos rumos para a educação lusa, dentro das idéias iluministas.

No Brasil, a Reforma de Pombal, como bem acentua um estudioso contemporâneo, "inicia-se com dois passos distintos que apenas são convergentes, na medida em que ambos se dirigem intencionalmente a eliminar os jesuítas e, quanto possível, a curto prazo, os Religiosos em geral, substituindo a sua ação educativa por nova dinâmica racionalis-

3. Constava de taxa de um real em cada canada de vinho, 4 réis sobre a de aguardente, 160 réis sobre cada pipa de vinagre, cobrados no Reino, Açores e Madeira; 1 real em cada arratel de carne que se cortasse nos açougues, e 10 réis sobre a canada das aguardentes, cobrado na América e na África; na Ásia o imposto só recaía neste último produto.

ta, que ainda respeita a hierarquia clerical, mas subordinada ao Estado".[4]

O desmoronamento educacional trazido por essa Reforma, ao laicizar a estrutura do ensino no mundo português, deixaria profundas conseqüências na evolução cultural brasileira. Rompera-se a unidade do ensino humanístico dos jesuítas com a penetração de novas matérias que a Revolução Iluminista do século XVIII tornara indispensável. Ao lado da escola religiosa, vai surgir a escola leiga, de responsabilidade do Estado, marcando a dualidade de tendências do ensino brasileiro que vem até os nossos dias.

Para a Capitania de Sergipe del Rei não ocasionaria, porém, maiores conseqüências a expulsão dos inacianos. Naquela época, sua população atingia pouco mais de 30 mil habitantes[5], espalhados pela Capital, a cidade de São Cristóvão, fundada nos idos de 1590, e nas quatro vilas existentes: Santo Amaro das Brotas, N. Sra. da Piedade do Lagarto, Sta. Luzia do Rio Real e Sto. Antônio e Almas de Itabaiana. Aí vivia uma sociedade turbulenta, onde dominava a prepotência dos senhores de terra, que se defrontava com o autoritarismo dos Capitães-mores, estes a chocarem-se, freqüentemente, com os Ouvidores que chegaram em decorrência da criação da Comarca de Sergipe em 1696.

Predominantemente rural, essa população buscava, nos meados do século XVIII, na pecuária, a principal atividade econômica.[6] Mas a cana-de-açúcar entrava em desenvolvimento, pois em 1724, no depoimento de Rocha Pitta na "História da América Portuguesa", existiam apenas 25 engenhos, que em 1796 já chegavam a 140,[7] enquanto 260 eram registrados no Recôncavo da Bahia. Estendiam-se, principalmente, pelos vales dos rios Sergipe-Cotinguiba, Real e Vasa-Barris.

4. Andrade, Antonio Alberto Banha de: *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, pág. 4. Editora da Universidade de São Paulo, Edição Saraiva, 1978.
5. Esse número é deduzido dos "Mapas de todas as Freguezias que pertencem ao Arcebispado da Baia e sujeitos seos habitantes ao governo da mesma cidade da Bahia", de 13 de janeiro de 1775. AHU – Bahia, documento nº 8.750.
6. "Esta Capit, a de Sergipe de El Rey q̃u comprende todo o certão debaixo, abrasa sete Freg com os fogos e almas q̃u vẽm. Os q̃uabitão no interior do Continente, se ocupão na Creasão do todo o geñu de gados:eos q̃u abitão proximos a Marinha e margens dos Rios se empregão na culta de *mandiocas, e todo o geñu de Legumes com q̃u fornecem esta Cidade, q̃u sem elas não pode subsistir*; e tambem na fabrica de alguns engenhos"

Mapa de todas as Freguesias, que pretencem ao Arcebispado da Baia, e sujeitos os seos abitantes no Temporal ao Governo da mesma cidade". 13 de janeiro de 1775. AHU – Bahia, documento nº 8750.
7. Vilhena, Luís dos Santos: *Recopilações Seteropolitanas e Brasílicas*. Ano 1802. Livro I, pág. 173. Bahia, 1921.

Também adquiriam importância as culturas de subsistência, destacando-se a mandioca e os legumes, visando não só ao consumo local como à exportação para a capital baiana, "que sem elas não pode subsistir".

A presença dos inacianos em terras sergipanas data da primeira tentativa de colonização, em 1575, no governo de Luís de Brito. Os pioneiros foram o Pe. Gaspar Lourenço e o Irmão João Salônio, fundando as missões de São Tomé (seis léguas distante do rio Real) e Sto. Inácio (10 ou 12 léguas para o norte, às margens do rio Vasa-Barris, provavelmente onde hoje se localiza a cidade de Itaporanga) e São Paulo "junto do mar". Nessas aldeias, aproveitando a numerosa população indígena, os jesuítas logo começaram a ensinar-lhes a doutrina pela manhã, à tarde e à noite".[8]

"Imediatamente, o Pe. Gaspar Lourenço abriu na Aldeia de S. Tomé uma escola para crianças. Foi a primeira que houve em Sergipe e chamou-se "Escola de S. Sebastião". Como primeiro mestre, o Irmão João Salônio "tomou cargo da escola dos moços, que foram a princípio 50 e depois chegaram até 100".[9]

Teria sido, assim, o Irmão João Salônio o primeiro professor de Sergipe. "E o Pe. Gaspar Lourenço ao nomeá-lo para esse cargo e ao empossá-lo no magistério dessa escola representava, então, o papel de primeira autoridade escolar de Sergipe".[10]

Mas, a intervenção violenta dos soldados de Luís de Brito, vencendo os três caciques, Serigi, Surubi e Aperipê, destruindo suas aldeias e levando para a Bahia, escravizados, os índios que não foram mortos ou conseguiram fugir, pôs fim à atividade de catequese promissoramente iniciada.

Voltariam os discípulos de Loiola a Sergipe em 1597 quando, definitivamente, havia sido implantada, sete anos antes, a colonização por Cristóvão de Barros, após vencer Baepeba, o último dos grandes caciques, e fundar a cidade de São Cristóvão. Em 1601, já possuíam eles bastante gado que necessitava de mais terra para expandir-se, pois "a que lhe é dada não é capaz de sustentar sua fábrica", conseguindo, nessa ocasião, "duas léguas de terras em quadro de sesmaria com todas as águas e madeira que nele se achar".[11]

8. Carta do Padre Inácio de Toloza ao Padre Geral da Companhia de Jesus. BNL – Cód. 41532, fls 161 a 167.
9. Almeida, Pe. Aurélio Vasconcelos de: *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe, Pe. Gaspar Lourenço*. RIHGS, nº 21 (1951-1954), pág. 175.
10. Idem. pág. 175.
11. "Saiban etc. diz o Irmão Amaro Lopes em nome do padre reitor da Companhia de Jesus que eles, via em quatro anos pouquo mais ou menos que estão ajudando a povoar

Referindo-se à expulsão dos jesuítas de Sergipe em 1759, escreveu Felisbelo Freire serem eles "seus maiores proprietários e possuíam um número não pequeno de propriedades açucareiras".[12] Acreditamos, porém, ante as fontes consultadas, que, nos meados do século XVII, a sua principal atividade se voltava, no setor econômico, para a pecuária. São constantes as referências às suas fazendas de gado, destacando-se Tejupeba[13] e Jaboatã[14].

Quanto à ação espiritual, estava voltada para a catequese das missões indígenas, conforme atestam os problemas surgidos do Alvará de 28 de junho de 1759 e da conseqüente emancipação dos índios em Sergipe.

Em cumprimento do Bando de 26 de novembro de 1760, "foram cercados os colégios de São Gonçalo e Jaboatão, presos os padres que lá se encontravam", afirmou Carvalho Lima Júnior.[15] Coube executar a determinação do Vice-Rei, Dom Marcos de Noronha, de prender e deportar os jesuítas de Sergipe, ao Capitão-mor José dos Mares Henriques. Com rigor e severidade, agiram seus subordinados no desempenho das prisões.

Não são esclarecedoras as fontes históricas conhecidas sobre o número de religiosos da Companhia de Jesus que vivia na Capitania da Bahia na época da expulsão. Os dados são imprecisos, como os que apresenta José Antonio Caldas na *Notícia geral de toda esta Capitania*

a esta capitania sustentado a passagem do Vasa Barris e vindo todos anos a esta capitania ajudar o espiritual com muito trabalho outro si aqui he moradores para ter no que em tudo fazem muito serviso a déus e a sua magestade porque ora elles sopricantes tem metido muito fabriqua assim de gentes como de gado e suas criasois e a terra lhe he dada não de caoza de sustentar a sua fabriqua o mais que querem ter por quanto não servem mais que de pastos e ora junto a serra de acyaiba que poder ser oito llegoas desta povoação esta huã tapera que se chama pixapoam a qual se se povoarse fara muito serviso a déus e a sua magestade..." Trecho da Carta de doação de Sesmaria aos Padres da Companhia de Jesus, de 10 de março de 1601. In Felisbelo Freire: *História de Sergipe*, pág. 357, 2ª edição. Editora Vozes em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, 1978.
12. Freire, Felisbelo: Obra citada, págs. 212 e 213.
13. A fazenda de gado chamada Tejupeba com varios sitios pegados sito na comarca de Sergipe de El Rei arrematada a João Pereira de Souza Vale em 8 do corrente e deu de conta dois contos de reis, e o mais resto no termo de tres anos em pagamento iguais 4:651:920." Documento sobre a arrematação dos bens da Companhia de Jesus, do ano 1762. APB.
14. "Em 28 de julho de 1762 arrematou do Coronel Domingos Dias a Fazenda Jaboatã sita na Comarca de Sergipe de El Rei pago o seu importe em nove anos; que ainda se não sabe por não ter chegado a conta da sua entrega". Idem.
15. Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: *A Companhia de Jesus em Sergipe*. Manuscrito existente no APES – Arquivo Sebrão Sobrinho.

desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759.[16] O ofício do Ouvidor ao Marquês de Lavradio diz que havia seguido um único jesuíta encontrado na fazenda Tijupeba, e que mais três seriam enviados de Jaboatão. Os demais padres andavam fora quando da ocasião do cerco dos colégios, e teriam fugido evitando, assim, a prisão, justificava essa autoridade.[17] Estes números são confirmados pelo depoimento do Pe. José Caeiros, que foi contemporâneo dos fatos ocorridos, escrito em 1776, mas só publicado em 1936.[18] Ele afirma que em Tijupeba foi preso o Pe. José Teixeira[19] e em Jaboatão os padres Agostinho Mendes, Jerônimo Moriz e Joaquim Costa.[20]

Apesar da longa permanência em Sergipe, os jesuítas nunca haviam enveredado pelo ensino das Humanidades, embora tentativas houvessem sido feitas pelos habitantes da terra desde 1684, quando os membros da Câmara de São Cristóvão pediram ao Rei a fundação de um colégio, que se tornava necessário para o bem de seus filhos.[21] As autoridades portuguesas solicitaram informação ao Governador da Bahia acerca desse pedido. A resposta, porém, foi desfavorável, alegando que tal requerimento não era competência da Câmara mas da Companhia de Jesus, que não se havia manifestado sobre o caso.[22]

Novamente, em 1727, os moradores da Capitania de Sergipe se dirigiram à sua Majestade solicitando licença para que os padres jesuítas cuidassem da educação de seus filhos, pois "distantes da cidade da Bahia setenta léguas, e lhes é muito dificultoso e de grande dispêndio mandarem seus filhos à dita cidade aprender as Letras Humanas", e "outrossim padecem grande falta da doutrina cristã por não terem religiosos que tenham por profissão ensiná-la como a professam os Religiosos da Companhia de Jesus".[23] Apesar, porém, de se prontificarem, com esmolas, a garantir a manutenção dos padres, o pedido não foi atendido pela metrópole.

Percebe-se que não houve interesse dos inacianos em considerarem os interesses dos habitantes de Sergipe de aí estabelecerem um colégio, onde fossem ministradas as Letras Humanas, o que equivaleria ao atual ensino secundário. As condições da população local, dispersa no interior em decorrência das atividades econômicas dominantes, constituindo uma sociedade em formação, sem núcleos urbanos importantes, tendo sua capital, a cidade de São Cristóvão, nos meados do século XVIII, apenas 1.595 habitantes para 390 fogos, não se coadunavam com o pragmatismo que norteou a Companhia de Jesus na localização dos cursos de Humanidades, que visavam a formar "letrados e casuístas". Tal facetamento foi focalizado por um historiador português dos dias atuais ao escrever: "Com sua ética heterônoma, que realçava o valor da ordem e da obediência, os jesuítas foram, até certo ponto, os educadores da burguesia. Com aquele realismo característico, que tão bem garantia o êxito de seus empreendimentos, reconheceram os padres da Companhia de Jesus o novo sentido da vida que o progresso da burguesia propiciava".[24]

16. "Na Igreja do Collegio assistem atualmente 141, e mais Religiozos; actualmente nas aldeyas, e fazendas desta Capitania 34; na casa do Noviciado q'se erigio no ano de 1724, 40 Religiozos; no Seminario de Bem 8 Religiozos além de 80 e mais Seminaristas. Este Seminario foi fundado no ano de 1686. No Seminario de N. S. da Conceiça'o sito na rua do Maciel, actualmente esta'o 8 Religiozos. Foi fundado este Seminario no ano de 1757. Na Quinta 4; e por todos Religiozos q' existem nesta Capitania pouco mais ou menos s'ao 200." *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente anno de 1759* por José Antônio Caldas. In RIGHB nº 57. 1931.

17. Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: Obra citada.

18. *De Exilio Provinciarvm Transmarinarvm assistentiae lusitanae Societatis Jesu*, foi encontrado e copiado pelo Pe. Antonio Vaz Serpa na Biblioteca Real de Bruxelas e traduzido do latim pelo Pe. Manuel Narciso Martins, sendo publicado 160 anos depois de escrito, em edição bilíngüe pela Tipografia Salesiana da Bahia, em 1936.

19. "Manuel Arez Lobo se dirigiu para a residência de Tejupeba e lá prendeu outro, o padre José Teixeira e o fechou num quarto e lhe pôs guarda para fora. E uma semana depois o entregou a Rodrigo José de Menezes, que comandava as forças militares, que, acompanhado por um destacamento, os conduziu para a bahia.

Os escravos lastimaram a perda do que eles consideravam o seu pai. A cidade de Sergipe toda se alvoroçou ao ver um jesuíta entre gente armada, e se irritou grandemente contra tão vil procedimento; e mal se pode crer a pena que todos sentiam. Também as vilas e aldeias por onde o jesuíta ia passando, celebravam sua passagem com públicas manifestações de pesar". Idem, pág. 105.

20. "Não se houve o Capitão Menezes com mais humanidade quanto à residência de Jaboatão. Com quase duzentos homens pôs cerco à casa; depois com palavras secas e com linguagem lacônica expôs as ordens, que trazia contra os padres. Quiz que o secretário deixasse exarado como ele em cumprí-las não empregava mais que as palavras para isto indispensáveis. Fechou os jesuítas nos cubículos; duas chaves a guarda do secretário, e pôs-lhes sentinelas à porta. As outras coisas foram, nos rigores, parecidas com esta.

Confiou a um oficial qualquer, homem de pouco tino, os três padres Agostinho Mendes, Jerônimo Moniz e Joaquim Costa, para os levar para a Bahia". Idem. Pág. 107.

21. A 4 de julho de 1684, a Câmara de São Cristóvão pediu recursos para funcionar um Colégio da Companhia de Jesus "cuja assistência é sumariamente necessária tanto para o bem dos alunos que vivem mergulhados na vasta circunferência e interior desta Capitania como dos nossos filhos que inda que afastados da Real Sombra de Vossa Magestade somos seus humildes vassalos e temos dispendido o sangue com uma lealdade digna de merecimento". AHU - Sergipe, Caixa I, doc. 47.

22. "Enquanto aos dois mil cruzados de renda efetiva para a fundação do Colégio da Companhia; nem a Câmara pertence um Requerimento, que só toca a seus religiosos". Bahia, 25 de abril de 1688. Idem.

23. AHU - Caixa III, doc. 36.

24. Carvalho, Laerte Ramos: *Reformas Pombalinas de Instrução Pública*, pág. 36 - Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

Sebrão Sobrinho, um dos mais minuciosos pesquisadores do passado sergipano, mesmo com as limitações de uma formação autodidata, assim traçou a longa passagem dos discípulos de Inácio de Loiola em terras sergipanas: "Culturalmente, dos Jesuítas, nunca se teve nada. Excetuando, nos últimos anos, a Igreja do Jeru, só currais e escravização de índios para suas fazendas ou cercas na própria Capitania ou em Bahia. Sergipe não tinha dinheiro bastante para entrar para os cofres da Companhia e, assim, enternecê-la a fim de culturar-lhes os filhos".[25]

Outras ordens religiosas atuaram em Sergipe nos tempos coloniais, como os Carmelitas, que aí chegaram em 1600, e em 1760 assim se situavam: no Mosteiro de N. S. do Carmo em São Cristóvão, 17 sacerdotes e 3 leigos; na Residência do Engenho Quidongá um Religioso; na Residência do Camandaroba 2 Religiosos; e no Hospício (Convento pequeno) de Sto. Amaro das Brotas da Cotinguiba 4 sacerdotes e um leigo.[26] Não há referência à atuação dessa Ordem como educadora. Pela própria finalidade da criação, dedicavam-se ao setor assistencial. Sua importância foi, porém, declinando na vida sergipana; em 1828, só existia no Convento de São Cristóvão um único Religioso como afirma, respondendo à Portaria, de 17 de março de 1827, do Imperador Pedro I, que solicitava informação sobre o melhor lugar da

25. Sebrão Sobrinho: *A Ordem 3ª do Carmo de Sergipe do Afonseca.* Documento existente no AES. Caixa 11, Coleção Sebrão Sobrinho.
26. "As rendas deste Mosteiro de Sergipe del Rei são as seguintes:

O Engenho chamado Quindongã, que faz cana propria num ano por outro 80 formas, que costumam pesar cada uma, entre branco e mascarado 2 arrobas e meia. Dos Lavradores têm a meação e não são certos por serem todos desabrigados se farão pouco mais ou menos 500 pães ou formas. Tem este Engenho 4 foreiros que usam da lavoura de mandioca, que todos pagam em um ano de foro 6$400.

Um lote de terra chamado Engenho Velho e Cravatá, que rende de foro 6$000.
Uma sorte de terra junto à sobredita, que rende por ano 4$000.
Uma fazenda na praia de St. Maria que serve de ter algumas cabeças de gado, que serão 60 pouco mais ou menos para suprir as faltas que costumam haver nesta cidade.
Uma pouca da terra Chamada Cabeça de Negro, que nos rende por ano 1$280.
4 moradas de casas que rendem 32$800.
Foros de terra na cidade 1$920.
Um engenho chamado Camandaroba, já derrotado que se comprou por 18.000 cruzados para rendimento do guizamento pra a Igreja e mais necessária para o culto divino e não se sabem ainda do rendimento do dito Engenho, por se estar pagando aos credores do vendedor.
Os bens do Hospício de St. Amaro das Brotas da Cotinguiba são os seguintes: uma porção de terra pensionada que rende por ano 6$810.
Uma fazenda de canas que um ano para outro dará 2 Caixas de açúcar". Relação dos Mosteiros, Hospícios e Residências da Província de N. S. do Carmo da Bahia e Pernambuco, do número de seus religiosos e das rendas em cada um deles, segundo a conta,

Província para o estabelecimento de um Colégio de Estudos, o Vice-Presidente, em exercício, Manuel de Deus Machado, ao indicar aquele Mosteiro.[27]

Quando, em fins de 1833, criou-se o primeiro Liceu de São Cristóvão, de duração efêmera, funcionou no Convento dos Carmelitas, onde também seria localizado, em 1847, o segundo Liceu, que aí permaneceria até a extinção com a mudança da Capital para Aracaju em 1855.

A Carta-Lei de 9 de março de 1835, do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, sancionando a lei decretada pela Assembléia Legislativa, extinguiu a Associação dos Religiosos Carmelitas em Sergipe, incorporando aos "Próprios Provinciais" toda e qualquer propriedade a ela pertencente. Delas, a principal era o Engenho Quidongá, arrendado, por enfiteuse, ao Coronel Domingos Dias Coelho, futuro Barão de Itaporanga, que depois se tornaria seu proprietário.

Essa Carta foi tornada sem efeito por outra, de 9 de março de 1837, do Presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, voltando os Carmelitas a atuarem em Sergipe. Mas sua decadência estava consumada, apesar de, ainda, a Resolução de 12 de março de 1842 autorizar que recebessem noviços.

Mesmo nessa fase de declínio, se destacaram sacerdotes como Frei José dos Prazeres Bulhões, professor público de Geometria, Frei José de Sta. Cecília, famoso pelos arroubos de eloqüência e exaltado liberalismo, e Frei Roberto José de Oliveira, professor e diretor do segundo Liceu de São Cristóvão.

Os franciscanos chegaram a Sergipe em 1657, de início apenas um sacerdote e um irmão leigo. Começaram a construção de um Recolhimento com igrejinha, sendo doado o terreno por escritura de 20 de janeiro de 1695, que foi acrescido por outro de 3 de março de 1730.[28]

Somente em 12 de setembro de 1693 foi lançada a pedra basilar do Convento, "mas tamanha era a pobreza que, por volta de 1760, ainda não estavam de todo acabados, nem Convento nem Igreja".[29]

Segundo Frei Jaboatão, os franciscanos atuaram em Sergipe, no campo educacional desde 1719 quando, por instância dos moradores, foi nomeado o Pregador Frei Antonio de Nazareth, primeiro Mestre

que deram os seus respectivos Priores e Vigários Priores. Bahia, 14 de julho de 1760. AHU - Bahia, doc. 6.698.
27. Ofício nº 12, do Vice-Presidente, em exercício, Manuel de Deus Machado, de 15 de maio de 1829, ao Ministro do Império Pedro de Araujo Lima. AES.
28. Rower, OFM Frei Basílio: *A Ordem Franciscana no Brasil*, pág. 73. Editora Vozes, Petrópolis, 1947.
29. Idem.

de Gramática.[30] Na época da expulsão dos jesuítas, eram eles em número de doze, e mantinham, em São Cristóvão, duas classes "em uma das quais ensinavam Gramática Latina e na outra Ler e Escrever, embora não recebesse o dito Convento esmola alguma da Câmara nem de S. M. tem ordinário". Ainda possuíam "em duas das quatro Vilas existentes dois pequenos estudos com muito poucos alunos".[31]

Cabe, desse modo, aos discípulos de São Francisco de Assis a primazia do ensino das Humanidades em Sergipe. Também sua influência declinou nos começos do século passado, vivendo apenas no Convento de São Cristóvão, em 1828, um só Religioso, embora aí se encontrasse uma biblioteca "que foi a melhor que existia na Província, em que se encontravam não só os livros místicos então conhecidos, como outras obras de autores escolhidos".[32] Em 1830, numa de suas dependências chegou a funcionar o quartel da cidade. Em vão, ainda tentou revitalizar sua participação na sociedade sergipana o Decreto de 16 de março de 1836, do Presidente Bento de Mello Pereira, concedendo ao Provincial dos Franciscanos da Província de Santo Antônio do Brasil, "licença para aceitar noviços naturais desta Província, para os colegiar no Convento desta Cidade, ou onde melhor convier". Não acorreram, porém, candidatos ao noviciado. A onda racionalista que varria o mundo também atingira Sergipe.

Quanto aos beneditinos, embora em 1603 tenham pretendido fundar em Sergipe "uma casa de sua ordem, daí a necessidade de terras" para benefício do sustentamento dela e dos religiosos que nesta cidade o mosteiro assistirem", sendo-lhes, então, concedida uma sesmaria pelo Capitão-mor Tomé da Rocha,[33] não marcaram, porém, com suas presenças, a vida sergipana.

30. "Tão bem no Capítulo celebrado na Bahya a trinta de Dezembro de 1719, sahindo por Provincial a primeyra vez Fr. Milanio da Vizitação, a instancia dos Moradores, *se nomeou para primeiro Mestre de Gramatica o Pregador Fr. Antonio de Nazareth, o que athe agora se continua em beneficio do Povo* sem estipendio algum". Frei Antônio da Santa Maria Jaboatan: Novo Orbe Seráfico Brasileiro ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil, impresso em Lisboa em 1861. Capítulo XIII: Principios e Progresso do Convento da Cidade de Seregippe delRey athe o prezente. RIHGS, Fascículo I, vol. II - 1914. Bahia, 1931.

31. Carta do Desembargador Tomaz Roby de Barros Barreto ao Diretor Geral de Estudos, no qual se refere ao seqüestro e inventário dos bens dos jesuítas, implantação de um novo método de ensino, ao ordenado dos professores, às diferentes escolas da Capitania. In I. Accioly e B. do Amaral: *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Vol. V. pág. 581, Bahia, 1931.

32. *Sergipe - Apontamentos para sua História*, manuscrito existente na Biblioteca Nacional, Secção de Manuscrito. Atribuímos sua autoria a Miguel Arcanjo Galvão, que viveu em Sergipe na década de 1840, e, posteriormente, publicou "Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil de março de 1808 a 15 de novembro de 1889", datada de 1894, e reeditada em 1969 pelo Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Para substituírem os Colégios dos Jesuítas, extintos pelo Alvará de 1759, só a partir de 1772 começaram a ser criadas, no Brasil, as Aulas Régias. Eram bem diferentes dos colégios mantidos pelos religiosos, sendo ministradas, isoladamente, por um só professor, e, geralmente, freqüentadas por poucos alunos. Foram, na ocasião, nomeados 17 Mestres de Ler e Escrever, 15 de Gramática Latina, 3 de Grego, 6 de Retórica e 3 de Filosofia.

Desde 1760 que, no Brasil, haviam sido realizados concursos para as Aulas Régias de Gramática Latina e Retórica em diversas Capitanias. Na Bahia, entre os candidatos aprovados estava Pedro Homem da Costa, "natural da cidade de Sergipe del Rei, que neste momento habitava na casa do Manuel Maciel",[34] que foi, assim, o precursor dos inúmeros emigrantes intelectuais sergipanos.

De 1760 a 1772, diversos concursados lecionaram gratuitamente, ou recebendo pagamento dos alunos.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas para o funcionamento do novo sistema de ensino. A Sergipe ele só vai chegar nos fins da década de 1780 com a nomeação dos primeiros professores.

A morte de D. José I, em 1777, levou ao trono português D. Maria I. As medidas por ela tomadas determinaram, nesse mesmo ano, o afastamento do Marquês de Pombal do cargo que vinha ocupando desde 1750, o que ainda tornaria mais difícil a implantação do novo sistema educacional. Agravaria mais a situação a Carta-Lei de 17 de dezembro de 1794 extinguindo o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, que desde 1772 vinha sendo o órgão responsável pela adoção da reforma pombalina, quando substituiu o Diretor de Estudos. Ainda determinava que a Direção das Escolas Menores dos Domínios Ultramarinos fosse de responsabilidade dos Governadores e Bispos locais. Ao Erário Público ficava pertencendo a administração e arrecadação dos Fundos e Rendas da alçada daquele extinto Tribunal. Os Ouvidores foram encarregados pelos Governadores da cobrança do Subsídio Literário. Mas, até 1799, não havia sido expedido qualquer Regulamento definindo as atribuições das autoridades responsáveis pelo funcionamento do sistema educacional.

Encontrava-se, realmente, caótica a educação brasileira nos fins do século XVIII. D. Fernando José de Portugal, Governador da

33. Carta de doação aos Padres de S. Bento em 5 de agosto de 1603. In Felisberto Freire: Obra citada, pp. 373 e 374.

34. AHU - Bahia, doc. 4826.

Bahia, expôs, em ofício encaminhado a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Príncipe Regente D. João, em 31 de março de 1799, a situação vexatória do magistério e das escolas. O atraso do pagamento dos professores era constante "porque não chegando o rendimento para todos, de necessidade haviam padecer alguns, e que em circunstâncias tais tinha a Junta providenciado preferir sempre com o dinheiro que viesse de cada um dos Distritos ao Professor que lhe fosse respectivo; e aqueles de cuja Repartição não houvesse rendimento, que esperassem pelas sobras das outras". Não era de admirar que muitos professores "não só faltavam as suas obrigações, mas que até passavam a serem pesados ao Estado, o que os tornava o ócio em que viviam; ou fossem porque os Pais adormecidos sobre a educação de seus filhos, os não obrigavam a freqüentar as Aulas, ou porque os péssimos costumes, e a indolência de alguns dos ditos Mestres dessem ocasião a serem pelos Povos repudiados; ou finalmente porque já as Aulas superabundavam a necessidade dos habitantes".[35]

As autoridades portuguesas tentaram regularizar o estado em que se encontrava a educação em sua colônia americana, a partir de um levantamento global da realidade reinante. Já em 1798 haviam solicitado ao Vice-Rei, Conde Rezende, "clarezas que deveis subir á Real Presença de Sua Magestade".[36] Atendendo a essa determinação, é levantada e enviada a Portugal a conjuntura educacional brasileira como são exemplos o *Mapa das cadeiras que atualmente existem na Capitania da Bahia, Pessoas que as servem, seus vencimentos atuais, e o que lhes deve até o fim de 1791*"[37] e o *Mapa do rendimento do Subsídio Literário que na Tesouraria Geral da Bahia foi recebido das diferentes Câmaras da mesma Capitania entre 1795 e 1797*.[38]

As informações recebidas levaram D. João a reconhecer que era deplorável "o estado em que se achavam as escolas de toda a Capitania do Brasil pela falta de sistema em que se acham estabelecidas as Cadeiras necessárias para a instrução pública, pela qualidade das mesmas em que pouco se atendeu ao que mais era necessário no local em que se estabeleciam as sobreditas cadeiras pela falta de uma norma

35. Ofício de D. Fernando José de Portugal ao Ilmo. e Exmo. D. Rodrigo de Souza Coutinho, encaminhando, anexo, o relatório feito por sua determinação, pelo Contador Francisco Gomes de Souza, em 31 de março de 1799. AHU - Bahia, documentos nº 19.290 e 19.291 (Anexo nº1).
36. Correspondência do Príncipe Regente D. João, ao Conde de Resende, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil em 19 de agosto de 1799. APN, Cód. 67, vol. 24, págs. 260 e 261.
37. Acompanha o ofício de D. Fernando José de Portugal de 31 de março de 1799, já citado.
38. Idem.

fixa e arrazoada para nomeação e escolha dos mesmos professores", e também "pela falta de proporção entre as cadeiras que se estabeleceram e as rendas, e produto do subsídio literário, que deveria servir de pagamento aos professores".[39]

Analisando-se esses *Mapas*, confirma-se como as Aulas Régias foram criadas sem obedecer a qualquer critério, nem mesmo ao rendimento do Subsídio Literário, que seria um reflexo da situação econômica e, portanto, das necessidades locais.

Em Sergipe, existiam cadeiras de Gramática Latina na Capital, a cidade de São Cristóvão, na Vila de Santa Luzia e na Vila Nova del Rei do rio São Francisco. As cadeiras de Ler e Escrever estavam localizadas em São Cristóvão e em Santa Luzia. Enquanto assim sucedia, na Vila de Santo Amaro, a mais próspera, "a ante-Câmara da Capital", onde "morava a elite da aristocracia sergipana, toda ela composta de senhores de engenho de açúcar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maruím, Laranjeiras, Japaratuba e Riachuelo",[40] e que possuía o segundo lugar no rendimento do Subsídio Literário, não existia qualquer classe pública. Em representação ao Príncipe-Regente, em janeiro de 1798, os seus habitantes, alegando ser sua Vila a mais populosa e de "gente de maior graduação e nobreza" da Comarca, nela existindo mais de 60 engenhos e alambiques, diziam "padecerem o gravíssimo incômodo" de não terem professores de Gramática Latina e das Primeiras Letras para ensinarem seus filhos.[41]

Assim se apresentava a vida educacional sergipana, segundo os *Mapas*, já citados, remetidos pelo Governador da Capitania da Bahia, D. Fernando José de Portugal, ao Príncipe D. João em 1798:

Local	Cadeira	Professor	Remuneração	Sem receber Vencimentos
S. Cristóvão	Gramática Latina	Inácio Antonio Dormundo	300$000	12 meses
S. Cristóvão	Ler e Escrever	Joaquim José Moreira	120$000	12 meses
Sta. Luzia	Gramática Latina	Pe. José de Bastos	240$000	30 meses
Vila Nova Real do Rio S. Francisco	Gramática Latina	Lourenço dos Santos	240$000	30 meses

39. APN, Cód. 18, Livro I.
40. Freire, Felisbelo: obra citada, pág. 173.
41. Correspondência da Câmara de São Cristóvão à sua Majestade em 31 de janeiro de 1799. AHU - Bahia, doc. 19.301. (Anexo nº 2)

O total do Subsídio Literário levantado na Comarca de Sergipe, de 1795 a 1797, atingiu a 926$460, enquanto toda a Capitania da Bahia rendera 25:031$208, e resultava da seguinte arrecadação:

Cidade de São Cristóvão	530$970
Vila de Sto. Amaro das Brotas	205$408
Vila de Itabaiana	104$408
Vila de Lagarto	81$335
Vila de Tomar de Geru	44$621

Estes dados revelam a falta de qualquer embasamento na distribuição das aulas, desde em quando em Vila Nova Real do Rio São Francisco, que nem sequer contribuiu para o Subsídio Literário, havia aula de Gramática Latina, sem existir, porém, de Ler e Escrever. Enquanto nas Vilas de Sto. Amaro, Itabaiana e Lagarto, mais populosas e mais prósperas, não fora criado qualquer tipo de aula.

Em 1802, era essa a distribuição dos habitantes de Sergipe pelas vilas existentes:

Sto. Amaro	8.128
Sta. Luzia	6.758
Itabaiana	6.364
Lagarto	5.219
Vila Nova	4.315
Propriá	3.814
Tomar (Geru)	635 (índio)

A Capital, a cidade de São Cristóvão, contava 6.265 habitantes, incluindo a população rural.

Alcançava a população sergipana 55.600 habitantes, constituída de 13.217 brancos, 20.849 pardos, 19.893 pretos e 1.641 índios.[42]

Destes, 36.234 eram livres e 19.432 escravos, o que significava 34,9% da população.

A situação dos poucos professores de Sergipe, nos fins do século XVIII e começos do XIX, apresentava-se idêntica à de toda a Colônia, conforme a descrição cheia de realismo de Vilhena. Os ordenados

42. Freire, Felisbelo: Obra citada, pág. 219.

eram os mesmos da época da instalação das Aulas Régias, cerca de 30 anos antes, "enquanto tudo está hoje pelo quádruplo, e vêm boas esperanças de passar muito avante, segundo o governo político e econômico que se pratica, sendo absolutamente impossível o poder passar com o seu simples ordenado um Professor que gasta o dia inteiro na cadeira sem que tenha nem possa ter um só real de emolumentos nem prêmios e muito principalmente satisfazendo-lhes os quartéis do seu ordenado tão fora de tempo em que S. Alteza Real lhes manda pagar que alguns os não recebem há mais de dois anos, quanto outros andam inteiramente pagos".[43] Vê-se que a inflação castigava a vida colonial brasileira nessa época, sofrendo os professores o impacto das conseqüências.

Em 1799, conhecedora do calamitoso estado da educação brasileira através do levantamento feito, as autoridades portuguesas tentaram organizá-la. Decorrente das medidas tomadas, é a Carta Régia de 17 de agosto, pela qual as Aulas que existiam em Sergipe passaram a ter existência legal, pois anteriormente seu funcionamento dependia somente de uma ordem interna do Tribunal da Mesa da Consciência. Assim se explica porque o Pe. Inácio Antônio Dormundo, jubilado em 6 de agosto de 1823, registrava o documento legal que "ele exercera com assiduidade e préstimo por 36 anos sucessivos a cadeira de Gramática Latina da cidade de Sergipe",[44] concluindo-se que desde 1787 ele já vinha desempenhando as funções nessa localidade. Identicamente, o ato de aposentadoria do Pe. José de Bastos Pereira na cadeira de Gramática Latina da Vila de Santa Luzia, dizia que ele já vinha ocupando as funções desde 10 de abril de 1783 por ordem interna da Real Mesa de Consciência.

Em 1788, ao prestar informações ao Príncipe Regente sobre o pedido dos habitantes da Vila de Sto. Amaro para que ali se estabelecessem duas cadeiras, uma de Gramática Latina e outra de Primeiras Letras, com a indicação de professores feita, o Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, apesar de reconhecer a importância dessa Vila, dizia, porém, que em Sergipe já existiam três cadeiras de Gramática Latina e duas de Primeiras Letras, as quais, em vista da pequena distância entre as Vilas, poderiam atender "aos mancebos" daquela localidade. Ainda argumentava sua informação dizendo que a arrecadação do Subsídio Literário, feita em Sergipe, não era suficiente para o pagamento de mais um professor de Gramática Latina e outro de Primeiras Letras. Como solução, sugeria que fossem abolidas as Ca-

43. Vilhena, Luís dos Santos: Obra citada, pág. 287.
44. APN. Cadeiras de Instrução Pública Primária e Secundária de Sergipe.

deiras inúteis, deixando, apenas, uma de Ler e Escrever em cada Vila.[45] Apesar desta sugestão atender muito mais à realidade que à situação existente, não foi acatada. Como se encontrava, essa ainda continuaria por muitos anos.

Em 1808 não se alterara o quadro educacional de Sergipe, segundo documenta o Bispo D. Marcos Antônio de Souza ao escrever sobre a Vila de Lagarto: "Em todo este termo não se acha um mestre público que ensine ler e escrever, aritmética e princípios de uma conduta religiosa e temente a Deus.

"É verdade que na Capital e na Vila de Sta. Luzia há mestres de Gramática Latina e Primeiras Letras pagos pelo Erário Público".[46]

É interessante ressaltar, porém, que sabia ler e escrever, nos começos do século passado, a maioria dos habitantes das Missões indígenas de Pacatuba, composta de mais de 300 casais, de São Pedro com mais de 50 casais, confiadas a missionários capuchinhos, de Japaratuba, integrada por mais de sessenta casais, sob a responsabilidade de um religioso Carmelita Calçado, e a da Vila de Tomar do Geru, tendo mais de cem casais, onde tinham um Clérigo Secular e um professor de Primeiras Letras.[47]

Nos fins do século XVIII já se fazia sentir a importância da povoação de Estância, mais próspera e mais populosa que a Vila de Sta. Luzia, levando a Câmara local a transferir a aula de Língua Latina, que estava reduzida a dois alunos, para aquela povoação, por deliberação de 3 de janeiro de 1798. Continuava, porém, sob a regência do mesmo professor, o Pe. José de Bastos Pereira.

O estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil, nos começos de 1808, iniciou uma nova etapa na vida colonial. "Fecha esse sucesso os anais coloniais do Brasil", sintetizou Robert Southey, o historiador inglês que tão bem compreendeu a formação histórica de nosso país.

Essa chegada veio alterar, bruscamente, o ritmo da evolução do Brasil. Tornando-se a sede da monarquia lusa, as medidas concretizadas visaram a enquadrar a Colônia com a nova situação criada. No setor educacional, também assim sucederia, daí o traço pragmático, utilitário, das providências tomadas, procurando atender às exigências político-administrativas do aparelho estatal que, de além-mar, fora para aí transplantado.

45. Ofício de D. Fernando José de Portugal ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho em 2 de abril de 1799. AHU - Bahia, doc. 19.301.

46. Souza, D. Marcos Antônio: *Memória sobre a Capitania de Sergipe*. Ano 1808. 2ª edição. Aracaju, 1944.

47. "Todos estes índios se achão civilizados com a Religião e a Polícia do Estado. Ocupão-se em cultivar as suas terras, e alguns em Ofícios Mecanicos. *Sabem ler e escrever a maior parte*". Correspondência do Ouvidor de Sergipe, José Antônio Alvarenga Freire, em 13 de outubro de 1803, intitulada Estado atual da Civilização dos Indios da Capitania de Sergipe de El Rei. AHU - Bahia, doc. 26.326.

Em 1812, houve a tentativa de implantar uma reforma do sistema educacional brasileiro, influenciada pelo *Rapport*, plano apresentado à Assembléia Legislativa Francesa por Condorcet, e que serviu de embasamento para as profundas reformas da educação da França revolucionária, consolidadas, posteriormente, por Napoleão. O Conde da Barca, Ministro do Príncipe D. João, encarregou o General Francisco Garção Stocker de organizar um projeto que estabelecia a hierarquização do ensino através dos Pedagogos, Institutos, Liceus e Academias, que não chegou, porém, a entrar em execução. Mesmo que isso tivesse sucedido, não daria resultados, pois, pela sua estrutura, o plano visava a uma sociedade já estratificada, com uma classe média definida, e não a uma estrutura social predominantemente de senhores de terra e de escravos, como era a brasileira daqueles tempos.

O ensino permaneceu fragmentado, sem unidade, atendendo aos interesses imediatos do governo que para aqui fora forçado a deslocar-se. Ao lado das escolas de Ler e Escrever já existentes, foram sendo criadas outras, sob o impacto de fatores os mais variados, em que predominou a pressão das Câmaras Municipais. Quanto às Humanidades, além das aulas de Latim, Filosofia e Retórica espalhadas em diversos pontos do Reino, começaram a aparecer cadeiras de Desenho e História em Vila Rica do Ouro Preto, Aritmética, Álgebra e Geometria no Rio de Janeiro, além de Desenho e Estuques na Bahia.

O ensino superior deu os primeiros passos com a Escola de Medicina e Cirurgia fundada na Bahia em 1808. A educação artística alçou o primeiro vôo com a criação da cadeira de música, em 1818, e da Academia de Desenho e Pintura, precedida da chegada da Missão Artística Francesa Le Breton em 1816, e que tanta influência traria à nossa evolução artística.

Em Sergipe, porém, o ensino não foi além das aulas de Primeiras Letras e de Gramática Latina como existira nos tempos coloniais. Acrescentaram-se algumas cadeiras de Primeiras Letras e outras de Língua Latina na Freguesia de N. S. do Socorro da Cotinguiba em 1813, na Vila de Sto. Amaro em 1816, e ainda em Itabaiana, Lagarto e Propriá. A criação seguia sem obedecer a qualquer planificação. Continuaram a surgir cadeiras de Língua Latina em localidades onde não existiam aulas de Primeiras Letras. Seus moradores faziam chegar às autoridades do Rio de Janeiro a denúncia de tal contradição, como fez Francisco Manuel Barcelos, morador da povoação de Laranjeiras, Freguesia do Socorro da Cotinguiba, em 1817, ao requerer a Sua Majestade o estabelecimento de uma cadeira de Primeiras Letras numa lo-

calidade de três mil habitantes, onde, paradoxalmente, já funcionava uma de Gramática Latina. Também em agosto de 1824, faziam idêntica solicitação os habitantes da Vila de Itabaiana.[48]

Em 1820, quando a Capitania de Sergipe del Rei, por Carta Régia de D. João VI, adquiriu autonomia política em relação à Capitania da Bahia, à qual era subalterna, existiam, aproximadamente, 18 cadeiras de Primeiras Letras dispersas por vilas e povoações, e oito Aulas de Gramática Latina localizadas na Capital, a cidade de São Cristóvão, e nas Vilas de Sto. Amaro das Brotas, Sta. Luzia e Estância, Vila Nova del Rei do Rio São Francisco, Itabaiana, Lagarto, Propriá e na povoação de Laranjeiras.[49]

Na história da educação sergipana, como aconteceu em todo o Brasil, não pode ser esquecida a contribuição do padre secular, no interior das casas-grandes e das fazendas, como elemento marcante na sociedade patriarcal que ali floresceu.

Não existem estatísticas de sua atuação. Ela, porém, foi considerável como elemento culto que eram os padres numa sociedade embrionária onde o analfabetismo imperava. Coube-lhes educar os sobrinhos, o "tio-padre", personagem destacado na vida patriarcal, ou os próprios filhos, como pai de inúmeras crianças, mestiças em sua maioria. A biografia de diversos sergipanos, que, no século passado, se distinguiram intelectualmente confirma esse fato, que tanto chamou a atenção dos viajantes e cronistas na Capitania da Bahia. Gilberto Freire focalizou bem o que ocorria ao escrever: "Acresce que a atividade dos padres, embora exercida, muitas vezes, em condições morais desfavoráveis, trouxe à formação do Brasil a contribuição de um elemento social e eugenicamente superior. Homens das melhores famílias e da mais alta capacidade intelectual. Indivíduos educados e alimentados como nenhuma outra classe, em geral transmitiram aos descendentes brancos, e mesmo mestiços, essa sua superioridade ancestral e de vantagens sociais. Inclusive a da cultura intelectual e a da riqueza. É o que explica tanto filho de padre, cuja ascensão social, quando branco ou mestiço claro, tem-se feito sempre com grande facilidade, abrindo-se para eles as profissões e carreiras mais nobres, ao mesmo tempo que os casamentos no seio das famílias mais exclusivistas. Não é sem razão

48. APN - Cadeiras de Instrução Pública e Secundária. Sergipe.
49. Esse número aproximado decorre da "Relação dos Indivíduos providos nas diversas Cadeiras de Primeiras Letras da Província de Sergipe d'El Rei, na conformidade da Lei de 15 de outubro de 1827". Eram, então, designados professores para 23 cadeiras, sendo que delas cinco eram "novamente criadas", o que significava criadas naquela ocasião. APS - G[1] 276.

que a imaginação popular costuma atribuir aos filhos de padre sorte excepcional na vida".[50]

Assim também ocorreu em Sergipe, como se evidencia no Dicionário Biobibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná, que registra diversos filhos de padres de grande projeção intelectual.

Escapam, também, às estatísticas, as muitas pessoas, principalmente mulheres, responsáveis pela alfabetização de grande número de crianças no interior das casas-grandes e fazendas, como agregadas à sociedade patriarcal dominante. Presas a essa estrutura social por laços consangüíneos ou de clientela, só a partir dos meados do século XIX começarão a transformar-se em assalariadas.

Assim, apesar do desenvolvimento econômico ocorrido em Sergipe, do que é uma demonstração a existência, em 1820, de 163 engenhos, e do crescimento da população que era, então, de 114.916 habitantes,[51] dela apenas uma parcela mínima chegava à escola. Dominavam a ignorância, o analfabetismo nessa sociedade onde a violência e a criminalidade imperavam, fatos que tanto impressionaram Robert Southey.[52]

Todavia, o quadro educacional de Sergipe não era uma peculiaridade local. Constituía uma réplica do que acontecia no Brasil ainda nos começos do século XIX, e que tão bem fixou o historiador inglês: "Achava-se a grande massa do povo no mesmo estado como se nunca se houvesse inventado a imprensa. Havia muitos negociantes abastados que não sabiam ler, e difícil era achar jovens habilitados para caixeiros e guarda-livros. Nem era raro um opulento sertanejo encomendar a algum dos seus vizinhos que de qualquer porto de mar lhe trouxesse um português de bons costumes que soubesse ler e escrever, para casar-lhe com a filha".[53]

50. Freire, Gilberto: *Casa Grande e Senzala*, 2ª edição, 2º volume, pág. 715. José Olímpio Editora, 1946.
51. Fernandes, José Antônio: *Informação da Capitania de Sergipe, em 1821*, RIHGB, tomo 55, ano 1892, pág. 261.
52. Southey, Robert: *História do Brasil*, vol. III, pág. 432. Edições Melhoramentos, 5ª edição brasileira: "Em fins do século dezoito teve um ouvidor desta Capitania (Sergipe) em menos de dois anos denúncia de mais de duzentos homicídios e depois disso só uma freguesia se cometeram doze durante uma semana!"
53. Southey, Robert: obra citada, pág. 475.

II.

A EDUCAÇÃO EM SERGIPE CAPITANIA INDEPENDENTE

Em 8 de julho de 1820, como conseqüência da Carta Régia de D. João VI que lhe concedia autonomia política em relação à Bahia, Sergipe se tornava Capitania independente. Seguiu-se, porém, um período de instabilidade, iniciado com a deposição do primeiro Presidente nomeado pelo Rei, o Brigadeiro Carlos César Burlamaqui, em 18 de março de 1821, menos de 30 dias após sua posse, que ocorrera no dia 20 do mês anterior. Depuseram-no tropas vindas da Bahia, a mando da Junta Governativa que havia assumido o governo, em 10 de fevereiro, como resultado do levante que obrigara essa Capitania a aderir à Revolução Constitucionalista do Porto, vitoriosa no ano anterior. A essas tropas se somaram outras fornecidas por prestigiosos senhores de terra de Sergipe. A partir desse momento radicalizaram-se as posições políticas sergipanas. De um lado, estavam aqueles cujos interesses se identificavam com o governo recolonizador em que se transformara a Junta Governativa da Bahia, que eram os portugueses radicados na terra e os senhores de engenho presos aos comerciantes de Salvador por compromissos financeiros.[54] Do outro, encontravam-se os setores urbanos mais esclarecidos e alguns proprietários rurais, especialmente ligados à pecuária.

Assim vão confundir-se, num mesmo processo, as lutas dos sergipanos pela manutenção da autonomia política concedida por D. João

54. "Resolvemos à vista de tão atroz procedimento por uma parte, e por outra não termos meios algum à nossa disposição para sustermos esta Província na legítima subordinação, pois a tropa que ela tem é de Milícias, *toda agricultura, e toda enlaçada com a Bahia, onde tem depósitos de dinheiro de Caixas de açúcar, de sacos de algodão, grandes cabedais, sendo seus chefes todos grandes Proprietários". Trecho do ofício do Presidente Carlos César Burlamaqui, de 21/2/1821, a Thomaz Vila Nova Portugal. AHU, Caixa 8, Doc. 15.*

VI, e as que, no plano nacional, se desenrolavam pela Independência do Brasil.

Mergulhou, desse modo, a Capitania num período de instabilidade, agitações e paixões exacerbadas. Só com a posse, em 5 de março de 1824, do primeiro presidente nomeado por Pedro I, Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, começou a normalização da vida sergipana.

Esses acontecimentos repercutiram, negativamente, no setor educacional. Em 1823, em meio às agitações reinantes, a Junta Governativa sob a presidência do Capitão-mor da Vila de Itabaiana, José Mateus Leite Sampaio, declarou criadas cadeiras de Primeiras Letras "nas vilas e povoações onde se faziam sentir com módicos ordenados". Mas, as dificuldades financeiras e os problemas políticos do momento fizeram que esse ato não surtisse efeito.

No plano nacional, com a Independência voltaram-se as atenções dos legisladores para os problemas educacionais. Na Assembléia Constituinte de 1823 houve longos debates sobre a Educação, principalmente em torno da *Memória* apresentada por Martim Francisco Ribeiro de Andrade, na qual é visível a influência do legado educacional da Revolução Francesa. Embora fugindo às condições do momento brasileiro, pois subentendia a existência de uma classe média estruturada, essa *Memória* vale como uma tentativa de melhorar as condições educacionais do país. Destacam-se, nela, os pontos positivos como a tentativa de profissionalizar o ensino do 2º grau, que se destinava à classe média, devendo essas escolas fornecerem elementos para o comércio, a agricultura e "todas as artes úteis". Para os que as cursassem, que eram "os que pensam e trabalham pelo resto dos indivíduos de sua raça", Martim Francisco condenava o ensino do latim e do grego "porque coisa alguma é mais irregular e digna de lástima do que dispensar as 3/4 parte do precioso tempo da adolescência em arranhar um miserável grego e um latim bárbaro e isto para indivíduos cujas ocupações não têm a menor relação, mormente porque no caso é tão imperfeito o seu estudo, que não lhes dá prazer de continuarem depois na cultura destas línguas e no lapso de alguns anos de todo lhe esquecem".[55]

O artigo 250 da Constituição, discutido na Assembléia Constituinte, fugia à realidade brasileira ao determinar: "Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidade nos mais apropriados lugares". Já a Carta outorgada por Pedro I

55. *Almeida, Antonio Figueira de: História do Ensino Secundário no Brasil*, pág. 172. Rio, 1936.

em 11 de março de 1824, resultante da dissolução da Assembléia Constituinte em 11 de novembro do ano anterior, realisticamente estabelecia no item 32 do art. 178: "A instrução primária é gratuita a todos cidadãos".

Na Câmara dos Deputados, instalada em 1826, muito debateu-se a situação educacional do país, destacando-se a apresentação do projeto de Januário da Cunha Barbosa propondo a criação de escolas com quatro graus, assim escalonadas: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias.

Para cumprir o art. 178 da Carta de 1824, foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecendo que "em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias". Não seriam as Pedagogias como queria Januário da Cunha Barbosa, nem as escolas primárias como previa a Carta de 1824, inspirada na *école primaire* da França, e que objetivava dar uma cultura formativa às classes populares. Em sua meta, eram essas escolas de Primeiras Letras semelhantes ao *Mobral* de nossos dias. Buscavam, apenas, alfabetizar os que as procurassem, e terão marcante conseqüência no processo educacional brasileiro. Assim, "se a denominação de escola primária representaria, política e pedagogicamente, a permanência do ensino público suficientemente difundido e realmente formativo, a classificação de "escolas de primeiras letras" simbolizava, antecipadamente, a tibieza congênita que irá marcar a maior parte dos esforços da educação popular durante o Império, e até mesmo na República".[56]

Essa Lei estabelecia o ordenado dos professores, que oscilava entre 200$000 e 500$000, a ser fixado pelo Presidente das Províncias "atendendo às circunstâncias dos lugares". Também previa a criação de escolas de meninas, desde que fossem julgadas convenientes pelo Presidente da Província e o Conselho.

Mas, apesar dos pontos negativos, a Lei de 15 de outubro de 1827 foi a única tentativa de organização do ensino primário até 1946, quando, no Ministério da Educação integrando o Governo Provisório do Dr. José Linhares, que respondia pela Presidência da República após a deposição de Getúlio Vargas, Raul Leitão da Cunha baixou o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, sob o rótulo de Lei Orgânica do Ensino Primário.

A Lei de 1827 oficializou, no país, o método lancasteriano. De origem britânica, datando dos fins do século XVIII, e popularizado

56. Barros, Roque Spencer de: *Ilustração Brasileira e idéia de Universidade*, pág. 193. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.

na França pela Monarquia da Restauração, esse método visava a atender à falta de professores capacitados e oferecer um ensino menos dispendioso. Consistia em o professor ensinar a lição a um grupo de alunos mais adiantados e inteligentes, que a ensinavam aos colegas mais atrasados, divididos em pequenos grupos. Um só professor podia, assim, assistir a uma classe de centenas de alunos. Surgia a figura do decurião, precursor do atual monitor.

Teria sido Euzébio Vanério, baiano ligado à vida de Sergipe a partir da autonomia política, o primeiro a utilizar, no Brasil, o método lancasteriano desde 1817, "com grande proveito de seus ouvintes", segundo sua afirmativa em ofício a Pedro I, de 1825, ao lhe oferecer a *Memória concernente ao Ensino Mútuo.*[57] Dizendo-lhe que dele esperava "todo Amparo e Proteção", se oferecia para, na cidade da Bahia, "coadjuvar a realização de três objetivos: 1º. como Diretor das Escolas Elementares da Província; 2º. como instrutor de uma Escola Normal de adultos; 3º. como tradutor de algumas obras tendentes ao melhoramento e progresso da Educação da Mocidade, segundo o método do Ensino Mútuo."

Antes, no reinado de D. João VI, Euzébio Vanério lhe havia oferecido a tradução do *Sistema lancasteriano acerca da educação da mocidade*, ao tempo em que solicitava, para ele e a esposa, subsídios a fim de "instruírem-se na Inglaterra ou na França na prática do mesmo, ou "ser encarregado de difundir os seus conhecimentos teóricos, sendo para isso admitido ao Real Serviço". Esse requerimento em outubro de 1820 se encontrava na Mesa do Desembargo do Paço para ser discutido.[58] Os acontecimentos políticos desencadeados em Portugal e a repercussão no Brasil, determinando o retorno do Rei, devem ter concorrido para a paralisação do processo.

A vida econômica da Província de Sergipe alcançava, na década de 1820, ritmo promissor. Em 1824, o número de engenhos atingia a 226, e a exportação chegava a treze mil cruzados, oriundos do açúcar, aguardente, algodão, tucum em rama ou fiado, farinha de mandioca, couros e solas, fumo e arroz.

57. Memória concernente ao Ensino Mútuo oferecida ao Mil vezes Augusto e magnânimo Imperador do Brasil o senhor D. Pedro I pelo seu menor, e mais humilde servo Eusébio Vanério. BN, Secção de Manuscritos.
58. APN, – Instrução Pública.

A população estava calculada em 115.408 habitantes, assim distribuídos:

Brancos	22.055
Pardos	51.067
Pretos	40.786
Índios	1.500

Desses habitantes, 27,17% eram escravos, significando 33.335 pessoas,[59] para 82.065 livres.

Existia, desse modo, uma parcela grande de população livre, que não poderia ser rotulada de classe média, nem mesmo camada ou *status* social. Luís Mott a definiu muito bem ao escrever: "Embora pobre, destituída em sua maior parte de direitos e privilégios sociais, referida usualmente com expressões depreciativas como *gentalha, canalha, miseráveis, gente que vive da misericórdia de Deus*, etc, o certo é que mais da metade da população de Sergipe pertencia, ao menos durante as primeiras décadas de oitocentos, a esta categoria: a dos homens livres, trabalhadores do eito, agregados, moradores de condição, meeiros e rendeiros. Gente pobre, na sua maioria, livre, vivendo nas periferias das vilas e das grandes propriedades, embora circulando na órbita das grandes propriedades canavieiras, tal massa populacional, talvez apresentando um estilo de vida muito semelhante ao da escravaria, sobretudo no que se refere às práticas e tipo de trabalho, à dieta alimentar, vestuário, sujeição às doenças, etc, tal população constituía, junto com a escravaria, motivo de grandes preocupações à elite senhorial e à população em geral".[60]

Mesmo concordando com Maria Isaura Pereira, que não havia entre esses homens livres consciência de classe, porque "os que estavam colocados abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes poderiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas",[61] e a solidariedade existente fosse mais resultante de laços familiares, evidenciamos, porém, que foi nesse setor da população que os agitadores sempre encontraram material disponível.

Nas lutas que se iniciaram a partir da deposição do Presidente Burlamaqui, e que, com intervalos, se estenderam até a Maioridade,

59. Mott, Luís R. B.: *Brancos, Pardos, Pretos e Índios em Sergipe:* (1825-1830), p. 152. Separata dos Anais de História, ano 6, 1974.
60. Idem, p. 173.
61. Queiroz, Maria Isaura Pereira de: *O Mandonismo local na vida política brasileira*, p. 18. Editora Alfa-Omega, 1976.

quando o Império se consolidou, e se fortaleceu o poder dos senhores de terra com as armas legais que lhes deram a Guarda Nacional, o Ato Adicional e as Leis de Interpretação, esses "malfeitores", essa "canalha" foram elemento de temor dos "marotos"[62] e dos "caiados"[63].

Laranjeiras, o núcleo mais importante da Continguiba, onde maior era essa população livre e mestiça, assistiu a muitas manifestações de rebeldia. Entre ela atuou, em 1824, o mulato baiano Antônio Pereira Rebouças, Secretário do Presidente Manuel Fernandes da Silveira, motivado pela formação liberal que trazia e pelas restrições que encontrou dos potentados da terra à sua condição de mestiço. Diversas foram as denúncias contra ele enviadas às autoridades imperiais por pessoas influentes na sociedade local, acusando-o de "homem pardo" insuflador de malfeitores, quase todos de cor, doutrinando-os e persuadindo-os de que "todo homem pardo ou preto pode ser um General, e eles tão ufanos têm se feito, que altamente falam contra os brancos chamando-os caiados e já deixam de guardar aos Constituídos em dignidades aquele respeito que até então guardavam"[64].

Dessa população livre saíam os contingentes para as escolas públicas de Primeiras Letras, conforme evidenciam as folhas de matrícula das escolas, onde é grande o número de alunos *pardos* e de pai incógnito. Poucos chegavam ao fim do curso, sendo considerável a defasagem entre a matrícula e a freqüência. Raríssimos deles conseguiam cursar as Aulas de Latim e de outras disciplinas de nível secundário existentes. Tais fatos comprovam quanto o rendimento escolar depende da classe social a que os alunos pertencem. Assim, em lugar de ser um elemento de democratização, torna-se a escola um agente de elitização, como aconteceu em Sergipe.

Em decorrência da instalação do governo provincial, surge a necessidade de pessoas qualificadas para o preenchimento dos quadros administrativos. O primeiro presidente nomeado por Pedro I, o Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, encontrou dificuldades para preencher os cargos de Oficial Maior e Primeiro Oficial, "por isso que não se encontra nesta Província a pessoa que bem o exerça".[65] À medida que o mecanismo administrativo se consolidava, crescia a solicitação de indivíduos preparados para o exercício dos cargos. Também requerimentos de habitantes de diversas localidades às Câmaras Municipais, e a atuação destas junto aos poderes constituídos para a abertura de escolas, demonstram que a sociedade sergipana começava a exigir pessoas alfabetizadas.

A normalidade da vida política da Província conseguida pelo Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, (15/3/1825 a 2/11/1826), permitir-lhe-ia voltar as atenções para os problemas educacionais. Homem culto, imbuído das idéias liberais da época, esse paraibano pertencera às lojas maçônicas da região e participara da Revolução Pernambucana de 1817, quando foi preso e remetido para a Bahia, só sendo libertado quatro anos depois. Esteve em 1821 em Lisboa, representando, em nome de sua gente, contra a prepotência do governador Luís do Rego Barreto, trazendo, no retorno, uma tipografia e nela imprimindo obras selecionadas. Em 1822, aderindo a Paraíba à política do Príncipe-Regente, foi eleito Procurador-Geral da Província junto ao Conselho dos Procuradores-Gerais, criado em 16 de dezembro desse ano. Participou da coroação de Pedro I em 1º de dezembro de 1822, sendo destacado com a honra de levar a espada, a luva e o bastão imperial.[66]

São admiráveis, para a época, as medidas tentadas para o desenvolvimento cultural da vida sergipana por esse Presidente esclarecido. Elas correspondiam à solicitação de uma sociedade que se organizava após a instabilidade e agitações iniciadas nos começos de 1821, e que ainda o Presidente Manuel Fernandes da Silveira enfrentara.

Os que buscavam a escola, no período que se segue à Independência, não compunham, apenas, a parte da população pertencente à classe oligárquico-rural. "A esta, aos poucos se somava uma pequena camada intermediária, que, desde cedo, percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social".[67]

Em 1825, as autoridades imperiais, acreditando na eficácia da introdução do método lancasteriano nas escolas públicas de Primeiras Letras, oficiaram ao Presidente para promover sua adoção "quanto fosse possível nas escolas sergipanas".[68] Manuel Clemente, para ter condições de executar a recomendação, pretendeu enviar à Bahia um

62. Como eram chamados os reinóis.
63. Como eram chamados os brancos.
64. Representação do Juiz Presidente do Senado da Câmara e do Vereador mais velho, de 6 de julho de 1824. APN - Secção dos Ministérios.
65. Ofício do Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque a sua Magestade, o Imperador, informando sobre o requerimento de Inácio Antônio Dormundo. RIHGS, nº 23, ano 1959, pp. 157 e 158.

66. Nunes, Maria Thetis: *História de Sergipe a partir de 1820*, p. 111. Editora Cátedra - MEC, 1978.
67. Romanelli, Otaíza de Oliveira: *História da Educação no Brasil*, p. 37. Editora Vozes, 1978.
68. Ofício do Ministro Estevão Rezende ao Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, de 25 de agosto de 1825. APN - Secção dos Ministérios.

jovem qua ali aprendesse o novo método a fim de, posteriormente, ensinar aos professores locais. Com esse objetivo, encaminhou a Pedro I um pedido de subsídio que permitisse ao candidato ir a Salvador para o necessário estudo. Não foi aceita essa solicitação, alegando-se ser "mais conveniente que se mandasse um inferior da Tropa a esta Corte para preencher aquele objetivo".[69] A improvisação prevaleceria sobre o critério de racionalizar o ensino que o Presidente buscava adotar.

Também não seria acatada sua idéia para a criação de uma Escola Normal, ao pedir às autoridades imperiais o envio de professores da Corte "para habilitarem os professores daqui".[70] Cabe-lhe, assim, a primeira tentativa de implantar o ensino normal em terras sergipanas.

Em vão, lutou Manuel Clemente para que funcionassem em Sergipe as cadeiras de Lógica, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, e Aritmética e Geografia, enfatizando que, "facilitando-se à mocidade de toda a Província os meios de adquirir conhecimentos elementares indispensáveis para os diferentes empregos e misteres da sociedade, ir-se-ão melhorando os costumes e remediar-se-á, com grande vantagem do Estado, *a falta que atualmente há de indivíduos aptos para os ramos do serviço público*".[71] Também essas cadeiras se tornavam necessárias à instrução "para dissipar pouco a pouco a ignorância desta Província, manancial fecundo de crimes e atentados de toda a natureza".[72]

Visando a solucionar o problema do local da instalação do Ginásio Geral, onde funcionariam as Aulas, o Presidente apresentava a possibilidade do aproveitamento de um dos Conventos de São Cristóvão, o dos Franciscanos ou o dos Carmelitas, nos quais nunca residiam mais de dois religiosos. Ao mesmo tempo, poderiam servir de habitação aos alunos que buscassem o curso oriundos de Vilas e Povoações distantes.[73]

Apesar da insistência que manteve junto às autoridades do Império para a concretização do que teria sido a implantação do ensino secundário centralizado, as solicitações não foram atendidas.

69. Ofício do Visconde de Barbacena ao Presidente da Província de Sergipe, Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, de 23 de agosto de 1825. APN - Secção dos Ministérios.
70. Ofício do Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque ao Imperador Pedro I, de 10 de novembro de 1825. APN - Secção dos Ministérios.
71. Ofício do Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, de 29 de maio de 1825, o Ministro d'Estado dos Negócios do Império. APES - G^1 267.
72. Idem
73. Idem

Outro mérito que cabe a esse Presidente é o de ser o pioneiro do ensino profissional sergipano, ao melhorar as instalações do Trem Militar, criado anteriormente, aí estabelecendo oficinas "indispensáveis para que a mocidade pudesse com pequena despesa ter serviço útil à sua Pátria". Delas saíram preparados ferreiros, letreiros, coronheiros e sapateiros.

Algumas das solicitações de Manuel Clemente só se tornaram realidade a partir de 1828, em decorrência da Lei Imperial de 15 de outubro do ano anterior, que estabeleceu normas para a execução dos dispositivos constitucionais relativos à educação. Cumprindo suas determinações, o Presidente Inácio José Vicente da Fonseca (12/3/1828 a 11/8/1830) baixou o ato de 30 de março de 1829, estabelecendo a *Relação dos indivíduos providos nas diversas Cadeiras de Primeiras Letras* acompanhada da declaração dos vencimentos que, interinamente, "se lhes arbitrou por ano", que variavam de 200$000 a 250$000. Apareciam relacionadas vinte e três cadeiras de Primeiras Letras com os respectivos ordenados, sendo que quatro delas diziam *novamente criadas*, o que significava a criação naquele momento.[74]

Também proviam-se as cadeiras de Língua Latina, declarando-se os vencimentos anuais já percebidos pelos professores. Eram estes com as cadeiras e os ordenados:

Professor	Cadeira	Ordenado
Rev. Luís Correia Caldas Lima	Cidade de São Cristóvão	300$000
Brás Diniz Villas-Boas	Vila de Sto. Amaro	240$000
Manuel Joaquim Nunes	Vila de Itabaiana	240$000
José Francisco Gonçalves	Vila do Lagarto	240$000
Rev. Manuel Francisco de Carvalho	Vila de Propriá	240$000
Rev. João Campos da Silveira	Vila de Sta. Luzia e Estância	240$000
João da Silva Lemos, substituto de Fortunato Antônio Ribeiro	Vila Nova do Rio São Francisco	240$000
João Moreira Cézar	Povoado das Laranjeiras	240$000

74. APES - G^1 276. (Anexo nº 4)

Conforme as declarações opostas ao ato de 30 de março de 1829 pelo Brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca, as três últimas cadeiras de Língua Latina se achavam confirmadas por sua Majestade, o Imperador. As demaís, segundo os artigos 2º, 3º e 7º da Lei que as estabeleceram, os ocupantes só seriam confirmados com o título, pelas autoridades imperiais, depois de realizado concurso. Os ordenados deveriam ser aprovados pela Assembléia-Geral.

O Edital de 3 de dezembro de 1828 abria concurso para todas as cadeiras de Primeiras Letras e Gramática Latina, consideradas vagas, a ser realizado em 21 de janeiro do ano seguinte. (Anexo nº 4). Esse Edital é o primeiro da história da educação sergipana.

A realização desses concursos constituiu grande parte das atividades do Conselho do Governo do ano imediato.

Atendendo ao pedido dos dirigentes do Império, enviou-lhes o Presidente Inácio José Vicente da Fonseca a *Relação das escolas de 1ªs. Letras, Aulas de Gramática Latina, Boticas, Médicos e Cirurgiões existentes na Província de Sergipe*. Datado de 1828, é o primeiro levantamento conhecido da vida sergipana, e assim se apresentava o panorama educacional:[75]

Primeiras Letras				
Escolas:	Públicas	24	Alunos	1.012
	Particulares	31		374
	Total	55		1.386

Gramática Latina				
Escolas:	Públicas	8	Alunos	102
	Particulares	5		29
	Total	13		131

Existiam, apenas, quatro cirurgiões, sediados em São Cristóvão, Sto. Amaro, Propriá e Sta. Luzia, o que significava um pequeno progresso, considerando que em 1797 nenhum era registrado.

Nesse ano de 1828, o Presidente empenhou-se junto ao Ministro Pedro de Araújo Lima para a criação, em Sergipe, das cadeiras de Lógica e Retórica. Argumentava sua importância, pois sendo indispensáveis ao ingresso no curso jurídico de Olinda, criado no ano anterior juntamente com o de São Paulo, os estudantes locais teriam que ir cursá-las em Salvador. Reforçava seu pedido com o argumento de que existiam, na ocasião, em São Cristóvão, um religioso carmelita e outro agostiniano "hábeis para exporem e regerem as sobreditas cadeiras".[76] Seu apelo não encontraria, porém, eco na Corte.

75. APN – Caixa 761, Pacote 1, doc. 2. Ainda esse documento trazia a distribuição de escolas e alunos pela Província: (Anexo nº 5).

Em 1º de dezembro de 1829 instalou-se, na Capital sergipana, com atribuições legislativas, o Conselho-Geral da Província, instituído pelos artigos 72 e 73 da Costituição do Império e regulamentado pela Lei Geral de 27 de agosto de 1828. A este órgão podem ser creditadas algumas medidas importantes para a educação sergipana. Destaca-se a criação em 1830, em São Cristóvão, das cadeiras de Retórica, Filosofia, Geometria e Francês, percebendo cada professor 600$000 anuais. A cadeira de Geometria estava reunida à de Francês, e a de Filosofia abrangia Filosofia Racional e Moral. O lente de Retórica ensinaria também História e Geografia.[77]

Anunciavam-se, assim, os fundamentos do ensino secundário globalizado em Sergipe, reduzido que se encontrava às aulas de Latim.

Data de fevereiro de 1831 a criação, na Capital, em Estância, Propriá e Laranjeiras, de cadeiras públicas para o sexo feminino. Só nessa época o governo provincial avocava a responsabilidade de ministrar as Primeiras Letras à mulher sergipana. O patriarcalismo dominante fizera que nunca o problema fosse enfrentado, que também era do país, como atestam os relatos dos viajantes estrangeiros que aqui passaram, e que se impressionaram com a situação da mulher reclusa no interior dos lares.[78]

Temia o homem que a mulher letrada escapasse ao seu mandonismo tradicional, que o cancioneiro popular assim entendia:

Menina que sabe muito
É menina atrapalhada

76. Ofício do Presidente Inácio José Vicente da Fonseca ao Ministro Pedro de Araújo Lima, de julho de 1828. APN, Secção dos Ministérios.

77. Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: *Memória sobre o Poder Legislativo Sergipense*. RIHGS, ano IV, 1919, pág. 21.

78. Elizabeth Agassiz, esposa do naturalista Agassiz, ao conhecer a situação da mulher brasileira em 1865, escreveu: "Efetivamente, nunca conversei com as senhoras que delas não recebesse as mais tristes confidências acerca de sua existência estreita e confinada. Não há uma só brasileira, que tenha um pouco refletido sobre o assunto, que não se saiba condenada a uma vida de repressão e constrangimento. Além do círculo estreito de sua existência doméstica, nada existe para ela". Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: *Viagem ao Brasil* (1865-1866), pág. 569. Companhia Editora Nacional, 1938.

Para ser mãe de família
Saber pouco ou mesmo nada.[79]

Mesmo em Portugal, só a partir de fevereiro de 1790 surgiram medidas para a abertura de escolas públicas femininas,[80] não alcançadas pelas medidas revolucionárias do Marquês de Pombal.

Nesse ano de 1831, o Conselho do Governo aprovou o plano do Cônego Doutoral José Marcelino de Carvalho, Vigário-Geral da Província, para o funcionamento de uma casa de Educação, a ser mantida "por subscrição de Beneméritos Proprietários", com o nome de Colégio Patriótico de São Cristóvão. Deveria ter internato, recebendo pensionistas e 10 órfãos, ensinando-lhes as Primeiras Letras pelo método de Lancaster, Gramática Latina, Língua Francesa, Língua Inglesa, Música e Dança.[81] O plano bem minucioso em seus objetivos, embora aprovado e tendo sido nomeada uma Junta Promotora, não conseguiu tornar-se realidade. Era impossível ter sucesso, dadas as condições sociais vigentes, porque determinada faceta cultural só se incorpora ao patrimônio de um povo quando está em consonância com a estrutura social em vigor. À classe dominante de Sergipe, constituída por proprietários rurais, não interessava manter um estabelecimento como esse apresentado pelo Vigário-Geral. Seus filhos eram enviados aos centros maiores, onde pudessem cursar as disciplinas exigidas para o ingresso nas Academias do Império.

Ainda não obteria êxito a proposta do Cônego Antônio Fernandes da Silveira, levada ao Conselho-Geral em dezembro de 1933, para a criação de uma escola de ensino mútuo que ensinasse noções de Geografia, Meteorologia e Agricultura,[82] além das matérias designadas na Lei de 15/10/1827.

Os alunos deveriam ser os professores de instrução primária e os que se preparassem para o ingresso no magistério. Significou esse projeto mais uma tentativa fracassada de introduzir o curso normal em Sergipe.

A prosperidade crescente da economia açucareira e o desenvolvimento trazido aos núcleos urbanos a ela ligados vão condicionar o surgimento de cursos particulares, como o do professor Joaquim

79. Calasans, José: *Temas da Província*, pág. 24. Coleção Estudos Sergipanos, Vol. I, Aracaju, 1944.
80. Diretoria-Geral de Estudos, Real Mesa da Comissão sobre Exame e Censura de Livros. Arquivo da Alfândega de Lisboa.
81. Ata da sessão do Conselho do Governo de 13 de julho de 1831. In Sergipe – Apontamentos para sua História, Manuscrito existente na BN, já citado.
82. Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: obra citada, pág. 27.

Maurício Cardoso[83], em Estância, e o de Euzébio Vanério, para meninas, em São Cristóvão. Este último, professor de inglês, mantinha o curso auxiliado pela esposa e a neta.

Tentando atender às reclamações constantes das Províncias, o governo regencial, através do decreto de 11 de novembro de 1831, fez estender a todo o Império a disposição do decreto de 25 de janeiro do mesmo ano, que havia criado cadeiras na Província do Ceará.

Segundo as disposições desse decreto, eram confirmadas, e portanto passavam a ter existência legalizada, as Aulas de Filosofia, Retórica, Geometria e Gramática Francesa que funcionavam em São Cristóvão em decorrência do ato do Conselho-Geral de 1830. Logo se abria concurso público para o preenchimento das cadeiras, sendo marcados os dias 28, 29 e 30 de março de 1832 para a realização.

Não se tornou fácil encontrar, na Província, pessoas qualificadas para lecionarem essas disciplinas. O Presidente Dr. Joaquim Marcelino de Brito oficiou ao Ministro Luís Coutinho, em junho desse ano, informando-o de que apenas um concorrente aparecera para a cadeira de Francês.[84] Dilatou-se o prazo de inscrição, determinando-se novo concurso para 30 e 31 de julho e 1º de agosto do mesmo ano, com ampla divulgação. Outra dificuldade surgida foi a ausência de pessoas habilitadas para examinadores.

Até outubro não haviam aparecido concorrentes às cadeiras de Retórica e Filosofia Moral e Racional, passando-se a convocar candidatos de outras províncias. Esta última cadeira só seria provida em 1834, em razão do candidato aprovado no início do ano anterior, Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas, um dos primeiros sergipanos a formar-se na Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, ter feito opção pelo ensino de uma das cadeiras desta Escola.

Em 1834, o Conselho-Geral, atribuindo o desinteresse dos candidatos ao magistério secundário à baixa remuneração oferecida, elevou os ordenados das cadeiras de Retórica, Geometria, Filosofia e Francês

83. Joaquim Maurício Cardoso, professor baiano radicado em Sergipe, desde 1829 lecionou Primeiras Letras em Estância (Vila de Santa Luzia). A partir de 1833 ensinou Francês em São Cristóvão, retornando, porém, a Estância em 1835 para, após o concurso, ocupar a cadeira de Retórica e Poética até a extinção em 1838. Foi pai de outro ilustre professor, o sergipano Brício Maurício de Azevedo Cardoso, progenitor de um dos mais destacados governantes de Sergipe, o Dr. Maurício Graco Cardoso (1922/1926)
84. "As cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, novamente criadas pelo Decreto de 11 de novembro do ano passado se acham em concurso, sem terem até agora opositores, que com dificuldade aqui apareceram com a necessária capacidade para tais cadeiras, achando-se porém já provida a de Francês criada pelo mesmo Decreto". Ofício do Presidente Joaquim Marcelino de Brito ao Ilmo. e Exmo. Sr. José Luís Coutinho, em 12 de junho de 1832. APES, G[1] 276.

para 800$000 anuais, e as de Latim da Capital e de Estância para 600$000. Também se beneficiaram com o aumento salarial os professores de Primeiras Letras, da Capital, Estância Santo Amaro e Capela.[85]

Nesse mesmo ano, o Conselho-Geral denunciava ao Presidente da Província, José Geminiano de Morais Navarro (29/10/1833 a 13/2/1835), a situação calamitosa em que se encontrava o ensino de Primeiras Letras, entregue a professores improvisados.[86] Este dirigiu-se aos Juízes de Paz pedindo rigor na fiscalização, ante "o desleixo, o atrasamento escandaloso em que se achava a instrução nessa Província, ocasionados da crassa ignorância que predomina em alguns de seus preceptores".

Sobressaiu-se esse Presidente por ter reunido, em novembro de 1833, as cadeiras de ensino público de Latim, Francês, Geometria, Filosofia e Retórica, existentes em São Cristóvão, no Liceu,[87] instalado no Convento do Carmo. Aprovados os Estatutos pelo Conselho-Geral, assumiram a direção do estabelecimento Frei José dos Prazeres Bulhões, como Diretor, e o professor de Francês, Joaquim Maurício Cardoso, como Vice-Diretor, "por concorrerem na pessoa do mesmo os requisitos necessários para bem desempenhar semelhante emprego".

Mas, efêmera seria a vida do primeiro Liceu sergipano. Comunicada, à Regência, a criação para ser devidamente aprovada, não foi ela bem-aceita, recebendo o Presidente, em agosto de 1834, um ofício em nome do Imperador comunicando-lhe que "será este negócio submetido à consideração da Assembléia geral; não anuindo em que com aquele estabelecimento se faça despesa alguma, enquanto por ela não for aprovada".[88] Logo depois, outra notificação vinda da Secretaria da Câmara dos Deputados lhe advertia que o projeto da criação do Liceu deveria ser encaminhado à Assembléia Provincial, órgão que substituí-

85. Ata do Conselho-Geral de Sergipe de 22 de janeiro de 1834. APS.
86. Ofício do Conselho-Geral da Província, de 13 de fevereiro de 1834, ao Presidente José Geminiano de Morais Navarro. APES, G' 280.
87. "Devendo-se reunir todas as cadeiras do Ensino Público no Liceu novamente criado, instalado no Convento do Carmo desta Cidade, cumpre-me que V. S. comunique aos respectivos Professores que ali devem desempenhar as funções de seu Magistério, consignando-lhes as Salas para as respectivas Aulas, e incumbindo-se V. S. de requisitar por obséquio a cadeira do ex-professor Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas, para servir na Aula de Latim, podendo certificar que será indenizado brevemente no valor da mesma". Palácio do Governo, 17 de março de 1834. José Geminiano Navarro ao Ilmo. Professor Frei José dos Prazeres Bulhões, Diretor do Liceu desta Cidade. APES, G' 280.
88. Ofício do Ministro Chicorro da Gama ao Presidente José Geminiano de Moraes Navarro em 13 de agosto de 1834. APES - Instrução Pública.

ra o Conselho-Geral em conseqüência da promulgação do Ato Adicional em 12 de agosto daquele ano.

Sem fazer despesa, ele ainda funcionou no ano de 1834. Mas, um dos primeiros atos da Assembléia Provincial instalada nos começos de janeiro de 1835, a Lei de 25 do mesmo mês, suspendia o funcionamento do Liceu "por não poder a Província concorrer com as despesas do seu custeio e pelo diminuto número de alunos freqüentes às matrículas das diversas aulas, ficando como dantes os respectivos professores autorizados a lecionar em seus cursos".[89]

Esforçou-se bastante o Presidente Geminiano Morais Navarro para salvar o Liceu, que seria, caso tivesse vingado, um dos primeiros do país. Enviou, à Assembléia Provincial, os Estatutos, argumentando que a instituição havia vivido até o momento com uma única despesa feita, que fora a aquisição de um prêmio para um aluno de Latim.[90]

Seus esforços, porém, resultaram inúteis, voltando-se, em 1835, ao sistema de aulas avulsas, embora estas continuassem a ser ministradas no Convento do Carmo, onde funcionara o Liceu em sua breve vida.

Marcou o início da década de 1830, em Sergipe, o aparecimento da Imprensa com a circulação, na Vila Constitucional de Estância em setembro de 1832, do jornal o *Recopilador Sergipano*. Até esse momento, como dependíamos, no campo econômico, dos comerciantes e do porto da Bahia para a exportação e importação dos produtos, também a mesma dependência se verificava na imprensa. A divulgação dos fatos econômicos e políticos sergipanos se fazia através dos jornais baianos. A *Idade D'Ouro* (1811-1823), o *Grito da Razão* e o *Independente Constitucional* (após a Independência), pelas notícias inseridas sobre Sergipe, se tornam indispensáveis para o conhecimento de sua História nessa época.

O pioneiro da imprensa sergipana foi o Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira (1795-1862), nome mais conhecido pela atuação política desenvolvida a partir de 1822, quando se identificou com a luta pela manutenção da autonomia de Sergipe, concedida por D.

89. Para o Diretor do Liceu desta Cidade. Ilmo. Sr. De ordem de S. Excia. participo a V.S. para sua inteligência, a fim de que haja de fazer publicar onde convier, *que a Assembléia Legislativa Provincial houve por bem dissolver o Liceu desta Cidade*, mandando por isso o Exmo. Sr. que os respectivos Professores que o acompanham, passem já a dar aula em suas casas, até ulterior resolução a respeito. Secretaria da Presidencia de Sergipe, 3 de fevereiro de 1835. Ilmo. Sr. Diretor do extinto Liceu desta Cidade Pe. José dos Prazeres Bulhões. Braz Diniz Villas-Boas. APES - G' 280.
90. Ofício da Presidência de Sergipe para o Secretário da Assembléia Provincial, Braz Diniz Villas-Boas, em 13 de janeiro de 1835. APES - Instrução Pública.

João VI, e pela independência do Brasil, sob a liderança do Príncipe-Regente D. Pedro. Depois, exerceu cargos de confiança no governo imperial, integrou o Conselho Geral da Província de Sergipe, sendo seu Presidente, bem como da Assembléia Legislativa Provincial para a qual se elegera deputado quando da instalação em 1835. Ainda representou sua Província, por vários mandatos, na Câmara dos Deputados.

Impresso na Tipografia de Silveira, por ele instalada na ocasião, o *Recopilador Sergipano* apareceu até 1834, publicando especialmente temas da política provinciana. Apresentava, como dístico, a frase de George Washington:

"Sede justos se quereis ser livres
Sede unidos se quereis ser fortes".

Nessa Tipografia ainda foram publicados, por seu proprietário, os Anais do Conselho-Geral da Província relativos aos anos de 1832 a 1834.

A partir de 1835, começa a circular, em São Cristóvão, o *Noticiador Sergipense* como órgão oficial do governo provincial. Seus números constituem valioso documentário dessa época de transição, quando a Província passa a desfrutar da maior autonomia concedida pelo Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império.

III.

A EDUCAÇÃO EM SERGIPE APÓS O ATO ADICIONAL

O Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império trouxe profundas conseqüências à evolução educacional brasileira. Representou o epílogo da luta que se vinha travando no país desde a Assembléia Constituinte de 1823. De um lado, os conservadores, para os quais a educação deveria visar, apenas, à classe dominante e aos setores urbanos da classe média. De outro lado, os liberais, como Martim Francisco Ribeiro de Andrade e Januário da Cunha Barbosa, imbuídos das idéias filosóficas e pedagógicas vitoriosas com a Revolução Francesa e consolidadas pelo império napoleônico. Defendiam eles uma educação nacional, teoricamente aberta a todos os brasileiros, nos moldes do *Rapport*, o plano apresentado por Condorcet à Assembléia Legislativa Francesa de 1792. Venceu a tendência conservadora, como demonstram as disposições nele contidas.

Repercutiria, consideravelmente, no desenrolar da educação do Brasil, o parágrafo 2º do art. 10, desse Ato Adicional, que transferia às Assembléias Legislativas Provinciais, então criadas, o direito de legislarem em matéria de ensino primário e secundário, embora não excluísse a competência do poder central na criação de escolas no país. Resultava esse artigo de concessão feita às tendências descentralizadoras explodidas após a abdicação de Pedro I, e que se refletiram na Assembléia geral. Até sua promulgação, o provimento de cadeiras era encaminhado pelos presidentes das Províncias à Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior para aprovação dos nomes dos professores, enquanto a iniciativa de medidas educacionais pertencia às autoridades imperiais.

Implantava-se, entre nós, a descentralização do ensino secundário com grave ressonância em seu desenvolvimento, que iria variar de província a província, segundo as condições financeiras de cada uma delas.

Se não ocorreu maior disparidade de sistemas educacionais, deve-se aos Preparatórios, estabelecidos pelo poder central, como requisito

para ingresso nas escolas superiores.A Lei de 11 de agosto de 1827, que criou as Academias de Direito de São Paulo e Olinda, determinava que "os estudantes que quiserem matricular nos cursos jurídicos devem apresentar as certidões que mostrem ter a idade de 15 anos completos e de aprovação de Língua Francesa, Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral e Geometria". O certificado de aprovação deveria ser obtido através de exames feitos nos próprios cursos jurídicos por dois professores "peritos nas respectivas matérias, designados pelo Diretor da Academia, a quem compete presidir os trabalhos da Comissão". Os novos Estatutos das Academias de Ciências Jurídicas do Império, de 7 de novembro de 1831, previam a incorporação a estas instituições de seis cadeiras para ministrarem os conhecimentos exigidos: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia. A Lei de 3 de outubro de 1832, que deu nova organização às Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e Rio de Janeiro, transformando-as em escolas de Medicina, exigia dos candidatos, ao seu ingresso, o conhecimento de Latim, Inglês ou Francês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. Sem grandes alterações, esses requisitos permaneceriam por toda a época imperial, institucionalizando-se, dessa forma, os Preparatórios.

Assim, os estabelecimentos de ensino secundário, quer públicos, quer particulares, para terem êxito junto à comunidade e serem freqüentados pelos que buscavam os cursos superiores, foram resumindo-se às disciplinas requeridas pelos Preparatórios, forçando, desse modo, a padronização dos currículos.

A centralização do Poder, que tão eficazmente o Império consolidara na área político-administrativa, não envolveu o setor educacional. Em 1842, na Câmara dos Deputados, um jovem representante de Sergipe, o Dr. José de Barros Pimentel,[91] percebendo o paradoxo da situação, interrogava às autoridades imperiais: "No momento em que o espírito centralizador se desenvolve com tanto afã, não é para se notar que só a instrução pública não tenha excitado a cobiça do poder executivo?"[92]

Na ocasião em que o Ato Adicional alterou os rumos da educação brasileira, a Província de Sergipe registrava 160.452 habitantes,[93] sendo 112.640 pessoas livres e 47.812 escravas, que se constituíam em 29,2% da população. Para os 70,8% de pessoas livres, desde quando os escravos não tinham direito à escola, o Poder Público oferecia:

Primeiras Letras: Cadeiras providas
Meninos 25 Meninas 4 Total 29
Secundárias: Latim 8; Retórica 1 (vaga); Filosofia 1; Francês 1; Geometria 1.
Total: 12

Incluía-se nas 25 escolas para meninos uma de ensino mútuo.[94]

Não era animador o ensino primário sergipano, com mestres, em sua maioria, improvisados, conforme assinala a Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das Aulas dos diversos Municípios da Província: "Em suma a Comissão julga que a Instrução Pública não pode melhorar nesta Província sem que primeiramente a maior parte, ou quase todos os professores de Primeiras Letras voltem a uma Escola Normal, *onde aprenderão o que lhes falta*; em segundo lugar, *sem que lhes dê ordenados suficientes*; e, por último, sem que todos ensinem pelo método simultâneo, visto não haverem Escolas de ensino mútuo, senão uma na Capital, que segundo a voz pública não tem produzido os resultados que eram de esperar". (Anexo nº 6).

Constantemente, chegavam ao Presidente da Província reclamações contra professores, mesmo da Capital, "por inteiramente destituídos dos conhecimentos precisos para desempenhar o Ministério que ocupam". Em novembro de 1833, o Conselho Geral havia solicitado ao Presidente José Geminiano de Morais Navarro a demissão de alguns deles. Este oficiou aos Juízes de Paz "para que procedessem com as formalidades legais contra os professores indigitados de inábeis pela voz pública, e ostensivamente reconhecidos como tais".

Mas, para surpresa sua, nos sumários que lhe foram enviados por aquelas autoridades, apareceram os acusados "como os melhores Preceptores, e como que santificados". Indignado, o Presidente apelou para o Ministro Chicorro da Gama a fim de que lhe indicasse um meio que, "sem deixar de ser legal", pudesse demitir os professores citados, fazendo, desse modo, "a extirpação deste mal, filho da escandalosa indulgência dos examinadores que os aprovavam".[95] Ainda se referia às

91. "Barros Pimentel, o Benjamim da plêiade, lembra Lord Randolph Churchill principalmente, exasperando o banco ministerial com seu talento, sua petulância, seus golpes pessoais." Joaquim Nabuco: *Um Estadista do Império*. Tomo I, pág. 40. Civilização Editora, São Paulo, 1936.
92. Anais da Câmara dos Deputados, 1843, tomo I, pág. 230.
93. Mapa estatístico da Província de Sergipe do ano de 1834, enviado pelo Presidente J. G. de Morais Navarro. APN, Caixa 761, pacote I.

94. Relatório da Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das Aulas dos diversos Municípios da Província em 21 de janeiro de 1834. APES, coleção Epifânio Dórea - Instrução Pública, Caixa 14, doc. 04. (Anexo nº 5)
95. Ofício para o Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, Antônio Pinto Chicorro da Gama, do Presidente José Joaquim Geminiano de Morais Navarro em 10 de abril de 1834. APES - Instrução Púbica.

pressões que estava sofrendo para que não tomasse qualquer medida punitiva.

Essa atitude dos Juízes de Paz, que tanto escandalizara o Presidente, decorria das condições sociais dominantes, em que as injunções políticas se sobrepunham aos interesses da comunidade, predominando sempre o interesse individual sobre o social. Os professores denunciados pertenciam à clientela dos chefes políticos locais, de quem recebiam proteção, e aos quais também estavam ligados os Juízes de Paz.

Dentro das atribuições que lhe eram reservadas pelo Ato Adicional, o Presidente Dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa (12/2/1835 a 10/10 do mesmo ano) promulgou a Carta de Lei de 5 de março de 1835, marco importante da história da educação sergipana. Pode ser considerada "nossa primeira lei orgânica de instrução".[96] Abrangia uma minuciosa regulamentação do ensino,[97] que ia do provimento das cadeiras por concurso à discriminação do ordenado do professor, que era de 200$000, "não sendo permitido a eles ocuparem outro ofício público segundo as leis existentes". Os exames realizavam-se publicamente perante o Presidente da Província, que, para isso, convocava "pessoas hábeis".

Às Câmaras Municipais conferia-se a missão de, anualmente, prestarem ao governo as necessárias informações sobre o funcionamento das aulas, "adicionando-lhes reflexões que julgar próprias ao melhoramento da instrução pública". Ainda lhes cabia, bem como aos Juízes de Paz, função fiscalizadora, sendo dever de ambos participar ao Governo "desleixos, omissões e mais prevaricações dos professores" para que ele agisse segundo a lei. Com essas informações, poderia o Presidente suspender os professores por prevaricação, abuso, omissão, irregularidade de conduta, "mandando efetivar a responsabilidade pelos meios legais". A demissão, porém, só aconteceria "em virtude de sentença," o que protegia o professor das arbitrariedades dos senhores do poder, especialmente dos chefes políticos do interior. Também regulamentava a aposentadoria do magistério, estabelecendo que ela poderia ser concedida ao professor, com vencimentos integrais, se tivesse o beneficiário 20 anos de atividade e por motivo de saúde, ou se já ensinasse há 25 anos.

Determinava a Carta de Lei que deveriam existir 16 alunos matriculados para que funcionasse uma escola de Primeiras Letras, do sexo

96. Calasans, José: *O Ensino Público em Sergipe*, pág. 7. Coleção Estudos Sergipanos, vol. VII. Aracaju, 1951.
97. Carta de Lei de 5 de março de 1835. Livro da Lei Sergipana de 1835. Impresso na Tipografia Provincial em 1838.

masculino, e 8 para a do sexo feminino. O funcionamento de Aulas de Preparatórios estava condicionado à matrícula de 6 alunos. Procuravam tais exigências evitar a criação de escolas em lugares onde as condições não as permitissem, em detrimento de outros que apresentavam melhores possibilidades.

Eram estabelecidos os exames anuais no fim do período letivo. Nas Vilas, seriam realizados perante as Câmaras Municipais, e nos Povoados assistidos pelo Juiz de Paz e um Vereador. Os melhores alunos receberiam prêmios, representados por medalhas ou fitas.

Para atender aos estudantes carentes de recursos, o governo deveria fornecer-lhes os livros adotados.

Foram estabelecidas as disciplinas a serem cursadas nas escolas de Primeiras Letras, numa tentativa de uniformização curricular. Nas escolas masculinas estudavam-se Leitura e caligrafia, Gramática da língua nacional, teoria e prática de Aritmética até regra de três, noções de Geometria plana, Sistema de pesos e medidas, Moral e Doutrina Cristã. Já nas femininas contavam com as mesmas disciplinas, excluindo-se noções de Geometria plana e, quanto à Aritmética, só alcançaria as quatro operações. Acrescentavam-se trabalhos de agulha.

Essa Lei, realmente, representou a primeira tentativa válida de organizar e regulamentar o ensino em Sergipe.

Por ela, através do artigo primeiro, criavam-se na Vila Constitucional de Estância as cadeiras de Filosofia e Moral, Retórica e Francês, exigidas pelos Preparatórios. Comprovava-se, assim, a importância que essa Vila assumia não só na área econômica como no setor cultural da Província, sendo sua Aula de Latim a mais freqüentada, registrando, no ano anterior, 44 alunos. Também contava com três escolas de Primeiras Letras, com uma matrícula de 194 alunos. Atendiam-se às aspirações dos jovens estancianos que, desde a instalação da Assembléia Provincial em janeiro de 1835, haviam requerido a criação dessas cadeiras, que se somariam à de Latim há muito existente. Já ali se desenvolvia, promissor, o ensino particular (privado, como era chamado), atendendo a uma clientela numerosa, constituída pelos filhos dos senhores de engenho da próspera região açucareira que convergia para a barra do Rio Real. Entre esses professores, destacava-se Joaquim Maurício Cardoso, que muito contribuiu para o florescimento, nessa Vila, de uma plêiade de intelectuais atuantes. Também aí circulou, de 1832 a 1834, o *Recopilador Sergipano*, o primeiro jornal da Província, fundado pelo Cônego Antônio Fernandes da Silveira, tendo como redator o Pe. José Alves Pitangueira.

Outro artigo transferia para a povoação do Rosário do Catete a cadeira de Gramática Latina existente em Santo Amaro das Brotas desde 1813, numa demonstração da decadência desta Vila que fora,

nos começos do século, o centro econômico e político mais importante de Sergipe. Ainda se criavam cadeiras de Primeiras Letras em diversas povoações, entre elas o povoado de Santo Antônio de Aracaju, e outras para meninas em todas as vilas onde ainda não existissem.

Logo após a posse, o Presidente Manuel Ribeiro havia, em circular, ordenado aos professores que, de nenhuma forma, permitissem que "freqüentassem suas aulas Estudantes descalços ou sem camisa, empregando esforços para que se apresentassem com aquela decência, asseio e alinho que lhes permitam suas faculdades domésticas."[98] Alheio à realidade da Província que chegava para governar, desconhecia o Presidente a pobreza da maioria dos que freqüentavam as aulas.

Apesar do traço progressista que marcou a Carta de Lei de 1835, o Presidente Manuel Ribeiro tomou posição contrária ao espírito liberal que vinha norteando os professores de Humanidades. Proibiu a adoção do folheto "Fonte da Verdade", que fora adotado pelo seu antecessor para as aulas de Primeiras Letras, por considerá-lo contra os princípios dos sagrados dogmas da Igreja Católica, desde quando "sua doutrina tornava problemática a primeira verdade do Cristão, a origem eterna de Deus". Considerava-o perigoso aos espíritos juvenis ao tentar neles apagar toda crença religiosa, impondo-lhes falsas opiniões de moral. Rotulando esses conhecimentos de *spinosismo*, ordenava o Presidente ao novo professor de Filosofia que não utilizasse o "pernicioso catecismo", ficando proibido, nas Aulas, não só sua leitura como de qualquer livro que, em vez da moral evangélica, conduzisse "a desvarios na idade em que eles nos devia a preservar a boa educação se a houvéssemos recebido". Deveriam voltar a ser adotados o Catecismo de Montpellier e o Novo Testamento, onde os alunos encontrariam "as verdadeiras demonstrações da essência de Deus e a história sem viciosas interpretações do Evangelho".[99]

Embora, na aparência, imperceptíveis, começavam a operar-se, na estrutura sócio-econômica sergipana, transformações que passam a exigir mão-de-obra qualificada, conforme demonstra a correspondência do Presidente Manuel Ribeiro a Francisco Leite Bittencourt Sampaio, residente no Rio de Janeiro, oferecendo vantagens a oficiais mecânicos, pedreiro, carpina, coronheiro, funileiro, latoeiro, barbeiro e outros que quisessem deslocar-se par Sergipe.[100] Manifestava-se, assim, o impacto da sociedade escravocrata, que nunca valorizara o trabalho manual, e fizera fracasssar sempre as tentativas de implantação do ensino profissional.

98. Circular do Presidente Manuel Ribeiro da Silva em 14 de fevereiro de 1835. APES – Instrução Pública.

99. Ofício do Dr. Manuel Ribeiro ao Professor de Filosofia em 18/5/1835, anexo à sua Mensagem à Assembléia Provincial desse ano. BN, Secção de Microfilmes.

100. Carta do Presidente Manuel Ribeiro da Silva a Francisco Bittencourt Sampaio em 1º de setembro de 1835. In *Noticiador Sergipense*, nº 58, de setembro de 1835.

A primeira visão global da realidade educacional sergipana só aparecerá em janeiro de 1836 com a fala, à Assembléia Legislativa Provincial, do Vice-Presidente em exercício, Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros (6/12/1835 a 3/5/1836). Reflete ela a formação progressista desse alagoano de pouco mais de 30 anos, que foi, em sua curta administração, um dos mais ilustres governantes que teve Sergipe. Aí radicado, era doutor em Ciências pela Universidade de Paris e em Medicina pela de Strasburgo. Discípulo de Gay-Lussac, autor de trabalhos científicos divulgados na Europa, onde pertencia a diversas sociedades científicas, estava acima das mesquinhas disputas políticas provinciais.[101]

Realisticamente, ele levantou a situação educacional de Sergipe, na qual somente 1/3 dos homens livres sabia ler, fazendo sentir as conseqüências que isto trazia ao seu desenvolvimento. Demonstra aos legisladores a necessidade de ser elaborado um Plano de Instrução Elementar, sendo indispensável a criação de um Inspetor de Aulas, com ordenado razoável, para informar, circunstancialmente, ao governo a marcha das escolas. Chama a atenção dos deputados para que fossem concedidos os mesmos ordenados das grandes vilas aos professores dos lugares distantes, como uma forma de estímulo para que surgissem candidatos aptos a preencher essas cadeiras, muitas delas ainda desocupadas.

Mostra como seria importante incentivar o ensino profissional identificado com as atividades econômicas da região. Deveria ser ministrado em estabelecimentos modestos, "onde se mostrassem os princípios práticos de lavrar a terra, de plantá-la e dispô-la para produzir diversas colheitas; de preparar os seus frutos, de cuidar do gado

101. Após a derrota da Revolução de Santo Amaro (1836), em que se envolvera ao lado de Antônio José Travassos e Manuel Joaquim de Souza Brito, entre outros, Manuel Joaquim Fernandes de Barros refugiou-se em Penedo, sua terra natal, ante as perseguições que atingiram os revolucionários (os camondongos como eram conhecidos). Com a Maioridade e a ascensão dos liberais ao poder, viajou para a Corte, segundo um de seus biógrafos, a chamado dos irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco), com que se relacionava.

Mas, na passagem por Salvador, foi assassinado em 2 de outubro de 1840, sendo o crime atribuído ao seu rival político em Sergipe, o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto. Após rumoroso processo, este foi absolvido pelo Tribunal da Bahia.

O Necrológio de Manuel Joaquim Fernandes de Barros se encontra publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 15/7/1841, assinado por F. F. de C. M.

e animais domésticos e de construção rural". Fazia ver como a educação, assim orientada, contribuiria para o desenvolvimento da agricultura, citando o exemplo do que ocorria na Alemanha e Suíça, países que ele bem conhecia quando de sua permanência na Europa.

Igualmente, seria de utilidade um estabelecimento para as mulheres, que lhes permitissem aprender "a coser, lavar, engomar, fazer flores, cuidar de hortas e da educação dos animais domésticos". E concluía: "Assim teríamos um viveiro, onde os camponeses achassem mulheres, filhas de pessoas pobres, ou órfãs, que lhes trouxessem em dote os ricos tesouros que se obtém com a ciência prática da economia, boa ordem e o conhecimento das cousas domésticas; e os particulares, boas criadas, capazes de dirigirem suas casas; e essas pobres um apoio em sua indústria".

Comprovava o Presidente como seria possível, dentro dos recursos existentes, tornar realidade tal plano, que beneficiaria a população feminina desprovida de recursos.

Fundamentado em concepções pedagógicas avançadas, tentou Manuel Joaquim Fernandes de Barros, em seu breve governo, implantar em Segipe um sistema de ensino identificado com a realidade sócio-econômica vigente, de cunho pragmático, e que respondesse às exigências da comunidade.

Assim, ao analisar o ensino secundário existente, representado pelas cadeiras de Latim, Geometria, Filosofia e Francês, ele afirmava que "as que estão providas se devem conservar, mas as outras desse gênero, que por lei estão criadas, não devem prover, pois o pequeno número de alunos, que freqüentam as existentes, nos dá a conhecer que elas de pouco proveito são para os nossos habitantes". Insistia que as aulas dispersas deveriam ser reunidas, na Capital, num Liceu, acrescentando-se outras cadeiras para os que se destinassem ao sacerdócio, permitindo, assim, a essa instituição ter outra função, alén de visar aos Preparatórios para o ingresso nos cursos superiores.

Segundo os dados apresentados nessa fala,[102] existiam em Sergipe, no momento, 30 escolas de Primeiras Letras, estando providas 21, enquanto 5 estavam postas em concurso e 4 com prazo concedido aos professores "para se habilitarem melhor na Capital". Conclui-se que nelas estavam matriculados cerca de 1.300 alunos, sendo 1.100 do sexo masculino e 200 do feminino. Quanto ao ensino secundário, funcionavam 14 cadeiras com 160 alunos, não tendo, porém, algumas "mais de um ou dois alunos".

102. Fala do Vice-Presidente, em exercício, Manuel Joaquim Fernandes de Barros, à Assembléia Legislativa Provincial em janeiro de 1836. In *Noticiador Sergipense*, nº 81 e 82, de 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1836.

Comparando-se esses números relativos ao ensino de Primeiras Letras, evidencia-se o pouco interesse que havia pela alfabetização, oferecendo os poderes públicos escola apenas a uma parcela mínima da população sergipana, calculada, na época, em 176.000 habitantes, sendo 135.000 de pessoas livres. Já o pequeno número dos que freqüentavam as Aulas de Latim, Filosofia, Francês e Geometria, alcançando 160 alunos, refletia o descompasso entre a educação oferecida e a estrutura sócio-econômica da Província, apenas interessando a uma elite pertencente à classe dominante.

Em 1836, na administração do futuro Barão de Cotinguiba, Bento de Melo Pereira (9/3/1836 a 12/6 do mesmo ano). Sergipe viveu dias agitados com o deflagar da Revolução de Santo Amaro, reflexo da radicalização política que se vinha acentuando desde a abdicação de Pedro I. O Ato Adicional, significando a vitória das tendências descentralizadoras, concorreu para agravar a disputa pelo poder local. Com a morte de Pedro I em 1834, perdeu sentido a separação existente entre os partidos políticos brasileiros, identificada com o autilusitanismo. Como bem acentua um estudioso do problema, perdeu-se o aspecto nacionalista que até então unia num só bloco os indivíduos. Agora a luta se definia entre os elementos predominantemente rurais contra elementos que não podemos chamar urbanos, dada sua proveniência e suas ligações fortes com o meio rural, mas que podem ser chamados de "intelectuais".[103] A Revolução de Sto. Amaro deve ser vista como a luta entre esses dois elementos, gravitando o primeiro em torno do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, e o segundo tendo como símbolo Antônio José da Silva Travassos, o primeiro sergipano a escrever sobre a história de sua Província.[104] A partir desse movimento revolucionário, surgiram, definidos, os dois partidos políticos que tanta influência tiveram na vida sergipana: os Rapinas e os Camondongos.

103. Queiroz, Maria Isaura Pereira de: obra citada, *O mandonismo local na vida política* pág. 68. Editora Alfa-Omega, 1976.

104. Antônio José da Silva Travassos, Comendador (1804 - 1872), além da iniciativa de obras importantes para o desenvolvimento sergipano, como a navegabilidade dos Rios Pomonga e Japaratuba, a rebocagem das barras de difícil acesso dos rios sergipanos, de ter fundado e sido redator de *A Voz da Razão* e *O Conciliador*, escreveu *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*, oferecido ao Imperador Pedro II na ocasião de sua visita a Sergipe em 1860, em manuscrito, e que seria publica-

Ocorrendo essas agitações, justamente na região economicamente mais importante de Sergipe, trariam reflexos negativos à sua vida financeira. Somar-se-ão os gastos feitos, no ano imediato, com a participação sergipana na repressão da Sabinada, na Bahia, através de tropas, munições e armamento.

O desequilíbrio orçamentário, como que se defrontou, levaria o Presidente José Elói Pessoa da Silva (31/5/1837 a 23/3/1838) a assinar o decreto nº 6, de 16 de fevereiro de 1838, suprimindo as cadeiras de Primeiras Letras dos lugares que não fossem Freguesias ou Vilas, excetuando Itaporanga, Pé do Banco, Campo do Brito, Enforcados e Brejo Grande, bem como as cadeiras de Filosofia, Retórica e Francês criadas em Estância em 1835, e as existentes na Capital, inclusive a de Geometria. Também eram atingidas as Aulas de Gramática das vilas onde não tivessem sido providas, exceto a da Vila de Capela.

Sucedeu, assim, um retrocesso na evolução educacional de Sergipe, voltando-se à situação anterior a 1830.

Nessa época, a organização do ensino brasileiro recebia a influência da reforma introduzida na França, em 1833, por Guizot, Ministro da Instrução Pública de Luís Felipe de Orléans, sob a influência da filosofia eclética de Victor Coussin. Por ela, o Estado passava a organizar o ensino elementar, surgindo as escolas de dois graus – a primária e a de gramática – em todas as comunas, e por ele inspecionadas. Também foram criadas as Escolas Normais para a formação dos professores primários. Era concedida maior liberdade ao ensino ante o monopólio até então exercido pelo Estado, herança napoleônica.

Assim se explica, no Brasil, a preocupação dos dirigentes provincianos em fundar Escolas Normais, como fez em Sergipe o Presidente José Elói Pessoa pelo Decreto nº 15, de 20 de março de 1838. Destinava-se essa Escola à formação de professores de Primeiras Letras, ante o despreparo que apresentavam, pois não havia alcançado os objetivos propostos a Carta Lei de 5 de março de 1835, conforme já denunciara o seu antecessor, o Presidente José Mariano Albuquerque Cavalcanti (10/1/1837 a 31/5 do mesmo ano). Havia necessidade de outra lei que

do em 1875 quando o autor já havia falecido. No Instituto Histórico e Geográfico do Brasil existem dois manuscritos que são essa obra mais ampliada e que se intitulam: *Memorial Histórico da Política de Sergipe*, oferecido ao Sr. Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, e *Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe desde a época da Independência, escrito com toda a imparcialidade*, oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. José da Silva Morais por um sergipano.

desse uniformidade ao ensino, e que permitisse ao governo fiscalizar os professores e "demitir os inábeis".[105]

A Escola Normal, ora criada, abrangia o ensino de leitura, escrita, frações ordinárias e decimais, proporções, princípios de moral cristã e de religião do Estado, ensaios sobre sinônimos da Língua Portuguesa por D. Frei Francisco de S. Luís, e a Gramática da Língua Nacional. Completavam o currículo Noções Gerais de Geometria Teórica e Prática e Elementos de Geografia, tendo o curso a duração de três anos.[106]

Determinava o Decreto que, não achando o Governo "pessoa apta para o Magistério" da Escola Normal, era contratado o Pe. Antônio de Bastos para, mediante uma gratificação de 600$000 anuais, ir ao Rio de Janeiro "aprender o ensino normal" a fim de estabelecê-lo em Sergipe no prazo de dois anos.

Estava, porém, destinada a primeira Escola Normal de Sergipe a permanecer no decreto da criação. As aulas não se iniciaram, como também fracassou a missão do Padre Bastos nos estudos de Escola Normal da Capital do Império. A partir de 1840 desapareceu das previsões orçamentárias, ante a situação financeira existente em que a receita não cobria a despesa da Província, e tão grave se apresentava que, "se o governo imperial não desse o suprimento para as despesas, seriam impossível manter a ordem e a tranqüilidade".[107]

Através do art. 14 desse Decreto de 20 de março de 1838, procurou o governo impedir ao professor envolver-se nos movimentos revolucionários, comuns na época regencial, ao determinar que "quando o Governo julgar à vista de fatos certos e indubitáveis, que o professor conspira contra a ordem pública, ou concorre para alterá-la, o poderá também suspender, e mesmo demitir, se as circunstâncias o exigirem, dando todavia parte à Assembléia Provincial quando reunida". Tal precaução demonstra que existiam professores sergipanos considerados subversivos, e, como tal, perigosos à ordem pública pela força das idéias professadas.

Ainda figurava nesse Decreto a proibição de freqüentarem as Escolas Públicas, além das pessoas que padecessem de moléstias conta-

105. Mensagem do Presidente J. M. Albuquerque Cavalcante ao abrir a 3ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa da Província no ano de 1837.
106. Decreto nº 15, de 20 de março de 1838. Livro da Lei Sergipana, vol. IV. Impresso na Tipografia Provincial.
107. Ofício do Presidente Wenceslau de Oliveira Belo ao Ilmo. Sr. Manuel Alves Branco em 31 de março de 1840. APES, G¹ 281.

giosas, os africanos "quer sejam livres, quer libertos", o que representava uma contradição às posições progressistas assumidas, anteriormente, pelo Presidente José Elói Pessoa da Silva ante o problema da escravidão no Brasil, sendo considerado um dos precursores do abolicionismo. Em 1826 publicara a "Memória sobre a Escravidão e Projeto de Colonização dos Europeus e Pretos Africanos no Território do Brasil", definindo uma posição antiescravista.[108]

Tentou esse Presidente, através do Decreto nº 110, de março de 1838, implantar o ensino profissional em Sergipe criando o Colégio das Artes Mecânicas" para o ensino de órfãos pobres, expostos e filhos de indigentes". Para o funcionamento, previa-se a contratação de oito colonos artífices, preferentemente suíços, e entre eles dois agricultores para ministrarem práticas agrícolas, e os outros ensinariam ofícios mecânicos "dos mais necessários e úteis."

O estabelecimento, que deveria funcionar em salas do Convento do Carmo, era aberto a outros jovens que o procurassem, desde que pagassem o internato, mas não seriam aceitos escravos, mesmo que os senhores quisessem arcar com as despesas necessárias.

Essa tentativa de criação do Colégio de Artes Mecânicas reflete o preconceito que acompanhou o ensino profissional no Brasil, reservando-o às classes desfavorecidas. Sendo as chamadas Artes Mecânicas sempre exercidas por escravos, socialmente não recomendava o seu desempenho por pessoas livres, mesmo quando o desenvolvimento econômico passava a necessitar maior aperfeiçoamento delas. As conseqüências desse problema chegam até os dias atuais, como se evidencia na desproporção entre o número de técnicos de grau médio e o de profissionais de nível superior.

Como sucedeu com a Escola Normal, o Colégio das Artes Mecânicas permaneceu apenas no ato da criação, concorrendo para isto não só os problemas financeiros vigentes, como a descontinuidade administrativa provocada pela pequena permanência de José Elói Pessoa na presidência de Sergipe.

Melhor sorte teve o seu decreto, de 7 de março do mesmo ano, permitindo a compra de uma tipografia, de propriedade da Província, onde seria impresso um periódico que deveria publicar "todos os atos oficiais, que não exigirem segredo, do Presidente da Província, da Assembléia Legislativa Provincial, dos Prefeitos, das Câmaras Municipais, dos Jurados; as participações das Autoridades Policiais, e as decisões das Juntas de Paz".

108. Nunes, Maria Thetis: *José Elói Pessoa da Silva: um precursor do Abolicionismo.* Revista da UFS, ano I, nº 1, 1979, pág. 22.

Também ali se imprimiriam as Leis Provinciais em vigor, sob o título de Livro da Lei Sergipana, "com a numeração ordenada pelas datas". Decorrente de sua instalação, foi o aparecimento, nesse ano de 1838, do *Correio Sergipense*, jornal porta-voz do governo, que funcionou, com pequenas interrupções, até 1865, e da publicação do "Livro de Lei Sergipana" de 1838. No ano seguinte, seriam publicados os volumes com as leis a ele referentes, e mais os de 1835, 1836 e 1837.

O ensino primário continuaria, em Sergipe, entregue a leigos, na maioria sem o preparo suficiente para o desempenho da missão, providos "por escandalosos valimentos", como diria, em 1843, o Presidente Anselmo Peretti,[109] decorrente do "patronato" que admitia "inábeis Mestres", os quais, além de aumentar consideravelmente a despesa da Província, "deixam com seu ensino grandes males à sociedade", já diagnosticava em 1837 o Presidente José Mariano Albuquerque Cavalcante.[110]

Normalizada, a partir de 1840, a vida política do Brasil com a Maioridade, e a econômica graças à expansão acelerada do café e a sua valorização nos mercados internacionais, ingressou o país numa fase de prosperidade. Crescem a população e a vida urbana. Vai, aos poucos, afirmando-se a pequena burguesia, que vê na educação uma forma de ascensão social. Os políticos passam a dispensar maior atenção aos problemas educacionais, que se tornam tema constante dos debates parlamentares e dos comentários da imprensa.

Nos começos da década de 1840, diversas proposições são apresentadas à Câmara dos Deputados visando à democratização do ensino secundário e a sua uniformização em todo o Império, ressaltando-se as de Torres Homem, Dias de Carvalho e Gonçalves de Magalhães. Insistentemente, começavam os legisladores a propor a criação de uma Universidade, vista como o meio capaz de pôr fim à desorganização educacional vigente no país. Assim defendia, entre outros, Justiniano José da Rocha.

Também envolveu Sergipe o surto desenvolvimentista que ia pelo Brasil, reflexo de conjunturas externas e internas. Cresce a produção açucareira estimulada pela valorização do produto nos mercados internacionais. O número de engenhos, de 433 em 1840, passou a 680 em

109. Fala com que o Dr. Anselmo Peretti abriu a 1ª sessão da 5ª Legislatura Provincia em 21 de abril de 1843. *Correio Sergipense*, nº 444, de 15 de abril de 1843.
110. Fala do Presidente José Mariano Albuquerque Cavalcante ao abrir a 3ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa da Província em 1837.

1852, crescendo, sensivelmente, a exportação do açúcar, conforme dizem os dados transcritos:

1842/1843	445.471 arrobas
1843/1844	1.020.169 arrobas
1844/1845	1.376.435 arrobas
1845/1846	689.818 arrobas
1846/1847	1.050.463 arrobas
1848/1849	1.069.793 arrobas
1849/1850	1.481.018 arrobas

Apesar de, ainda, a exportação de Sergipe ser feita pela Bahia, que continuava como entreposto principal de seu comércio, já começavam a afluir aos portos sergipanos navios estrangeiros. Em 1845, atingiriam a 13, provenientes de Londres, Roterdam, Havre, Trieste, Stettin, demonstrando variedade de procedência.

Pelas estimativas conhecidas, a população sergipana, que em 1839 era de 167.397 habitantes, em 1850 já alcançava 212.620. Progrediam os centros urbanos, destacando-se Estância e Laranjeiras. Ampliava-se a faixa de população livre, embora, numericamente, crescente a de escravos:[111]

Ano	Livres	Escravos	Total	Percentagem de escravos
1834	112.640	47.812	160.452	29%
1850	163.696	55.924	212.620	25,5%
1851	166.426	56.564	222.920	25,4%

A partir de 1852, declina o número de escravos, reflexo da lei Euzébio de Queiróz, que aboliu o tráfico negro.

A vida cultural sergipana evidencia sinais de progresso. Além do *Correio Sergipense*, surgem outros jornais na década 1840-1850, como *O Monarquista Constitucional, O Pedro II, O Triunfo, O Telégrafo*, que circulam em Laranjeiras. Cresce o número de jovens que buscam as escolas superiores do país ou da Europa, em sua quase totalidade filhos

111. Mott, Luís B. B.: *População e Economia: Aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe* (Séculos XVIII e XIX), RIHGS, nº 28.

de senhores de engenho. Entre eles podem ser citados Bernardo Machado da Costa Dória e Tobias Barbosa da Silva, os primeiros sergipanos a se fomarem na Faculdade de Direito de Olinda em 1837, seguidos em 1839 por Martinho de Freitas Garcez e Alexandre Pinto Lobão, em 1848 por Antônio Nobre de Almeida Castro, e Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel em 1851. Em 1845, formava-se na Faculdade de Medicina da Bahia José Ferreira de Brito Travassos. Mas, no ano anterior, em idêntica Faculdade saíra médico em Bruxelas Manuel Antunes Sales, onde, também, em 1847 receberá o mesmo título Manuel Rodrigues Barreto. Já Sebastião Pinto de Carvalho formou-se em Ciências pela Universidade de Coimbra em 1850, e Antônio Dias Coelho, futuro Barão de Estância, em 1842 chegou a matricular-se na Escola de Pontes e Calçadas de Paris, abandonando, porém, o curso.

Jovens da classe média, geralmente professores, começavam a obter a autorização para, com os vencimentos, cursarem as Academias do Império, como conseguiram Manuel Malaquias Leão Brasil e Francisco José Gomes, em 1846, do Presidente Ferreira Souto.

Em 1843, o Presidente Dr. Anselmo Peretti, (28/2/1843 a 12/2/1844), com a larga visão dos problemas administrativos que caracterizou seu governo, traçou, realisticamente, o panorama educacional sergipano ao dizer: "Não pode ser pior o estado da instrução aqui; e faltam-me expressões para descrever a inépcia, o desleixo, a incúria, a apatia, a inércia e a indolência que se ostenta o ensino público, principalmente o primário, com pouquíssimas exceções". Existiam professores que não ensinavam aos discípulos "nem assinarem o nome", como ele próprio evidenciou na Vila do Maroim.[112]

Como medida saneadora de tão lamentável situação, propunha o Presidente fazer funcionar a Escola Normal criada em 1838. Ainda demonstrava a necessidade de reabertura, em São Cristóvão, das aulas de Francês, Retórica, Lógica, Geografia e História, essenciais aos jovens que desejassem aprender os Preparatórios, desde quando só existia o colégio particular do professor Brás Diniz Villas-Boas. Este estabelecimento havia sido aberto em 1841, contando já com uma boa clientela, sendo muito elogiado pelo Presidente que, para ele, pedia a atenção da Assembléia Provincial.

Percebia, claramente, Anselmo Peretti as transformações que se operavam em Sergipe e suas implicações no setor educacional, idênticas às que ocorriam no país. "Como nas cidades, acompanhando o desenvolvimento comercial, a instrução começa a expandir-se, como exi-

112. Fala com que o Dr. Anselmo Peretti abriu a 1ª sessão da 5ª Legislatura Provincial em 21 de abril de 1843, já citada.

gência utilitária ou como distinção de classe, cresce o número dos que a procuram e, com isso, também os dos que a ministram", definiu o que sucedia no plano nacional Nelson Werneck Sodré. (113)

O ensino secundário decorria em função exclusiva dos Preparatórios, que o mantinham dentro de uma moldura rígida. Mesmo o Colégio de Pedro II, fundado em 1837, e sendo, após a expulsão dos jesuítas em 1759, a primeira experiência de um programa gradual e integral do ensino secundário brasileiro, sofria, em seus currículos, a pressão dos Preparatórios. Tornar-se-ia padrão para os liceus que, nas Províncias, foram surgindo da agregação das aulas isoladas.

Na Câmara dos Deputados do Império, debatiam-se, constantemente, Planos de Instrução, procurando estimular a centralização das Aulas Públicas. Acenava-se aos estabelecimentos que as Assembléias Provinciais fundassem, que, "se fossem semelhantes e conforme em todas as suas partes ao plano de organização do Liceu Nacional", poderiam conferir o título de Bacharel em Letras aos seus discípulos, "os quais gozarão da mesma isenção estabelecida para o instituto oficial".[114] Mas, apesar dessas promessas de estender às Províncias a prerrogativa dos que concluíam o curso no Colégio Pedro II de terem o ingresso assegurado nas Academias, nunca o Império as cumpriu.

A breve permanência à frente do governo sergipano, que foi uma constante em toda a época imperial, transformando os presidentes em "beduínos", na definição de Joaquim Nabuco, impediu que Anselmo Peretti executasse a programação educacional traçada.

Em começos de 1845, assim se apresentava a educação pública de Primeiras Letras:

Aulas		Alunos
Masculinas	24	1.385
Femininas	8	218
Total	32	1.603

O ensino secundário, reduzido a 5 aulas freqüentadas por 135 estudantes, sofreu o impacto da Lei de 10 de fevereiro desse ano, assinada pelo Vice-Presidente, em exercício, Cônego José Francisco Menezes Sobral, que fez voltarem a funcionar em São Cristóvão as cadeiras de Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Geometria e Retórica. Seriam lecionadas por dois professores, cada um com duas delas, com o ordenado anual de 800$000. No ano seguinte, porém, eram separadas, lecionando-as quatro professores, estando, assim, aberto o caminho para a fundação do Liceu. No prazo de quatro meses após a promulgação da Lei que as criou, essas cadeiras deveriam ser postas em concurso, anunciado nos jornais locais e nos da Bahia, devendo ser realizado em 10 de dezembro desse mesmo ano.

113. Sodré, Nelson Werneck: *Síntese da História da Cultura Brasileira*, pág. 28. Editora Civilização Brasileira, 1870.
114. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e o Império*, 1º volume, págs. 247 e 248. Companhia nacional, 1936.

Influenciado por fatores externos, representado pelo movimento educacional que agitava o país, e internos, decorrentes do progresso econômico que alcançava Sergipe no momento, surgiu o segundo Liceu de São Cristóvão, desde quando o primeiro tivera vida efêmera. Autorizado a funcionar pela Lei Provincial de 31 de julho de 1847, havia, porém, iniciado suas atividades desde 15 de março desse ano por determinação do Cônego José Francisco Sobral, novamente no exercício da presidência com a demissão do Bacharel José Ferreira Souto (3/10/1846 a 3/7/1847).

Instalado em salas do Convento do Carmo, alugadas por 16$000, o primeiro diretor foi Frei Roberto de Oliveira, professor de Latim, substituído, no ano seguinte, pelo Pe. José Gonçalves Barroso, renomado orador sacro. Um estatuto de 65 artigos regulamentava a direção, o corpo docente e o discente. Compunham sua primeira Congregação:

Frei José Roberto de Oliveira - Gramática Latina
Manuel Odorico Mendes - Língua Francesa
Pe. José Gonçalves Barroso - Filosofia Racional e Moral
Galdino Barbosa de Araújo - Aritmética, Geometria e Trigonometria
Olímpio Fiuza Muniz - Retórica e Poética

Este elenco de disciplinas ampliou-se em 1848 quando o Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos (26/4/1848 a 7/2/1849) criou a cadeira de Geografia e História, entregue ao Dr. Antônio Nobre de Almeida Castro, e a de Inglês lecionada por Luís Alves dos Santos.

No ano seguinte, esse Presidente, numa tentativa de profissionalização do ensino e de atender à necessidade que se fazia sentir de pessoas qualificadas, criou o curso de Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil, disciplinas a serem ensinadas pelo velho professor Euzébio Vanério. Anexo ao Liceu, onde os alunos cursariam as

línguas francesa e inglesa, teria a duração de dois anos.[115]

As aulas de Latim interioranas, principalmente as de Itabaiana e Lagarto, apresentavam vida incerta, ora extintas, ora voltando a funcionar. Em 1847 surgiram outras nas Vilas de Capela e Maroim e, em 1849, na do Rosário do Catete, núcleos urbanos que prosperavam em função da expansão açucareira.

Viviam essas aulas dissociadas da realidade local, daí a baixa freqüência registrada, excetuando-se a de Laranjeiras com 33 alunos e a de Estância com 49 no ano de 1848. Como ficavam dispensados do alistamento na Guarda Nacional e, assim, do recrutamento os alunos considerados de nível secundário, os jovens se matriculavam mas não freqüentavam as classes, explicando-se a defasagem entre a matrícula e a freqüência nelas registrada.[116]

Não foram promissores os primeiros tempos do Liceu, como esperavam os seus fundadores. Inicialmente, matricularam-se 18 alunos em Latim, 16 em Francês, 9 em Geometria, 4 em Retórica e Poética, 16 em Filosofia, num total de 63. Na maioria, muito pobres, os alunos não podiam pagar as taxas de matrícula estabelecidas, como oficiava, em 1849, ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, o diretor, o Pe. Barroso.

Não era animador o rendimento escolar obtido. Da primeira turma, somente obtiveram aprovação em Retórica e Poética Antônio Batista Bittencourt e Domingos José de Oliveira; em Filosofia, os mesmos e Joaquim Esteves da Silveira, Vicente Sabino dos Santos e José Leandro Pinto da Costa; em Geometria, Joaquim Esteves da Silveira; em Francês, José Leandro Pinto da Costa, Antônio Rodrigues da Fraga Júnior, Polidoro Pereira da Fonseca Gomes e Manuel de Souza Bastos. Pelas notas obtidas, destacou-se o aluno Joaquim Esteves da Silveira, que se formaria em Medicina na Bahia em 1853. Poeta inspirado, polemista ardoroso, investiu contra as teses científicas ali ensinadas, que ele entendia ultrapassadas. Sua carreira, que se anunciava brilhante, foi interrompida pela morte prematura dois anos depois de formado.

115. Lei de 30 de março de 1849: "Art. 1º. Fará parte da instrução secundária ministrada no Liceu desta cidade um curso de comércio, contabilidade e escrituração mercantil por partidas dobradas, tanto teórica como fazendo praticamente, o quel durará dois anos.

Art. 2º Entender-se-á como fazendo parte do mesmo curso, o estudo da Língua Francesa e Inglesa, e o de Geografia ali ensinado".

116. Ofício do Professor de 1ªs. Letras da Vila do Lagarto, Antônio Ricardo dos Mártires, ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos em 2 de junho de 1849. APES – Instrução Pública.

Já no primeiro ano de vida, agitou o Liceu o aparecimento de um pasquim contra os professores, "fato escandaloso", conforme o definiu a Congregação reunida. O estudante Antônio Rodrigues da Fraga Júnior, identificado como o autor, recebeu a pena da perda do ano letivo, sendo, assim, o pioneiro do espírito crítico do estudante sergipano.

Apesar de tumultuado pelas agitações político-eleitorais, que culminaram o incidente sangrento da Vila de Itabaiana, pode ser creditado ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos grande interesse pelo desenvolvimento cultural de Sergipe. Além das atenções que dirigiu ao Liceu, e das diversas cadeiras de Primeiras Letras criadas no interior da Província, fundou a Biblioteca Pública, instalada no Convento do Carmo, com um acervo inicial de 415 volumes. Efetivamente ela só começaria a funcionar três anos depois.

As escolas de Primeiras Letras refletiam a realidade local, na pobreza das instalações e na ausência de qualquer material didático, como é uma demonstração, entre tantas outras, a carta da professora Thereza de Jesus ao Presidente Zacarias, dizendo que chegou para ensinar, não encontrando, porém, "nem bancos, nem mesas, nem cadeiras".[117] A freqüência às aulas era baixíssima, especialmente na época das plantações quando os pais não podiam dispensar a mão-de-obra que o filho representava. O professor da Vila de Lagarto dizia que também o medo do recrutamento afugentava os alunos das salas de aula, internando-se nas matas, desde quando os de Primeiras Letras não gozavam da dispensa reservada aos que cursavam as classes de Latim. Era a época em que o Brasil se envolvia nas lutas políticas contra Oribe e Rosas.

As folhas de matrícula das escolas sergipanas espelham a sociedade da época e a mestiçagem que a caracterizava. No ano de 1846, por exemplo, matricularam-se na escola pública de Primeiras Letras regida pelo professor Manuel Cândido Dormundo Roxo, na Vila das Laranjeiras, 37 alunos classificados como pardos, 6 mestiços e 29 brancos. Deste total de 72 crianças, dos 20 rotulados como filhos ilegítimos ou de pai incógnito só dois eram brancos. Situação idêntica registravam as demais escolas da zona açucareira, onde imperava o patriarcalismo, e as senzalas forneciam o grande contingente de mestiços. Essa percentagem vai diminuindo nas escolas da zona de agricultura de subsistência e da pecuária.[118]

117. Ofício da Professora Tereza de Jesus ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos em junho de 1849. APES – Instrução Pública.

118. Folhas de matrícula. APES – Instrução Pública.

Nos cursos de Latim e Francês, nesse mesmo ano de 1846 e na mesma localidade, só 8 dos alunos eram anotados como ilegítimos, e no Liceu de São Cristóvão, da primeira turma apenas um apresentava-se como de pai desconhecido. Na Vila Constitucional de Estância, em 1835, dos 45 alunos inscritos na Cadeira de Primeiras Letras, 18 eram de pais incógnitos, enquanto dos 31 matriculados em Gramática Latina apenas três traziam essa filiação; dos 13 de Francês, somente um, número que era também registrado entre os 9 de Geometria.[119] Tais dados refletem a sociedade hierarquizada existente e sua influência na elitização que se ia processando nos graus ascendentes da escola.

Importantes dados revelam a fala do Presidente Amâncio João Pereira de Andrade em 1850. Nela se evidencia a marginalização do negro no processo educacional sergipano ao registrar que, dos 1.980 alunos das escolas públicas, 822 eram brancos, 771 pardos e apenas 30 negros. Para o sexo feminino ainda era mais acentuado o problema, pois das 357 alunas, 227 eram brancas, 129 pardas e somente uma negra. (Anexo nº 7)

Também, realisticamente, o Presidente definiu a situação dos índios que ainda sobreviviam no território sergipano, nas únicas aldeias de Pacatuba, Porto da Folha, Água Azeda, Geru e Espírito Santo, ao dizer: "Não têm eles contudo civilização alguma; vivem abandonados a si mesmos, dando-se à caça e à pesca, opondo resistência às autoridades locais, roubando, e até se diz que assassinando com freqüência". Vê-se, desse modo, o descaso e o abandono a que foram relegadas as populações indígenas de Sergipe no decorrer da primeira metade do século passado, bem diferente de como viviam em 1803, conforme as informações do Ouvidor-Geral de Sergipe naquela época.

A matrícula do Liceu de São Cristóvão era irregular, não mantendo ritmo crescente, conforme dizem os números registrados:

1848 - 64 alunos
1849 - 42 alunos
1850 - 60 alunos
1851 - 55 alunos
1852 - 96 alunos
1853 - 88 alunos
1854 - 66 alunos

Considerando-se que havia aluno matriculado em mais de uma disciplina, o número efetivo dos que freqüentavam o Liceu era muito baixo.

119. APES - E[6] 1125.

Esse fato não era exclusivo de Sergipe. O mesmo ocorria nas demais províncias, como o resultado de não serem reconhecidos os estudos ali realizados para a matrícula nos cursos superiores. Os jovens providos de recursos iam diretamente fazer os Preparatórios nos próprios estabelecimentos de ensino superior que pretendiam cursar. Para a aquisição dos conhecimentos básicos preferiam-se os colégios particulares com internatos. Assume importância, em Sergipe, o ensino particular, principalmente nos núcleos urbanos ligados à produção açucareira, como no Colégio do Coração de Jesus, em Laranjeiras, sob a direção do professor Brás Diniz Villas-Boas, funcionando desde 1841. Nele ensinavam-se, além das Primeiras Letras, Gramática Latina, Francês, Filosofia Racional e Moral e Retórica, sendo o corpo docente integrado por nomes destacados, como Frei José de Santa Cecília, consagrado orador sacro, autor da letra do Hino Sergipano cantado, pela primeira vez, em 1836, quando foi comemorado solenemente o dia 24 de outubro. Em 1848, surgia o Colégio de São Cristóvão, criado pelo Pe. José Gonçalves Barroso, com 23 alunos internos e 31 externos, lecionando as Primeiras Letras e as cadeiras dos Preparatórios.

Em 1852, apenas com um aluno matriculado, desaparecia o Curso de Comércio, anexo ao Liceu, numa demonstração de que um sistema educacional, para dar resultados, necessita estar em consonância com a realidade local. Na Capital, centro político-administrativo, tal curso não encontrou clientela, o que, possivelmente, não teria sucedido se ele estivesse localizado na zona comercial como, por exemplo, Maroim ou Laranjeiras. Mesmo no Brasil, ainda em 1864 só existiam duas escolas de Comércio: o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, com 55 alunos, e o curso comercial de Pernambuco com 25. O pretexto para a extinção do Curso de Comércio de Sergipe foi o falecimento, nesse ano, do professor Euzébio Vanério, que lecionava as cadeiras de Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil.

Além da baixa freqüência, não era animador o aproveitamento dos alunos do Liceu. O Diretor lamentava a situação, considerando-se quanto a instituição pesava no Orçamento da Província, custando, em 1853, cada aluno aos cofres públicos 77$302. Apontava, como causa principal do que ocorria, a localização geográfica da Capital, que dificultava o acesso de estudantes de outras regiões, bem como as más instalações reduzidas a três salas para sete aulas, a falta de material didático para o ensino de Geometria e Geografia, e a ausência de uma biblioteca.[120]

120. Relatório encaminhado ao Presidente Dr. Luís Antônio Pereira Franco em 2 de novembro de 1853 pelo diretor do Liceu Antônio Nobre de Almeida. APES – Instrução Pública.

Os dados, referentes ao ano de 1853, retratam o desenrolar da vida do Liceu quanto aos alunos matriculados:

Latim	19	12 perderam o ano, sendo a maioria por falta.
Francês	14	11 perderam o ano por falta.
Inglês	6	5 perderam o ano por falta.
Filosofia	8	todos perderam o ano por falta, inclusive Manuel Luís Azevedo d'Araújo, apesar de ter bom aproveitamento.
Retorica e Poética	1	perdeu o ano
Geografia e História	1	reprovado
Geometria	17	todos perderam o ano por falta, abandono ou reprovação, entre os quais o poeta Elziário da Lapa Pinto.

Em síntese, dos 66 alunos matriculados só 10 conseguiram aprovação.[121]

Não foi tomada qualquer providência para melhorar as condições do prédio onde o Liceu se instalara. Os professores se revezavam ante as poucas salas disponíveis. Os alunos, por falta de espaço, se agrupavam na porta ou nos corredores, provocando balbúrdia. Nem mesmo vidraças existiam nas janelas, o que se tornava grave problema quando chovia.

Apesar, porém, da precariedade das condições materiais e das dificuldades encontradas, a Congregação do Liceu procurava cumprir sua missão, sendo ciosa da autonomia que lhe davam os Estatutos. Em sua defesa, em 1851, entrou em choque com o Diretor quando este, arbitrariamente, quis designar um professor substituto, ato que não era de sua competência por disposição estatutária.

Em 1853, sob alegação de economia, a Resolução nº 355, de 13 de maio, do Presidente Dr. Luís Antônio Pereira Franco (14/7/1853 a 11/1 do mesmo ano), anexava a cadeira de Retórica à de Geografia, o que provocaria protestos veementes da Assembléia Legislativa e comentários desfavoráveis do jornal *União Liberal*.[122]

121. Folhas de matrícula e aproveitamento do Liceu de São Cristóvão. APES – Instrução Pública.
122. *União Liberal*, nº 83, de 30 de novembro de 1853.

Nesse ano de 1853, além do Liceu, existiam nove aulas de Latim, localizadas em Estância, Laranjeiras, Capela, Maruim, Rosário, Propriá, Vila Nova, Lagarto e Itabaiana, com uma matrícula de 149 alunos. Seus resultados não eram animadores, o que levaria o Presidente Inácio Joaquim Barbosa a dizer, na primeira fala à Assembléia Legislativa, que, "com exceção das cadeiras da Cidade e talvez de uma até duas Vilas, fora conveniente decretar a extinção de todas as outras à medida que vagassem".[123]

O Presidente Inácio Joaquim Barbosa chamava a atenção dos legisladores para a decadência do Liceu, e, apontando o declínio da matrícula e o alto índice de reprovação, concluía: "Apesar disto não me animo a propor-vos sua extinção, e nem mesmo sua remoção para outro ponto da Província".

Grandes pressões sofriam os professores, especialmente as professoras, dos preconceitos da sociedade patriarcal dominante. Um exemplo é a denúncia apresentada, em 1841, pelo inspetor das aulas do Município da Capital contra a professora Ana Joaquina de Souza Coelho por permitir aula mista, mesmo sendo o único elemento do sexo masculino presente o seu filho. O caso era julgado de suma gravidade "pelo quanto de repugnante, pungente e revoltante será aos pais, ciosos de suas famílias, que suas filhas aprendam em Aulas onde concorram meninos ao mesmo ensino".[124]

Em 1851, o Dr. Guilherme Pereira Rebelo, embora homem esclarecido, conhecedor das teorias educacionais mais avançadas da época, conforme atestam seus relatórios como Inspetor-Geral da Instrução, suspendeu uma professora pública da Vila do Rosário por 30 dias em vista de estar grávida sem ser casada. Ao encaminhar o caso ao Presidente da Província, Dr. José Antônio de Oliveira e Silva, dizia que ele o tratasse "como entender sua sabedoria", desde quando a sociedade não podia perdoar à professora "por tão grave falta de ser mãe solteira". Informava, ainda, que o problema se enquadrava no art. 3º do Regulamento de 6 de junho de 1851.[125] Tamanhas foram as pressões sofridas, que a acusada pediu demissão do cargo para satisfazer à hipocrisia de uma sociedade que ao homem permitia todas as liberdades, inclusive ter mais de uma família constituída, o que era comum, sendo numerosos os filhos ilegítimos, como tão claramente documentam as folhas de matrículas das escolas públicas.

123. Fala que dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, em abril de 1854, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa. RIHGS, ano 1916, págs. 13 e 14.
124. *Correio Sergipense*, nº 398, de 5 de dezembro de 1853.
125. Ofício do Sr. Guilherme Pereira Rebelo ao Presidente Dr. José Antônio de Oliveira e Silva em 1851. APES – Intrução Pública.

Ainda em 1860, quando da visita do Imperador Pedro II à Estância, foi-lhe denunciado o caso da professora Leopoldina Ferreira da Rocha por se encontrar "amasiada com um cidadão casado", visto que a "lei não conhece desigualdades". Se o Inspetor tomasse providências, não cumpriria mais que "o desejo do povo, em massa, de Estância, que há muito clama contra tamanha imoralidade".[126]

Os motivos político-partidários, freqüentemente, atingiam a desamparada classe dos professores, vítima da estrutura provinciana, onde predominavam os interesses dos senhores do poder. As denúncias, pedindo o afastamento de professores, são comuns na época. Um cidadão influente da povoação de Santa Rosa solicitava a remoção de um professor "para evitar uma aliança de família que lhe era desagradável". Para coibir casos como esse, importante seria a atuação desapaixonada do Inspetor-Geral Dr. Guilherme Rebelo.

Na administração do Dr. João Amâncio Pereira de Andrade (17/2/1849 a 19/7/1851), publicou-se a Resolução nº 259, de 15 de março de 1850, que autorizava o governo a nomear um Inspetor-Geral das aulas com o ordenado anual de um conto de réis. Para o cargo deveria ser nomeada pessoa "de reconhecida probidade e conhecimento literário". O Regulamento de 6 de junho do mesmo ano disciplinou o funcionamento da Inspeção-Geral de Instrução, cabendo ao ocupante apresentar, anualmente, um relatório circunstanciado da instrução pública, que deveria ser levado à Assembléia Legislativa Provincial.

O primeiro ocupante do cargo, o baiano Dr. Guilherme Pereira Rebelo, se destacou pela seriedade do trabalho realizado, com o respaldo da grande cultura que possuía, especialmente no campo educacional. O primeiro relatório por ele apresentado em 8 de dezembro de 1850, e que acompanhou a fala do Presidente João Amâncio Pereira de Andrade, trazendo, em anexo, um quadro geral da situação, é um documento valioso para o conhecimento da educação sergipana daquela época.

Tendo visitado toda a Província, o Dr. Guilherme Rebelo fez um relato circunstanciado da realidade educacional sergipana, abrangendo as 64 aulas públicas primárias e secundárias, sendo 38 para meninos, 14 para meninas, 14 de Latinidade, uma de Língua Francesa e outra de Língua Inglesa. As 38 primeiras abrangiam duas na Capital, três em Estância, duas em Laranjeiras, e uma em Itaporanga, Santa Luzia, Espírito Santo, Simão Dias, Campo do Brito, Chapada, Geru, Itabaianinha, Riachão, Lagarto, Lagoa Vermelha, Campos, Itabaiana,

126. Ofício do Inspetor Interino ao Presidente Manuel da Cunha Galvão em 1º de abril de 1860. APES - Instrução Pública.

Socorro, Aracaju, Arraial dos Pintos, Santo Amaro, Porto das Redes, Maroim, Rosário, Divina Pastora, Pé do Banco, Enforcados, Missão de Japaratuba, Brejo Grande, Porto da Folha e Missão de São Pedro. As 14 femininas estavam localizadas duas em Laranjeiras, uma na Capital, Estância, Itaporanga, Santa Luzia, Lagarto, Maroim, Rosário, Divina Pastora, Pé do Banco, Capela, Propriá e Vila Nova. Estes dados demonstram o aumento da rede escolar primária atingindo povoações que cresciam, e que passavam a exigir as atenções do poder público.

As dez Aulas de Latinidade situavam-se na Capital, Estância, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Maroim, Rosário, Capela, Propriá e Vila Nova.

Ao levantar o grau de instrução dos alunos de Primeiras Letras, concluiu o Dr. Guilherme Rebelo não ser lisonjeiro, excetuando em algumas escolas dotadas de professores capazes, possuidores de qualidades inerentes ao desempenho do magistério.

Acreditava ele que muitas das falhas evidenciadas poderiam ser sanadas a partir da criação da Inspetoria-Geral, através de sua ação fiscalizadora, e da adoção de uma política de unificação do ensino, visando a programas e métodos, e à determinação dos deveres dos professores.

Quanto às aulas de Latinidade, dizia que estavam todas bem providas, destacando-se a de Estância regida pelo Pe. Domingos Quirino de Souza, a de Lagarto a cargo do Pe. José Alves Pitangueira, a de Capela sob a responsabilidade do Dr. Tomás Diogo Leopoldo Castagneto e a de Propriá ministrada pelo Pe. Antônio Muniz Teles.

Elogiava as aulas particulares geralmente exercidas por "pessoas hábeis e de bons costumes", e que gozavam "do conceito e estima de seus conterrâneos".[127]

O presidente Inácio Joaquim Barbosa (11/11/1853 a 10/9/1855) muito se preocupou com os problemas educacionais em sua movimentada administração, que culminaria com a mudança da Capital de São Cristóvão para Aracaju. Autorizado pelo art. 7º da Lei Provincial nº 398, de 21 de junho de 1854, em 1º de setembro desse ano baixou um Regulamento para "uso das Escolas, com o fim de dar uniformidade ao ensino". Nele era estabelecida, para o ensino primário, uma "combinação do ensino mútuo, que a experiência tem reconhecido como o mais profícuo e consentâneo com o estado dos recursos de nossa aca-

127. Relatório da Inspeção Geral das Aulas Públicas da Província de Sergipe apresentado em 8 de dezembro de 1850 pelo Inspetor o Dr. Guilherme Pereira Rebelo. Typ. Provincial de Sergipe - 1851.

nhada civilização". Era, também, disciplinado o ensino particular ao serem estabelecidas exigências para o funcionamento, ficando os diretores obrigados a prestar informações ao Inspetor-Geral de todas as atividades do estabelecimento, inclusive a remessa de mapas anuais de freqüência, aproveitamento e "comportamento moral" dos alunos. Ainda se determinavam os deveres dos professores públicos, sendo estabelecidas as penalidades que lhes poderia o Inspetor aplicar quando os infringissem.

As Disposições-Gerais fixavam o período de férias escolares para toda a Província, bem como o horário de funcionamento das aulas do curso secundário.

Procurou Inácio Joaquim Barbosa melhorar o estado das escolas com a compra de móveis e utensílios dentro das limitações orçamentárias, e demonstrou ao poder legislativo a necessidade da criação de diversas cadeiras de Primeiras Letras em prósperos povoados.

Proibiu o uso da palmatória nas escolas, repudiando os castigos corporais como forma de instrução, o qual, muitas vezes, provocou contestação e revolta dos alunos, como aconteceu com os da escola de Pé do Banco (Siriri), que se recusaram a dar a mão para o castigo, dizendo "que o professor podia arrebentar qualquer parte do corpo". Tal atitude deixou o professor atônito, levando-o a dirigir-se ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, perguntando-lhe como deveria agir no caso.[128]

A Lei nº 200, de 31 de julho de 1847, que criou o Liceu de São Cristóvão, no art. 22, dizia: "Não podendo nunca ter lugar a pena corporal". Em 1848, porém, o cidadão Marcelo José de Amorim pedia permissão para o lente do Liceu castigar com bolos os seus alunos, em ofício encaminhado à Comissão de Instrução Pública. Esta o indeferiu, sob a alegação de que "não parece bem que numa corporação da educação da mocidade, como é o Liceu, tenha lugar um procedimento de regresso e de oposição às idéias do século, ficando certa a comissão que com prudência e jeito da pessoa do professor, poderá do aluno tudo conseguir", em sessão de 20 de abril de 1849.

Mas, apesar dessa atitude progressista, coerente com as concepções pedagógicas que, na época, procuravam impor-se, seria revogado o art. 22 da lei nº 200 na parte tão-somente que dizia: *Não podendo nunca ter lugar a pena corporal*, logo no dia imediato à sessão que, inclusive, procedera na defesa da lei.

128. Ofício do Professor Manuel Malaquias de Leão Brasil ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos em 10/7/1849.

Assim, explica-se porque o Presidente Inácio Joaquim Barbosa renovou a proibição de castigos nas escolas, como também fará, no Regimento de 1858, o Presidente D'Avellar Brotero. Mas tais medidas foram sendo esquecidas, e até o século atual será registrado o uso da palmatória em diversas escolas sergipanas.

Não querendo acarretar o descontentamento que traria a extinção do Liceu de São Cristóvão, que reconhecia em decadência, Inácio Joaquim Barbosa procurou contornar o problema criando, pela Resolução nº 398, de 21 de junho de 1854, nas cidades de Estância e Laranjeiras, as cadeiras de Filosofia, Francês, Geografia e História. Como conseqüência, foram transferidos dois professores, o de Geometria para Estância, e o de Francês para Laranjeiras. Na Capital, ficavam apenas três, que deveriam ensinar as cinco disciplinas do currículo do Liceu. Era o anúncio de seu próximo fim.

Nessas duas cidades, o Presidente determinou a criação de um estabelecimento que funcionasse como internato. Segundo a organização dada, esses colégios criados constituíam um sistema misto, pois "não eram nem absolutamente particulares, nem absolutamente públicos ou oficiais". Embora não constituíssem "o melhor sistema, apresentavam-se como o único que parecia poder de presente dar algum resultado nesta Província". Acreditava Inácio Joaquim Barbosa que, apesar de Laranjeiras e Estância serem os centros mais povoados de Sergipe, não teriam alunos suficientes para manter um externato. Já a instalação dos internatos permitiria que jovens de outros pontos da Província acorressem às suas aulas. Argumentava que a experiência demonstrara o fracasso de um tal empreendimento de caráter oficial "por excessiva despesa e relaxamento que logo aparece em seu regime".

Em Estância, a partir de 5 de fevereiro de 1855, o colégio começou com a denominação de Nossa Senhora do Amparo, dirigido pelo Dr. Antônio Ribeiro de Lima, com a matrícula de 112 alunos. Nesse ano, porém, as aulas encerraram-se precipitadamente por causa da epidemia de cólera-morbo que assolou Sergipe. Mas, no ano imediato, contaria com 62 estudantes, sendo apenas 10 internos, e 34 matriculados em Latim, 18 em Francês, 3 em Filosofia, 4 em Geometria e 3 em Geografia e História.

O Colégio Público de Laranjeiras iniciou as aulas em 5 de março de 1855, sob a direção do professor Manuel Odorico Mendes, estando matriculados 85 alunos, dos quais 30 em Latim, 20 em Francês, 7 em Geometria, 6 em Filosofia e 13 em Geografia e História. No ano seguinte, a matrícula reduziu-se a 32 alunos, com apenas 3 internos.

Nesses internatos, o ensino deveria seguir a orientação dos seguintes livros: Latim, a Arte do Pe. Antônio Pereira, Sintaxe de Dan-

tas, Seleta, Eutrópio, Cornélio, Virgílio, Horácio, Tito Lívio e Cícero; Francês, Gramática de Emílio Sevene, Telêmaco e Fábulas de La Fontaine; Filosofia, o compêndio de Charnez; Geografia, o compêndio de Gualtiez e seu mapa; História, o compêndio de Poirson, traduzido e adotado no Colégio Pedro II, e a História Sagrada de Roquette; e Aritmética, Geometria e Álgebra de Otonni.

Em relatório ao Dr. Pedro Autran, Inspetor Geral das Aulas, os diretores desses estabelecimentos mostravam as dificuldades financeiras enfrentadas para mantê-los, uma vez que os internatos não estavam correspondendo à expectativa, e a renda obtida não chegava sequer para cobrir as despesas com o aluguel das casas.

Preocupou-se Inácio Joaquim Barbosa com a situação em que se encontrava a Biblioteca Pública criada pelo Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, aprovando o Regulamento dado em 1851 e normalizando sua administração ao fixar o número de funcionários e os respectivos ordenados. Ainda fez que fossem aprovadas verbas para a compra de livros e assinaturas de revistas literárias. Nessa época, o acervo da Biblioteca atingia a 1.642 volumes.

A mudança da Capital, da vetusta cidade de São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju em 17 de março de 1855, deu ao Presidente Inácio Joaquim Barbosa a oportunidade de, pela Resolução nº 422, de 28 de abril desse ano, extinguir o Liceu decadente.[129] Transferiu para a nova Capital a cadeira de Filosofia, permanecendo em São Cristóvão apenas a de Gramática Latina, pois o professor de Geografia e História se encontrava licenciado, e as demais haviam sido deslocadas anteriormente, para Laranjeiras e Estâncias.

Com o desaparecimento do Liceu de São Cristóvão, encerra-se um capítulo do ensino secundário sergipano. Mais tarde, em Relatório à Assembléia geral, Paulino José de Souza diria que o estabelecimento foi extinto "porque os pais de família que estão no caso de melhor educar os filhos preferem mandá-los estudar os preparatórios necessários para a matrícula dos cursos superiores de instrução nas vizinhas

129. Resolução 422, de 28 de abril de 1855.
Art. 1º. Fica extinto o Liceu de São Cristóvão e seus respectivos lentes terão o destino determinado por lei.
Art. 2º. A cadeira de Filosofia do mesmo Liceu será transferida para a Capital do Aracaju.
Art. 3º. A cadeira de Gramática Latina continuará a ser exercida na cidade de São Cristóvão e a de Geografia e História não será exercida enquanto dura a licença do professor respectivo".

províncias de Bahia e Pernambuco, onde têm de exibir as provas de suas habilitações".[130]

O não reconhecimento dos estudos feitos nos Liceus Provinciais, para o ingresso nas Academias do Império, tornou-se o principal responsável pelo pouco interesse que essas instituições despertavam no país, levando-os à decadência e à supressão, como sucedeu em Sergipe no ano de 1855.

Assim, o Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império, ao transferir às Províncias a responsabilidade do ensino primário e secundário, trouxe-lhes a desagregação e o crescimento anárquico, sem obedecer a qualquer plano de conjunto ou a uma tentativa de integração desses dois graus de ensino. Como caracterizou Fernando de Azevedo: "Nenhuma perspectiva, daí em diante, para uma política educacional de larga envergadura. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam cada um na sua direção. As escolas de primeiras letras, como as instituições de ensino médio, em geral ancoradas na rotina. Nenhuma ligação não somente no sentido vertical, entre os diversos graus de hierarquia, mas também horizontalmente entre as unidades escolares do mesmo nível que funcionavam lado a lado".[131]

130. Relatório de Paulino José de Souza à Assembléia Legislativa. 1870, pág. 73.
131. Azevedo, Fernando: *A Cultura Brasileira*, pág. 331, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, 1944.

IV.

A MUDANÇA DA CAPITAL E AS IMPLICAÇÕES NA VIDA EDUCACIONAL SERGIPANA

A mudança da Capital da antiga cidade fundada por Cristóvão de Barros, nos idos de 1590, para as praias semidesérticas do povoado de Santo Antônio do Aracaju, confirmada pela Resolução nº 413 de 17 de março de 1835,[132], marca um momento novo na história de Sergipe.

Esse gesto, aparentemente ousado do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, se enquadrava no período de progresso e transformação estrutural que vivia o Brasil a partir de 1850, e na política de Conciliação, unindo conservadores e liberais, sob a batuta de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná. Também resultava do desenvolvimento que Sergipe vivia na década de 1850 com a valorização, nos mercados internacionais, do açúcar produzido em seus 655 engenhos existentes,[133] concentrados, mais da metade, nos vales férteis do Cotinguiba, e outra grande parte nas vizinhanças do Rio Real. Tornava-se, assim, imprescindível transferir a capital para um local de condições geográficas favoráveis a um porto de exportação, como era

132. Resolução nº 413, de 17 de março de 1855
Art. 1º – Fica elevado à categoria de cidade o Povoado de Santo Antônio do Aracaju, na Barra da Cotinguiba, com a denominação de cidade do Aracaju.
Art. 2º – O município da cidade do Aracaju será o da Vila do Socorro, tendo sua sede na referida Cidade.
Art. 3º – As reuniões da Assembléia Legislativa Provincial celebrar-se-ão desde já e d'ora em diante na mesma cidade do Aracaju.
Art. 4º – Fica transferida desde já da Cidade de S. Cristóvão para a do Aracaju a Capital desta Província.
Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

133. Almeida, Maria da Glória Santana de: *A crise de alimentos na Província de Sergipe* (1855-1860). Separata da RIHGS, nº 27, pág. 18.

aquele situado próximo ao estuário do rio Sergipe, a barra da Cotiguiba, assim conhecida. O eixo político deveria coincidir com o eixo econômico, norma dominante na geopolítica da época.

Era animador o ritmo das exportações sergipanas:

1851/52	2.147.752$765
1852/53	3.577.671$988
1853/54	2.653.234$205
1854/55	2.590.541$165

A população sergipana, segundo levantamento realizado no ano anterior à mudança da Capital, alcançava 132.644 habitantes, dos quais 66.079 eram mulheres e 66.561 homens. Para 100.196 pessoas livres, existiam 23.440 escravos, ou seja, uma percentagem de 24,5. A distribuição dos que representavam a força de trabalho livre, pelas diversas atividades econômicas, assim se apresentava:

10.623	agricultores
940	negociantes
836	carpinas
744	pescadores
570	vaqueiros
452	alfaiates
363	sapateiros
217	empregados públicos
216	criadores
167	ferreiros
161	náuticos
157	caixeiros
107	pedreiros
99	ourives
85	mestres de açúcar
77	serradores
69	oleiros
66	curtidores
13	funileiros
10	pintores
464	de ocupações diversas[134]

134. Mapa estatístico da população livre de Sergipe por Comarca, Distritos de Subdelegacias e Quarteirões. Ano 1854. APES - Estatística.

Tais dados evidenciam que se ia diferenciando a estrutura ocupacional da Província, passando a ter ênfase o setor terciário. O número de funcionários públicos, atingindo a 217, significava a existência de uma maior complexidade no aparato político-administrativo.

Também já se registrava que ali viviam 7 médicos, 6 advogados, 38 sacerdotes, e que todos os Juízes de Direito, Promotores e Juízes Municipais Letrados eram formados em Direito.

Começava a adquirir importância a vida urbana. Ao lado da velha Capital, destacavam-se as cidades de Estância e Laranjeiras, elevadas a esta categoria pelo Resolução nº 209, de 4 de maio de 1848, e as Vilas de Maruim, importante centro comercial, Santo Amaro, Vila Nova, Itabaiana, Lagarto, Propriá, Rosário, Simão Dias, Campos, Capela, Espírito Santo, Itabaianinha e Socorro, num total de 13

Comparando-se esta divisão política com a existente em 1820, época em que Sergipe se tornou Capitania independente da Bahia, quando se resumia à cidade de São Cristóvão e sete vilas, evidencia-se o desenvolvimento ocorrido nesses trinta e cinco anos.

Quando, por força do parágrafo 2º do artigo 10 do Ato Adicional à Constituição do Império, a Província assumiu a responsabilidade do ensino primário e secundário, a despesa orçamentária era de 128.680$500 (1835/36), dos quais 22.100$000, ou seja, 16% destinavam-se à educação para cobrirem os seguintes itens:

1. Professores de Geometria e Francês a 600$000	1.200$000
2. Ditos de Latim da Capital e Estância a 500$000	1.000$000
3. Nove ditos das outras Vilas a 400$000	3.600$000
4. Vinte e sete Professores de Primeiras Letras para o ensino de Meninos a 400$000	10.800$000
5. Quatorze professores de Meninas a 400$000	5.500$000

Para o período 1854/55, que assistiria à mudança do centro político-administrativo sergipano e suas implicações, a despesa orçamentária alcançava 239.000$808, absorvendo o setor educacional 38.200$000, o que significavam 15,9%, assim destinados:

1. Ordenado e cavalgadura do Inspetor de aulas	1.200$000
2. Lentes do Liceu e gratificação do Diretor e Secretário pela Lei nº 367	5.500$000
3. Ordenado ao Porteiro	300$000
4. Expediente e aluguel da casa	230$000
5. Professores de Latim, com os aumentos consignados na Lei nº 397	4.700$000

6. Professores de 1ªs Letras, inclusive a cadeira de Santa Rosa, criada pela Lei nº 380, com os aumentos consignados na Lei nº 395 — 17.450$000
7. Professores com os aumentos consignados na Lei nº 395 — 6.800$000
8. Substitutos — 1.000$000
9. Objetos para as aulas — 1.000$000

A evolução da matrícula das escolas públicas de Primeiras Letras, transcrita, demonstra o crescimento da responsabilidade do governo na vida educacional.

1835	1.800	alunos (aproximadamente)
1845	1.836	”
1849	2.022	”
1850	2.338	”
1851	2.712	”
1852	2.862	”
1853	2.805	”
1854	2.894	”
1855	2.910	”

Comparando-se os números registrados em 1835 com os de 1855, referentes aos alunos matriculados, conclui-se que, nesses dois decênios, houve um aumento de 60%.

A vida cultural demonstrava, nos meados do século passado, sinais evidentes de progresso e agitação, sobretudo através dos jornais que apareciam, uns ligados aos partidos políticos, outros de feição noticiosa, literária e humorística. *O Correio Sergipense*, que como órgão governamental circulava em São Cristóvão desde 1838, apresentava transformações. De simples noticiário dos atos oficiais ou transcrição de jornais das Províncias, especialmente da Corte, passava a publicações de interesse local, dos intelectuais da terra, como versos de Tobias Barreto (alguns em latim, sob, ainda, a influência do Arcadismo), de Pedro de Calasans, entre outros. Ainda circulou na velha Capital, entre 1853 e 1854, o *União Liberal*.

Em Estância, onde a imprensa sergipana lançara as raízes com o *Recopilador Sergipano* (1832-1834) e com instalação da Tipografia do Silveira, circularam, nos primeiros anos de 1850, o *Saquarema*, de orientação política, e o *Urtiga*, de fundo humorístico, com missão definida no verso inscrito em seu frontispício:

"Erva sou bem conhecida
Trago comigo a peçonha
Capaz de fazer vermelha
A cara mais sem vergonha".

Em Laranjeiras, diversos jornais surgiram a partir de 1841, com o aparecimento de *O Monarquista Constitucional*, seguido de *O Triunfo* (1844), *Pedro II* (1844), *O Guarany* (1847), *O Telégrafo* (1848), *O Observador* (1851-1853) e *Voz da Razão* (1851-1853). Na Vila de Santo Amaro, em decorrência da presença atuante de Antônio José da Silva Travassos, circulou a *Voz da Razão* (1854-1856).

Nos começos da década de 1850, a literatura sergipana afirmou-se com o eclodir do Romantismo. Ficaram para atrás as produções arcadistas, desligadas da terra e da gente, "pobres na roupagem e paupérrimas no conteúdo", refletindo a "incipiência cultural da época e do meio",[135] deixadas por Manuel Joaquim de Oliveira Campos, autor da letra do Hino Sergipano (1836), Brás Diniz Villas-Boas, latinista de renome, e Frei José de Santa Cecília, orador famoso pelos arroubos de eloqüência e exaltado liberalismo[136].

Surgiu uma geração inquieta, que buscou no Romantismo novos rumos de inspiração. Atuaram, principalmente, em Estância, rompendo caminhos para que a terra, a paisagem sergipana, a sua história, as lendas, os costumes, tudo que integra o nosso patrimônio cultural "passe a ser, se não o motivo e substância, pelo menos ponto de referência das produções literárias dos nossos escritores".[137]

Consolidou-se a prosa com os romances de Constantino José Gomes de Souza (1825-1877), *Desengano, A Filha sem Mãe, Aryeurana,*

135. Lima, Jackson da Silva: *História da Literatura Sergipana*, Vol. I, pág. 147. Aracaju, 1971.

136. Frei José de Santa Cecília (1809-1859), franciscano, foi professor, poeta, músico (autor da música do Hino Sergipano, sendo a letra do *poeta árcade* Manuel Joaquim de Oliveira Campos), e, sobretudo, orador sacro, um dos primeiros do seu tempo, "sem competidor dentro da ex-Província, fazia lembrar, quando no ministério do púlpito, a eloqüência de um Bossuet", na afirmativa de Armindo Guaraná no *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Também ficou famoso pelo exaltado liberalismo que marcou alguns de seus sermões, onde é visível a influência de Frei Caneca, como o pronunciado em homenagem ao 2 de julho, na Bahia em 1836, e, nesse mesmo ano, o alusivo à data 24 de outubro pela primeira vez solenemente comemorado em São Cristóvão. O *Noticiador Sergipano* o atacou violentamente, acusando-o de "*Conspirador contra o trono e o altar*".

137. Lima, Jackson da Silva: obra citada, pág. 65.

este caracteristicamente indianista. Além de romancista, foi ele o poeta inspirado de *Prelúdios Poéticos* e *Hinos de Minha Alma*, sendo considerado por Sílvio Romero como o decano dos poetas sergipanos, e também o dramaturgo destacado de *A Filha do Salineiro*, *Os três Companheiros de Infância*, representadas, com sucesso, por companhias teatrais de renome do país. Com razão, Constantino José Gomes de Souza é considerado "a pedra fundamental da literatura sergipana, quer como poeta, quer como prosador"[138].

Nos fins de 1850, os poetas sergipanos levaram o Romantismo ao apogeu. Mesmo antes do triunfo da Escola Condoreira no Recife (1861) já em Sergipe se versejava segundo o estilo hugoano, tendo como iniciador José Maria Gomes de Souza.[139] Logo o seguiram Tobias Barreto,[140] Elsiário Pinto,[141] José Jorge de Siqueira,[142] Geminiano

138. Lima Júnior, Antônio de Carvalho: *Almanack Literário Sergipano* 1892, pág. 15.

139. José Maria Gomes de Souza (1839-1894), sua obra poética se encontra publicada em *Estacianas* (1868) e *Mocidade e Velhice* (1892). Nela se destaca o "extraordinário colorista de cenas grandiosas nas estrofes *Colombo*, as mais belas que conheço no assunto", no dizer de Prado Sampaio, e também o lírico de encantadora sensibilidade e o épico exaltado de *Henrique Dias*.

140. Tobias Barreto (1839-1889) foi professor de latim na Vila de Itabaiana de 1857 a 1858, sendo considerado como "um dos hábeis professores" que tinha a Província pelo Inspetor Geral dos Estudos, Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque, ao encaminhar seu pedido de afastamento da cadeira, para cursar a Faculdade de Direito em Recife, ao Presidente João Dabney d'Avellar Brotero em 10/04/1858. No *Correio Sergipense*, Tobias Barreto publicou várias poesias, nas quais se pode evidenciar a evolução que passou desde os remanescentes árcades ao condoreirismo influenciado por Victor Hugo.

141. Elsiário da Lapa Pinto (1839-1897), autor, entre outras obras, de um poema épico, indianista, *Sergipe*, em estilo condoreiro, escrito em 1860, e de *O Festim de Baltazar* (1865), no qual, na apreciação de Prado Sampaio, "fez-se maravilhoso onomatopeísta das vascas do deserto", e, no assunto, não foi excedido por nenhum poeta "porque não há poesia que mais fiel e naturalmente nos possa traduzir, roubando cores crepusculares e legendas malditas, a completa dissolução do reino babilônico, sob o reinado de Nabobida, o Baltazar, pela tempestade persa, profetizada por Daniel Beltisasar". In Prado Sampaio: *Sergipe artístico, literário e científico*, págs. 43 e 44. Aracaju, 1928.

142. José Jorge de Siqueira (1845-1870) formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, onde foi colega de Tobias Barreto, Castro Alves e Fagundes Varela, entre outros. Lamentavelmente, sua obra poética está dispersa em jornais e revistas da época. Destaca-se, pelo avanço das idéias, o poema *O General das Massas*, dedicado ao General José Inácio de Abreu Lima, personagem destacado não só como general do exército libertador Bolívar, mas pela sua atuação no Brasil onde divulgou o pensamento socialista utópico na imprensa e no livro *O Socialismo*, publicado no Recife em 1855 e reeditado em 1879. O poema decorreu de ter sido negada sepultura a Abreu Lima falecido em 1869, em cemitério católico, ante as posições progressistas que defendera.

Pais de Azevedo,[143] e Eustáquio Pinto,[144] entre outros. De Sergipe partiriam os poetas condoreiros levando sua mensagem a outros pontos do país. "À Bahia de Castro Alves levou-a Elsiário Pinto (1861); A Minas Gerais, José Jorge de Siqueira (1862), sendo que este, no mesmo ano, estivera em Alagoas e ali difundira".[145] Também o subjetivismo lírico, o ultra-romantismo sob influência de Lamartine, teve expressão com Pedro de Calazans[146] em *Páginas Soltas* e *Últimas Páginas* (1858). Dele diria Fausto Cunha, com a autoridade de um dos maiores conhecedores do Romantismo brasileiro: "Esse Pedro de Calazans, que viveu na Europa os últimos anos de sua vida, ali publicou mais duas obras: *Wiesbade* e *Ofenísia*. Se nos dois primeiros livros o sergipano se mostrara um lamartiniano e, para os de hoje, um casimiriano *avant la letre*, nos dois últimos ele nos surpreende com uma poesia cosmopolita, talvez a primeira de nossa história literária".[147]

Também era importante a atividade musical. Muitos compositores permaneceram anônimos, embora suas peças tenham feito sucesso nos saraus e serestas. Organizaram-se bandas de música, fundaram-se sociedades artísticas como a Filodramática de São Cristóvão, que chegou a planejar a construção de um teatro, e outras em Laranjeiras e Estância, as mais destacadas na Província em conseqüência do desenvolvimento dessas cidades, que possuíam jornais para a divulgação de suas atividades. Em 1854, Laranjeiras contava com 35 músicos atuantes.

Além da Biblioteca Pública, em 1854, existia em Laranjeiras o Gabinete Literário, com um acervo em que predominavam as obras dos grandes nomes do Romantismo francês, e também assinando jornais

143. Germiniano Pais de Azevedo (1837-1915) nunca deixou Sergipe, destacando-se como professor secundário do Ateneu Sergipense desde a instalação, em 1870, até quando se aposentou em 1909. Sua obra poética permaneceu dispersa em jornais da época, estando algumas incluídas no *Parnaso Sergipano* de Sílvio Romero.

144. Eustáquio Pinto (1838 – 1864) sempre permaneceu em Sergipe, e seus versos se encontram dispersos, sendo transcritos por Sílvio Romero no *Parnaso Sergipano*

145. Lima, Jackson da Silva: obra citada, pág. 74.

146. Pedro de Calazans (1837 – 1874) bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1859. Publicou *Páginas Soltas* (1854), *Últimas Páginas* (1858), *Ofenísia* (1864), *Wisbade* (1864) e *Uma cena dos nossos dias* (1864). *A Cascata de Paulo Afonso*, publicação póstuma de 1906, foi reeditada em 1975, sob o patrocínio da CHESF como contribuição às comemorações do IV Centenário do início da Colonização do Estado de Sergipe.

147. Cunha, Fausto: *O Romantismo no Brasil*. De Castro Alves a Sousândrade, pág. 621, Paz e Terra, 1971.

da Corte como o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Comércio*, além do *Correio da Bahia*.

Quanto ao panorama educacional, assim se apresentava na época de transferência da Capital a freqüência escolar:

Primeiras Letras

Escolas Públicas		Alunos
Masculinas	39	2.166
Femininas	15	490
Total	54	2.506
Escolas particulares:		479
Total de alunos de Primeiras Letras		3.135

No ensino secundário, ministrado nas 9 Aulas de Latim e no Liceu de São Cristóvão, estavam matriculados 215 alunos nas diversas disciplinas.

A Província que assistia, em 17 de março de 1855, à mudança de sua Capital, estava assim bem diferente aquela que, em 1831, se alvoroçara com a notícia da abdicação e aclamara, entusiasticamente, a criança nascida no Brasil que ascendia ao trono.

A atitude ousada e corajosa do Presidente Inácio Joaquim Barbosa retirava da vetusta e tradicional cidade de São Cristóvão a sede do governo. Abandonava-se um núcleo urbano de mais de 1.500 habitantes, onde atuavam oito sacerdotes, quatro médicos e dois advogados, com palácio imponente, conventos e igrejas seculares, belos sobrados residenciais, para um povoado semidesértico, de rústicas e toscas habitações. "Sem dúvida no Aracaju tudo está por fazer, mas é justamente o que ele tem de melhor", dizia, alvissareiro, o comunicado da mudança da Capital, divulgado no *Correio Sergipense* dois dias após o acontecimento.

O cancioneiro popular, porém, não tinha esse otimismo para com a nova cidade que emergia dos mangues e apicuns banhados pelo Rio Sergipe.

"Aracaju não é cidade
Nem também povoação
Tem casinhas de palha
Forradas de melão".[148]

148. Calazans, José: *Temas da Província*, pág. 41. Coleção Estudos Sergipanos, Vol. I, Aracaju, 1944.

A vida educacional espelhava, fielmente, a realidade da nova Capital, desde quando se resumia a uma aula de Primeiras Letras para meninos, criada em 1848 pelo Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, e que vinha funcionando irregularmente, em situação precária, com poucos alunos matriculados, e estes muito pobres.

Inúmeras foram as dificuldades a serem vencidas para que Aracaju vivificasse. Com o falecimento de Inácio Joaquim Barbosa em outubro do mesmo ano da mudança, acentuaram-se os obstáculos naturais que deveriam ser enfrentados pela ousadia e obstinação de seu fundador.

"Pobre cidade do Aracaju, nos dias tristes e agitados de 1855", definiria, com precisão, seu historiador José Calazans.[149]

Difícil também seria, aí, o desenvolvimento do ensino, partindo da pobre escola de Primeiras Letras existente. Pela Resolução nº 422, do mês imediato à mudança, o Presidente procurava dar organização ao ensino público aracajuano. Este deveria contar com duas escolas primárias, uma já funcionando e outra criada para meninas, e duas cadeiras secundárias abrangendo uma de Língua Latina, então criada, e a de Filosofia, transferida de São Cristóvão. Mas o professor de Filosofia, o Pe. José Gonçalves Barros, adversário intransigente da mudança, não veio para Aracaju, apesar das determinações governamentais. Alegando não encontrar residência adequada, "nem mesmo de palha", o que era comum nesses primeiros tempos, terminou sendo jubilado com o ordenado proporcional ao tempo de serviço quando a cadeira foi supressa em julho de 1858, sob a alegação de que não existiam candidatos na pequena população de 415 menores livres acomodada na cidade que procurava crescer entre pântanos e areais. A cadeira de Latim só começaria a funcionar nos fins de novembro de 1857, ocupando-a o velho professor Brás Diniz Villas-Boas. No ano seguinte contava apenas com nove alunos.

Planejara o Presidente Inácio Joaquim Barbosa, ao extinguir o Liceu de São Cristóvão, fundar outro na nova Capital. Logo em julho empreendeu a construção de um prédio, onde deveria ser instalado, para ser entregue em 10 meses. Sua morte prematura fez, porém, que as obras fossem suspensas por ordem do Barão de Maruim, o Vice-Presidente que o substituíra interinamente, e que aconselharia ao novo Presidente, Salvador Correia de Sá e Benevides (27/02/1856 a 10/04/1857), a aproveitar o plano para a construção de uma prisão.[150]

149. Calazans, José: *Aracaju*, pág. 76. Aracaju, 1942.
150. "Havia, como bem lembra Epifânio Dória, mais candidatos à prisão. Em 1855 fo-

Este encerrou, definitivamente, o projeto alegando não ser necessário um Liceu para uma população tão pequena como era a de Aracaju, quando já existiam os internatos de Estância e Laranjeiras.[151] Seu sucessor, Dr. João Dabney Brotero (05/08/1857 a 07/03/1859), endossou tal decisão, argumentando ser impossível um Liceu Central "porque a nova Capital não é, nem será por alguns anos um centro de população":[152] Em realidade, não era animadora a situação educacional, funcionando no ano de 1858, em Aracaju, apenas três aulas, sendo uma de Latim com nove alunos e duas de Primeiras Letras, uma masculina e outra feminina. A primeira contava 30 alunos, baixa freqüência e pouco aproveitamento, enquanto a segunda, com 24 alunas destacadas pela assiduidade e maior rendimento escolar, a professora, Josefa Maria da Trindade, recebia elogios do Inspetor Escolar, Dr. Guilherme Pereira Rebelo.[153]

Nos meados do século passado, já era visível, em Sergipe, o descompasso entre o sistema educacional vigente e as exigências das transformações estruturais que se vinham processando em decorrência da prosperidade que envolvia o país, acarretando maior concentração urbana e começando a exigir mão-de-obra qualificada. Os internatos de Laranjeiras e Estância, apesar de terem sido criados objetivando o progresso dessas cidades, não alcançaram a finalidade por falta de entrosamento com a realidade local, embora seus professores fossem "os melhores da Província". Em 1857, o Dr. Pedro Autran, Inspetor Geral das Aulas, percebeu, com clarividência, o problema ao sugerir que funcionasse em Laranjeiras uma Aula de Comércio, sendo de mais utilidade aos jovens aprenderem Inglês, Francês, Aritmética, escrituração comercial e Geometria que Latim e Filosofia.[154] No ano anterior, já o diretor desse internato havia exposto a necessidade de, ali, ser introduzido um estudo mais completo de Aritmética e Álgebra aplicado às operações de comércio e banco, por se tratar de um centro comercial.

O fracasso das tentativas de instalação do curso secundário regular, seriado, resultava da finalidade a que se destinava naquele momento. Visava ele a uma classe social, a aristocracia rural, que fornecia "todos os elementos dirigentes da política imperial". Dela saía "a juventude que aluía para as academias superiores de norte ou do sul, em Recife, na Bahia, em São Paulo, no Rio, e daí para o campo das profissões liberais e para as altas esferas da vida parlamentar e política do país".[155]

Em Sergipe, saiu dos engenhos a maioria dos bacharéis, médicos e intelectuais, conforme as biografias levantadas por Armindo Guaraná.[156] As exceções foram os alunos da classe média urbana, que se destacavam nos estudos locais e conseguiam cursar os seminários, ou, através da política de clientela dominante, subsídios para estudarem fora da Província, como é um exemplo típico Tobias Barreto.[157] Outros o haviam precedido, beneficiados por leis votadas pela Assembléia Provincial, como em 1841 Manuel Antunes de Sá e em 1844 Domingos José Alves para estudarem Medicina e, em 1846, José da Mota Rabelo e Pedro Severiano Dantas para cursarem Farmácia.

Os jovens provenientes da classe dominante buscavam, preferentemente, os colégios particulares abertos nos principais núcleos urba-

---

ram 52 criminosos, número bem superior aos prováveis alunos do Ateneu". In José Calazans: *O Ensino Público em Aracaju*, pág. 26. Coleção Estudos Sergipanos, Vol. VII. Aracaju, 1951.

151. Referindo-se à construção de uma cadeia para a nova Capital, assim se expressou Salvador de Sá e Benevides: "Tenho pensado em contratar essa obra com o Capitão Manuel Zuarte de Siqueira e Melo que havia contratado a obra *do edifício destinado para um ateneu nesta Capital*, tendo já recebido a quantia de 4.000$000. Atento o pequeno número de habitantes desta Capital, e havendo já dois internatos na Província, o *Ateneu seria uma obra de mero luxo*; assim resolvi mandar suspender a execução dessa obra, *podendo-se talvez com a quantia destinada para conseguir a construção de cadeia, objeto não de luxo, mas de verdadeira e palpitante necessidade*: se aprovada essa minha deliberação farei prontamente começar o edifício". Relatório com que foi aberta a 1ª sessão, da undécima legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe, no dia 2 de julho de 1956 pelo Exmº Sr. Presidente Dr. Salvador Correira de Sá e Benevides.

152. Relatório do Presidente Dr. João Dabney d'Avellar Brotero à Assembléia Legislativa Provincial, em 5 de abril de 1858.

153. Relatório do Inspetor Geral Dr. Guilherme Rebelo ao Presidente Manuel da Cunha Galvão.

154. "Em geral preparando-se a mocidade destes dois pontos da província à vida comercial, entendo: que a instrução deve ser para torná-la apta para as funções do comércio.

"As aulas de inglês, francês e outra regular de aritmética, álgebra, escrituração comercial e geometria são as que realmente precisam estas duas cidades". Trecho do Relatório do Dr. Pedro Autran da Matta e Albuquerque, Inspetor Geral das Aulas, ao Exmº Sr. Presidente da Província, Salvador Correia de Sá e Benevides em 15/12/1857.

155. Viana, Oliveira: *Evolução do Povo Brasileiro*, pág. 15. Livraria José Olímpio Editora.

156. Guaraná, Armindo: *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. 1925.

157. Em 10 de abril de 1858, o Inspetor Geral de Estudos, Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque, encaminhava ao Presidente Dr. João d'Avellar Brotero o requerimento do Professor de Latim da Vila de Itabaiana, Tobias Barreto de Menezes, solicitando licença para fazer os estudos superiores fora da Província. A resolução nº 517, de 22 de junho de 1858, concedia a autorização solicitada, concedendo licença por seis anos "para estudar em uma das Faculdades de Direito, deixando a Cadeira substituída por pessoa idônea, paga à custa". Arquivo de IHGS.

nos, com mestres de renome, ou estudavam à sombra das casas-grandes. Muitos eram os senhores de engenho que mantinham professores para seus filhos.[158]

Assim apresentava o ensino secundário público em Sergipe um quadro pouco animador ante o pequeno número de alunos presentes às classes, apesar de os professores serem geralmente, "pessoas habilitadas; neles se reconhece talento, cumprem seus deveres e a moral é a melhor possível".[159]

Já no ensino de Primeiras Letras, a maior parte dos mestres eram "pessoas sem as necessárias habilitações, indolentes e insubordinadas e poucos merecem ocupar o lugar do magistério, entretanto alguns se tornam dignos do professorado – são dignos de elogio".

O pouco adiantamento dos alunos, normal na vida das escolas de Primeiras Letras, e o abandono das aulas pela maioria deles, diagnosticou muito bem o Dr. Pedro Autran, ao identificá-los com o estado de pobreza em que viviam, e ao que representavam como mão-de-obra para as famílias, "*pois apenas sabem ler são logo retirados das aulas e aplicados em outros trabalhos que tragam lucros para suavizar e melhorar o estado de indigência em que vivem*".[160]

Já percebia essa autoridade a correlação existente entre desenvolvimento e educação, e que "em determinadas regiões a qualidade das condições de vida só se eleva na medida em que surgem e operam, na estrutura em que se encontra a população, os fatores promocionais da estrutura superior".[161] Ou como observa Robert Millikan, ao destacar que os Estados Unidos empregavam, em 1929, cerca de 13,5 cavalos/hora por dia *per capita* equivalentes a 100 escravos; "aí está porque não mais conduzimos os nossos navios por meio de escravos amarrados aos remos, como faziam os gregos e romanos. Aí está porque não escravizamos populações inteiras como faziam os faraós. *Aí está porque freqüentam as escolas secundárias dos Estados Unidos, hoje, dez vezes mais rapazes e moças que em 1890*".[162]

158. "Acrescente-se também o número de Escolas Particulares por todos os ângulos da Província, por todos os povoados mais consideráveis *além das muitas escolas de fama estabelecidas nos Engenhos, nas quais aprendem os filhos dos proprietários e os de seus vizinhos*, que ficam distantes dos povoados onde existem escolas públicas". Relatório do Dr. Guilherme Pereira Rebelo ao Ilmº Sr. Inácio Joaquim Barbosa, Presidente da Província em 31 de dezembro de 1852. APES – Instrução Pública.
159. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque ao Exmº Sr. Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides em 15/12/1857.
160. Idem
161. Ramos, Guerreiro: *Redução Sociológica*, pág. 118. ISEB, 1958.
162. In Maria Thétis Nunes: *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, pág. 118, ISEB, 1962.

O presidente Salvador Correia de Sá e Benevides voltou à tentativa de implantação do ensino profissional, ao criar pela Resolução nº 441, de 31 de agosto de 1856, em Aracaju, o Colégio dos Educandos, destinado a órfãos desvalidos, que ali deveriam aprender Primeiras Letras, Desenho Linear, Ofícios Mecânicos, Música Instrumental e Vocal.[163] Apesar de iniciada a construção do prédio, fracassou mais uma vez a tentativa de estabelecer, em Sergipe, o ensino profissional, que não encontrava eco na sociedade escravocrata vigente.

No Brasil, na década de 1850, os problemas educacionais receberam as atenções dos poderes públicos. Muita influência passou a exercer entre nós a Lei Francesa de 1850, de Luís Napoleão Bonaparte, abrindo caminhos novos à educação, substituindo o prestígio que gozara a Lei Guizot, de 1833, "matriz de toda a legislação das nossas províncias até 1854".[164] Neste ano, seria feita a Reforma da Educação do Município Neutro, com reflexo em todo o país.

Destacou-se a ação de Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro do Império no Ministério da Conciliação (1853-1857), responsável pela reforma estruturada no Decreto nº 1.331A, de 17 de janeiro de 1854, que tornava uma realidade projeto seu e de Justiniano da Rocha apresentado no Parlamento em 1851, com o nome de Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. O ponto mais revolucionário era o estabelecimento da supervisão para as escolas públicas e particulares, para a qual seria montada uma estrutura administrativa intitulada Inspetoria Geral, ligada ao Ministério do Império. Cabia-lhe fiscalizar e orientar o ensino público e particular de níveis primário e secundário da Corte, sendo fixadas normas para o exercício dessas escolas. Assim, pela primeira vez, o liberalismo firmado na Carta de 1824, que permitia a qualquer pessoa abrir aulas de Primeiras Letras sem exigência de licença ou exame, e funcionando sem qualquer fiscalização, sofria intromissão legal. Também reformou-se o currículo do Colégio Pedro II, dando maior ênfase ao estudo da língua pátria, e se criavam, na Corte, os Exames Preparatórios para

163. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão, da Undécima Reunião da Assembléia Legislativa Provincial, em 2 de julho de 1856, pelo Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides. Quando este Presidente, em 11 de abril do ano seguinte, passou o governo ao Vice-presidente José da Trindade Prado, dizia que não estavam terminadas as obras do Colégio dos Educandos, o que lamentava, apelando ao seu sucessor para que as concluísse.
164. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e as províncias*, 2º volume, pág. 546. Companhia Editora Nacional.

o ingresso nas Escolas de Medicina e nos Cursos Jurídicos, sendo que estes passavam a denominar-se Faculdade de Direito.

O Regulamento Complementar dos Estatutos e o Regulamento das Aulas Preparatórias da Faculdade de Direito, baixados em 1855 e 1856, estabeleciam identidade dos Preparatórios com os programas e compêndios adotados nas aulas secundárias da Capital do Império. Também ampliavam-se os Preparatórios de Medicina, que passavam a abranger Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, História e Geografia, Aritmética, Geometria e Álgebra até equações de 2º grau.

Por força do Regulamento de 1854, surgia na Corte um Inspetor-Geral, com atribuições definidas, um Conselho Direitor, composto do Diretor do Colégio Pedro II, de dois professores públicos e um particular e dois membros nomeados pelo Governo. Completavam o esquema os Delegados de Distritos, que auxiliavam os inspetores na inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares.

Outro ato importante do Ministro Couto Ferraz, a criação na cidade do Rio de Janeiro, em 1856, do Liceu de Artes e Ofícios, significou a primeira oficialização do ensino profissional no país.

Apesar do sopro francês que as marcaram, essas reformas refletiram, quanto às idéias que as animaram, "o espírito inovador do jovem ministro de 35 anos, quanto aos processos e ritmo de implantação, a moderação e prudência do conservador Couto Ferraz".[165]

Estimulados pela atuação progressista do Ministro do Império transmitida à sua política educacional, que "visava promover e uniformizar o ensino em todo o país", os presidentes das Províncias realizaram reformas moldadas nas que haviam sido introduzidas na Corte.

Em Sergipe, coube ao Presidente João Dabney D'Avelar Brotero (05/08/1857 a 07/03/1859) esse desempenho, ao baixar o Regulamento da Instrução Pública em 12/06/1858, composto de 151 artigos.

Apresentava-se caótica a situação educacional sergipana, desde quando a única tentativa de organização feita remontava à Lei de 5 de março de 1835 do Presidente Manuel Ribeiro. Inicialmente, procurou o Regimento de 1858 disciplinar o setor administrativo ligado à educação, ao determinar pelo art. 1º: "A direção, inspeção e governo da instrução em toda a Província compete: 1º ao Presidente da Província; 2º, a um Inspetor Geral de Instrução Pública; 3º, aos Inspetores dos Distritos; 4º, aos Conselhos Literários; 5º, aos Subinspetores".

165. Haidar, Maria de Lourdes Mariotto: *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*, pág. 112. Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

O artigo segundo uniformizava o ensino nas escolas públicas de Primeiras Letras, estabelecendo as disciplinas que deveriam integrar o currículo. Outros artigos estabeleciam, para toda a Província, um calendário escolar, bem como o concurso para o ingresso no magistério, disciplinado na Lei.

Não cogitou o Presidente João Dabney D'Avilar Brotero da criação de uma Escola Normal, como haviam tentado alguns de seus antecessores, apesar da larga visão que demonstrou possuir dos problemas educacionais sergipanos. Possivelmente o tenha influenciado para essa omissão a crise econômico-financeira em que se debatia a Província, em conseqüência da epidemia de cólera-morbo que a assolara,[166] e, também, a filosofia do governo central. Era Couto Ferraz, em educação, partidário do sistema austríaco que consistia "em deixar que os professores se formassem pela prática; passando de inspetores subordinados a monitores e finalmente a mestres-adjuntos, quando então receberiam algumas lições de pedagogia".[167] Já os adeptos do sistema prussiano defendiam a criação de Escolas Normais. Assim, explica-se porque o Regulamento de 1858 criou os "alunos-mestres", que eram monitores para as classes mais atrasadas, contratados pelo prazo de um ano com uma gratificação mensal. Se demonstrassem capacitação para as funções, e já tivessem 18 anos de idade, poderiam requerer, ao Inspetor-Geral, exame de habilitação e sua nomeação para professor-adjunto.

Compreendendo, porém, o legislador ser necessário alguém com conhecimentos que orientasse o sistema implantado, obteve autorização da Assembléia Legislativa Provincial para conceder uma subvenção anual de 600$000, pelo prazo de dois anos, a qualquer senhora "que se obrigasse a freqüentar, na cidade da Bahia, o curso da Escola Normal com as condições de vir ensinar na Província". Não apareceram candidatas, possivelmente reflexo da situação da mulher dentro da sociedade patriarcal dominante.

Criou, ainda, o Regulamento de 1858 os Conselhos Literários dos Distritos, com atribuições amplas, incluindo o levantamento da situa-

166. Os dados abaixo transcritos, referentes à exportação, evidenciam a crise econômico-financeira em que se debatia a província de Sergipe.

1856/57	5.144.329$042
1857/58	3.067.060$005
1859/60	3.837.380$609

167. Moacyr, Primitivo: obra citada, pág. 210.

ção geral e particular de cada escola.[168] Quase nula seria, porém, sua atuação no desenvolvimento da educação provincial desde quando não encontravam suporte na realidade local, fruto que eram de filosofia importada de condições sociais bem diferentes das existentes, na época, em Sergipe.

Ainda, por essa legislação, o escravo continuava à margem do ensino, não podendo cursar as escolas públicas de Primeiras Letras.

O Presidente Dabney Brotero, a quem pode ser creditado grande interesse pelos problemas educacionais, era partidário da centralização das aulas de ensino secundário, em vista do baixo rendimento apresentado pelos Internatos de Estância e Laranjeiras e das Aulas de Latim espalhadas por diversos pontos de Sergipe. Assim diagnosticava a situação: "Se a instrução elementar deve marchar obedecendo a uma força centrífuga para espalhar-se pela periferia, *a instrução secundária ao contrário, obedecendo a uma força centrípeda, deve seguir uma marcha inversa, centralizando-se na Capital, onde a razão pública é mais desenvolvida, onde há dedicações e propensões pronunciadas para a carreira das letras*".[169]

Essa compreensão estava sincronizada com a que começavam a perceber as autoridades imperiais através dos relatórios oficiais recebidos, como o de Gonçalves Dias após a inspeção oficial às províncias do Norte em 1852, demonstrando a necessidade de uma reforma na Instrução Pública, dando-lhe "um centro de unidade e ação, que a tornasse uniforme por toda a parte e fossem eliminados os defeitos e vícios, que tinham até então obstado o seu progresso e desenvolvimento".[170] Em 1856, o Ministro Couto Ferraz, referindo-se ao direito que fora conferido às Províncias de, livremente, dirigirem o ensino secundário, dizia estar, porém, convencido das vantagens que uma uniformidade poderia trazer, e, assim, passava o governo a estimular os seus Delegados, no caso os Presidentes, a despertarem a atenção das Assembléias Provinciais para as reformas admitidas na Corte: "O zelo de grande parte daqueles funcionários e o patriotismo de muitas destas corporações têm vindo em auxílio dos desejos do governo, e já são hoje poucas as Províncias onde com mais ou menos extensão, com mais ou menos

168. Regulamento da Instrução Pública de 1º de setembro de 1958. Tipografia Provincial no Aracaju, 1858. Número 2.
169. Relatório do Dr. Dabney D'Avellar Brotero à Assembléia Legislativa Provincial em 5 de abril de 1858.
170. Dunschee de Abranches: Relatório ao Exmº Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1904, pág. 6.

alterações, não tenham sido abraçadas as idéias cardinais das reformas aqui iniciadas".[171]

Deveria o sucessor de Dabney Brotero, o Engenheiro Dr. Manuel da Cunha Galvão (07/03/1859 a 15/07/1860), extinguir as cadeiras de Latim de Propriá, Rosário e Maruim, sob a alegação de pouca freqüência, além dos Internatos de Laranjeiras e Estância. Permaneceriam, porém, nestas duas cidades as aulas de Latim, Francês e Geometria. No mesmo ano de 1859, em que a pedido, por motivos de saúde, deixou o governo de Sergipe, faleceu em São Paulo o Dr. Dabney Brotero, tendo realizado, nos dois anos aí vividos, uma das melhores administrações da época imperial. O sentimento dos sergipanos foi traduzido, na ocasião, pelo poeta romântico Bittencourt Sampaio, no poema *Sobre o Túmulo*.[172]

Seguindo as linhas traçadas pelo Regulamento de 1858, a Província de Sergipe, em 1860, se encontrava dividida em sete Distritos Literários, cada um deles com um Conselho. Estes Distritos compreendiam 42 localidades, onde funcionavam as seguintes aulas:

Primeiras Letras

Escolas Públicas			
Masculinas	43	Alunos	1.893
Femininas	23	Alunas	743
Total	66		2.636
Escolas Particulares			
Masculinas	09	Alunos	404
Femininas	01	Alunas	19
Total	10		423

171. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa na 2ª sessão, da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz, pág. 49, 1856.
172. Publicado no *Correio Sergipense*, nº 61, de 24.9.1859, terminava o poema:
"Que destino meu Deus! da liberdade
Mais uma estrela se apagou fulgente!
Será que a pátria minha n'orfandade
Deva em breve cair, pobre, indigente?
Oh! perdão, meu Senhor! Suspende a ira
Não desça sobre o povo a maldição!
Sufoca-me esta dor e, cai-me a lira
Resta um cadáver neste frio chão".

Abrangia, assim, o ensino primário 76 aulas com 3.059 alunos. Calculando-se, pelas estimativas encontradas, a população da época em 200.000 habitantes, conclui-se que havia uma cadeira para cada 3.030 pessoas, significando que apenas 1,85% da população acorria às Aulas de Primeiras Letras.[173]

O Curso Secundário contava com 179 alunos cursando as seis aulas de Latim sediadas em Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Capela e Itabaiana (110 inscrições), as de Francês de Laranjeiras e Estância (150 inscrições), e de Geometria destas duas cidades (19 inscrições).[174] À escola secundária chegava, assim, uma parcela ínfima da população sergipana.

Apesar dos problemas que incidiram sobre a economia de Sergipe a partir de 1856, resultante da epidemia de cólera-morbo que dizimou uma parte considerável de sua população, calculada entre vinte e três a trinta e quatro mil vítimas, com profunda repercussão na mão-de-obra agrícola, a elevação do preço do açúcar nos mercados internacionais compensou a baixa safra de 1856 a 1859. Mas já eram visíveis os males que, posteriormente, determinariam a decadência da produção açucareira local como a escassez de mão-de-obra, a ausência de mecanização e de técnicas modernas de produção acarretando a baixa produtividade. Esses aspectos foram detectados pela argúcia de Robert Avé-Lallemant, o viajante alemão que visitou Sergipe em maio de 1859, ao expressar-se: "Por isso o próximo futuro da indústria açucareira em Sergipe, o nervo de toda a Província, é muito para recear".[175]

A nova Capital começou a desenvolver-se, vencendo os charcos e as endemias. No ano imediato à transferência, era registrada uma população de 1.484 pessoas, sendo 1.191 livres e 293 escravos, 730 homens e 754 mulheres. Os engenheiros Major Sebastião José Basílio Pirro e o Capitão Francisco Pereira da Silva foram estruturando a jovem cidade. Os principais edifícios, como o Palácio do Governo, vão sendo construídos, e razão tinha o citado visitante alemão quando escreveu: "Nos quatro anos decorridos desde a fundação da cidade, já se tem feito muito em Aracaju e está-se fazendo quase outro tanto".[176]

173. Lima Júnior, Manuel Antonio de Carvalho. À propósito da mensagem presidencial do General Valadão, pág. 24

174. Relatório do Inspetor-Geral Dr. Guilherme Pereira Rebelo, de 3.1.1860, ao Presidente Manuel da Cunha Galvão, e anexo à fala deste à Assembléia Legislativa Provincial desse ano.

175. Avé-Lallemant, Robert: *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*, 1º Volume, pág. 337. Ministério da Educação e Cultura, 1961.

176. Idem

Em janeiro de 1860, chegava a Sergipe o Imperador Pedro II, aí permanecendo dez dias, visitando, além de recém-criada Capital, as cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Estância e a Vila de Maruim, centro comercial importante, com casas comerciais dirigidas por estrangeiros, como os alemães Schram e Winter, e vice-consulados de Hamburgo, Suécia e Noruega.

Em seu Diário,[177] Pedro II fixou as impressões da nova capital em construção, mas se deteve, sobretudo, na descrição das escolas visitadas, onde argüiu alunos e observou professores. Não foram favoráveis as opiniões de Sua Magestade sobre os conhecimentos dos estudantes e mestres das escolas de Aracaju e das cidades e vilas percorridas. Sobre a sede da Instrução Pública Provincial não seria lisonjeira a apreciação, definida como "casa pequena", e este ramo de serviço está pessimamente montado na Província".

Em 1860, em Sergipe se tornava evidente o desajuste entre o sistema educacional adotado, que era uma réplica do que vigorava no país, e as exigências que a sociedade sergipana começava a apresentar. O Dr. Guilherme Pereira Rebelo, Inspetor-Geral da Instrução, com um realismo surpreendente para a época, denunciava a situação ao mostrar a inutilidade das cadeiras de Latim e o ônus que representavam para os cofres públicos, sendo preferível que os poucos que delas necessitassem para o ingresso nos cursos superiores, aprendessem onde fossem estudar. Aos que não tinham meios para chegar às Academias, era nocivo esse estudo, "porquanto o estudo do latim por si só não faz o homem de letras e ciências, e *o novo latino cheio de si e do seu meio saber constituir-se-á para flagelo de si e dos outros, um verdadeiro pedante de aldeia presunçoso e impertinente*". E continuava suas observações mostrando como um estudo mal dirigido poderia concorrer para gerar desajustados à realidade do meio social onde vivem: "*Conheço alguns destes sábios de Aldeia a quem o seu latim tem por tal forma estragado o bom senso que tomam horror ao trabalho e entregam-se a uma inatividade repreensível, gastando o tempo em ruminarem a Eneida ou as Odes de Ovídio*".[178]

Insistia, em seu Relatório, na necessidade da criação de um Liceu que centralizasse as aulas de ensino secundário dispersas pela Província.

177. Publicado na RIHGS, nº 26 (1961-1965), pág. 64 a 78, é cópia do original existente no Museu Imperial de Petrópolis, cedido ao IHGS pelo diretor dessa instituição, Dr. Luís Lourenço Lacombe (Anexo nº 8).

178. Relatório do Dr. Guilherme Pereira Rebelo, Inspetor-Geral ao Presidente Dr. Tomás Alves Júnior, em 31 de Janeiro de 1861, *Correio Sergipense*, nº 67 a 72, 1861.

Influenciado por experiências realizadas no país, o Dr. Guilherme Rabelo instalou, em 6 de outubro de 1862, o Liceu Sergipense, sendo seu diretor, e contando com a cooperação do Presidente da Província, o Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça (1/6/1861 a 13/6/1863). Enquanto os cofres públicos pagavam o aluguel das casas onde as aulas deveriam funcionar, os professores ensinavam gratuitamente. O plano de estudos era ambicioso, calcado no que ainda vigorava no Colégio Pedro II, decorrente da Reforma Couto Ferraz de 1854. Abrangia o currículo: 1. Latim (a Aula pública anexada); 2. Francês; 3. Inglês; 4. Italiano; 5. Filosofia; 6. Gramática Filosófica; 7. Retórica; 8. História e Geografia; 9. Aritmética; 10. Álgebra, Geometria e Trigonometria; 11. Partidas Dobradas e Aritmética Comercial; 12. Noções gerais de Botânica e Agricultura; 13. Noções Gerais de Química; 14. Noções Gerais de Física; 15. Direito Mercantil com aplicação do Código Civil Brasileiro; 16. Desenho e 17. Moral e Instrução Religiosa.

Prontificaram-se a lecionar no Liceu Sergipense as personalidades de maior projeção na vida cultural da Capital. Além do Dr. Guilherme Rabelo, integravam a Congregação os Doutores João José de Araújo Lima, Manuel Antunes de Sales, Manuel Gomes Borges, Francisco Sabino Coelho, Manuel da Silva Rego, o professor Geminiano Pais de Azevedo, o poeta Eustáquio Pinto, o jornalista Modim Pestana e o vigário Barroso. Tais nomes indicam que já se processavam, em Sergipe, transformações culturais com o crescimento das profissões liberais, destacando-se o número de bacharéis, médicos e engenheiros em plena atividade profissional.

Solene e festiva ocorreu a instalação do Liceu Sergipense, com discursos plenos de entusiasmo e confiança em seu futuro.[179] O Regimento Interno, minucioso, abrangia até os livros a serem adotados. Aberta a matrícula, inscreveram-se 14 alunos em Latim, 22 em Francês, 7 em Inglês e 7 em Aritmética, disciplinas inicialmente oferecidas.

Mas, transposta a euforia inicial, resultado mais do prestígio do fundador, o Dr. Guilherme Rabelo, o Liceu não encontrou a cooperação esperada dos que, no primeiro momento, se haviam oferecido para lecionar gratuitamente. Também fracassou a ajuda prometida pelo governo provincial quanto aos funcionários que deveriam ser postos à disposição, e as duas casas alugadas reduziram-se a uma. Já nos começos de 1864, o Dr. Guilherme Rabelo, no Relatório apresentado ao novo Presidente, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Caldas (31/7/1863 a 24/2/1864), decepcionado, escrevia que, como se encontrava o estabelecimento, deveria ser substituído por outro pago integralmente pela Província.

179. *Correio Sergipense*, nº 84, de 8 de outubro de 1862.

A resolução nº 713, de 20 de julho desse ano de 1864, encerrou mais uma tentativa de unificação do ensino secundário sergipano, ao estabelecer que "logo que tenha execução a presente lei se considere extinto o Liceu Sergipense". Determinava que, além da Aula de Latim já existente anteriormente, funcionariam na Capital aulas isoladas de Gramática e Língua Francesa, Gramática e Língua Inglesa, Álgebra e Geometria, Geografia e História, Gramática Filosófica e Análises dos Clássicos, Pedagogia, Instrução Religiosa, Caligrafia, Noções Gerais de Geometria Plana e Noções sobre pesos e medidas do Império. Demonstrando como o ensino normal voltava a dispensar a atenção das autoridades provinciais, o artigo 9º dessa Resolução determinava: "O professor de Pedagogia será considerado como professor da Escola Normal destinada para formação daqueles que se destinarem à carreira do professorado elementar". Complementava-o o artigo 15º, dizendo que "o curso normal e complementar será de dois anos para os alunos que se destinarem ao professorado elementar".

Não houve condições de ser posta em execução essa Resolução, como acontecera com tantas outras, pela pouca permanência do Presidente que a idealizou à frente da administração provincial, aliada à instabilidade política reinante, decorrente da rivalidade entre os partidos liberal e conservador na vida sergipana. Continuava o prestígio dos senhores de terra porque os presidentes, embora escolhidos e nomeados pelo Imperador fora dos quadros locais, precisavam, porém, do respaldo dos chefes políticos que controlavam a Assembléia Legislativa Provincial. Também as autoridades responsáveis pela segurança pública, o Chefe de Política, os Delegados e Subdelegados, apesar de designados pela Corte, tinham a autoridade cerceada desde quando o instrumento de suas ações, a Guarda Nacional, estava na dependência dos proprietários rurais, dos *coronéis*, expressão de uma elite controladora do poder econômico e político.

Continuou o ensino secundário resumido a cinco aulas de Latim localizadas na Capital, em Itabaiana, Propriá, Estância, Laranjeiras, sendo que estas duas últimas cidades contavam também com as de Francês e Geometria.

Com um total de 2.604 alunos matriculados nas Aulas de Primeiras Letras em 1865, calculava o Dr. Guilherme Rabelo ser 1:82 a proporção entre alunos e população livre, permanecendo fora da escola mais de 25.000 crianças em idade escolar.

Crescia a importância dos colégios particulares, já em número de 12 em 1865, desfrutando alguns deles de excelente reputação pela competência dos professores que marcaram época, como, entre outros,

Florentino Teles de Menezes e Manuel Carlos de Morais em Estância, e Possidônia Maria de Santa Cruz em Laranjeiras.

Em 1866, o Presidente Dr. José Pereira da Silva Morais, (1/3/1866 a 20/10/1867), numa tentativa de valorizar a ex-Capital em acentuada decadência, ali criou um liceu, com internato, compreendendo as cadeiras de Francês, Inglês, Filosofia, Geometria, Geografia e História, trasferindo, também para lá, o curso normal planejado por seu antecessor[180]. Embora no orçamento da Província dos dois anos imediatos fossem consignadas verbas para esse estabelecimento, em realidade não chegou a funcionar, valendo como mais uma tentativa fracassada de centralização do ensino secundário e da instalação do curso normal.

O Regulamento de 1858, ainda em vigor, sofreu algumas modificações na presidência do Dr. Evaristo Ferreira da Veiga (27/11/1868 a 18/6/1869), visando, basicamente, a disciplinar o ensino particular[181]. Ainda procurava o Regulamento de 1869 estimular a procura às aulas secundárias, acenando aos portadores dos conhecimentos nelas ministrados com o provimento, independente de concurso, de cargos públicos. Também, para fomentar o crescimento das matrícuas no ensino público primário e secundário, o Presidente Evaristo Ferreira da Veiga aboliu as taxas que sobre eles incidiam, estabelecidas anteriormente[182], por trazerem pequenas rendas provinciais e grandes inconvenientes, como o de "privar os menos favorecidos da fortuna, que são muitas vezes de capacidade notável e quase de maior aplicação".

Em 1868, o Decreto Imperial nº 4.143, de 5 de abril, criou a Companhia de Aprendizes de Marinheiros em Sergipe, pleiteada pelo Presidente Cincinato Pinto da Silva para atender às crianças abandonadas. Deveriam integrá-la 219 praças, incluindo o comandante, oficiais

180. Resolução nº 764 de 17 de março de 1866.
Art. 1º Fica criado na Cidade de São Cristóvão um Liceu com internato.
Art. 2º Ficam criados as seguintes cadeiras: de latim, francês, inglês, filosofia, geometria, geografia e história, com o ordenado de 800$000 e gratificação de 400$000.
Art. 3º Ficam desde já extintas todas as cadeiras de latim, francês e geometria existentes na província.

181. Regulamento de 31 de maio de 1869, que altera algumas das disposições de nº 2 de 1º de setembro de 1858. Art. 47º As habilitações legais para abertura de estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária, para o ensino de qualquer ramo da dita instrução e de artes liberais, devem ser designadas nas instruções de 29 de setembro de 1864 que foram aprovadas para a Corte por aviso do ministério do império da mesma data e que vão aqui transcritas com as alterações apropriadas à província.

182. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe pelo Presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga, em 1.3.1869. Tipografia do Jornal de Sergipe em 1869.

e demais empregados, sendo os alunos em número de 100. Instalou-se, sob o comando interino do capitão dos Portos, numa casa particular na Rua de Aurora, que não oferecia comodidades, e, inicialmente, sua matrícula foi de apenas 21 alunos. Estava, porém, o Presidente autorizado pelo Ministro da Marinha a alugar uma residência mais ampla que melhor atendesse à sua finalidade. Sob a pressão dos preconceitos sociais dominantes, demorou a crescer o número de Aprendizes de Marinheiros, sendo 26 no ano imediato à criação, o que levaria o Presidente Evaristo de Veiga a afirmar: "O tempo e os fatos encarregar-se-ão de esvaecer os infundados receios que lavram entre a população e cuja compreensão escapam às inumeráveis vantagens de uma instituição digna de ser devidamente apreciada"[183].

Seria confirmado o prognóstico otimista do Presidente, pois em 1876 já contava a Escola com 83 alunos e, como afirmava o Vice-Presidente, em exercício, Dr. José Martins Fontes: "A repugnância que ao princípio manifestou o povo em admitir os seus filhos menores na Companhia de Aprendizes vai desaparecendo, tem alcançado que os meninos são bem-tratados, educados com desvelo e adquirem conhecimentos de um meio de vida decente para os futuros dias"[184].

No Brasil, à medida que se aproximava o fim da década de 1860, acentuava-se a preocupação dos dirigentes com os problemas educacionais, sobretudo ante a disparidade de situações que apresentavam as Províncias. Passou a ser defendida a necessidade de uniformização do ensino no Brasil, vista como "uma condição social e de integridade nacional". Para a educação voltam-se, a partir de 1867, as Falas do Trono, dizendo, enfaticamente, a de 1870: "O desenvolvimento moral e material do Império depende essencialmente de difundir-se a instrução por todas as classes da sociedade"[185]. Percebiam os legisladores que se impunha a busca de soluções. Já começava a encarar-se o ensino secundário não apenas como mera ponte de acesso aos cursos superiores, com percebeu Paulino José de Souza: "O ensino secundário exerce maior influência na sociedade, concorrendo eficazmente para o desenvolvimento intelectual dos que o recebem. Além de essencial para os estudos superiores, pode-se dizer que, *sem ele, não tem recebido a conveniente educação o homem que se destina a qualquer carreira, ainda* diversas das letras, como o comércio e a indústria"[186].

183. Relatório do Dr. Evaristo Ferreira da Veiga ao passar a administração ao Ilmo. Sr. Barão de Propriá em 11.6.1869.
184. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Martins Fontes, 1º Vice-Presidente de Província, abriu à 2ª sessão de 21ª legislatura de Assembléia Provincial em 6.3.1877.
185. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e o Império*. 3º volume, pág. 663.
186. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e o Império*. 2º volume, pág. 118.

Em 1870 era animadora a conjuntura econômica sergipana. Melhorara o setor açucareiro, crescendo o índice de exportação da Província. O algodão se expandia pelo agreste, estimulado pela procura internacional ante a crise da produção norte-americana provocada pela Guerra de Secessão (1862-1866). Em 1870, a máquina a vapor de descaroçar algodão chegou à Vila de Itabaiana, e já em 1874 o município contava com 50 vapores, exigindo maiores plantações, que apareceram às custas das matas seculares ali existentes, fazendo brotar prósperos núcleos de povoamento.

Vencida a crise cíclica do capitalismo mundial, ocorrido entre 1855 e 1865, o Brasil entrava numa época desenvolvimentista permitida pelos superávits da balança de pagamentos, fornecidos, principalmente, pelas exportações de café, açúcar e algodão. Estes dois últimos produtos constituíam-se, naquele momento, o sustentáculo da economia sergipana.

Também o término da Guerra do Paraguai normalizava a vida do país estimulando os setores econômicos.

Em 1870, existiam no Brasil 2.602 escolas públicas de Primeiras Letras, enquanto em Sergipe elas eram 100, sendo 69 masculinas e 31 femininas. Freqüentavam as escolas brasileiras 90.126 alunos, dos quais 4.133 estavam em Sergipe, sendo 2.580 meninos e 1.553 meninas. O ensino particular no país contava com 16.505 estudantes, sendo que em Sergipe eles eram 203, abrangendo 126 do sexo masculino e 77 do feminino.

O ensino secundário público resumia-se a nove aulas, onde apenas se ministravam Latim, Francês e Geometria, com uma matrícula de 128 alunos, mas a freqüência não ia além de 80. O setor particular compreendia oito aulas de Latim, Inglês e Francês freqüentadas por 38 alunos, dos 55 nelas matriculadas.

A despesa orçamentária prevista para 1869/70[187] atingia 556.500$187, sendo que, para a educação, eram consignados 69.018$000, o que equivalia a uma percentagem de 12,40 assim distribuídos:

1. Ordenado ao Inspetor-Geral das Aulas	2.000$000
2. Ordenado e gratificação ao Amanuense da Inspeção Geral	720$000
3. Expediente da mesma	100$000
4. Ordenado e gratificação aos professores do ensino primário, continuando a ser de 400$000 a gratificação da professora contratada da Barra dos Coqueiros	51.108$000
5. Ordenado e gratificação aos professores e demais funcionários do Liceu	8.150$000
6. Ordenado e gratificação ao professor da cadeira de Latim e Francês da cidade de Estância	1.500$000
7. Utensílios para as aulas	4.000$000
8. Subvenção a Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, Francisco Fernando de Souza e João Chagas Rosa	1.440$000

187. O ato de 12 de maio de 1869 determinou que vigorasse, para o exercício 1869/1870, a Lei de 7 de maio do ano anterior, visto o Presidente ter negado sanção ao projeto orçamentário da Assembléia Legislativa Provincial.

O Regulamento baixado em abril de 1868, pelo Presidente Dr. Antônio D'Araújo Bulcão (28/10/1867 a 10/8/1868), estruturando a Secretaria do Governo, que passava a ser dividida em três secções, com um quadro de funcionário para o qual se exigiam habilitações apropriadas para os amanuenses, evidenciava que se ia tornando complexo o mecanismo administrativo da Província, impondo-se a necessidade de pessoas qualificadas para as funções a serem desempenhadas[188].

Em 1870, ano que é um divisor de águas na vida política brasileira com o aparecimento do Manifesto Republicano, anunciando o partido que viria três anos depois, presidia a Província de Sergipe o Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior (21/12/1869 a 11/05/1871). Era Inspetor-Geral da Instrução o Dr. Manuel Luís Azevedo D'Araújo[189], homem talentoso, conhecedor das teorias educacionais mais avançadas da época como as Pestalozzi, Basedow, Natigel, entre outros. Por sua cultura e atuação pode figurar entre aqueles que, no Brasil da época, constituíam os "Homens de Ilustração", possuidores de uma cultura calcada nas filosofias de fundo liberal e cientista, o Positivismo, o Evolucionismo Spenceriano, o Naturalismo, o Pragmatismo. Buscando elevar o país "ao nível do século", sobretudo acreditavam elas no papel da educação como força modificadora da sociedade.

188. Art. 15º Os lugares de amauense serão providos independente de concurso, porém, devem os pretendentes provar com atestados de professores de estabelecimentos literários fundados na conformidade das leis de instrução pública, que sabem a gramática da língua nacional, e escrevê-la corretamente, princípios gerais de aritmética, suas quatro operações e teoria dos quebrados e frações decimais, bem como princípios gerais de geografia e história e tradução correta da língua francesa, além disto, ter boa letra, bom comportamento e a idade de dezoito anos completos.

189. Manuel Luis Azevedo d'Araújo (1838-1883), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, foi jornalista, deputado provincial e diretor da Instrução Pública de Sergipe.

Coube a Manuel Luís organizar o ensino público sergipano, elaborando um novo Regimento para substituir o de 1858 que, com remendos, estava em vigor. Cumprindo a missão, elaborou o projeto, com base no qual, em 24 de outubro de 1870, o Presidente Francisco José Cardoso Júnior determinava "que d'ora em diante se observe o Regulamento sob o número 24 que com a presente baixa, o qual será submetido à aprovação da Assembléia Legislativa em sua futura reunião".

Do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, pelos novos rumos que abririam à educação sergipana, tornavam-se mais importantes os artigos 16 e 17 assim redigidos:

"Art. 16. A Instrução Pública Secundária será dada:

§ 1º. Em estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias, o qual fica criado nesta Capital com a denominação de Ateneu Sergipense.

§ 2º. Em aulas avulsas nas cidades que mais as exigirem.

Art. 17. *O Ateneu Sergipense se comporá de dois cursos diferentes – de humanidade e de escola normal*".

Desse Regulamento diria, entusiasticamente, à Assembléia Legislativa Provincial o Presidente Francisco José Cardoso Júnior: "Se o dia 24 de outubro de 1824 marca a emancipação política desta terra[190] – o dia 24 de outubro de 1870 marcará d'ora avante a emancipação intelectual dela"[191].

Realmente, a partir desse momento iniciava-se uma nova etapa na história da educação sergipana.

190. Apesar de comemorado, festivamente, desde 1836, até hoje não foi encontrado qualquer documento que justifique a importância do dia 24 de outubro na história sergipana: o fato tem suscitado controvérsias entre os historiadores que buscam desvendá-lo.

191. Relatório com que Tenente-Coronel Franceses José Cardoso Júnior abriu a 2ª secção da 20ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3.3.1871.

V.

O REGULAMENTO DE 24 DE OUTUBRO DE 1870 E SUAS IMPLICAÇÕES

O Regulamento de 24 de outubro de 1870, do Presidente Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior, baixado em caráter provisório, devendo, assim, ser, oportunamente, submetido à aprovação da Assembléia Legislativa Provincial, imprimiu novos rumos à educação sergipana. Mesmo as sucessivas modificações, muitas vezes prejudiciais, que o foram atingindo, demonstrariam, porém, a importância e o desafio que os problemas educacionais já representavam para os governos da Província.

Tais fatos não eram exclusivos do Sergipe daquela época. Refletiam o que acontecia no Brasil, resultante das transformações estruturais ocorridas num momento marcado por profundas contradições entre uma aristocracia latifundiária tradicional, de base agrícola e feudal, e uma recente burguesia mercantil urbana, formada do desenvolvimento de bancos, companhias de navegação, ferrovias e indústrias têxteis. Tornaram-se visíveis suas repercussões no setor social, fazendo com que os temas educacionais, no Parlamento, nos Relatórios dos Ministros, nas Falas do Trono, na Imprensa, passassem a ser enfocados com atenção, destacando-se a denúncia aos seus aspectos negativos.

As vitórias fulminantes dos exércitos prussianos sobre as tropas francesas de Napoleão III em 1870, na época atribuídas, em grande parte, à valorização do sistema educacional vigente na Prússia, ainda mais contribuíram para as tentativas de reforma no ensino brasileiro.

Nesse ano de 1870, com cores sombrias, Tavares Bastos, o admirável pioneiro dos estudos da realidade nacional, traçava o quadro da educação brasileira: "Tudo nos falta, de tudo carecemos neste ramo principal dos interesses sociais, a instrução do povo".

"Ao invés das tendências do século, o que possuímos nós? Escolas de abc, estas mesmas raríssimas, sem edifícios próprios, sem móveis e

estênceis, e, pior que tudo, sem mestres idôneos; e, fora destas, algumas aulas de latim espalhadas aqui e ali".

"Estudos clássicos, estudo das línguas mortas, não é o que necessitamos mais. Demais, é um erro manifesto confundir-se o ensino clássico com essas imperfeitas e insuficientes aulas de latim, onde nem se aprende a língua de Cícero, e muito menos a grande literatura do século de Augusto".[192]

Confirmaria tal situação o pronunciamento de Paulino José de Souza, Ministro do Império do Gabinete conservador Visconde de Itaboraí: "É com verdadeira mágoa que vejo-me obrigado a confessar que em poucos países a instrução pública se achará em circunstâncias tão poucas lisonjeiras como no Brasil". No relatório que apresentou à Assembléia, reafirmando sua preocupação com o problema, era partidário da criação de liceus por iniciativa do Império, pois "aliviadas do ensino secundário, concentrarão as províncias todos os seus esforços no primário, tornando-o obrigatório nos termos deste projeto".[193]

No ano imediato, o Conselheiro João Alfredo, já Ministro do Império do Gabinete Marquês de São Vicente, planejou reforma no sistema educacional a ser encaminhada à Assembléia-Geral Legislativa. Percebendo o quanto de improdutivo fora, na evolução do ensino brasileiro, a liberdade concedida às Províncias para o ensino primário e secundário pelo Ato Adicional de 1834, afirmava ele que "enquanto em outros países a instrução pública está a cargo de um ministério especial, aqui se acha disseminada por todas as províncias e por vários ministérios, sendo de todo ponto independentes os respectivos poderes". E lamentava que não se buscasse, no momento, decretar "um sistema geral e uniforme em todo o Império".[194]

Desde a década anterior que vinha sendo enfatizada a necessidade da criação de Escolas Normais visando à preparação de pessoas idôneas para o magistério primário. Liberato Barroso no Relatório de 1864, calcado em dados concretos, estatísticos, ao tempo em que criticava o ensino médio do Império voltado para os estudos clássicos, com uma organização defeituosa, afirmava que o estabelecimento das escolas normais nas capitais das Províncias "onde se formassem candidatos para os concursos do magistério, auxiliadas pela ação benéfica

192. Bastos, Tavares: *A Província*, p. 145, 3ª edição. Companhia Editoral Nacional, 1875.
193. Souza, Paulino José de: Relatório à Assembléia-Geral Legislativa, 1870; p. 13.
194. Moacyr, Primitivo: *A Instruçãao e o Império*, 2º volume (1854-1888), p. 140. Companhia Ed. Nacional, 1932.

de hábeis diretores seria certamente o meio de desenvolver e uniformizar o ensino"[195].

Em 1872, no Brasil, para cerca de 10.000.000 habitantes, que deveria ser sua população, existiam 147.621 alunos primários e 7.989 secundários, segundo levantamento estatístico da época.

Em Sergipe eram, nesse ano, cerca de 6.000 alunos no curso primário e 300 no secundário.

Conforme o censo de 1872, a população sergipana alcançava 234.613 habitantes, dos quais somente 29.134 sabiam ler. Embora a quase totalidade da população ativa estivesse voltada para o setor primário da economia, eram registradas 1.809 pessoas ligadas às profissões liberais. Crescia o número dos portadores de diploma de nível superior, como bem reflete a composição das bancadas da Assembléia Legislativa Provincial. No biênio 1870-71, dos 24 deputados, 17 eram bacharéis, além de 3 sacerdotes. Já a bancada de 1874-75 compunha-se de 20 bacharéis, sendo, porém, definida como "unanimemente conservadora, não sendo fecunda em benefícios para a Província, talvez a mais tempestuosa de todas até então".[196] Era uma decorrência do bacharelismo, da "fabricação de doutores e bacharéis, a maior indústria montada pelo Brasil no século passado", como, ironicamente, classificou Lauro de Oliveira Lima.[197] Agassiz, o naturalista francês que nos visitou em 1865, ficou surpreso ao encontrar sempre à frente das administrações provinciais jovens bacharéis, o que o levaria a comentar, ressaltando o aspecto negativo do fato: "O que se faz mister para imprimir progresso e atividade a uma nação jovem que só aspira engrandecer-se são homens práticos, familiarizados com os interesses da agricultura e da indústria".[198]

A situação econômico-financeira de Sergipe, ao iniciar-se a década de 1870, apresentava-se promissora, decorrente não só da produção açucareira dos 646 engenhos em funcionamento, dos quais mais de 40 a vapor, favorecida pela alta dos preços do produto no mercado internacional, como da expansão algodoeira pelo agreste, e a grande valorização resultante do recesso da exportação estadunidense sob o impac-

195. Barroso, José Liberato. *A Instrução Pública no Brasil.* Rio de Janeiro, 1867.
196. Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho. *Memória sobre o Poder Legislativo Sergipano.* (1824-1889). RIHGS, ano IV, 1919, p. 161.
197. Lima, Lauro de Oliveira. *O Império na Educação*, p. 72. Editora Vozes, 1969.
198. Agassiz, Louis. Obra citada, p. 598.

to da Guerra de Secessão (1862-1866). Os dados abaixo são uma demonstração:

Exportações	1869/70	1870/71	1871/72
Açúcar	2.318:034$438	2.092:879$203	3.661:236$434
Algodão	2.250:341$929	2.047:792$095	3.033:719$067

Nos principais centros urbanos, como Laranjeiras, Estância, e na Capital, vivia uma população, que não poderíamos classificar de classe média na concepção marxista do termo, pois não a unia a solidariedade, mas de camada ou *status* médio. Inquieta, aberta às inovações, será nela que vão encontrar acolhida as idéias republicanas que se articulavam no país.

O Regulamento de 24 de outubro de 1870, complementado pelos atos de 10 de junho e 9 de agosto do ano seguinte, traduziam, no conteúdo e na forma, as novas tendências educacionais que agitavam o Brasil. Substituindo a legislação de 1858, procurava, nas inovações que trazia, enfrentar os graves problemas dominantes e já denunciados. Assim, numa tentativa de moralizar o ensino, eram adotados os exames de habilitação para o ingresso no magistério e a renovação de provas para a obtenção da vitalicidade na carreira,[199] "depois da mais desbragada relaxação",[200] além de disciplinar a inspeção escolar.

O artigo 3º se destacava pelo sentido de que se revestia, ao determinar que "a instrução primária elementar poderá ser obrigatória nos lugares em que as escolas públicas possam servir plenamente ao estabelecimento deste sistema, e o governo pelas circunstâncias da Província possa praticar os meios complementares". Estabelecia-se, assim, o "ensino obrigatório-facultativo", reconhecendo o Presidente que não havia condições, em Sergipe, para ser tomada uma medida imperativa.[201]

199. Art. 182: "Aqueles professores, que, em virtude de leis e regulamentos anteriores ao presente, estiverem providos em comissão, não poderão obter título de vitaliciedade no fim do qüinqüênio, sem que renovem publicamente, perante o governo da Província as provas de sua capacidade intelectual, na forma do quanto se exige para o exercício do magistério público".

200. Azevedo d'Araújo, Manuel Luís. Relatório do Diretor da Instrução Pública em dezembro de 1871, p. 3. Arquivo da BPES.

201. "Quando as nações cultas têm adotado o princípio do ensino obrigatório - quando este princípio está universalmente reconhecido como o único possível, como o único capaz de tornar a instrução pública uma feliz realidade - parece não ter sido fora de pro-

Era assegurado o ensino livre, primário e secundário (art. 40) a todos que quisessem exercê-lo, exigindo-se, apenas, submissão "no tocante à ordem pública, à moral e à higiene das escolas, à inspeção oficial do Governo, por seus respectivos agentes".[202]

O ensino primário passava a ser ministrado em dois graus: o elementar e o superior, funcionando este último nas cidades de Estância e Laranjeiras. As cadeiras primárias eram classificadas em quatro classes, cada uma com suas prerrogativas para o acesso. Também regulamentou-se o ensino noturno.

Foram ampliadas as funções do Conselho Literário, que abrangiam desde a escolha dos compêndios a serem adotados, a adoção dos melhores métodos de ensino, incluindo a forma pela qual seriam realizados os exames de habilitação para o magistério primário, à proposta da criação de novas escolas no sistema educacional vigente. Era ele integrado por dois professores do Ateneu Sergipense, dois membros destacados da comunidade e o diretor da Instrução, seu presidente nato.

Mas, indiscutivelmente, o ponto máximo desse Regulamento foi a atenção voltada para o ensino secundário, expressa no art. 17, ao criar o Ateneu Sergipense, abrangendo o curso de Humanidades e o da Escola Normal.

Constituíam o curso de Humanidades as disciplinas: 1) Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos; 2) Gramática e Tradução da Língua Latina; 3) Gramática e Tradução da Língua Francesa; 4) Gramática e Tradução da Língua Inglesa; 5) Aritmética, Álgebra e Geometria; 6) História e Geografia; 7) Filosofia Racional e Moral; 8) Retórica e Poética. Estas disciplinas estavam distribuídas pelos quatro anos que compunham o curso.

pósito, Senhores, consignar a idéia no regulamento de 24 de outubro - plantar a semente a fim de que germine em ocasião mais oportuna, a fim de ser utilizada com prudência, com critério - logo que a província esteja em condições apropriadas. "Trecho do Relatório com que o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 3 de março de 1871, p. 49.

202. "A centralização levada à instrução degenera em concentração e nulifica a liberdade humana no seu direito mais santo - a consciência - Nesta matéria a ação do governo deve limitar-se a certa vigilância protetora - exigindo do professor particular provas de sua conduta civil e moral, obrigando-o a ministrar esclarecimentos para a estatística da instrução e não tolerando que o ensino seja ministrado em oposição aos salutares princípios do nosso pacto fundamental e aos sagrados dogmas da Religião do nosso país". Trecho do Relatório citado, p. 50.

O curso normal seria dado em dois anos, estudando-se no primeiro, Gramática Filosófica e da Língua Nacional com Análise dos Clássicos, e Pedagogia; no segundo, Aritmética e Geometria e História, especialmente do Brasil.

Apesar, porém, dos largos caminhos que esse Regulamento acenava para a educação sergipana, os resultados não foram animadores. Explica-se porque um sistema educacional, para ter êxito, deve corresponder às exigências imediatas da sociedade sobre a qual vai atuar, e dela ser parte integrante, refletindo seus valores e suas crenças. A clientela que buscava o curso de Humanidades era constituída, em sua quase totalidade, dos filhos da burguesia latifúndio-mercantilista, que nele viam um trampolim de acesso às Academias do Império. Desse modo, só lhes interessava o estudo das disciplinas exigidas para nelas terem ingresso, e que iam cursar diretamente nas cidades onde existia o curso superior escolhido.

Ante tal realidade, fracassou, de início, a tentativa do ensino secundário seriado. Só as disciplinas que integravam os Preparatórios eram procuradas, e o Ateneu teve que funcionar na base de aulas isoladas. A matrícula inicial foi de 143 alunos, dos quais 112 freqüentaram as aulas na seguinte distribuição:

Latim	23
Francês	47
Inglês	02
Geografia e História	05
Filosofia	02
Gramática Nacional	13
Aritmética, Álgebra e Geometria	16
Pedagogia	04

Solenemente, realizou-se a instalação do Ateneu Sergipense no dia 3 de fevereiro de 1871, precedida pela celebração de uma missa votiva na Capela de S. Salvador. Guarda de honra formada na porta do edifício, banda de música, armação de um dossel em que foi colocada a efígie do Imperador Pedro II, segundo a descrição dos jornais da época, dizem da importância que as autoridades e a sociedade sergipanas conferiam ao acontecimento.

Compunham sua primeira Congregação os professores: Antonio Diniz Barreto – Latim; Geminiano Pais de Azevedo – Francês; Justiniano de Melo e Silva – Inglês; Rafael Araújo de Moura Matos – Geografia e História; Filosofia – Sancho de Barros Pimentel; Gramática

Filosófica – Dr. Tomás Diogo Leopoldo que também lecionava Retórica e Poética; Geometria – Tito Augusto Souto de Andrade – acumulando a cadeira de Filosofia; e Pedagogia – Inácio de Souza Valadão.

O Regulamento foi aprovado pela Congregação em 12 de janeiro do ano da instalação (Anexo nº 9).

No fim do primeiro ano de vida, apenas 36 alunos prestaram exames e foram aprovados no curso de Humanidades. Igualmente, o curso normal não correspondeu às esperanças dos que o criaram, pois, de início, só se matricularam 6 estudantes, indo aos exames finais somente dois deles. Logo em seus primórdios, o Ateneu sofria o impacto da concorrência dos Preparatórios, "o mais vergonhoso patronato nos exames",[203] que é responsável pelo fracasso das tentativas que se vinham fazendo para a organização, no Brasil, do ensino secundário.

Muito baixo se apresentava o rendimento dos alunos, bem como era péssimo seu comportamento, segundo registram os relatórios das autoridades responsáveis pelo estabelecimento. Tal fato era o reflexo do prestígio social e político dos pais da maioria deles, no qual se sentiam escudados para seus desmandos.

O governo procurou estimular o ingresso no Ateneu, dispensando as horas de trabalho dos funcionários que o quisessem cursar, bem como permitindo aos professores primários virem fazer o curso normal.

Manuel Luís, que fora o batalhador ardoroso da criação do curso normal, manifestaria decepção à pouca demanda verificada, ao dizer que "nesta Província o professorado não oferece atrativos; é reputado um meio de vida para os indivíduos menos aptos, em vez de entregarem-se às indústrias, onde porventura melhor serviriam, porque acham estas indecorosas e mais trabalhadoras, *contando com a única habilitação dos empenhos*, abordam o magistério público com uma audácia tal que me sobressalta".[204] Continua, dizendo que "*os mais capazes que vão para o magistério, e se desprovidos de recursos, procedem assim para depois conseguirem das autoridades provinciais licença para estudarem nas Faculdades*, dividindo o ordenado com outra pessoa que os substituem sem qualificação para o cargo". Concluindo, ele enfatiza que não havia um só exemplo destes voltarem às suas cadeiras, "quando mais enriquecidos das conquistas das ciências".[205]

203. Barroso, José Liberato. Obra citada, p. 55.
204. Relatório do Dr. Manuel Luís Azevedo d'Araújo, já citado, pp. 5 e 6.
205. Idem, p. 5.

Demonstrando não ser apenas um teórico de doutrinas educacionais, mas um conhecedor da realidade do meio onde atuava, Manuel Luís reconhecia que o Regulamento de outubro de 1870 apresentava deficiências, e o encarava como "a primeira medicação sugerida, em vista de uma enfermidade", daí seu maior merecimento. A experiência, porém, faria "que lhe auxiliemos com outras medidas".[206]

Muitas foram as medidas inovadoras defendidas por Manuel Luís, todas dentro de uma visão progressista, destacando-se a criação de uma Escola Normal feminina, desde quando a mulher era mais indicada para professora primária. "A mulher, só a mulher é que pode ser a expressão da escola verdadeira, que tem por altar a verdade e por amor o sentimento". Assim, poderia desaparecer a escola antiga dominante, que tinha "por dogma o desconhecido e por alma a palmatória". Defendia a subvenção para os moços pobres e capazes que quisessem freqüentar o curso normal, a exemplo do que acontecia nas escolas da Prússia, Bélgica, Inglaterra e outros países adiantados. Também desses países admitia a co-educação, embora demonstrasse indecisão de aplicá-la em Sergipe, temendo a reação da sociedade, eivada de preconceitos, existente.

Tornou-se arauto da educação física, ao afirmar que havia a "necessidade da educação do corpo ao lado das intelectuais e afetivas", e do ensino noturno para adultos. Ainda se preocupou com a educação profissional, principalmente a agrícola, desde quando na agricultura estava a base econômica da Província, devendo ser incluídos rudimentos dessa atividade no ensino primário.

Em alguns pontos, o Regulamento de 24 de outubro estava além da realidade provinciana do momento. Assim, os concursos previstos para o ingresso no magistério primário, objetivando sua moralização, resultaram na grande reprovação dos candidatos, o que levaria o Presidente, em seis de fevereiro do ano seguinte, a suspendê-los até que a "Escola Normal pudesse oferecer aptos para o magistério".

Se, quanto ao elemento humano era deficiente o ensino primário, materialmente eram precárias as condições das escolas, instaladas em casas destituídas de condições mínimas para a finalidade a que estavam destinadas. Citava-se, como exceção, apenas a aula da Professora Posidônia de Santa Cruz Bragança, em Laranjeiras, que, "com suas economias, conseguiu elevar um importante edifício e montar um estabelecimento escolar em condições em que a razão e a experiência o exigem".[207]

206. Idem, p. 4.

O Presidente Oliveira Júnior tentou minimizar os problemas, solicitando ao Ministro do Império autorização para ocupar, com aulas, o antigo palácio de São Cristóvão. Obtendo-a, para lá transferiu as aulas primárias da ex-capital. Também procurou estimular a iniciativa privada, com apelos para o melhoramento da situação dos prédios escolares. Deu resultado essa iniciativa, conseguindo, em Maruim, a construção de uma casa com doações arrecadadas. Em Laranjeiras, o Coronel Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro doou um prédio para o funcionamento de uma escola do sexo feminino. Tiveram idêntica atitude o Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e o Tenente-Coronel João Gonçalves de Siqueira Maciel.

As aulas do Atheneu começaram em uma casa da Câmara Municipal, "arruinada e suja".[208] O Presidente Cardoso Júnior, "no propósito de doar a Província com um prédio convenientemente construído para nele funcionarem as aulas deste importante estabelecimento",[209] encarregou ao engenheiro João Gomes Vieira Dantas de fazer a planta e o orçamento da obra. Este cumpriu as determinações recebidas, sendo a construção do prédio orçada em 26:000$000rs. Ainda recorreu o Presidente aos "cidadãos mais favorecidos da fortuna", pedindo donativos para o levantamento do edifício, recebendo algumas contribuições.[210] A inauguração, porém, só ocorreria em 3 de dezembro de 1872,

207. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior passou a administração de Sergipe ao Vice-Presidente Cipriano d'Almeida Sebrão em 5/11/1872. Tip. do Jornal de Sergipe.

208. "Visitando pela 1ª vez o Ateneu, que desde sua instalação permaneceu em uma propriedade da Câmara Municipal, encontrei uma casa e em ruínas, e que nem sequer apresentava o aspecto de um edifício condigno com as funções que no recinto se exercem". Relatório com que o Presidente Dr. Joaquim Bentò d'Oliveira Júnior passou a administração ao Vice-Presidente Cipriano d'Almeida Sebrão, citado.

209. Relatório com que o Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 3 de março de 1871, p. 125. Tipografia do *Jornal do Aracaju*.

210. "Sendo meu pensamento que a construção fosse devida ao patriotismo do novo sergipano, que assim demonstraria mais uma vez a sua devoção à causa pública, dirigi-me aos cidadãos mais favorecidos da fortuna, solicitando donativos para aquele fim. Meu apelo não deixou de ser acolhido, e já tenho recebido algumas ofertas.

"É esta a ocasião propícia para manifestar o meu reconhecimento aos distintos cidadãos a que me refiro, e bem assim ao ilustrado Diretor da Instrução Pública, Dr. Manuel Luís Azevedo d'Araújo, que muito me tem auxiliado no empenho de levar a efeito a idéia tão proveitosa à Província". Idem p. 125.

na presidência do Bacharel Joaquim Bento de Oliveira Júnior (16/7/1872 a 5/11 do mesmo ano), tornando-se o prédio, na época, "o melhor da capital pela sua elegância e solidês".[211]

O ensino particular primário superava o público em qualidade, contando com os professores de renome na Província, e o preparo que os alunos alcançavam. Em Laranjeiras, notabilizaram-se, nessa época, os colégios de Dona Esmeralda de Souza Lopes e do professor Justino José Gomes, este com uma matrícula que atingiu até 102 alunos; em Maruim, destacou-se o "Santa Maria", sendo diretora Dona Maria Diniz de Melo, e alcançou a fama o colégio doméstico do Engenho Dira, dirigido pelo Cônego Luís Agostinho.

Reflexo das transformações estruturais, embora lentas, da sociedade sergipana, foi a aceitação dos cursos noturnos criados pelo Presidente Cândido da Cunha Leitão ((11/5/1871 a 11/8 do mesmo ano), por ato de 10 de junho de 1871, anexo ao Ateneu Sergipense, com uma matrícula inicial de 157 estudantes. Compreendiam o ensino de Gramática Nacional, Língua Francesa, Comércio e Escrituração Mercantil, Desenho Linear e Primeiras Letras. Animado com o êxito obtido na Capital, o Presidente Cunha Leitão os adotou, também, nas cidades de Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Propriá.[212]

Mas, pelo pioneirismo, merece ser citado o curso noturno que o professor João Madureira mantinha no Engenho Novo, do Coronel Antonio Martins Fontes, freqüentado por seus lavradores e os das regiões circunvizinhas, numa demonstração do espírito progressista do proprietário.

A sensibilidade aos problemas sociais marcou a atuação do Dr. Antonio Cândido da Cunha Leitão na breve presidência, como atestam a criação de uma aula na cadeia[213] e a justificativa do ato. Sua saída imediata do governo fez, porém, que só mais tarde começassem as aulas.

211. Esse edifício, localizado na atual Praça Olímpio Campos, sofreu, posteriormente, modificações. Nele funcionou o Tesouro do Estado, o Juizado de Menores e, atualmente, a Procuradoria do Estado e a Secretaria de Justiça.
212. "Orgulhoso do acolhimento e adesão que obtivera essa idéia tendente a disseminar a instrução por entre as classes populares, ampliei depois o plano iniciado com a criação de aulas noturnas do ensino primário em todas as cidades da Província – o que fiz baixando o ato que se lê, datado de 9 do corrente". Trecho do Relatório em que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão entregou a administração da Província no dia 11 de agosto de 1971 ao Exmo. Sr. Dr. Dionísio Rodrigues Dantas, 2º Vice-Presidente.
213. "Convicto de que no fundo dos ergástulos se não deve abandonar a inteligência, e que aí mais que na própria sociedade se torna urgente a instrução, não só para mitigar o

Eram constantes, na época, as reclamações dos moradores das diversas regiões da Província contra o desleixo dos professores primários. Também chegavam solicitações das Câmaras Municipais para a abertura de novas escolas a fim de atenderem à demanda crescente de alunos.

A partir de 1870, a vida cultural sergipana se manifestou ativa, principalmente na Imprensa, através dos diversos jornais que circularam. Uns de vida efêmera, outros mais duradouros como o *Jornal do Aracaju* (1870/1879), *O Jornal de Sergipe* (1866/1906), a *Gazeta do Aracaju* (1879/1889), o *Diário de Sergipe* (1877), o *Eco Liberal* (1877/1884), a *Fraternidade* (maçônico) (1875), o *Guarani Laranjeirense*, (1878/1883), o *Imparcial de Estância* (1879), o *Jornal do Comércio* (1877), o *Jornal Popular* (1879) e o *Porvir*, órgão dos alunos do Ateneu, sendo diretores Baltazar Góis, Eustáquio Lins, Silvério Martins Fontes e Melchidesech Matusalém Cardoso.

Só a partir de 1873, na presidência do Dr. Manuel do Nascimento Galvão (8/3/1873 a 14/11 do mesmo ano), começou a funcionar, efetivamente, sediada no Palácio do Governo, a biblioteca fundada em São Cristóvão em 1848 na administração de Zacarias de Góis e Vasconcelos, e transferida para Aracaju em 1855 com a mudança da Capital. Os livros, depositados na Tesouraria Provincial até 1858, foram deslocados, então, para a Secretaria da Assembléia Legislativa, e, quatro anos depois, para a Secretaria do Palácio do Governo. Ainda foram mandados para o prédio do Ateneu, quando este foi inaugurado, já bastante estragados. Muitas seriam, porém, as migrações que a biblioteca faria até a inauguração da sede própria já na época republicana.

Até sua instalação, preencheu a lacuna o Gabinete Literário Sergipano, sociedade particular estabelecida em 1860 com a finalidade de fomentar a leitura e as atividades culturais.[214]

rigor da pena em que fatalmente tem incorrido o delinqüente, como para reerguê-lo do estado de degeneração a que o crime o arrojara; convicto de que o delinqüente, saindo da prisão em que jazera sem que a sua razão e consciência passem por uma transformação, sem que a regeneração seja o efeito da pena, será uma ameaça viva à sociedade aos direitos de seus membros; convicto de que a instrução e a educação têm conseguido importante triunfo sobre as almas as mais calejadas pelo crime, julguei indeclinável estabelecer na cadeia desta Capital uma área de ensino elementar seguindo o programa constante do ato que se segue". Idem.
214. "Essa associação preenche uma grande falta que aqui se notava, falta que no passado se tentou reparar mas que, depois, causas desconhecidas e para mim inexplicáveis,

Através dos livros que compunham os patrimônios das bibliotecas e das doações recebidas, pode-se evidenciar a influência francesa no desenvolvimento intelectual sergipano. Chateaubriand, Victor Hugo, Thiers, Balzac, Lamartine, Alexandre Dumas eram autores bastante lidos. Também as livrarias anunciavam, constantemente, a venda de livros recém-chegados da França. Começavam a circular os folhetins e páginas de jornais divulgando, parceladamente, romances ao gosto do público pelo sentimentalismo, enredo atraente e jogo de emoções. Seriam eles os precursores das atuais novelas de televisão, no interesse que despertavam.

Era elevado o nível intelectual dos jornais existentes, visível através dos artigos publicados, embora pouca importância dessem aos acontecimentos locais.[215] Interessavam-lhes mais as ocorrências da Europa, sobretudo da França, do que os fatos provincianos ou mesmo nacionais. Tal ocorrência não era exclusiva de Sergipe, mas refletia a alienação dominante no Brasil, e que só será superada a partir de 1930.

O teatro, gênero literário que o Romantismo elevou às culminâncias, e que se tornaria importante como meio de comunicação exigida pelo crescimento do público que a revolução burguesa vitoriosa desencadeara, também em Sergipe adquiriu considerável importância na década de 1870. Destacou-se o Teatro Particular São Salvador, com uma multiplicidade de espetáculos, desde peças teatrais a exibições de árias de óperas de sucesso nos grandes palcos do mundo, conforme anunciavam os jornais do tempo. Uma das peças levada com êxito foi o *Irmão das Almas,* de Martins Pena, o criador do teatro nacional. Em maio de 1873, anunciava-se um espetáculo no Teatro Particular da Sociedade União, sendo a renda da noite destinada à compra de instrumentos para a Filarmônica Carlos Gomes, definido como "o primeiro maestro brasileiro a ser admirado na Europa".

Continuavam as concessões de auxílios a jovens, principalmente da classe média urbana, que lhes permitiam cursar as Academias do Império. Foram freqüentes as Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial que as concedia, variando a forma adotada. Ora era um

---

fizeram rolar por um declive fatal a tentativa útil de uma biblioteca pública que extinguiu-se quanto o ponto a que atingira dava esperanças de um rápido desenvolvimento". Relatório com que o Exmo. Sr. Tenente-Coronel José Cardoso Júnior abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 3 de março de 1871, p. 207.

215. Em 1/1/1873, o *Jornal de Aracaju* transcrevia a vida e a correspondência de Proudhon para Saint-Beuve, da autoria de Emile Belmont, e em trinta de maio comentava a morte de Manzoni, o grande romancista italiano, autor de *Os Noivos*, considerado uma das maiores obras do romance histórico universal.

professor primário ou secundário que obtinha a autorização de afastamento com os vencimentos integrais, mas sob a condição de pagar uma "pessoa idônea" para dar as aulas durante sua ausência. Ora era concedido o auxílio sob a forma de empréstimo, a ser restituído após a conclusão do curso em forma parcelada, numa antecipação do atual crédito educativo...

Assim, diversos bacharéis e médicos puderam obter o cobiçado diploma que lhes garantiria ascensão social, como é exemplo Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré, professor público de Primeiras Letras da Vila de Itabaiana. Em 1870, obtinha seis anos de licença, com todos os vencimentos, para estudar Medicina, devendo, porém, pagar ao substituto. Começando o curso na Bahia e concluindo-o no Rio de Janeiro, destacou-se como cirurgião, inicialmente em sua Província natal, depois em São Paulo, onde fixou residência, passando a defender idéias republicanas. Além de jornalista, escreveu trabalhos científicos ligados à sua profissão de médico.

Também o estímulo às artes não foi esquecido dos legisladores da época, como exemplifica a subvenção concedida a Tobias Moreira de Magalhães em 14 de dezembro de 1864, de 600$000 anuais, para estudar Música fora da Província. O jovem estanciano estudou na Bahia e na Itália, aí durante três anos. Retornando ao Brasil, passou a residir na Bahia, onde adquiriu renome de grande pianista.

Outro artista que teve abertos horizontes, graças a uma subvenção anual de dois contos de réis, por espaço de três anos, "para estudar a arte de desenho em todos os seus diferentes ramos", foi o laranjeirense Horácio Hora (1853-1890). Autorizado pela Resolução da Assembléia Provincial de 27 de abril de 1874, ele escolheu Paris, para onde foi no ano seguinte, sendo marcado pelos remanescentes do Romantismo que ainda sobreviviam nos meios artísticos. Retornou ao Brasil em 1881, após seis anos de vivência na capital francesa, então o centro cultural do mundo. Tentou fincar raízes em Sergipe, vivendo das produções artísticas. As condições sócio-econômicas provinciais, porém, desfizeram esse sonho. Encontrou grande receptividade na capital baiana, na Academia de Belas-Artes ali existente, bem como possibilidades de êxito conforme demonstraram a exposição realizada e as encomendas de retratos de pessoas da aristocracia local, nos quais confirma o retratista admirável que foi. Mas, quis retornar a Paris, e o fez em 1884, onde morreria em extrema pobreza, com apenas 37 anos de uma existência inquieta e atormentada.

Foi um dos pintores brasileiros ligado ao Romantismo mais autêntico. Explica-se porque não sofreu a influência do neoclassicismo dominante na Imperial Academia de Belas-Artes legada pela Missão Francesa Lebreton. Sua vocação artística se formou espontaneamente

em contato com a vetusta cidade, onde nasceu e passou a infância e a juventude, Laranjeiras, hoje enquadrada entre as cidades históricas a serem restauradas no país. Depois em Paris, em meio às várias tendências que agitavam o mundo artístico, se impregnou do Romantismo mais de acordo com seu temperamento e a formação que tivera.

Dentre as obras que deixou, destaca-se *Peri e Ceci*[216]. Pintado em Laranjeiras em 1883, sob a emoção que lhe despertou a leitura do *Guarani* de José de Alencar, fixou o quadro o momento mais dramático do romance, a fuga de Peri e Ceci da fazenda de Antônio Moriz, sitiada pelos aimorés que incendiaram a casa senhorial. Os valores defendidos, na pintura, pelo Romantismo, tais como o predomínio da emoção sobre o intelecto, o fascínio pela natureza, as tonalidades enérgicas mas em perfeita harmonia e combinação, o contraste de luz e sombra estão presente em *Peri* e *Ceci*. O emocionalismo, que dele se desgarra e impressiona o observador, o torna um dos grandes momentos do romantismo artístico brasileiro.

A partir de 1º de julho de 1873 deveria ser adotado em todo o país o Sistema Decimal de Pesos e Medidas, segundo determinação imperial, o que repercutiria em Sergipe com a abertura das aulas particulares para o ensino, e o pânico entre os professores primários que deveriam prestar exames sobre seu conhecimento.

Nesse ano foi publicado, pela Tipografia do *Jornal do Aracaju*, o Compêndio Elementar de Sistema Métrico Decimal compilado pelo Capitão de Infantaria Manuel da Silva Rosa Júnior, e editado para as Escolas Públicas da Província de Sergipe.

Até 1873, Manuel Luís esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública, quando pediu demissão, não só por discordar do Regulamento baixado para a educação pelo Presidente Dr. Manuel Francisco da Fonseca Galvão, como também pelas dissensões ocorridas no partido conservador local, ao qual pertencia, numa aparente contradição com o avanço de suas idéias.

Os ataques que, na ocasião, sofreu dos adversários, demonstram o faccionismo dominante[217]. Sua defesa, feita pelo jornal *O Conservador*, definia como represália política a exoneração que sofrera, ante a

216. O quadro foi adquirido, quando de sua exposição em 1884 em Salvador, pela colônia sergipana ali radicada, que o doou ao governo do Estado da Bahia. O pintor Jenner Augusto conseguiu seu retorno a Sergipe, e, atualmente, se encontra no Museu do Estado, situado em São Cristóvão, a antiga capital sergipana.

217. "O público é sabedor de que o Sr. Manuel Luís submetera há alguns dias à presidência um pedido de demissão, externando o seu máximo constrangimento na continuação do cargo que lhe fora confiado.

independência e a altivez que ele mantivera, não endossando os atos políticos do Presidente Fonseca Galvão[218]. Logo voltaria Manuel Luís à Direção da Instrução Pública ante as mudanças políticas vindas com a presença do Dr. Manuel dos Passos Miranda (15/1/1874 a 30/4/1875). Ao término desta, transferiu residência definitiva para a capital baiana[219].

As trocas constantes de presidentes repercutiam, nocivamente, na vida educacional da Província, quebrando a continuidade de ação e trazendo a mutilação dos planos esboçados. Os sucessivos regulamentos baixados, após 1870, modificaram sensivelmente o esquema traçado em 24 de outubro de 1870 para o desenvolvimento da educação sergipana. Em vão, Manuel Luís denunciava tais fatos, pois era "óbvio que nessa demolição e reconstrução do edifício da instrução pública, a paciente única é esta. Sempre agitada, sempre inquieta, vendo trocados todos os dias os seus interesses permanentes, essas emoções diversas coam-lhe no ânimo tal desalento que impossível será reconstruí-lo"[220].

Dessas mudanças operadas, a de setembro de 1873, do Presidente Manuel do Nascimento Pereira Galvão, visando a reformar o Regulamento de 24 de outubro de 1870, caracterizou-se pelas inovações que perturbaram a marcha progressista, então iniciada, na política educacional de Sergipe. Foi o Regulamento de 23 de setembro de 1873 marcado por uma grave dissociação da realidade provinciana, ao tentar fazer vigorar práticas importadas, não mais da França, e sim dos Estados Unidos. O traço destacado dessa alienação era a tentativa da municipalização do ensino primário, ao transferir a direção para as Câmaras Municipais[221]. Cabia-lhes organizar o regimento das escolas de

"Formidáveis acusações pesavam sobre a reputação do serventuário, que, intimidado, pelas suas legítimas conseqüências, e na impossibilidade de defesa, julgou prudente solicitar a sua exoneração". *A Crença* nº 8, de 21 de dezembro de 1873.

218. O Sr. Dr. Galvão não receia diante dos mais fortes obstáculos quando tem de satisfazer uma vingança dos seus adeptos. A sua moral política se limita à recompensa de serviços eleitorais que se presta violando as leis e a própria moralidade. Um voto vale mais que um nome". *O Conservador*, nº 229, 24 de outubro de 1873.

219. Na capital baiana teve atuação destacada como advogado, jornalista, integrando a comissão que fez a revisão do Regulamento da Instrução Pública da Bahia. Faleceu em 1883, aos 45 anos de idade, privado da razão.

220. Azevedo d'Araújo, Manuel Luís. Relatório do Diretor-Geral da Instrução pública de 31 de janeiro de 1875, p. 2.

221. Art. 3º A Instrução primária elementar será dirigida pelas Câmaras Municipais e a Superior pelo Diretor na forma deste Regulamento.

sua jurisdição, que deveria ser aprovado pelo Presidente da Província (art. 14). Este nomeava os professores, mas sob proposta das Câmaras Municipais (art. 18), desde quando os candidatos às cadeiras vagas justificassem "a sua capacidade intelectual e moral perante as Câmaras respectivas" (art. 19). Ainda lhe cabia propor ao Presidente a criação de cadeiras, a remoção e a demissão de professores.

Ante a estrutura sócio-política dominante, caracterizada pela prepotência dos senhores de terra no município, e o faccionismo que envolvia todos os atos administrativos, podem ser avaliadas as conseqüências negativas da aplicação desta legislação à vida educacional sergipana.

Manuel Luís, que havia integrado a comissão designada para elaborar esse Regimento, combateu, tenazmente, a municipalização a ser estabelecida, denunciando-a como o resultado da fascinação por doutrina que, na Europa e nos Estados Unidos, haviam obtido êxito. E, com clarividência, notava que "ao município brasileiro repugna a municipalização da escola e sua constituição é nociva e astênica para se lhe exigirem esforços de uma organização perfeita. Sem autonomia, desaparecendo pela absorção da Província e do Estado, é incapaz de toda iniciativa e menos encontra em si virtudes que lhe assegurem a manutenção de quaisquer dons"[222]. Realisticamente, prossegue: "Depois, exclusivamente político, o *município brasileiro, o lugar do bem municipal é trocado pelo interesse da parcialidade a que pertencem seus representantes*". Sendo as Câmaras Municipais "compostas em quase sua totalidade de indivíduos pouco cultivados", elas se diferenciavam "apenas pelas pretensões menos confessáveis dos partidos que, nas pequenas localidades, se travam continuadamente de terríveis contendas".

Outro aspecto negativo do Regulamento consistiu na extinção da vitalidade do professor e a demissão *ad nutum* que passava a ameaçá-lo. Contra isto, Manuel Luís se insurgiu ardorosamente, percebendo o quanto o professor seria atingido, tornando-se um joguete dos donos do poder, desde quando "o arbítrio dirigido por causas inconfessáveis com que pode ser vibrada tão perigosa arma, é mal que não suporta paralelo"[223].

Ainda ficavam extintos os Conselhos Literários, e suas atribuições quanto às letras, à instrução e ao ensino passavam para a competência da Congregação do Ateneu, sendo as demais exercidas pelo Diretor da Instrução e as Câmaras Municipais.

222. Azevedo d'Araújo, Manuel Luís. Relatório ao Ilmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Antonio dos Passos Miranda em 30/1/1874, pág. 5.
223. Idem, p. 11.

Um traço positivo dessa Reforma era, sem dúvida, o ensaio de co-educação que tentou realizar, determinando que até a idade de sete anos poderiam os meninos freqüentar as aulas do sexo feminino (art. 78), além de permitir às senhoras maiores de 25 anos preencherem cadeiras do sexo masculino, desde que os alunos não fossem maiores de 12 anos (art. 77).

Quanto ao ensino secundário, reduziu-se às disciplinas exigidas pelos Preparatórios, cursadas isoladamente no Ateneu, desaparecendo a tentativa de um curso de Humanidades previsto na legislação de 1870.

Nova Resolução, sob o número 969, de 21 de abril de 1874, autorizava o Presidente Dr. Antonio dos Passos Miranda (15/1/1874 a 30/4/1875) a reformular a instrução pública, revendo e consolidando a legislação existente, baixando um Regulamento Orgânico tendo por base "o sistema e idéias capitais" inseridas no Reg. de 24 de outubro de 1870, com as alterações explicitadas nos artigos que a compunham. O Regulamento foi baixado em 3 de outubro desse ano de 1874.

Logo após a saída desse Presidente, nova Resolução sancionava a Assembléia Legislativa Provincial em 20 de abril de 1875, determinando o art 1º: "Ficam em vigor, para reger a instrução na província, o regulamento nº 24 de 24 de outubro de 1870, com as alterações constantes da presente resolução, e revogados os regulamentos de 3 de outubro do mesmo ano e de 12 de janeiro do corrente".

Seria alvissareiro para a vida provinciana o Decreto Imperial nº 5.529, de 2/11/1873, que instituiu, nas Capitais, mesas examinadoras de Preparatórios para as Academias. Tornava-se realidade a antiga aspiração dos jovens da pequena burguesia, carentes de recursos, e que, com esse degrau que o decreto imperial lhes oferecia, tentariam chegar aos cursos superiores.

A repercussão fez-se sentir logo no ano imediato no crescimento da matrícula no Ateneu, como confirmam os dados transcritos abaixo:

Ano	Matrícula	Freqüência
1871	99	74
1872	143	113
1873	165	115
1874	334	265

Rea'ızaram-se em 1874 os primeiros exames preparatórios em Sergipe. Versaram sobre Português (obrigatório a partir de 1871, segundo o Decreto de 30/10/1868), Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História e Filosofia. Não houve exame de Retórica por falta de examinadores habilitados. Dos alunos matriculados no Ateneu, prestaram exames 72, sendo aprovados 67; do Colégio São Salvador 26, com a aprovação de 24.

Entre os jovens beneficiados por esses exames, encontravam-se Felisbelo Firmo de Oliveira Freire[224], Silvério Martins Fontes[225], Fabrício Vampré[226], Manuel dos Passos de Oliveira Teles[227], Melchisedech Cardoso[228], Apulcro Mota[229] e Baltazar de Araújo Góis[230].

224. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1859-1916) foi médico brilhante, músico exímio no piano e na flauta, embora tocasse todos os instrumentos, político de idéias avançadas para o seu tempo, propagando a República em Sergipe imperial. Parlamentar, primeiro Governador de Sergipe após a Proclamação da República (13/12/1889 a 17/8/1890), foi Ministro da Fazenda de Floriano Peixoto. Como historiador, deixou diversas obras importantes, destacando-se a *História de Sergipe*, publicada em 1891, e que continua, até hoje, como a melhor interpretação, em conjunto, da evolução histórica sergipana.

225. Silvério Martins Fontes (1858-1928) formou-se em Medicina na Capital do Império em 1880, elaborando, para o doutorado, a tese *Microbiologia*, baseada na obra de Pasteur, primeiro trabalho, no gênero, aparecido no Brasil.

Em Santos, fixou residência, e, aí, em 1895, fundou o Centro Socialista, tendo um papel destacado na propagação das idéias socialistas no Brasil. Foi autor da parte doutrinária do Manifesto do Partido Socialista em 1902, que o fez o "pioneiro do marxismo no Brasil", tornando-se "o mais abnegado dos propugnadores do socialismo que as condições brasileiras podiam ter suscitado entre nós", como afirma a publicação *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1902)*, em Temas de Ciências Humanas, 2, pp. 103 a 105. Editorial Grijalbo, 1977.

226. Fabrício Vampré (1858-1909), "filho de pais desprovidos de recursos", conseguiu, com esforço e dando aulas particulares, formar-se em Medicina no Rio de Janeiro. Em São Paulo, onde passou a residir após breve permanência na terra natal, distinguiu-se como clínico e cirurgião, tendo publicado diversas obras ligadas à ciência médica.

227. Manuel dos Passos de Oliveira Teles (1859-1935), formado pela Faculdade de Direito do Recife, possuidor de uma vasta cultura, destacou-se na vida sergipana como magistrado, jornalista, poeta e historiador.

228. Melchisedech Cardoso (1860-1932), formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, fixou residência no Rio Grande do Sul, onde chegou a Desembargador.

229. Apulchro Mota (1857-1924), apesar de não ter cursado escola superior, ocupou vários cargos na administração pública de Sergipe, de onde nunca se afastou. Como deputado estadual, no exercício da Presidência da Assembléia ocupou a Presidência do Estado com a renúncia de Presidente Martinho Garcez em 1899. Foi Vice-Presidente eleito (1900-1902), destacando-se como jornalista ardoroso e combativo.

230. Baltazar de Araújo Góis (1853-1914) não cursou academias, destacando-se como professor secundário de renome. Foi um dos mais ardorosos propagadores das idéias re-

Em 1874, o Presidente Dr. Antônio de Passos Miranda, considerando "imperdoável lacuna a híbrida união em dois graus do ensino secundário e normal", e que o curso normal "definhava porque faltava-lhe autonomia própria, ensino mais desenvolvido que oferecesse habilitações mais largas", criou, pelo Regulamento de 23 de novembro, a Escola Normal.[231] Destinava-se ao sexo masculino, tinha a duração de três anos, e eram ensinadas: 1. Instrução moral e religiosa; 2. Gramática da língua nacional (exercício de leitura dos clássicos em prosa e verso, redação, exercícios caligráficos); 3. Aritmética (sistema métrico, elementos de geometria, desenho linear); 4. Noções gerais de Geografia e História (principalmente do Brasil e leitura refletida da Constituição do Império); 5. Noções gerais de Física, Química e Agricultura; 6. Pedagogia e legislação de ensino.

Seus professores pertenceriam à Congregação do Ateneu até que as condições financeiras da Província permitissem a total autonomia de funcionamento. Era, também, criada, anexa à Escola Normal, uma escola primária para a prática dos alunos-mestres, os quais deveriam ser maiores de 17 anos para o ingresso no curso.

Complementando essas disposições legais, em 12 de janeiro do ano seguinte, o Presidente Passos Miranda baixou o Regulamento do Ateneu Sergipense. Por ele confirmava-se o ensino secundário como simples caminho para os Preparatórios, ao dizer que ali seriam ensinadas as matérias exigidas para a matrícula nos cursos superiores do país, devendo o ensino ser feito segundo o programa do governo imperial para os exames preparatórios. Atendia-se, assim, às exigências da classe oligárquico-rural dominante, que fornecia a maior clientela para esse estabelecimento.

Numa demonstração da identidade do sistema educacional com a estrutura sócio-econômica vigente, não deu resultado o idealismo de homens como Manuel Luís, que tentou estruturar o Ateneu de forma seriada e integral, ou de Brício Cardoso ao pugnar pela criação de um

publicanas em Sergipe, sendo membro da Junta Provisoria instalada em Sergipe após a Proclamação da República. Entre as obras que escreveu destaca-se *A República em Sergipe*, datada de 1891, documento importante para o conhecimento da implantação republicana em Sergipe.

231. O Presidente da Província, Antonio dos Passos Miranda, em 23/11/1874, "usando da autorização que lhe confere a Resolução Provincial nº 969, de 31 de abril do corrente ano, resolve criar nesta Capital uma Escola Normal e determina que nela se obedeça o seguinte Regulamento.

"Art. 1. Para a devida preparação das pessoas que se destinem ao magistério primário do sexo masculino – haverá uma escola normal."

internato anexo ao Ateneu, como existia no Colégio Pedro II, que permitisse aos jovens desprovidos de recursos estudarem[232].

A partir de 1875, idêntico ao que sucedia no Brasil, em Sergipe cresce o número de colégios particulares. A iniciativa privada passava a oferecer um ensino melhor que o ministrado nos estabelecimentos públicos, "a fim de acelerar o preparo dos filhos da classe dominante"[233]. Era uma conseqüência não só da permissão imperial para a realização dos Preparatórios nas capitais das Províncias, como da situação de prosperidade que envolvia Sergipe, graças à grande exportação do açúcar e do algodão, favorecidos pela demanda internacional[234].

Além dos colégios e aulas particulares que funcionavam em Aracaju e nas prósperas cidades interioranas, adquiriam importância os internatos, conforme atestam os jornais contemporâneos.

Nesse ano de 1875, o número de alunos que freqüentou os cursos secundários atingiu a 468.

Não se apresentava animadora a situação da Escola Normal. Matricularam-se em 1874, no primeiro ano, apenas oito alunos, sete no segundo, não funcionando o terceiro. Destes alunos, dois estavam subvencionados pelo governo provincial, e três eram professores públicos que haviam obtido licença para os estudos, segundo forma prevista no Regulamento.

Não existia estímulo para a clientela da Escola Normal, que deveria sair da classe média urbana sem recursos para buscar, em outras terras, o cobiçado grau de doutor, caminho aberto para a ascensão social. A baixa remuneração do magistério primário não motivava esses jovens, além do favoritismo político que podia transformar qualquer pessoa em professor.

O problema existente reconhecia o Presidente Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes (15/3/1878 a 11/11 do mesmo ano) ao afir-

232. Cardoso, Brício: Artigo publicado no *Jornal do Aracaju* de 22/2/1874, nº 455.
233. Romanelli, Otaíza Oliveira: obra citada, p. 40.
234. Foram as exportações sergipanas em 1875: para fora do país - 3.199.512$280: para dentro do país - 2.363.522$490
Total - 5.263.065$310
Nelas predominaram:
Açúcar - 4.430:644$312
Algodão - 809:862$926
Aguardente - 159:614$327
Dados contidos no ofício do Inspetor da Tesouraria da Província, José M. Gomes de Souza ao 1º Vice-Presidente Dr. Cipriano d'Almeida Sebrão, anexo ao Relatório desta autoridade à Assembléia Legislativa Provincial.

mar que a Escola Normal "era de nenhuma utilidade presentemente pela falta de freqüência *porquanto os titulados por aquela escola não têm encontrado as garantias* e proteção que a lei lhes prometeu"[235]. Também em 1880, o Diretor-Geral da Instrução, Dr. Tito Augusto Souto de Andrade, diagnosticava a situação ao dizer que a política exercia sobre a educação uma força inexplicável, e "seria um glorioso triunfo conseguir-se arrancar de sobre o ensino esse cancro que tanto o corrói, empregando-se meios de que a política não tivesse ação sobre aqueles que exercem o magistério"[236].

O Presidente Dr. João Pereira de Araújo Pinho (24/2/1876 a 9/11/1877), evidenciando que na Escola Normal do sexo masculino não eram obtidos os resultados visados, criou, pelo Regulamento de 9 de janeiro de 1877 e aprovado pela Resolução nº 1079, de 5 de maio do mesmo ano, que reformava o ensino público primário e secundário, outro estabelecimento para moças. Sediado no Asilo N.S. da Pureza, podia ser freqüentado pelas asiladas e por alunas externas, as quais, no primeiro ano de existência (1877), foram três, entre as dez que se matricularam: Amélia de Oliveira, Cristina dos Santos Junqueira e Zailde Americana Mondin.

Cumprindo determinação do novo Regulamento, realisticamente o Presidente Araújo Pinho revogou a lei anterior que estabelecia o ensino primário obrigatório, punindo com multa e prisão o pai que não mandasse o filho à escola, alegando que isso "seria uma clamorosa injustiça", desde quando não se podia punir um pai que assim procedesse por falta de recursos.

O art. 44 do Regulamento estabelecia o currículo das escolas públicas, abrangendo instrução moral e religiosa, leitura e escrita, elementos de gramática nacional, e elementos de Aritmética e sistema métrico decimal. Para as escolas femininas, ainda eram incluídos os trabalhos de agulha. Ao ser aprovado pela Resolução nº 1079, de 5 de maio do mesmo ano, entre as alterações introduzidas no Regulamento destacava-se o parágrafo 31 do art. 1, que incluía no ensino primário elementos de Geografia e História, principalmente do Brasil.

Previa o art. 85 um curso de Humanidades integrado pelas seguintes aulas: 1. Gramática filosófica da língua nacional e análise dos

235. Relatório com que o Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes passou a administração da Província ao Dr. Raimundo Bráulio Pires em 11/11/1878.
236. Relatório do Diretor-Geral da Instrução, Dr Tito Augusto Souto de Andrade, Presidente da Província. Anexo ao Relatório do Presidente ao abrir a 1ª sessão da 25ª Legislatura em 1/3/1880.

clássicos; 2. Gramática, tradução e versão da língua francesa; 3. Gramática, tradução e versão da língua inglesa; 4. Gramática, tradução e versão da língua latina; 6. Aritmética e Álgebra; 7. Geometria e Trigonometria; 8. Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil; 9. História antiga, média e moderna, e do Brasil; 10. Retórica e Poética e Literatura Nacional; 11. Filosofia.

Ao aluno que fosse aprovado em todas as matérias do curso de Humanidades, seria conferido o grau de Humanista (artigos 124 e 125).

Complementando o Regulamento de 1877, o Presidente Araújo Pinho baixou instruções complementares abrangendo as conferências pedagógicas, os exames anuais das escolas públicas do ensino primário e os exames de habilitação ao magistério primário particular.

Além das Conferências Pedagógicas, previstas no art. 56, objetivando reunir os professores públicos da capital pelo menos uma vez, semestralmente, "para conferenciarem entre si sobre todos os pontos que interessam ao regime das escolas, métodos de ensino, e outros assuntos, concernentes ao ensino, expondo as observações que tiverem colhido de sua prática", era criado o Conselho Superior de Instrução Pública[237]. Precursor dos Conselhos Estaduais de Educação previstos na Lei Federal nº 2.024, de 20 de dezembro de 1961, o Regimento interno foi redigido por uma comissão composta do Vigário José Luís de Azevedo e dos professores Brício Cardoso e Gonçalo Vieira de Melo, este o presidente. Seria, porém, aprovado por ato de 10/7/1788, quando já se encontrava em exercício o Vice-Presidente José Martins Fontes. Ao Conselho cabia ser ouvido sobre todos os assuntos que interessassem à instrução pública, auxiliando ao diretor-geral e especificamente: 1. sobre o exame dos melhores métodos e sistemas práticos de ensino, e revisão de compêndios; 2. sobre a elaboração de bases para qualquer reforma, programa ou regulamento de que carecesse a instrução pública; 3. julgar, com apelação ex-ofício para o Presidente da Província, as infrações disciplinares, a que estejam impostas pelas maiores que as de admoestações, repreensão, multa até 40$000 e suspensão com perda de vencimentos até 45 dias.

237. Do Conselho Superior da Instrução Pública
Art. 7. O Conselho superior será composto:
Do diretor geral - Presidente
Do diretor da Escola Normal.
Do delegado literário da Capital.
De um diretor ou professor de ensino primário.
De dois membros que não pertençam ao magistério.

O plano estabelecendo o curso do Ateneu em cinco anos, sendo as matérias distribuídas gradativamente, ao lado das Aulas Avulsas, não o aceitou a Congregação do estabelecimento pela totalidade de seus membros, exceto o diretor, o Dr. Tomás Diogo Leopoldo, em sessão de 1º de fevereiro de 1877. Mais uma vez, a pressão dos Exames Preparatórios impedia a implantação do curso de Humanidades global e gradativo.

Tentando moralizar o ensino, o Presidente Araújo Pinto determinou a realização de concursos para o preenchimento das cadeiras vagas nos cursos primário e secundário, segundo determinavam o art. 21, no parágrafo 5º, e o art. 94 do Regulamento.

No Regulamento original existira uma tentativa de implantar a co-educação, tema em evidência no cenário nacional, e já, anteriormente, defendida por Manuel Luís, o art. 45 estabelecia: "As escolas públicas serão freqüentadas por indivíduos do mesmo sexo; todavia, nas escolas de meninas poderão ser admitidos meninos até a idade de nove anos, por acordo entre os pais e as professoras, e com licença da autoridade competente, não havendo no lugar escolas de meninos".

Com pequenas alterações na redação, mas que não modificavam seu conteúdo, a Assembléia Legislativa ao aprovar o Regulamento de 9 de janeiro de 1877, definia a co-educação discretamente, para não chocar os preconceitos da sociedade patriarcal dominante, que, hipocritamente, defendia a segregação dos sexos.[238]

Nesse Regulamento baixado firma-se posição contrária à ampla liberdade de ensino que, na época, passava a ter defensores ardorosos no país, pronunciando a reforma Leôncio Carvalho de 1879.[239]

O Presidente Araújo Pinho contou com a colaboração do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Pelino Francisco de Carvalho Nobre, grande conhecedor dos problemas educacionais da Província, como

238. Substitua-se o art. 45 pelo seguinte: As escolas públicas só serão freqüentadas por indivíduos do mesmo sexo; nas localidades onde não houver tal afluência de alunos que exija o estabelecimento de cadeira para ambos os sexos, será adotado o ensino misto, ministrado por professoras, não podendo ser administrados e conservados nas respectivas escolas meninos de mais de 9 anos de idade. (Parágrafo 15 do art. 1º da Resolução nº 1.079 de 5 de maio de 1877.)

239. "Também não consagrei ampla liberdade de ensino porque acho que assim como os pais são os naturais protetores de seus filhos e os propugnadores de sua felicidade, o Estado não pode deixar de ter intervenção no ensino promovendo, por esse meio, o progresso e o desenvolvimento dos futuros cidadãos". Trecho do Relatório com que o Presidente João Fernandes Araújo Pinho passou a administração de Sergipe ao 1º Vice-Presidente Dr. José Martins Fontes em 10/1/1877.

exemplificam seus Relatórios, e que, depois, destacar-se-ia na política sergipana, chegando à vice-presidência em 1888 e 1889.

As medidas progressistas que Araújo Pinho procurou tornar realidade em sua administração não foram compreendidas, pois atingiam privilégios enraizados na estrutura social dominante. Foram combatidas severamente pelos adversários, segundo demonstra o trecho de um dos artigos então publicados: "A instrução pública da Província, vítima da pena atrabiliária de uma multidão de reformadores, *acaba de ser completamente despedaçada pela inconseqüência e delírio do presidente, que inconseqüentemente colocou-se à testa de sua administração*".[240]

Como tantas vezes sucedeu, a realidade sócio-política provinciana derrubava os ambiciosos planos progressistas dos jovens presidentes que o Império enviava, muitas vezes para iniciarem a carreira administrativa. Araújo Pinho foi um deles. Com pouco mais de 25 anos (1851-1917), ao deixar o governo de Sergipe, ligou-se à política da Bahia, sua terra natal, sendo deputado à Assembléia-Geral do Império, e Presidente da Bahia, já na República, de 1908 a 1911 quando renunciou ao cargo.

Em 1877, surpreendia os sergipanos a suspensão, pelas autoridades imperiais, dos Exames Preparatórios, ante a denúncia de escândalos ocorridos, assim vistos pelo Delegado Especial: "A comissão examinadora, aliás composta do melhor pessoal que se pode alçar mão, *não seguiu toda uma linha invariável de proceder*". Embora em Português, Francês e Latim fossem aprovados 100% dos candidatos, em Matemática, porém, "tornaram-se mais salientes os efeitos do patronato e do menos preço aos ditames da justiça, absoluta ao comparativamente considerada"[241].

Esses acontecimentos resultavam da pressão de pessoas importantes da Província sobre os examinadores para a aprovação de seus parentes ou protegidos. Institucionalizava-se o regime do "pistolão", que se tornou um mal nacional.

Surgem, de imediato, as conseqüências dessa supressão no decréscimo sensível da matrícula do Ateneu que, em 1878, só alcançou 145 alunos, contra 395 do ano anterior, bem como dos colégios particulares. Voltaram os jovens a deslocar-se para as cidades onde existiam os

240. O *Raio*, nº 59, de 21/1/1877.
241. Resposta do Delegado Especial, Dr. Ascendino dos Reis, ao Ilmº Sr. Dr. José Martins Fontes, Vice-Presidente de Sergipe, em 20 de julho de 1877, ao ofício do mesmo, de 9 de abril, em que comunica haver o Governo Imperial suspendido os exames preparatórios de Sergipe. APES – Instrução Pública.

cursos que lhes assegurariam o ingresso nas Academias. Eram, desse modo, prejudicados os desprovidos de recursos, que não tinham condições de deixar a Província em busca dos Preparatórios.

Movimentaram-se os setores políticos sergipanos para o retorno desses exames, destacando-se a atuação da Assembléia Legislativa Provincial em representação ao Imperador.[242] Voltaram pelo Aviso Imperial de 9/10/1878. Mas, ante os interesses em jogo, continuarão tumultuados pela parcialidade dos examinadores, interferência dos presidentes da Província e desacato a professores por alunos reprovados. Em 1882 serão novamente suspensos em decorrência de "fatos menos confessáveis que ocorreram", fazendo que degenerassem "em completa burla pela demasiada benevolência dos julgamentos".[243] Retornaram no ano seguinte, mas sempre continuarão as denúncias de irregularidades em seu desenrolar.

Tais fatos não eram, porém, exclusivos de Sergipe. Registravam-se em várias capitais do país como uma conseqüência da própria intituição dos Preparatórios, desde quando, "destinados a plasmar o espírito e o caráter não cumprirão a missão que lhes fora atribuída. *Os exames parcelados*, incentivando os estudos irregulares, acobertando a fraude, estimulando e protegendo a descúria e a ignorância, reduziram o preparo básico dos candidatos aos cursos superiores a um amontoado inócuo de noções mal digeridas".[244]

A partir de 1877, atingiu a Província séria crise econômico-financeira motivada, sobretudo, pela grande seca que assolou a região nordestina, ao lado do decréscimo do comércio internacional que alcançou o açúcar, sustentáculo principal da economia provinciana.[245] Cresceu o déficit orçamentário, no qual pesavam as dívidas a estabelecimentos bancários da Bahia e a particulares. O Presidente Francisco

242. "A Assembléia Provincial de Sergipe vem pela segunda vez impetrar de Vossa Majestade o restabelecimento dos exames gerais nesta Província.
Vítima de clamorosa injustiça, foi Sergipe privado de exames preparatórios que concorreram grandemente para o desenvolvimento de seu ensino secundário, o qual nada tinha a invejar aos de outras Províncias". Trecho da representação encaminhada ao Imperador em 13 de março de 1878. APES – Instrução Pública.
243. Relatório do Diretor-Geral da Instrução, Antônio Diniz Barreto, ao Presidente Luís Alves Leite de Oliveira Belo em começos de 1881. Anexo ao Relatório do Presidente à Assembléia Legislativa Provincial em 4 de março de 1881.
244. Haiddar, Maria de Lourdes Mariotti: obra citada, pág. 68.
245. Exportações de Sergipe em 1877/78: 4.821:928$149
Açúcar: 3.943:291$826
Algodão: 744:549$186
Aguardente: 153:399$896

Ildefonso Ribeiro de Menezes (15/3/1878 a 11/11 do mesmo ano) foi levado a tomar medidas de economia, que iriam afetar a vida educacional sergipana, como a supressão de escolas, redução do número de professores, ficando na Escola Normal apenas dois, responsáveis por todas as disciplinas do currículo. Ante tal realidade, começa a crescer a idéia de sua extinção, voltando a ser incorporada ao Ateneu, pelo menos enquanto a difícil situação financeira perdurasse. O próprio Presidente a considerava que "de nenhuma utilidade é presentemente pela falta de freqüência porquanto os titulados por ela "não têm encontrado as garantias e proteção que a lei lhes prometeu".

Os atos governamentais provocaram grande celeuma e protestos na Assembléia e na Imprensa, levando o Diretor da Instrução Pública, Dr. Pelino Nobre, após tentativas de evitar sua aplicação, a solicitar exoneração do cargo em 24 de maio desse ano de 1878.[246]

O Presidente Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes, porém, não cedeu às pressões, explicando que as cadeiras supressas se justificavam pela falta de freqüência legal, e quanto aos professores demitidos, "sua conservação só o patronato podia justificar". E concluía categoricamente: *"espanquei muitos abusos que à sombra da proteção se consideravam invioláveis"*.[247] Outra vez um governante, quixotescamente, tentava modificar a política de clientela dominante no campo educacional, resultando numa administração de apenas oito meses...

Tratava-se, nos últimos anos da década de 1870, de apaixonada polêmica, pela imprensa, sobre a extinção da Escola Normal. Era defensor apaixonado de sua existência autônoma o professor Brício Cardoso, afirmando que se fosse ela fundida ao Ateneu, "deixa de ser, morre". Para ele, a Escola Normal apenas sofria do seu mal de origem, estando ainda doente, e "precisa, portanto, de remédio. A morte que outra coisa não é a fusão que pretende Manuel Oliveira (professor defensor da união com o Ateneu), nunca foi em tempo algum, em país algum, meio de se adquirir saúde e conservar a vida. A instituição está deficiente, ampliêmo-la; a instituição está inanimada, injetemo-la novo e generoso sangue. Não a matemos nunca".[248] Temia, assim, o Diretor das Escolas Normais de Sergipe, sua descaracterização ao retornar à integração ao Ateneu, como enfatizava: "É um grande erro e um grande mal conservar a instituição que educa (Escola Normal) com o caráter e a máscara da que instrui (Ateneu) cujo grande fim é a cultura do espírito".[249]

Apesar da tenacidade com que Brício Cardoso defendeu a sobrevivência das Escolas Normais, as extinguiu a Resolução Providencial, de 31/3/1879, do Presidente Teófilo Fernandes dos Santos (10/3/1879 a 16/6 do mesmo ano). Ficavam resguardados os direitos dos seus alunos, que poderiam obter os diplomas desde que prestassem os exames das matérias que faltavam para concluir o curso.

Em realidade, o estado em que se encontravam as Escolas Normais, especialmente a do sexo masculino, respaldou essa medida radical do governante. Para melhorá-las, urgiam reformas que estimulassem a procura pelos estudantes, acenando-lhes com perspectivas do aproveitamento nos cargos de professor e remuneração condigna. Isso, porém, não era possível desde quando a primeira solução não interessava aos políticos, que tinham nos cargos de professor primário recompensa para a clientela eleitoral, e a segunda não encontrava suporte na realidade financeira do momento.

Dentro da política de contenção de despesa, ainda o Presidente Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes suprimiu o lugar de Diretor-Geral da Instrução Pública, determinando que as atribuições fossem desempenhadas por um dos lentes do Ateneu, mediante a gratificação anual de 500$000. Era dispensado do cargo o Dr. Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes, nome que se destacaria na vida jurídica do país chegando a Desembargador do Supremo Tribunal. Passou a responder pela direção da Instrução Pública o professor do Ateneu Tito Augusto Souto.

246. "Desde quando V. Excia. tem suprimido cadeiras criadas no intuito de generalizar-se o ensino público, dando como razão a falta de freqüência legal, ainda que não bem apreciada, a despeito das considerações que expedi contra a idéia da supressão; desde que V. Excia. extinguiu as cadeiras do ensino misto, a despeito ainda do meu parecer francamente expendido, do qual se concluía que semelhante extinção não fora autorizada pela lei; desde que V. Excia. sem ouvir-me tendo exonerado a bem do serviço público, ferindo direitos adquiridos, a professores que não têm cometido falta alguma no exercício do magistério, de reconhecidas habilitações e vocação decidida, uns nomeados mediante exame em concurso, e outros por autorização do Corpo Legislativo, que pode dispensar a própria Lei, sem exclusão ao menos um titulado pela Escola Normal da Província, desde que, finalmente, dos atos de V. Excia. atinentes à Instrução da Província revela-se o empenho de satisfazer um programa político que não sigo; não me é dado mais continuar no exercício do cargo que ocupo, devendo deixar a V. Excia. a liberdade de cercar-se de um auxiliar que acompanhe o seu pensamento". In Pelino Nobre - *subsídios para sua biografia* de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes. RIHGS, Ano III - 1915, p. 193.

247. Relatório com que o Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes passou a administração ao Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Raimundo Bráulio Pires Lima em 11/11/1878.

248. *Jornal do Aracaju*, nº 861, de 25/10/1877.

249. Relatório do Prof. Brício Cardoso anexo ao Relatório do Vice-Presidente, em exercício, José Martins Fontes à Assembléia Legislativa em 1878.

Ao encerrar-se a década de 1870, assim estava a situação educacional sergipana:

Ensino primário público - Escolas 112	
	Matrícula - Masculina: 2.024
	Feminina: 1.258
	Total: 3.282
Ensino primário particular - Escolas 18	
	Matrícula - Masculina: 132
	Feminina: 332
	Total: 464

Desses 18 estabelecimentos, seis localizavam-se na Capital, destacando-se o Partenon Sergipense, dirigido pelo Dr. Ascendino Argolo Reis, com cursos primário e secundário, e uma matrícula de 221 alunos, sendo 80 internos.

Considerando-se que, em 1877, a matrícula nos estabelecimentos primários atingira 5.482 alunos, para 154 escolas, percebe-se a repercussão da crise econômico-financeira no desenvolvimento da educação sergipana.

O ensino secundário registrava 326 alunos, sendo 256 matriculados no Ateneu, 70 na aulas de Francês e Latim de Estância e Laranjeiras.

Não se apresentava lisonjeiro o estado da instrução pública em Sergipe no momento em que o país era sacudido pelo impacto da Reforma Leôncio de Carvalho decretada em 20 de abril de 1878. Com realismo, foi diagnosticado tal aspecto pelo Presidente Luís Alves de Oliveira Belo (26/6/1880 a 5/4/1881), ao mostrar que o poder público não atendia a suas atribuições, tendo fracassado a ação legada ao município, uma "instituição meramente nominal" no país. As franquias que a lei lhe atribuiu se tornaram "letra morta, ineficazes para o benefício dos interesses locais", e por vezes se tornaram nocivas "pelo ensejo que nelas depara para cevar-se tumultuadamente a trica partidária".[250]

O professorado é por ele julgado severamente, afirmando "que apenas exibem umas provas de habilitação equívocas nesses concursos de comum, *verdadeiras loterias onde a roda do patronato distribui os*

250. Relatório do Presidente Luís Alves de Oliveira Belo em 4/3/1881 ao abrir a 2ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial.

prêmios de favor. O magistério tornou-se, assim, salvo exceções, o refúgio a que se abrigam as candidaturas malogradas na procura ávida do funcionalismo; é uma classe de emprego público, uma colocação em falta de melhor junto à mesa do orçamento".[251]

Via, como solução, o estímulo à formação de professores na Escola Normal, "pedra angular de toda a organização do ensino". Ainda apontava a burla que era a inspeção local, a cargo das autoridades do distrito, e mesmo a geral desde quando passara a ser exercida por um professor do Ateneu, que tinha suas aulas a ocupá-lo.

Criticou os Preparatórios, que se degeneravam em completa burla pela demasiada benevolência dos julgamentos.

Também mostrou a precariedade dos prédios das escolas primárias, sem as condições mínimas exigidas para seu funcionamento, pois das 145 escolas existentes apenas 55 dispunham de pouquíssimos móveis, e em péssimo estado. A maioria funcionava com móveis emprestados por particulares.

Ainda frisava Oliveira Belo, em minucioso e severo relatório, que, para cada 1.000 habitantes da Província, a proporção de alunos do curso primário apenas alcançava 1,6.

Era essa a realidade educacional sergipana quando o Império ingressava na última década de existência.

251. Idem.

VI.

A EDUCAÇÃO SERGIPANA NA ÚLTIMA DÉCADA DO IMPÉRIO

O desenvolvimento econômico que marcara a década de 1870, acarretando o largo afluxo de correntes imigratórias européias, concorreria bastante para que a década subseqüente assistisse ao ocaso do Império. Visto como preso à rotina, ao conformismo, ao atraso, contra ele se aglutinam forças que lutam em busca do novo, do progresso, da renovação. O Partido Republicano, fundado em 1873, vai engrossando as fileiras, e em 1881 envia à Câmara os três primeiros deputados. Cresce, poderosamente, a onda abolicionista.

No campo das idéias, os anos que se iniciam são marcados pelo ceticismo, pelo negativismo religioso e pela aceitação das mais diversas correntes, desde o evolucionismo de Spencer, o transformismo de Darwin, o materialismo mecanicista de Büchner, o cientismo naturalista de Haeckel e o positivismo comtiano, ao realismo de Zola e Eça de Queiroz e o simbolismo de Baudelaire.

Para tal agitação intelectual foi importante a contribuição de Tobias Barreto, sacudindo com novas doutrinas importadas, principalmente da Alemanha, a juventude que acorria à Faculdade de Direito do Recife, transmitindo-lhe "a lição de pensar desassombradamente, a de pensar com audácia, a de pensar por si mesmo, emancipada das autoridades e dos cânones".[252]

Nessa época, seriam publicados livros marcantes pelos novos rumos que apontavam, destacando-se o *Mulato* de Aloísio Azevedo (1881), *Estudos Alemães*, de Tobias Barreto (1882), *O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, de Capistrano de Abreu (1883), *A Carne* de Júlio Ribeiro (1886), *A História da Literatura Bra-*

252. Aranha, Graça. *O Meu Próprio Romance*, pág. 147 a 154, S. Paulo, 1931.

sileira de Sílvio Romero (1888), e as primeiras publicações simbolistas de Cruz e Souza.

A vida educacional do país não poderia deixar de ser atingida pela revoada de idéias novas. Na Escola Politécnica, a partir de 1874, e na Escola de Minas de Ouro Preto, fundada dois anos depois, começaram a funcionar, ao lado dos cursos profissionais, os de Ciências Físicas e Naturais e de Ciências Físicas e Matemáticas. Para esta renovação concorreu a chegada de professores especializados, recrutados na Europa, como o físico Guignet, o fisiologista Couty, o geólogo Gorceix, fundador e primeiro diretor da Escola de Minas.

Percebiam as autoridades imperiais a necessidade de reformar o sistema educacional dominante, daí as diversas tentativas de reforma feitas, embora fragmentadas e centradas especialmente no Colégio Pedro II, a partir do Decreto nº 4.468, de 1870, de responsabilidade de Paulino José de Souza. Apesar de manter a seriação de sete anos, instituía, porém, o sistema de exames parcelados, a serem realizados em qualquer momento do curso desde que estivesse concluído o estudo de cada matéria. Conservaram-se as matrículas avulsas existentes. Em 1876, a Reforma do Ministro José Bento da Cunha Figueiredo extinguia as matrículas avulsas, mas estabelecia que, nos últimos dois anos do currículo do Pedro II, permaneceriam as disciplinas exigidas pelos Preparatórios.

A Reforma mais revolucionária do Império foi, porém, indiscutivelmente, a de Leôncio de Carvalho. Impressionado com o desenvolvimento dos Estados Unidos, e concluindo que era resultante da liberdade de ensino lá existente, transplantou-a para o Brasil através do Decreto de 20 de abril de 1877. Tornou livre a freqüência aos estabelecimentos de ensino, podendo qualquer pessoa freqüentar suas aulas; facilitou os exames das matérias, restabeleceu as aulas avulsas. Segundo ele, com isso decretava-se a "morte do *magister dixit*". Assim, "de um golpe, desapareceu o reinado do professor. O ensino livre, quebrando o encanto da palavra professoral, levantou aos olhos da mocidade uma ponta do véu que envolvia a emancipação das consciências". Acreditava que, desse modo, os jovens encontrariam seus próprios caminhos, livrando-se da imposição de doutrinas carcomidas, dissociadas da realidade de seu tempo, fato já denunciado por Tobias Barreto na Faculdade de Direito do Recife. Restabeleceu o concurso para as cátedras dos cursos superiores, tornou obrigatório o ensino primário, introduziu a co-educação no ensino primário até os 10 anos de idade, e criou as escolas primárias de 1º e 2º graus.

Mas o ponto que mais celeuma levantou na Reforma de Leôncio de Carvalho foi o estabelecimento da liberdade de crença, dispensando os estudantes não católicos do exame de religião. Valeu-lhe tal item in-

tensa campanha no Parlamento dos elementos mais conservadores, como o senador baiano João José Oliveira Junqueira e o senador Cândido Mendes de Almeida.

Apesar dos aspectos inovadores que trouxe, a Reforma Leôncio de Carvalho acentuou a desorganização do ensino secundário brasileiro, refletida, de imediato, no Colégio Pedro II com a diminuição sensível da matrícula, o que também sucederia nos liceus da Província. Tais fatos determinariam, três anos após, o Decreto nº 8.051, de 24 de março de 1881, conhecido como Reforma Barão Homem de Melo, em que se voltava à situação anterior, mantendo-se os exames vagos, as matrículas avulsas e os exames finais no curso secundário.

Repercutia no país a grande reforma educacional francesa de Jules Ferry que, através das leis de 1880 e 1883, reorganizou o ensino da França, tornando-o leigo, gratuito e obrigatório, legalizando o que fora uma conquista do povo francês nos dias agitados da Comuna nos começos de 1871.

Em 1882, o Conselheiro Dantas, Ministro do Império, em Relatório à Assembléia-Geral Legislativa, frisava que "não é lícito ao governo cruzar os braços ante o retardamento e distribuição defeituosa da instrução popular nas províncias". Como acentua Fernando de Azevedo, foi ele, nesse Relatório, o primeiro "que atingiu com audácia e largueza de vistas o âmago da questão", quando fazia sentir a necessidade de uma "cooperação dos poderes gerais (cooperação a que não se opunha a seu juízo, o Ato Adicional) na obra múltipla e imensa do ensino para o qual é e será por muito tempo insuficiente o círculo dos recursos provinciais".[253] Dentro dessa concepção, enviou ao Parlamento um projeto de Reforma educacional, que, porém, não chegou a ser discutido. Foi encaminhada a uma comissão para estudá-la, sendo o Relator Rui Barbosa. Seu parecer é o mais importante documento sobre a educação brasileira na época imperial, na análise global feita de todos os ramos do ensino. "Aí se encontra, com efeito, uma conceituação geral da educação; os seus princípios normativos, ou uma filosofia pedagógica; as idéias sociais que a educação deveria precisar sobre a Biologia e Psicologia da Criança segundo os estudos da época; toda a técnica dos estudos secundários e superiores". Em síntese, a definição de um plano nacional de educação que chamava de "sistema nacional de ensino e para cuja execução advogava se instituísse um Conselho Superior e um Ministério próprio".[254]

253. Azevedo, Fernando de: Obra citada, pág. 352.
254. Lourenço Filho, M. B.. *A Pedagogia de Rui Barbosa*, pág. 51, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1954.

Criticando o traço literário que vinha marcando o ensino secundário brasileiro, a forma abstrata como eram ministrados os escassos conhecimentos científicos, a memorização e a falta de criatividade empregadas, Rui demonstrou conhecimento profundo das reformas pedagógicas que iam, na época, pelo mundo, mas ficou evidente sua dissociação da realidade nacional. "Confrontando os orçamentos educacionais de outros países como o do Brasil naquele momento, mostrou não compreender a sincronia entre desenvolvimento e educação, e que não seria possível transplantar sistemas pedagógicos de países industrializados, vivendo a etapa capitalista, para um país essencialmente agrário, que ainda não conseguira, totalmente, superar as relações feudais de trabalho"[255], como era o nosso então.

Em Sergipe, essas tentativas de reforma chegaram através dos jovens presidentes que o Império colocava à frente de sua administração. Imbuídos das novas idéias que agitavam a Corte, logo eles viam os planos traçados chocarem-se com a realidade provinciana, como bem exemplifica o Relatório do Presidente Luís Alves Leite de Oliveira Belo ao abrir os trabalhos da Assembléia Legislativa em março de 1881.

Mas, o Presidente Herculano Inglês de Souza (18/5/1881 a 22/2/1882) seria o mais atingido pela pressão da estrutura social dominante, ao buscar implantar inovadoras reformas educacionais.

O jovem paraense de 31 anos chegava a Sergipe precedido da projeção alcançada, nos meios literários do país, com a publicação dos romances *O Coronel Sangrado* (1877), *O Missionário* (1878), que introduziram, no Brasil, o Realismo, e nos quais era visível a influência de Eça de Queiróz e Emile Zola.

Imbuído de idéias progressistas, ao assumir o governo de Sergipe, procurou reformular o sistema educacional vigente através de atos que esbarrariam, porém, na realidade social da terra. Com objetividade, Inglês de Souza diagnosticou a instabilidade econômico-financeira provinciana, baseada na monocultura açucareira, sujeita às oscilações do mercado internacional. Evidenciou a situação agrícola retrógrada, a ausência de estradas de ferro para escoar a produção e de um reflorestamento para equilibrar as condições meteorológicas, como a inexistência de indústrias que absorvessem as matérias-primas aí produzidas, sobretudo o algodão, e de um sistema de navegação direta com a Europa ou mesmo com o Rio de Janeiro. Destacou, com ênfase, a falta do ensino profissional, que fosse permitindo aos homens livres substituírem o braço escravo.[256]

255. Nunes, Maria Thetis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, pág. 80. ISEB. 1962.

Ao baixar o Regulamento da Instrução Pública de 11 de setembro de 1881, o Presidente Inglês de Souza tentava, principalmente, consolidar a legislação variada e esparsa, fruto das sucessivas reformas educacionais acontecidas em Sergipe desde 1870, sob a influência das tentativas de renovação da política educacional do Império. Inicialmente, procurou avocar ao Presidente da Província a responsabilidade do sistema educacional, definida pelo art. 1º, ao estabelecer "que lhe compete a suprema inspeção e direção da instrução pública que exercerá por si e por meio das autoridades constituídas no Regulamento".

Ganhava projeção o Conselho Superior da Instrução como órgão consultivo do Presidente da Província e do Diretor-Geral da Instrução, sendo, assim, o tribunal de julgamento dos delitos dos professores públicos na forma que passava a ser explicitada. Nas sedes dos municípios deveria funcionar um Conselho composto de três membros, sendo um delegado do Diretor-Geral da Instrução, que era o presidente de um vereador escolhido pela Câmara Municipal, e de uma pessoa eleita pelos pais e tutores dos alunos. Cabia-lhe a fiscalização do ensino primário, para o que tinha amplas atribuições.

Na prática, falharam esses Conselhos Municipais. Ainda não os comportava a estrutura dominante, nem os integrantes estavam preparados para o exercício das atribuições recebidas.

Modificou-se o plano de classificação das cadeiras do ensino primário em vigor, substituído pela instituição de escolas de 1ª classe, abrangendo as cadeiras urbanas da Capital e das cidades de Maruim, Laranjeiras e Estância; de 2ª classe, englobando as das demais cidades, as suburbanas da Capital, Maruim, Laranjeiras, Estância e a da Barra dos Coqueiros; de 3ª classe, as das Vilas; e de 4ª classe, as dos Povoados. Passava a ser privativo dos diplomados pela Escola Normal o exercício do magistério das cadeiras de 1ª classe. Somente, se não existissem candidatos assim habilitados, poderiam ser admitidos leigos concursados.

Preocupou-se o Presidente Inglês de Souza em evitar que os professores primários continuassem a ser joguete dos interesses políticos provincianos, estabelecendo o artigo 65 do Regulamento sua vitaliciedade, desde que fosse normalista, enquanto o art. 70 determinava que o professor público só poderia ser removido a pedido, por acesso e por

256. Relatório do Presidente Herculano Inglês de Souza à Assembléia Legislativa Provincial em 2/3/1882.

pena, guardadas as formalidades regimentais prescritas nos artigos 282, 283 e 285.

Foram ampliados os ensinamentos ministrados nas escolas primárias, que passavam a ter um currículo abrangendo: 1. leitura, caligrafia, exercícios de declamação e redação; 2. contabilidade, sistema métrico decimal; 3. noções de geometria plana e desenho linear; 4. rudimentos de geografia e de cosmografia; 5. exercícios de intuição; 6. elementos de gramática portuguesa, análise lógica e gramatical de prosadores nacionais; 7. trabalhos de agulha nas aulas de sexo feminino.

Reflexo das novas concepções pedagógicas que fermentavam no Brasil, já influenciadas pelo pragmatismo norte-americano, é o que explicitava o art. 74: "O professor procurará tornar o ensino o mais prático possível, fazendo conhecer os objetos, as suas qualidades, a sua organização, e partindo sempre do concreto para o abstrato; prescindirá de perturbar a inteligência do aluno com o ensino de muitas regras, procurando despertar-lhe a faculdade da atenção, por meio do interesse pelo objeto estudado. Usará uma linguagem chã, mas clara e precisa, que familiarize a inteligência do aluno com o assunto".

Desaparecia a instrução religiosa do currículo primário, numa influência das alterações introduzidas pela Reforma Leôncio de Carvalho que estabelecia a liberdade de crença, tirando o sentido obrigatório do ensino religioso, desde quando a "instrução obrigatória é manifestadamente incompatível com a tolerância". Adotava-se, assim, a laicização do ensino, num desafio à tradição.

Era aberto o caminho para a co-educação pelo art. 75, que estabelecia: "As escolas públicas serão freqüentadas por indivíduos do mesmo sexo; todavia, quando não houver em uma localidade número de matriculados que exija a criação de escolas para ambos os sexos, *será adotado o ensino misto, ministrado por professora*".

O ensino secundário recebeu o impacto das idéias progressistas do Presidente Inglês de Souza. O Atheneu foi convertido em Liceu Secundário de Sergipe, sendo o Regulamento baixado em 4 de julho de 1882[257] com o curso seriado em seis anos, assim estruturado:

257. "O Presidente da Província, atendendo à necessidade de dar maior desenvolvimento ao ensino secundário ministrado pelo Ateneu Sergipense, de oferecer garantia e motivos de emulação aos alunos do dito Ateneu e de habilitá-los à matrícula nos cursos superiores do Império, de acordo com a reforma estabelecida pelo Decreto de 19 de abril de 1878, resolve que o regulamento de 9 de janeiro de 1877, na parte relativa ao Ateneu seja executado com as seguintes modificações:
Art. 1º *O Atheneu Sergipense passará a denominar-se Liceu Secundário de Sergipe*, tendo um curso composto das seguintes cadeiras".

1º ano

1ª cadeira – Leitura dos prosadores brasileiros, exercícios de declamação; Gramática da língua.
2ª cadeira – Aritmética até proporções, Geometria plana.
4ª cadeira – Princípios de Geologia, Geografia física, estudo feito sobre mapas e esferas.

2º ano

1ª cadeira – Leitura de prosadores e poetas da Língua Nacional, exercícios de declamação; Gramática da língua, análise lógica e gramatical dos clássicos.
2ª cadeira – Continuação de Aritmética até logaritmos, inclusive sistema métrico decimal, Geometria no espaço, Álgebra até equação do 1º grau.
4ª cadeira – Geografia geral e especial do Brasil, História antiga.

3º ano

1ª cadeira – Gramática geral e filosófica; estudos de Estilo, Retórica e Poética.
2ª cadeira – Álgebra até equação de 2º grau, Geometria no espaço, princípios de Astronomia.
3ª cadeira – Princípios gerais de Física e Química, *aplicados à indústria e à agricultura.*
4ª cadeira – Geografia política e comercial, História da Idade Média, estudo feito à vista dos mapas respectivos.

4º ano

1ª cadeira – Gramática geral e filosófica e elementos de literatura nacional.
3ª cadeira – Continuação dos princípios de Física e Química, aplicados à indústria e à agricultura, História Natural.
4ª cadeira – História dos tempos modernos, História do Brasil, *Corografia da Província de Sergipe.*
5ª cadeira – Gramática latina, tradução do Eutrópio, Cornélio Nepos e Justino.
6ª cadeira – Gramática francesa, conversação e tradução.
10ª cadeira – Escrituração mercantil por partidas dobradas.

5º ano

5ª cadeira – Gramática latina, tradução de Virgílio, Cícero, Júlio César e Salústio, composição.
6ª cadeira – Gramática da língua francesa, tradução, versão, elementos de literatura.

7ª cadeira - Gramática da língua inglesa, tradução, versão, elementos de literatura.
8ª cadeira - Gramática da língua alemã, composição, versão.
10ª cadeira - Escrituração mercantil por partidas dobradas.

6º ano

5ª cadeira - Gramática da língua latina, tradução de Horácio, Tito Lívio e Tácito, versão, elementos de literatura.
6ª cadeira - Elementos de literatura da língua francesa.
8ª cadeira - Língua alemã, tradução, versão, elementos de literatura.
9ª cadeira - Gramática da língua italiana, tradução, versão, elementos de literatura da língua.
11ª cadeira - Filosofia racional e moral, noções de Direito público, constitucional e das gentes.

O aluno que concluísse o curso e, no prazo de 30 dias, apresentasse uma dissertação sobre um ponto de alguma matéria escolhida pela Congregação, e o defendesse oralmente, receberia o título de Bacharel em Letras. Este daria ao portador o direito de preferência a qualquer emprego público na Província, independente de concurso, inclusive para o provimento dos cargos de professor do Liceu. Era essa disposição do Regimento (art. 146) uma tentativa de fazer ir o curso secundário além do simples caminho para os Preparatórios.

O currículo do liceu apresentava dois pontos inovadores importantes, que bem demonstram a clarividência do Presidente Herculano Inglês de Souza. Um, o estudo da Corografia da Província de Sergipe, onde eram focalizados os aspectos geográficos, permitindo aos alunos melhor conhecer sua terra. O outro, a tentativa de profissionalização do curso secundário através do ensino de conhecimentos de escrituração mercantil, visando a alargar caminho à profissão comercial.

Para desvincular a Congregação do Liceu das injunções político-partidárias, o art. 109 determinava que suas cadeiras só poderiam ser preenchidas por concurso público, ficando o Bacharel em Letras obrigado a fazê-lo se houvesse mais de um candidato.

Mas, realmente, o maior legado da Reforma Inglês de Souza a Sergipe está no art. 1º do Regulamento de 5 de junho de 1881: "Haverá nesta Capital uma Escola Normal destinada a habilitar indivíduos de ambos os sexos na teoria e prática do magistério primário". Estava, assim, definitivamente implantado o ensino normal em terras sergipanas, estruturado por esse Regulamento minucioso em seus 134 artigos.[258]

258. APES - Instrução Pública.

O art. 131 determinava que no dia 15 de agosto teriam início as aulas, que se estendiam a 15 de março de 1882, realizando-se os exames até 31 do mesmo mês, e "começando de novo as aulas até 30 de novembro, para que se regulasse o ano letivo".

O artigo seguinte previa o aproveitamento dos alunos das escolas normais anteriores, que nela poderiam matricular-se "valendo-lhes as provas já feitas, e sem o novo título não poderão haver as vantagens concedidas por este Regulamento".

O curso compreendida três anos com a seguinte estrutura:

1º ano

1ª cadeira - Gramática portuguesa, leitura e análise lógica e gramatical dos prosadores brasileiros. Exercícios de declamação, caligrafia.
2ª cadeira - Aritmética até logaritmos inclusive. Geometria plana.
4ª cadeira - Elementos de Geografia física, estudos feitos sobre mapas e esferas.

2º ano

1ª cadeira - Gramática da língua portuguesa, análise lógica e gramatical dos prosadores e poetas clássicos, exercícios de declamação e ensaios de redação.
2ª cadeira - Geometria no espaço, Álgebra até equação de 2º grau. Astronomia.
3ª cadeira - Geografia política e comercial. Resumo da História Universal.
4º cadeira - Gramática e tradução da língua francesa.

3º ano

1ª cadeira - Gramática da língua portuguesa, análise lógica e gramatical dos clássicos, exercícios de declamação e redação.
3ª cadeira - Geografia e História do Brasil e especialmente da Província de Sergipe.
4ª cadeira - Gramática e tradução da língua francesa.
5ª cadeira - Pedagogia e Metodologia.

Estabelecia o art. 151 que o ensino das diversas matérias deveria ser dado "de um modo todo prático e experimental, de forma que o aluno venha a ter aprofundados conhecimentos da matéria por suas diversas fases". Complementava-o o artigo seguinte ao determinar que era "absolutamente proibida toda lição por apostila".

Anexa à Escola Normal, para a prática dos alunos, funcionariam uma classe primária do sexo masculino e outra feminina. Para ingressar no curso normal, o aluno deveria contar 15 anos de idade.

Solenemente, em 16 de agosto de 1881 inaugurou-se a Escola Normal, tendo como diretor o professor Tito Augusto Souto d'Andra-

de que faleceria, repentinamente, no mês seguinte, sendo substituído pelo Professor Inácio de Souza Valadão. A partir dessa data, se pode considerar definitivamente implantado o ensino normal em terras sergipanas (Anexo nº 10).

O artigo 302, do Regulamento de 1881, traduz a larga visão de Inglês de Souza ao determinar que os Doutores e Bacharéis formados em ciências, os Clérigos de ordens sacras, serão equiparados a normalistas se quiserem ser professores primários, contanto que prestem exames de Pedagogia e Metodologia perante a Escola Normal. Se executada essa determinação, seria uma antecipação do Esquema I, regulamentado pela Portaria nº 432 BSB, de 19 de julho de 1971, o qual legalizou a situação dos portadores de diploma de curso superior, que se encontravam lecionando no magistério secundário.

Tais inovações na vida educacional de Sergipe, demonstrativas da atualização do Presidente Inglês de Souza nas mais avançadas teorias pedagógicas que sacudiam o país, custaram-lhe uma acirrada campanha, acompanhada de ataques violentos dos adversários. Seus atos estavam marcados pelas concepções dominantes, na época, no Brasil e no mundo. Acreditava-se que, da educação, dependia a transformação da sociedade, sob a influência do idealismo alemão e do positivismo de Comte, para quem "o mundo era cada vez mais governado pelas idéias". No pensador francês Ernest Rénan (1823/1892) tal convicção é bem enfatizada quando, no "L'Avenir de la Science", afirmava: "Todo mal que existe na humanidade advém, em minha opinião, da falta de cultura". O Parecer de Rui Barbosa, de 1882, seria, entre nós, a mais representativa expressão do idealismo educacional.

Segundo esse idealismo em voga, caberia ao governante, através de reformas educacionais, mudar a mentalidade do homem, e, dessa forma, transformar as condições sócio-econômicas vigentes.

Assim acreditava o Presidente Inglês de Souza, e agiria durante a curta administração em terras sergipanas.

Três pontos de sua Reforma seriam o alvo preferido das críticas apaixonadas e violentas desencadeadas contra ele: a retirada da obrigatoriedade do ensino religioso e sua ausência do currículo da Escola Normal, o curso secundário seriado e a Escola normal mista. Escandalizavam os estreitos limites provincianos, desafiando tradições e preconceitos, além de contrariarem os interesses da classe dominante.

O arauto dos ataques ao Presidente, a *Gazeta de Aracaju*, órgão do Partido Conservador, com ironia responsabilizava o Gabinete Liberal de 28 de março, do Conselheiro Saraiva, pelo que ocorria em Sergipe, pois "manda-nos governo que é inglês, e inglês de Souza, a barbaresca cidade, e portanto que não pode entender-nos conosco,

que não falamos a sua língua, nem temos sua índole, nem seus costumes".[259]

A obrigatoriedade do ensino secundário seriado, com um currículo amplo, integrando disciplinas além daquelas exigidas pelos preparatórios, levantou críticas veementes ao Presidente, que passava a ser visto "ao contrário da águia que tem mais vôo que vista".[260]

Escandalizou profundamente a sociedade patriarcal sergipana, por atingir o que ela considerava um dos seus suportes, a segregação da mulher, a criação da Escola Normal mista, olhada como "uma casa de hermafroditas".[261] Era, realmente, um passo ousado do Presidente, considerando-se que, na Corte, só em 1880, apenas um ano antes, havia sido criada uma Escola Normal idêntica.

Mas, o aspecto que provocou ataques mais violentos seria o que retirava a obrigatoriedade do ensino religioso das escolas primárias, e, como disciplina curricular, da Escola Normal. O intérprete da indignação foi o Padre Olímpio de Souza Campos, do Partido Conservador, através de treze artigos publicados na *Gazeta do Aracaju*, sob o título "A minha Província e o seu atual Presidente, o Sr. Herculano Inglês de Souza", o *Homo*, que, "como positivista e ateu que é, errou duplamente",[262] e como "ousado Lutero do nosso ensino público, obstinado privou a educação das escolas sergipanas das benéficas e consoladoras doutrinas de Cristo".[263]

Respondendo aos ataques, o Presidente afirmava, coerente com seus princípios, que "a religião não se impõe, aceita-se espontaneamente desde que as suas doutrinas estão de acordo, ou se coadunam com os nossos sentimentos".[264] Ao responder à solicitação de um dos correligionários, o Cônego João Batista de Carvalho Daltro, para fazer retornar o ensino de religião às escolas, Inglês de Souza reafirmava suas convicções liberais, ao dizer que "entre as cadeiras que formam o curso da escola normal recentemente criada, não foi incluída uma especial de religião porque devendo esse estabelecimento de ensino ser

259. Gazeta do Aracaju, nº 134, de 28/3/1882.
260. "Não censuramos a S. Excia. por ter criado as cadeiras de italiano e alemão, por ter separado a Escola Normal do Liceu, nem por ter desunido o cargo de diretor especial do Liceu do cargo de diretor-geral da instrução, *mas somente porque criou as cadeiras de física e escrituração mercantil, que S. Excia. mesmo confessa não fazerem parte do programa do ensino de preparatórios*". *Gazeta de Aracaju*, nº 113, de 10/9/1981.
261. Idem.
262. Idem, nº 120, de 15/10/1881.
263. Idem, nº 114, de 3/9/1881.
264. *Jornal de Sergipe* nº 89, de 19/10/1881.

de freqüência livre e gratuita para católicos e acatólicos, não podiam os seus alunos ser obrigados a estudar a doutrina cristã, nem sem grave injustiça poderia a Província excluir do ensino que ministra com o imposto que é pago por todos, aqueles que por ventura não seguirem a religião do estado". Concluindo, afirma: "Já vê V. rvm. que obedecendo esta Presidência aos princípios da liberdade de ensino que é uma das mais sagradas garantias dos cidadãos, não impedirá que os alunos católicos da escola se aperfeiçõem na religião de seus pais".[265]

Essa atitude se coaduna com o que ia pelo Império, pois, desde o decreto de abril de 1879, os alunos acatólicos estavam desobrigados de assistir às aulas de religião, caminho aberto para que, em 1882, no Parlamento, Rui Barbosa desse o Parecer defendendo a laicidade do ensino.

Foi de Inglês de Souza a tentativa, sem resultado, de trazer Tobias Barreto de volta à terra natal, nomeando-o, em 10 de agosto de 1881, professor de Gramática, Língua e Literatura Alemã do Liceu, e Diretor-Geral da Instrução Pública. Não aceitaria ele, porém, os cargos, permanecendo em Pernambuco, onde faleceu em 1889.

Procurando melhorar as práticas agrícolas, para maior produtividade das culturas básicas da economia sergipana, Inglês de Souza planejou fundar uma escola modelo. Buscou contar com a cooperação do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, criado em 1860, "afim de que ao menos os futuros agricultores possam trabalhar com método e proveito". Os planos apresentados foram bem vistos por seus integrantes, tendo o presidente oficiado, em 17 de janeiro de 1882, ao engenheiro José de Siqueira Menezes, encarregando-o de fazer a planta, desenho e orçamento dos prédios a serem construídos em local apropriado.

Comporiam a futura escola agrícola:

I - Edifício central, casa de vivenda com refeitório, dormitório para 50 meninos, divididos em duas classes, aposentos do diretor, sala de estudos, oratório, sala de arrecadação, cozinha e mais dependências;

II - Salão para oficinas de ferraria, carpintaria, depósito para as madeiras e instrumentos agrícolas;

III - Casas para banho sobre o Rio Poxim;

IV - Casas de residência para um professor e para seis trabalhadores rurais.

265. Ofício do Presidente Herculano Inglês de Souza ao Cônego João Batista de Carvalho Daltro em 17 de agosto de 1881. APES - Instrução Pública.

Nessa escola deveria ser formada "uma classe de trabalhadores agrícolas, familiarizados com os princípios das ciências práticas que concorrem para o melhoramento da cultura do solo e com o manejo dos instrumentos aperfeiçoados para os trabalhos dos campos, adquirindo também a experiência e conhecimento prático das artes accessórias".[266]

A reforma educacional tentada por Inglês de Souza estava muito além da realidade sergipana. Desafiando uma tradição secular, contrariando interesses, não a suportava a arcaica estrutura social reinante. Ele mesmo foi obrigado, sob pressão da imprensa e da Congregação do Liceu, a fazer concessão ao plano original do curso secundário seriado, permitindo que, ao lado do bacharelato, funcionassem cadeiras só visando aos Preparatórios.[267]

Realisticamente, previu o desfecho dessa Reforma o redator do *O Democrata* quando, após destacar os pontos importantes que a marcavam, concluiu melancolicamente: "Desejamos que as puras intenções do honrado administrador da Província sejam coroadas de bons resultados; desconfiamos, porém, que s. exc. perdeu seu tempo.

Durante sua estada na Província, a obra será monumento importante, admirável e sem rival, assim costuma ser a adoração do astro no seu meridiano; mas apenas o nobre e digno reformador se retire, o edifício que levantou irá desabando pouco a pouco até tomar as proporções primitivas em forma anterior.

É nossa convicção que assenta na experiência".[268]

A permanência do presidente-romancista em terras sergipanas não ultrapassou 10 meses, indo ocupar o governo do Espírito Santo. Não irá além de sua partida a obra educacional que tentou fazer vicejar em terreno adverso.

Apressaram-se os adversários a demolir os alicerces educacionais que ele havia fincado em Sergipe com o Regulamento de 10 de setembro de 1881. Logo, a Resolução nº 1.210, de 30 de março de 1882, (um pouco mais de um mês do fim de sua administração), do Vice-presidente, em exercício, Dr. José Joaquim Ribeiro Campos, declara-

266. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Herculano Inglês de Souza passou a administração da Província de Sergipe ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Joaquim Ribeiro Campos em 22/2/1882, pág. 21 e 22. Tipografia do Jornal de Sergipe.
267. "Saturno devorou sua própria, que poderemos comparar a um repolho que engelhasse antes de fechar a cabeça", comentava, ironicamente, a concessão feita pelo Presidente, o redator do jornal *O Guarani* nº 29 de 1º de setembro de 1881.
268. *O Democrata* nº 74 - 1881.

va como não existente aquele Regulamento, bem como todos os atos dele decorrentes.[269]

"Nunca pensou o ex-Presidente desta Província que lá se foi conviver nas terras dos capixabas, que a sua *non plus ultra* reforma tivesse um fim tão desastroso.

Sergipe foi Waterloo daquele Napoleão da Paulicéia" (referência a ter sido o ex-Presidente Secretário de Relação da Província de São Paulo).[270]

Tal comentário inserido no *Eco Liberal*, após a partida de Inglês de Souza de Sergipe, demonstra que as inovações de sua Reforma assustaram mesmo os correligionários, desde quando elas mexiam no arcabouço tradicional da sociedade sergipana, desafiando o que julgavam seus valores perenes. Era a confirmação de que "a educação conservadora cria ortodoxia, que universará, sob a aparência de pretensa ciência, a verdade desta sociedade, isto é, a ideologia da classe dominante. Desse modo não só legitima a ordem vigente como ainda anatematiza todos os desvios, as "heresias", as "subversões" dos valores tradicionais da sociedade".[271]

A Assembléia Legislativa Provincial, ao rejeitar a Reforma de 1881, através do Parecer das Comissões de Instrução Pública e Justiça Civil, presididas pelo Padre Olímpio Campos, em sessão de 3 de março de 1882, autorizava o Vice-presidente, em exercício, Bacharel José Joaquim Ribeiro Campos, a reformar a instrução pública segundo as novas bases estabelecidas. Designou-se uma comissão composta do Diretor do Ensino Público, Dr. Gonçalo Aguiar Boto de Menezes, dos professores Brício Cardoso e Luís Carlos Lisboa, que elaborou o Regulamento-Geral da Instrução.

Assinado em 13 de maio desse mesmo ano, o novo Regulamento fazia retornar o ensino de Instrução Religiosa às escolas primárias e, como disciplina, ao currículo da Escola Normal. Também era extinto o curso de Humanidades seriado, volvendo-se ao sistema das disciplinas isoladas requeridas pelos Preparatórios. Desaparecia a Escola Normal mista, voltando a existirem uma escola feminina, localizada no Asilo N. S. da Pureza, e outra masculina funcionando no pavimento térreo do palacete da Assembléia.

269. Art. 1º da Resolução 1.210 de 30/3/1882: "Ponderando que o regulamento do ano passado, além de não ter sido feito por autorização do poder legislativo, não atingiu aos fins que se propôs, e, muito, pelo contrário, entorpeceu a marcha e regularidade do ensino", era declarado como não existente, bem como todos os atos dele decorrentes.
270. *O Eco Liberal* nº 31 de 15/4/1882.
271. Rossi, Wagner G.: *Capitalismo e Educação*, pág. 23, Coleção Educação Universitária, Editora Morais, 1980.

O art. 5º do novo Regulamento modificava a estrutura do ensino secundário ao determinar que o Atheneu Sergipense se convertesse em uma Escola Normal de dois graus, com o seguinte elenco de disciplinas:

1. Gramática Filosófica da Língua Nacional
2. Retórica, Poética e Literatura Nacional
3. Aritmética e Álgebra
4. Geometria e Trigonometria Retilínea
5. História Universal e História Especial do Brasil
6. Cosmografia, Geografia Geral e Geografia Especial do Brasil
7. Pedagogia Teórica e Pedagogia Prática
8. Instrução Religiosa
9. Elementos de Ciências Físicas e Naturais e Elementos de Psicologia e Lógica
10. Filosofia
11. Língua Latina
12. Língua Francesa
13. Língua Inglesa
14. Língua Alemã.

Estas disciplinas estavam divididas em "duas séries", sendo que a primeira abangia Gramática Filosófica da Língua Nacional, Noções Gerais de Geografia e História do Brasil, Aritmética, Pedagogia e Instrução Religiosa, constituindo um curso especial para o magistério primário, de um e outro sexo, dividido em três anos e sujeito à freqüência obrigatória. (art. 52).

Já a chamada *segunda série* compreendia todas as disciplinas exigidas para a matrícula nas Faculdades do Império, sem seguirem qualquer seriação. (art. 51) Mais uma vez vencia a pressão dos Preparatórios.

Tanto na Reforma de 1881 quanto na de 1882 já se pode evidenciar a preocupação com a História e a Geografia do Brasil, refletindo o que estava ocorrendo no país, quando os escritores começavam a mergulhar na realidade nacional e estudar seus problemas, sendo Tobias Barreto e Tavares Bastos os pioneiros, continuados por Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, o Conde Afonso Celso, entre outros.

Continua, porém, crescendo a importância dos colégios particulares, sobretudo os internatos, freqüentados pelos filhos dos proprietários rurais, sediados não só na Capital, onde se destacava o Partenon Sergipense, como nas principais cidades interioranas. Em 1882, abriu-se, em Laranjeiras, o Liceu Sergipense, dirigido pelo professor Baltazar Góis, nome que se projetaria no movimento republicano provincial, sendo um dos integrantes da Junta Provisória que assumiu o go-

verno de Sergipe quando da Proclamação da República. Inicialmente contou com 24 alunos, sendo o traço interessante a presença de uma jovem "que, prese a Deus, estimule as demais".[272]

A matrícula do Atheneu, como continuou o povo a chamar o Liceu da Reforma de Inglês de Souza ou a Escola Normal de 2º grau da Reforma de 1882, diminuiu sensivelmente ante a concorrência dos estabelecimentos particulares, sobretudo dos internatos. A *Gazeta de Aracaju* traçou a situação quando escreveu que "depois da criação do Partenon, os moços abastados que à necessidade de ensino junta-se a dos alojamentos, por serem de outros pontos da Província, procuram de preferência o novo estabelecimento, que satisfaz a ambas as necessidades na medida de todos os desejos.

O Partenon só deixa ao Liceu *os deserdados da sorte e os filhos dos empregados residentes* nesta capital, os quais dispensariam perfeitamente as vantagens e comodidades do Colégio".[273]

Em 1887, o Diretor-Geral do ensino Público, Dr. Pelino Francisco de Carvalho Nobre, ante o esvaziamento apresentado pelo Atheneu e o crescimento da matrícula dos colégios particulares, ambos quase sempre com os mesmos professores, propôs ao Presidente Dr. Manuel d'Araújo Góis, como uma das soluções para o problema, que fosse proibido o professor do Atheneu lecionar nos estabelecimentos particulares, aumentando-lhe, porém, o ordenado.[274]

No plano nacional sucedia idêntico fato, pois enquanto entravam em decadência os Liceus Provinciais, multiplicavam-se os colégios particulares, que "açulados pela concorrência, se não ensinavam bem, ao menos adestravam mais rapidamente para os exames, sendo por tal razão pretendidos pelos candidatos às Academias."

"Na verdade, satisfaziam os estabelecimentos particulares os mais diversos interesses. Para servir àqueles que, contando com a desmoralização dos exames, buscavam o preparo rapidíssimo, destinado a salvar as aparências, lá estavam *os inúmeros milagreiros a vender a sua mercadoria a bom preço*... Se desejassem, também, os pais melhor preparo para os filhos, lá estavam, também, os melhores colégios particulares que, tangidos pela concorrência e pela perspectiva dos lucros,

272. Relatório do Inspetor-Geral do Ensino, Dr. Gonçalo d'Aguiar Boto de Menezes, ao Exmo. Dr. Presidente da Província, Dr. José Aires do Nascimento, em 20/10/1882.
273. *Gazeta de Aracaju* nº 134, de 28/11/1882.
274. Relatório do Dr. Pelino Francisco de Carvalho Nobre, Diretor-Geral do Ensino Público, de 31/12/1887, ao Ilmo. Sr. Dr. Manuel d'Araujo Góis, Presidente da Província.

tinham a acoroçoar seu zelo, estímulos desconhecidos aos professores das aulas públicas".[275]

O Liceu da Bahia, que contou em 1834 com 406 alunos matriculados, em 1883 registrava apenas 82.

É interessante evidenciar que, um século após, estamos vivendo situação idêntica com a instituição dos cursos pré-vestibulares, os "cursinhos" que, até pelos nomes, procuram ganhar maior número de alunos.

Mesmo o Colégio Pedro II sofreu as conseqüências da desarticulação do ensino secundário, sendo atrelado às exigências dos Preparatórios. As alterações sucessivas do currículo, com a predominância da formação humanística, refletia a ideologia do império sobre os objetivos do ensino secundário. Nunca conseguiu ser o padrão para os estabelecimentos secundários do país, como pensaram diversos legisladores. "Foi um padrão ideal durante todo o Império. O padrão real era dado pelas aulas parceladas e exames Preparatórios".[276]

Repercutindo o que se passava no Brasil, também em Sergipe começou a alterar-se a situação da mulher na sociedade, da qual passa a participar mais ativamente, saindo do recesso do lar, buscando as escolas. Impunha-se, assim, a necessidade de fornecer-lhe conhecimentos adequados. Já na imprensa aparecem artigos falando da necessidade de dar à mulher educação, desde quando "nas ciências e nas artes, a mulher sergipana é de todo incompetente", fixando, com cores carregadas, a situação cultural em que ela se encontrava mergulhada.[277]

Cresceu o número de estabelecimentos de ensino femininos. Em Aracaju, destacou-se o Colégio N. S. da Conceição, com internato e externato, estudando as Primeiras Letras, Francês, Geografia, Gramática Filosófica, História Sagrada e Profana, Antiga, Média e Moderna, Inglês, além de piano, dança e prendas domésticas. No anúncio, a diretora apelava para os chefes da família "afim de compreenderem a importância da educação das meninas para a garantia da sociedade".

Em Laranjeiras, surgiu o Colégio Inglês, dirigido pelas senhoras Dona Ana Carroll e Dona Júlia d'Oliveira, auxiliadas por Dona Laura de Oliveira. Famoso pelo ensino de Inglês e Francês, os exames desta última disciplina eram feitos no próprio idioma, como atesta, com entusiasmo, Felisbelo Freire, tecendo os maiores elogios à Diretora, a professora Júlia de Oliveira, definindo-a como "espírito altamente cul-

275. Haidar, Maria de Lourdes Mariotto: Obra citada, pág. 73.
276. Idem, pág. 95.
277. *O Horizonte*, 7/3/1886 – Laranjeiras.

to pelo estudo de línguas" tendo "o dom de externar uma idéia em cinco idiomas".[278]

Na década de 1870, como conseqüência da propagação das teorias igualitárias que a grande revolução industrial impulsionara, afirmaram-se as idéias sobre a educação da mulher, para as quais muito contribui a participação do filósofo inglês Stuart Mill. No Brasil, o grande pugnador da elevação cultural da mulher foi Tobias Barreto. Em 22 de março de 1879, na sessão da Assembléia Provincial pernambucana, defendeu, ardorosamente, o ingresso de uma jovem na Faculdade de Medicina. Com argumentos baseados nas mais avançadas teorias científicas da época, e em exemplos da participação feminina em meios universitários da Europa, afirmava: "Dizer que a mulher não tem competência para os altos estudos científicos, é, além do mais, um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos". E concluía, enfaticamente: "Todo homem tem a sua mania, e é infeliz aquele que não a tem; a minha mania, senhores, é pensar que grande parte dos nossos males vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino".[279]

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho abria as escolas superiores às mulheres; em 1881, ingressavam na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Ambrosina Magalhães e Augusta Castelões Fernandes, seguidas de outras que foram tendo acesso aos diversos ramos do ensino superior. Em 1887 colava grau, na Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira médica formada no Brasil, Rita Lobato.

Os dados transcritos refletem as transformações que se iam operando na sociedade sergipana, dando a mulher uma maior participação no processo educacional (Ver tabela na página seguinte).

No ano de 1880 existiam 18 escolas de Primeiras Letras particulares em Sergipe, sendo 6 na Capital e 12 no interior, freqüentadas por 332 meninas.

A Escola Normal de 1º grau, fruto da Reforma de 1882, destinadas a moças e funcionando no Asilo N. S. da Pureza, começou a atrair as jovens da classe média, contando, em 1883, com 55 alunas, sendo 20 matriculadas no 1º ano, 11 no 2º e 4 no 3º. Em 1885 já eram anotadas 34 portadoras de diploma do curso normal, sendo uma do antigo curso extinto em 1879, enquanto 23 haviam concluído em 1884 e 10 naquele ano.

Da primeira turma da Escola Normal implantada em 1882, destacar-se-ia Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935), irmã do poeta José Jorge de Siqueira, poetisa, contista, jornalista, estando seu nome ligado à Campanha pela Abolição da Escravatura, atuando na imprensa e na "Cabana do Pai Tomás", centro abolicionista que funcionou em Aracaju. Educadora emérita, distinguiu-se como professora catedrática de Português da Escola Normal. Podemos considerá-la a pioneira da mulher sergipana nas atividades intelectuais.[280]

A Escola Normal destinada ao sexo masculino fracassou totalmente. Em 1883 ninguém se matriculou; em 1886, os dois alunos inscritos abandonaram o curso. Em realidade, a extinguiria, indiretamente, a Resolução nº 1.326, de 17/5/1888, do Presidente Dr. Olímpio dos Santos Vital, ao determinar que seriam suspensas as aulas que não tivessem, pelo menos, a freqüentá-las 10 alunos.

Refletindo as transformações estruturais da Província, aumentava o número de portadores de diploma de curso superior. Bacharéis e

278. *O Laranjeirense*, de 4/12/1887. Também o convite feito por suas diretoras através da *Reforma* (Aracaju, 14/11/1889 nº 161) demonstra o alto nível desse Colégio: "Tendo de efetuar-se o ato dos exames desse estabelecimento de instrução literária e artística, as diretoras têm a honra de convidar aos srs. pais dos discípulos e aqueles que interessam-se pela educação da mulher sergipana, a fim de assistir a esta cerimônia, que terá lugar no dia 24 do corrente.

As provas versarão sobre Português, Francês, Inglês, Alemão, Geografia e Aritmética. Os exames de Francês e Inglês serão feitos nas próprias línguas.

Haverá exposição de desenho a *crayon* de pintura e aquarelas, de bordados a ouro, de seda frouxa, flocos de setim e lã, e de flores artificiais feitas pelas alunas durante o ano letivo.

Findo o ato dos exames haverá um concerto instrumental, tocando as discípulas importantes trechos de música; nos intervalos diversas alunas recitarão lindas poesias em Português, Francês e Inglês.

O interior do estabelecimento será nesse dia franqueado às pessoas que tiverem a gentileza de comparecer a esta festa, onde a mulher sergipana representa importante papel.

Laranjeiras, 10 de novembro de 1889
As Diretoras
Anna Carroll
Júlia d'Oliveira"

279. Barreto, Tobias: *Discursos*, pág. 59. Obras Completas, Vol. IV, 1926. Edição do Estado de Sergipe.

280. Trecho de um discurso abolicionista pronunciado por Etelvina Amália de Siqueira em 2 de dezembro de 1883: "Desde o berço, foi o Brasil embalado pela canção do escravo; o cântico converteu-se em pranto e o pranto em desespero; é muito sofrer!

O homem não pode mais suportar o retalhamento de suas carnes, e mais que tudo a bofetada de escárneo atirada diariamente aos seus brios! O escravo quer e há de ser livre!

Se Deus não ouve seus lamentos, se não chegam ao céu as suas dores, cumpre à mocidade corrigir o erro de Deus, na frase sublime do Dr. Tobias Barreto". Discurso pronunciado em 2 de dezembro de 1883, na Sociedade Libertadora Sergipana. In *O Libertador* nº 50, ano III, 8 de dezembro de 1883.

Ano	Escolas				Alunos		
	Total	Masc.	Fem.	Mistas	Total	Masc.	Fem.
1834	29	25	4		1.800	1.500	300
1855	54	39	15		2.606	2.116	490
1860	66	43	23		2.636	1.890	743
1870	100	69	31		4.121	2580	1.553
1880	145	62	66	17	4.282	3024	1258
1889	172	78	20	74	5.119	2.569	2.550

Dessas, só estavam preenchidas 133, encontrando-se "avulsos" 34 professoras e 5 professores, conforme a *Fala* do Presidente Dr. Jerônimo Sodré à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1889 (Anexo 11)

médicos fazem sentir suas presenças nos anúncios dos diversos jornais que, então, circulavam, uns de existência duradoura, outros de vida breve.

A Reforma de 13/5/1882, conservadora e reacionária, buscando demolir a obra educacional do Presidente Herculano Inglês de Souza no que ela apresentava de progressista e liberal, vigoraria até a chegada da República. Nesses últimos anos do Império, a vida educacional de Sergipe se mantém estática, tendo perdido o impulso que fora dado no início de 1870, e que se mantivera até os começos de 1880. Refletia, assim, o marasmo que dominava a economia local e os graves problemas econômico-financeiros surgidos. A agricultura açucareira, a atividade básica, continuava presa à rotina, ao trabalho escravo em plena desagregação no país, acarretando a baixa produtividade e dependendo das oscilações do mercado internacional. A safra de açúcar de 1883/84, dadas as condições meteorológicas favoráveis, foi considerada espantosa, sem igual na Província, mas os preços não a compensaram.

Total da Exportação:	7.685:234$757
Açúcar:	6.672:710$108
Para fora do país:	5.747:723$694
Para dentro do país:	1.937:523$694

Além da indústria açucareira e do artesanato espalhado em algumas regiões, só existiam na Província a Fábrica Sergipe Industrial, de tecidos, instalada em 1884 em Aracaju, duas fábricas de sabão e uma de óleos em Vila Nova.

Intelectualmente, nos fins do Império, diversos sergipanos se destacaram. A maioria, porém, emigrou e marcaria com suas presenças outras províncias, especialmente a Corte, como Sílvio Romero, dando uma contribuição relevante para a interpretação da realidade nacional, [281] João Ribeiro, poeta, filólogo, jornalista e historiador, cuja obra

281. Sílvio Romero (1851-1914), embora tenha contribuído para o movimento republicano em Sergipe, podendo ser considerado o mentor, sempre exerceu cargos fora de sua Província. No Rio de Janeiro, onde atuou destacadamente na imprensa, escreveu a obra marcada por um forte traço nacionalista, que o faria pioneiro de uma ideologia nacional.

é marcada por forte traço nacional,[282] Ciro Franklin de Azevedo que, enveredando pelo caminho da diplomacia, ocupou postos importantes como representante do Brasil no exterior,[283] Fausto Cardoso, poeta, jornalista, sociólogo, e, sobretudo, tribuno apaixonado pelas questões sociais que oprimiam o povo brasileiro e que o levariam à morte em praça pública de sua terra natal em 1906.[284] Outros buscaram a carreira militar, nela alcançando altos postos como Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão,[285] José Siqueira Menezes,[286] José Maria Moreira Guimarães,[287] José Calazans[288] e Amintas Jorge. Um grupo permane-

282. João Ribeiro (1860-1934) foi uma personalidade singular pelos múltiplos facetamentos de seu talento como poeta, pintor, músico, jornalista, filólogo, crítico literário e historiador. Pioneiro da Didática da História, destinaram-se seus livros principalmente aos estudantes, como a História do Brasil, curso primário, História do Brasil, curso médio e História do Brasil, curso superior. Ainda pode ser citada sua História Universal.
Grande foi a contribuição por ele dado ao colocar, em primeiro plano na interpretação da História, os fatores sócio-econômicos.

283. Ciro Franklin de Azevedo (1858-1927) desde a formatura, na Faculdade de Direito de São Paulo, atuou fora de sua Província, a ela retornando já em idade avançada, em 1926, para ocupar a Presidência após ter sido eleito por disposição do Catete. Governaria, apenas, cerca de um mês, retirando-se para o Rio de Janeiro onde faleceu em 16 de janeiro de 1927.

284. Fausto Cardoso (1864-1906), discípulo de Tobias Barreto na Faculdade de Direito do Recife onde se formou, de quem recebeu grande influência, iniciou a carreira pública em Sergipe, transferindo-se logo para o Rio de Janeiro. Poeta, jornalista, conhecedor das doutrinas filosóficas e sociológicas do seu tempo, destacou-se, também, como grande tribuno, principalmente quando da passagem pelo Parlamento Nacional. Tombou morto na praça pública de Aracajú, que leva o seu nome, em 1906, na revolta que liderou contra as oligarquias locais no poder.

285. General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (1849-1921) tomou parte na Guerra do Paraguai, e, após a Proclamação da República, no governo de Floriano Peixoto ocupou cargos importantntes como o de Chefe de Polícia da Capital Federal. Participou ativamente na política sergipana, começando pela deposição do governo constitucional do general Calazans em 1894. Deputado Federal, Senador, foi Presidente de Sergipe para o biênio 1894-1896, não o concluindo por renúncia; posteriormente, voltou à presidência de 1914 a 1918.

286. Marechal José de Siqueira Menezes (1852-1931) teve participação na propaganda republicana em Sergipe, fez parte do governo provisório instalado em 15 de novembro de 1889. Esteve em Canudos, destacando-se na luta contra os adeptos de Antônio Conselheiro, o que lhe valeu ser chamado por Euclides da Cunha de "o jagunço loiro", ao relatar seus atos de bravura. Após missões destacadas em outros pontos do país, voltou ao Estado natal para ocupar a presidência de 1911 a 1914.

287. General José Maria Moreira Guimarães (1864-1940) distinguiu-se na campanha republicana. Como militar, ocupou postos importantes. Geógrafo, foi presidente da Sociedade de Geógrafos do Rio de Janeiro, autor de várias publicações como *No Extremo Oriente – o Japão*, decorrente da permanência naquele país quando ali esteve como observador militar na guerra russo-japonesa de 1904.

288. General José de Calazans (1863-1948), primeiro presidente constitucional de Sergipe, após a Proclamação da República, de 1892 a 1894, foi deposto por um golpe militar,

ceu na Província, marcando, com suas presenças, a vida cultural, entre os quais estão Gumercindo Bessa (1859-1913), jornalista e advogado famoso,[289] Carvalho Lima Júnior, (1859-1929) autodidata, jornalista, historiador à espera de um biógrafo que estude e divulgue seus trabalhos calcados na pesquisa e nos conhecimentos das teorias históricas mais avançadas da época[290], Manuel dos Passos de Oliveira Teles, discípulo de Tobias Barreto, também magistrado emérito, Felinto Elísio, poeta parnasiano, jornalista, atuando destacadamente no movimento abolicionista sergipano,[291]. Joaquim do Prado Sampaio, poeta, historiador da literatura sergipana, ligando-se, principalmente, ao magistério secundário.[292]

Na vida nacional, embora as idéias abolicionistas e republicanas passem para o primeiro plano, a situação educacional do país continuava a despertar interesse como demonstra a convocação do Congresso de Instrução em 1884, numa tentativa de reformar o sistema educacional vigente. Seus idealizadores convocavam os representantes de todas as Províncias porque "sem conhecer-se o estado da instrução secundária entre nós como legislar com segurança e conhecimento de causa? Continuamos a caminhar às cegas, às apalpadelas, imitando o que nos oferecem nessa matéria as nações adiantadas, sem poder discernir, e tomar por norma o que tiver mais íntima conexão e for aplicável ao nosso país".[293]

Apesar das discussões, dos diagnósticos feitos, das formulações de soluções para os males evidenciados, de que esse Congresso foi cenário, o Império não fez qualquer tentativa de uma reforma global do sistema educacional.

dando lugar ao "Caso de Sergipe". Sem resultado, seus partidários recorreram ao Parlamento Nacional e ao Supremo Tribunal Federal contra a ilegalidade que marcara sua deposição.

289. Gumercindo de Araújo Bessa (1859-1913), formado pela Faculdade de Direito do Recife, além de jornalista, destacou-se como jurista de renome nacional, enfrentando Rui Barbosa como advogado do Território de Acre contra as pretensões do Estado do Amazonas, que o famoso baiano defendia.

290. Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior (1859-1929), apaixonado defensor das idéias republicanas na imprensa desde 1877, deixou vasta obra sobre a história de Sergipe, em sua quase totalidade dispersa nos jornais da época, destacando-se a série de artigos sob a denominação do *Pó dos Arquivos*, publicados no *Imparcial* de Aracaju. Escreveu a *História dos Limites entre Sergipe e Bahia*, datada de 1918.

291. Felinto Elísio (1860-1917) atuou em Sergipe como abolicionista e jornalista. Poeta parnasiano, escreveu *Lira Sergipana*, publicada em 1883.

292. Joaquim do Prado Sampaio Leite (1865-1932) formou-se em Direito na Faculdade do Recife, poeta, jornalista, estudioso do folclore de sua terra, historiador da literatura sergipana em obra publicada em 1808, foi, por muitos anos, professor do Atheneu.

293. Anais do Congresso de Instrução. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1884.

Na imprensa, no Parlamento, os debates continuavam, neles tomando parte destacada os positivistas. Debatia-se predominância das disciplinas científicas sobre as humanísticas no currículo do curso secundário, com influência nas sucessivas modificações sofridas pelo currículo do Colégio Pedro II. O plano apresentado em 1881, da instalação de uma Universidade, deu margem a grandes discussões, sendo contra ele os positivistas, dizendo Miguel Lemos que eram necessárias ao país escolas profissionais, pois uma Universidade apenas viria "dar maior intensidade às deploráveis pretenções pedantocratas da nossa burguesia, cujos filhos abandonam as demais profissões, igualmente honrosas, para só se preocuparem com a aquisição de um diploma qualquer".[294]

Mas, apesar de todas as teorias discutidas na Imprensa e no Parlamento, continuavam os Preparatórios e suas implicações em todo o arcabouço educacional do país.

"Uma boa recomendação, o "pistolão" forte, como se dizia na gíria estudantil, era em geral suficiente para garantir, senão uma distinção, ou um plenamente, pelo menos o simplesmente salvador".[295]

Em 1886, o decreto nº 9.647, de 2 de outubro, do Barão de Mamoré, buscou regulamentá-los, estabelendo uma só época para a realização, a fim de evitar as migrações dos candidatos em busca dos exames mais fáceis. Também as provas de Português e língua estrangeira deveriam preceder as demais, sendo eliminatórias. Sua realização seguiria uma escala prefixada, obedecendo o programa do Colégio Pedro II.

Pretendendo reerguer esse Colégio, fazendo-o voltar à importância e ao prestígio que sempre tivera no ensino secundário brasileiro desde a criação nos idos de 1838, o Barão de Cotegipe, pelo decreto de 9/3/1888, nele extinguiu as matrículas avulsas, exames vagos e freqüência livre.

Embora autoridades e educadores condenassem os Preparatórios, estes, porém, permanecem como o resultado da influência da classe dirigente sobre a educação. Rui Barbosa, em abril de 1888, propunha que fossem substituídos pelo exame de madureza, entendido como um exame geral para a admissão aos cursos superiores, quando seria averiguado o grau de maturidade intelectual do candidato, o que equivaleria aos atuais exames vestibulares. Ainda acreditava que a exigência do bacharelato, para o ingresso nas Academias, seria o meio adequado

294. Cruz Costa: *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, pág. 187, 2ª edição, Civilização Brasileira, 1967.
295. Maciel de Barros, Roque Spencer: Obra citada, pág. 203.

para soerguer o ensino secundário, inclusive equiparando os Liceus ao Colégio Pedro II.

Os Preparatórios resistirão a todas as tentativas de reformas que os Gabinetes tentam impor para moralizá-los. Em 1888, o Conselheiro Costa Pereira assim diagnosticava o problema: "Desde que os candidatos à matrícula nos cursos superiores não encontrem nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário facilidades para abreviar os seus estudos e vencer os exames sem maior esforço; e, por outro lado, continuem a lograr acesso àquelas escolas por meio da exibição de certificados de exames avulsos, prestados à sua escolha, onde mais fácil e provável lhes pareça o êxito, *serão perdidos, em grande parte, os esforços do Estado para que a mocidade brasileira adquira a cultura, que somente estudos intermediários, feitos com regularidade e segurança, podem assegurar*". E continua: "É intuitivo que, na ausência daquela medida se acentuarão as pretensões de se habilitarem os estudantes, percorrendo no espaço de breves meses pontos de programas e textos de seletas; os institutos oficiais não serão procurados e ainda mais se desenvolverá a funesta indústria do prparo para os exames".[296]

Continuavam esses exames predominantemente literários e humanistas e poucas alterações sofreram desde sua criação em 1854. Somente a partir de 1870 se acrescenta Português, em 1882 Álgebra, em 1879 se admite a inclusão da Língua Italiana para os candidatos às Academias de Direito, e, a partir de 1884, noções de Ciências Físicas e Naturais.

Os Preparatórios para a Escola Politécnica e a Escola de Minas de Ouro Preto adotaram cursos anexos até 1882, quando o decreto 8.785 os extinguiu, passando a pedir para a matrícula conhecimentos de Português, Francês, Inglês, História, Geografia, Álgebra, Geometria plana e no espaço, Trigonometria, Retilínea e Desenho Geométrico.

Para a Escola Militar os estudos eram feitos no próprio estabelecimento, num curso anexo de três anos, abrangendo Gramática, Língua Francesa e Inglesa, História e Geografia, especialmente do Brasil, Aritmética e Álgebra Elementar, Geometria, Trigonometria plana, Desenho linear e Geometria prática, Administração de campanha e de corpos. Gratuito como era o ensino militar, e com as vantagens de alojamento e alimentação, para ele se encaminhavam os jovens desprovidos de recursos da pequena classe média, que não tinham condições financeiras de freqüentarem as Academias.

296. Dunshee de Abranches: *Documentos Parlamentares*, 5º Vol. 1891-1918. Ensino Secundário, pág. 742.

Também no externato da Marinha, depois Colégio Naval, em dois anos, num curso anexo eram lecionadas as disciplinas Gramática Portuguesa, Francês e Inglês, História do Brasil e noções de História Universal, Matemática e Desenho linear.

A última "Fala do Trono" do Imperador ao Parlamento, em 3 de maio de 1889, esboçava, tardiamente, um vasto programa de reforma educacional, solicitando que fosse criado um Ministério destinado aos negócios da instrução pública, fundadas escolas técnicas "adaptadas às condições e conveniências locais", instituídas duas universidades (uma ao sul, outra ao norte do país), bem como faculdades de ciências e letras, em algumas províncias, vinculadas ao sistema universitário. Todo o sistema assim proposto, e que teria por cúpula duas universidades, "centro de alta organização científica e literária, de onde partisse o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino", se assentaria, "livre e firmemente, na instrução primária e secundária", difundida largamente por todo o território nacional".[297]

Esse programa progressista, como outros do Ministério Ouro Preto, não mais teria condições de vingar, pois "o edifício imperial, mal construído, edificado para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos novos tempos. Incapaz de resistir à pressão das idéias, das coisas e dos homens novos já se tornara caduco e tinha seus alicerces abalados".[298]

O panorama da educação sergipana nos fins da época imperial não era animador. Sofria o impacto do que acontecia na vida nacional, além das implicações dos fatores locais, representados pela crise econômico-financeira em que se debatia a Província e a instabilidade administrativa advinda da sucessão de presidentes, pois, entre 1880 e 1889, 20 governantes teve Sergipe, dos quais sete ocuparam os dois últimos anos do Império.

Geralmente esse presidentes se preocupavam com os problemas educacionais como demonstram seus Relatórios.

Era visível a decadência do Atheneu, como seguiu sendo chamado apesar da denominação oficial de Escola Normal de 2º grau, "com aulas completamente desertas, a matrícula diminuta e a freqüência nula". Já os Colégios particulares continuavam prósperos, não só os da Capital, onde se destacavam o Partenon Sergipense e o Colégio Conceição, como nas principais cidades interioranas. Em Laranjeiras, no

297. Azevedo, Fernando de: Obra citada, pág. 354.
298. Leclerc, Max: *Cartas do Brasil*, pág. 131, tradução e notas de Sérgio Milliet, Editora Nacional, São Paulo, 1942.

Liceu Sergipense do prof. Baltazar Góis, funcionavam 11 aulas, e em 1885 acusava uma matrícula de 173 alunos. Tinha como lema uma frase de Victor Hugo: "Modelar uma estátua é dar-lhe vida, é belo; modelar uma inteligência é dar-lhe a verdade, é mais belo ainda".

A Escola Normal para o sexo masculino não funcionava por falta de alunos, mas seguia promissora a do sexo feminino, estando, em 1887, matriculadas 51 alunas, sendo 10 no 1º ano, 24 no 2º e 17 no 3º. Já se registrava a existência de 69 senhoras com o curso normal, embora só cinco delas estivessem, no momento, lecionando.

Apresentava-se péssimo o estado material das escolas primárias. Só quatro prédios pertenciam ao patrimônio do Estado, sendo dois na Capital, um em Laranjeiras e outro em Rosário.

O professorado leigo, despreparado, continuava na mesma situação denunciada pelo Presidente Anselmo Peretti em 1843, visto como um instrumento da política de clientela manipulada pelos grupos detentores do poder.

Os últimos presidentes de Sergipe imperial se preocuparam com a situação, tentando medidas que a modificassem. Assim fez o Dr. Olímpio Manuel dos Santos Vital (19/3 a 13/7/1888), separando as funções de Diretor da Instrução Pública da de diretor da Escola Normal, pela Resolução Provincial nº 1.326, de maio de 1888, visando a uma melhor fiscalização do ensino. Determinou ao Diretor-Geral da Instrução a convocação do Conselho Superior da Instrução Pública (órgão que se vinha mantendo inoperante) e da Congregação da Escola Normal do 2º grau para elaborarem um parecer sobre as causas responsáveis pelo estado em que se encontrava a educação sergipana, indicando medidas para remediar a situação. Também procurou redistribuir as cadeiras do ensino primário localizadas nem sempre em lugares apropriados, criadas por interesses meramente políticos, e, assim, pouco freqüentadas por falta de alunos, enquanto outros locais mais povoados estavam carentes de escolas. Tais medidas foram fortemente criticadas pelos liberais, através da *Gazeta da Tarde*. Em defesa do Presidente, saiu a *Gazeta do Aracaju*, órgão do partido conservador, procurando demonstrar que os atos por ele baixados resultaram de um levantamento da realidade educacional sergipana.

As dificuldades econômico-financeiras de Sergipe eram sérias, como atesta o desequilíbrio que o orçamento, previsto para 1889, apresentava entre a receita e a despesa. Enquanto esta alcançava 897:140$347, aquela apenas atingia 533:354$695.

A *Reforma*, jornal do partido liberal, em janeiro de 1889, em editorial, traçava o quadro real da economia sergipana: "Os engenhos já não apresentam a perspectiva alegremente animada do lavrador que vive na abundância, feliz e festejado pelo fruto de seu trabalho.

O açúcar, sem preço nos mercados consumidores, não dá para as despesas da produção, de maneira que o agricultor prefere abandonar a cana de açúcar plantada, a ter prejuízo promovendo a moagem dela.

O açúcar continua sem preço; a lavoura sem capitais para o andamento regular da produção, e, como se isso tudo não fosse bastante para deter o resgate das finanças, até a própria natureza se rebela, dando-nos uma seca imprevista.

A safra deste ano é quase nula; segundo nos informaram as pessoas insuspeitas, mal poderá ela chegar para o pagamento de duas verbas do orçamento: - o corpo de polícia e os presos pobres.

As despesas públicas são certas; a Província que já deve mil e tantos contos, em breve, com a acumulação dos *deficits* deverá talvez dois mil".[299]

Essa crise em que se debatia a Província trazia conseqüências ao setor educacional, como é uma evidência o Relatório do último presidente que governou Sergipe nomeado pelas autoridades imperiais, o Dr. Jerônimo Sodré, (5/7 a 24/10/1889) apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, apenas um mês antes da Proclamação da República, em 15 de outubro. (Anexo nº 11) Enfocava o Presidente, principalmente, dois problemas básicos: a falta de pessoal habilitado para lecionar e a ausência de um elenco de disciplinas que atendesse às exigências imediatas dos alunos. Ele definia o professor primário, em sua quase totalidade, como "ignorante, sem zelo, sem estímulos no cumprimento do dever, fruto da nomeação arbitrária de candidatos". Era o magistério primário o *"último refúgio dos que desesperaram de melhor colocação* onde qualquer indivíduo de crassa ignorância, mal sabendo assinar o nome" conseguia entrar, "só por contar com algum protetor que, de ordinário, *o empregue com o fito principal a seu turno de mais um batedor eleitoral"*.

"Existiam cadeiras criadas em lugares ermos como dotações a pais, maridos e protetores felizes".

Funcionavam, então, 113 cadeiras do ensino público primário, com uma matrícula de 2.819 alunos. Nas escolas particulares freqüentavam 238 alunos.

No Atheneu (Escola Normal de 2º grau) estavam matriculados, nas diversas disciplinas, 108 alunos, sendo que o maior número buscava Francês, (20) Português e Inglês (15 cada um). A Escola Normal masculina não funcionava por falta de candidatos, enquanto na feminina a matrícula atingia a 50 alunas, prestando "bons serviços" tendo

299. *A Reforma*, ano III, Aracaju, 27 de janeiro de 1889.

uma freqüência muito satisfatória", na afirmação do Presidente Dr. Olímpio M. dos Santos Vital em julho de 1888.

Anunciava o Presidente Jerônimo Sodré o intuito de modificar a situação através do envio, imediato, ao legislativo de um projeto de Reforma que seu antecessor já obtiverá autorização de realizar pela Resolução 1.345 de agosto do ano anterior. Mas esse anúncio não chegaria a tornar-se realidade pois, em 24 desse mesmo mês de outubro, era ele exonerado da Presidência.

Nos principais centros urbanos, como Laranjeiras, Estância e a Capital, vivia uma população que não seria chamada de classe média, na concepção marxista, pois não a ligava à solidariedade. "Os que estavam colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes poderiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas".[300] Poderíamos denominá-la de camadas médias ou extratos urbanos.

Entre esses elementos, encontrou acolhida a propaganda republicana. O ponto inicial de convergência das novas idéias foi Laranjeiras, o principal centro econômico e cultural da zona da Cotinguiba, como era denominada a mais importante região açucareira sergipana.

Ali se encontraram e se insurgiram contra a ordem política vigente, ex-alunos da Faculdade de Direito de Recife, influenciados pelas idéias progressistas de Tobias Barreto, sendo o representante mais destacado Fausto Cardoso. A esses bacharéis somavam-se jovens egressos das Faculdades de Medicina e de Farmácia da Bahia, como Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, Serafim Vieira de Almeida e Josino Menezes, e os jovens oficiais da Marinha e do Exército, Marcelino José Jorge, Moreira Guimarães e José de Siqueira Menezes.

Ao grupo de bacharéis, médicos, farmacêuticos e oficiais do Exército e da Marinha, uniram-se intelectuais pobres, inconformados com a situação que não lhes permitira cursar as Academias do Império. Entre esses sobressaíam-se Francisco Antônio de Carvalho-Lima Júnior, que desde 1880 já andava escrevendo a favor da República, e Baltazar Góis, o criador do Clube Democrático.

Embora só em outubro de 1888 tenha sido fundado em Sergipe um Clube Republicano e lançados os fundamentos do Partido, suas idéias, porém, já vinham sendo divulgadas nos jornais *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e o *Republicano*.

Proclamada a República, assumiu o Governo Provisório um triunvirato formado pelo Capitão de Engenharia José de Siqueira Menezes, o Professor Baltazar Góis e o proprietário rural Vicente Luís de

300. Queiroz, Maria Isaura Pereira de: Obra citada, pág. 18.

Oliveira Ribeiro. Este renunciou logo no dia dois de dezembro, convertendo-se o Governo Provisório num Duunvirato.

Em 9 de dezembro, baixava esse Governo Provisório o decreto "considerando que a última reforma por que passou a instrução pública não consultava os interesses do Estado, e da população em geral, determina fiquem sem efeito a dita reforma e todos os atos que dela decorrer".

Revogam, os novos governantes, o Regulamento de 30/3/1882, do Vice-Presidente, em exercício, José Joaquim Ribeiro Campos, que ainda vigorava.

Na ocasião, se determinava que permanecesse em vigor o Regulamento de 13 de março de 1881[301] nos pontos em que não se opusessem às modificações então estabelecidas. Procuravam os dirigentes substituir os padrões educacionais em vigor, mesmo que não pudessem, de imediato, apresentar um projeto compatível com as transformações políticas operadas no país em 15 de novembro de 1889.

Difícil, porém, era resolver os graves problemas educacionais que dominavam Sergipe, como acontecia em todo o país, reflexo de uma política que remontava às disposições do Ato Adicional à Constituição do Império, promulgado em 1834.

Todo sistema educacional é parte integrante da organização de uma sociedade. Todos os seus componentes devem estar mutuamente dependentes, em sincronização. Assim não acontecera no Brasil-Império. Cada Província desenvolvera o ensino primário e secundário sem plano definido, segundo as contingências do momento e os interesses dos grupos no poder. Daí o fracasso de alguns estadistas que tentaram, na administração das Províncias, reformas que se chocavam com a realidade social dominante.

Recebia a República um legado que se constituiria num desafio por muitos anos, resultante que era da "anomalia de se organizar a instrução superior quando o secundário e até o primário se votavam ao mais cruel olvido, e, acima de tudo, essa falta de unidade na direção, encaminhamento e distribuição do ensino no país, não tardaram a produzir as mais perniciosas conseqüências. Ao passo que os cursos superiores iam sendo dotados de todos os aperfeiçoamentos, que o progresso das ciências descortinava sob o influxo fecundo e previdente do governo geral, os estudos preparatórios se conservavam na maior incúria pelas Províncias e mesmo na Corte, onde, apenas antes da instalação normal do Colégio Pedro II, a iniciativa particular conseguiria

301. Não encontramos nos documentos consultados qualquer Regulamento datado de 13 de março de 1881.

às vezes certas vantagens em algumas das denominadas aulas avulsas espalhadas por todos os recantos da cidade à guisa de mercearias em que se vendiam exames a retalho aos candidatos nas Faculdades do Império".[302]

Em realidade, apesar das esperanças dos idealistas, os problemas educacionais permaneceram bem semelhantes aos do Império por toda a Velha República. Isso porque "o ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros".[303]

Em Sergipe, escrevia, logo após o 15 de novembro, um dos mais apaixonados propagandistas dos ideais republicanos, Baltazar de Araújo Góis: "Felizmente raiou para nós a aurora da regeneração e em breve a instrução pública estará colocada em posição de prestar os reais serviços que dela emanam".[304] Pouco depois, decepcionado, ele mesmo concluiria: "Pareceu isso a muitos crédulos".[305] Evidenciava o autor de *A República em Sergipe* que não se alterara a estrutura social do então Estado de Sergipe. Vão permanecer, revezando-se no poder, as oligarquias assentadas na posse da terra que, de imediato, aderem ao novo governo instalado, continuando a monopolizar a vida político-administrativa do Estado como sucedera nos tempos provinciais.

302. Dunshee de Abranches: Obra citada, pág. 742.
303. Viotti da Costa, Emília: *Da Monarquia à República*: Momentos decisivos, pág. 326, 2ª edição, Livraria Editora Ciências Humans Ltda., São Paulo, 1979.
304. Góis, Baltazar: *A República em Sergipe*, pág. 214, Aracaju, 1891. Tip. do *Correio de Sergipe*.
305. Frase escrita no rodapé da página 214 já citada.

VII.

A EDUCAÇÃO EM SERGIPE NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS

A República significou, num primeiro momento, a vitória das novas forças sócio-econômicas que se vinham afirmando no país a partir dos meados do século passado. À burguesia, responsável pela expansão do café já em forma capitalista, e que se expandia, como uma gigantesca onda verde, pelos antiplanos paulistas, somaram-se os setores da classe média urbana, ampliados pelo desenvolvimento de indústrias, bancos, transportes e comunicações, estimulado pelo capital britânico.

A Guerra do Paraguai, consolidando o exército com a maioria da oficialidade egressa das camadas médias da população, deu à vida social do país uma componente nova, que vai desempenhar papel decisivo nos acontecimentos que tiveram o desfecho em 15 de novembro de 1889.

Aumentou o ritmo de crescimento da população brasileira nas três últimas décadas que antecederam à República. Em 1872, éramos 10.112.061 habitantes, e já o Censo de 1890 registraria 14.333.915. Cresceram, também, os núcleos urbanos, modificando-se o aspecto das cidades com os melhoramentos introduzidos. A imigração européia trouxe para a agricultura o trabalhador livre, assalariado, alterando, profundamente, as relações de trabalho até então vigentes.

Nossa cultura, mesmo tendo sido demonstrada a alienação por homens esclarecidos, teimava em ser uma réplica de motivos e temas alienígenas. Como recebíamos os artigos acabados, importávamos as idéias da Europa, e as utilizávamos sem o necessário espírito crítico para avaliar se eram compatíveis com o estágio de evolução em que nos encontrávamos. Sílvio Romero, com a clarividência que entendeu nossa dinâmica social, denunciava: "As relações econômicas da Colô-

nia ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional".[306]

O sistema educacional vigente não correspondia às exigências das novas classes em gestação. Apesar das denúncias feitas por estadistas e intelectuais e das tentativas de reformas, o ensino continuava arcaico, livresco, satisfazendo à demanda da classe latifúndio-mercantilista detentora do poder político.

O fato de o Imperador, pessoalmente, interessar-se pelo ensino, assistindo a exames e concursos, interrogando alunos, não tornaria o sistema educacional menos artificial, cópia integral de outros países, especialmente da França. José Veríssimo, em páginas escritas no começo do século atual, definiu, com realismo, a situação ao descrever: "Nada absolutamente distingue a instrução pública brasileira da instrução pública que se poderia dar em outro país, e na escola brasileira o Brasil, quase se pode dizer parodiando um dito célebre – brilha pela ausência". E completava: "São os escritores estrangeiros que, traduzidos, transladados, ou quando muito, servilmente imitados, fazem a educação da nossa mocidade".[307]

Se a educação primária que o Império legou era "deficientíssima, falha e andrajosa em quase todo o território nacional",[308] a secundária praticamente desaparecera tragada pelos Preparatórios. O sistema de exames que encontrou a República era dos mais imperfeitos, e o resultado influía, em grande parte, para o declínio em que se encontrava o estudo nas Faculdades. "O patronato e a condescendência eram o cadinho, pode-se dizer, por onde deputavam as provas dos candidatos à matrícula nas Faculdades. Os pais esquecidos de que os estudos médios têm por fim esclarecer a razão, disciplinar o trabalho e o estudo, levados pela vaidade de verem seus filhos ainda imberbes portadores de diplomas de ciências que ignoravam, contribuíram para esse falso estado de coisas, entregando-os a professores que, sem consciência, anunciavam publicamente encarregar-se do preparo de discípulos para os exames superiores dentro de dois ou três meses".

Em suma, os exames preparatórios tais como *se fazem constituem uma vergonha para o Brasil*".[309]

306. Romero, Sílvio: *Ensaios de Sociologia e Literatura*, p. 128. Rio de Janeiro, 1901.
307. Veríssimo, José: *A Educação Nacional*, pp. 2 e 4. 2ª edição, 1906.
308. Sodré, Azevedo: In Fernando Azevedo: *A Cultura Brasileira*, p. 373, 2ª edição. Companhia Editora Nacional, 1944.
309. Galvão, Ramiz: *Relatório do Inspetor* em 1890. In Primitivo Moacyr: *A Instrução e a República*, 1º volume. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1941.

O ensino superior permanecia elitista, ornamental, nas Academias espalhadas no país. Eram elas as de Direito do Recife e de São Paulo, as de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a Escola Central (de Engenharia) no Rio de Janeiro, a Escola de Minas de Ouro Preto. Além destas, existiam as Escolas Militar e da Marinha fundadas logo após a chegada da Corte Portuguesa em 1808.

A República, vitoriosa, importava, "sem dúvida, em dar alguns passos à frente de uma estrutura obsoleta, abrindo perspectivas a reformas intransferíveis. O aparelho do Estado antiquado, verdadeiro trambolho, já não correspondia à realidade econômica, social e política".[310]

Logo, de início, a vida educacional brasileira vai ser alvo das modificações trazidas pelo advento do regime republicano através da criação, pelo Governo Provisório sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca, do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 19 de abril de 1890. Entregue ao General Benjamim Constant Botelho de Magalhães, logo este empreenderia a reforma global da educação brasileira, consubstanciada no decreto nº 981, de 8 de novembro desse mesmo ano.

Reformava-se não só a instrução pública primária e secundária do Distrito Federal, também o ensino superior, técnico e artístico. Apesar da formação positivista do seu criador, a Reforma fugia aos postulados comtianos defensores da supremacia das unidades federadas sobre a União, a qual não deveria intervir nos sistemas estaduais de educação. Assim, será firmado o princípio do Estado educador, reservando-se à União a missão de modelar "por seus estabelecimentos de ensino e por uma série de prescrições relativas às escolas secundárias estaduais e particulares, todo um sistema nacional de instrução". As medidas a serem adotadas pelos estabelecimentos federais, deveriam tornar-se num modelo a ser seguido pelas demais escolas.

Pela primeira vez, após a expulsão dos jesuítas, executava-se, no Brasil, um esquema educacional completo, abrangendo todos os graus de ensino, e dentro de uma filosofia pedagógica definida. Instituía-se o ensino primário no Distrito Federal, livre, gratuito e leigo, a ser dado aos alunos de sete a treze anos de idade, e só podendo exercer o magistério graduados pela Escola Normal, instituição que sofreu modificações com a introdução do estudo de Ciências físico-naturais em seu currículo.

310. Sodré, Nelson Werneck: *Formação Histórica do Brasil*, p. 275. Editora Brasiliense, 1962.

Foi, porém, a educação secundária a mais atingida pela Reforma de Benjamim Constant, visível logo na definição que dava à sua finalidade: "Proporcionar à mocidade a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral *para o bom desempenho do cidadão na vida social*".

Estabelecendo a seriação obrigatória, extinguindo os Preparatórios, tornou o Ginásio Nacional (nome dado ao Colégio Pedro II) padrão do ensino secundário do país. Esquematizado para sete anos, segundo a hierarquia das ciências de Augusto Comte, o currículo tornava-se enciclopédico, rompendo, violentamente, a tradição clássico-humanística que sempre o caracterizara, como demonstra o elenco das disciplinas a serem cursadas. Abrangia o estudo do Latim, Grego, Francês, Inglês ou Alemão, Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria), Mecânica, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia Moral, História Universal e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Noções de Direito Pátrio e de Economia Política, História da Literatura Nacional, Desenho, Ginástica e Música.

O aluno estava sujeito a três tipos de exames: a) de Suficiência, para as matérias que seriam continuadas no ano imediato; b) Finais, para as matérias concluídas; c) Madureza, no fim do ano, destinado a verificar se o aluno tinha a cultura intelectual necessária.

A aprovação do exame de madureza do Ginásio Nacional habilitava o estudante à matrícula nos cursos superiores. Este privilégio poderia estender-se a qualquer estabelecimento organizado pelos Estados, desde que seguisse o plano completo do Ginásio Nacional, o que abria caminho para a uniformização do ensino secundário do país, apesar do triunfo do federalismo consagrado na Constituição republicana de 1891.

Mas, essa concepção do ensino secundário de Benjamim Constant não encontraria, na época, condições favoráveis para dar os resultados esperados. O seu afastamento do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos em 21/1/1891, seguindo-se a supressão desse órgão em 22 de fevereiro do ano seguinte, quando o setor educacional foi transferido para o Ministério da Justiça e Negócios do Interior, faria que a Reforma não fosse cumprida, sendo mutilada.

Ela, porém, imprimiria novos rumos ao ensino brasileiro, não sendo possível o retorno ao passado. Razão tinha o Ministro Gonçalves Ferreira quando afirmou: "As reformas de Benjamim Constant abriram novos horizontes ao ensino. No ensino secundário procurou dar uma construção sólida, capaz de satisfazer todas as aspirações da pedagogia moderna. Todavia, para que essa obra pudesse produzir os

seus efeitos, teria sido para desejar que o reformador tivesse tido tempo de acompanhar o desenvolvimento de suas idéias, e modificá-las de acordo com o que fosse ditado pela experiência e pela resistência do meio".[311]

O exame de madureza, que poderia ter dado novo sentido ao ensino secundário, moralizando-o ao libertá-lo dos Preparatórios, e deixando de ser mera ponte de acesso aos cursos superiores, foi o ponto mais visado e combatido da Reforma, sendo protelada a execução. Vão aparecer sucessivas prorrogações no prazo de sua obrigatoriedade em favor dos exames Preparatórios.

Em Sergipe, vimos, as idéias republicanas foram propagadas por homens oriundos dos setores urbanos mais esclarecidos, predominando as profissões liberais. Estes, porém, compreenderam que só conseguiriam a efetivação de suas aspirações com a aliança a uma facção da classe latifundiária, descontente com os prejuízos causados pela Abolição da Escravatura feita sem indenização. Capitães, Majores e Coronéis da Guarda Nacional, egressos dos tradicionais partidos Liberal e Conservador, passaram a integrar o Partido Republicano fundado em novembro de 1888, e que teve na cidade de Laranjeiras o principal centro de atuação.

A adesão de Sergipe à República proclamada se fez festivamente, sem ter havido resistência dos que detinham o comando político da Província. Teve atuação importante a eloquência inflamada de Fausto Cardoso enaltecendo o acontecimento, ao qual aderiram, imediatamente, as Câmaras e o povo das vilas e cidades, como também faria a Assembléia Legislativa no dia 21 de novembro. A Junta Provisória, composta do senhor de engenho Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, que logo renunciou ao cargo, do Capitão do Exército José de Siqueira Menezes e do Professor Baltazar de Araújo Góis, começou a legislar para as adaptações, ao novo regime, das instituições vigentes.

Encontrava-se difícil a situação econômico-financeira a ser enfrentada pela Junta Provisória, "ante os grandes compromissos que pesavam sobre os cofres públicos, que presentemente não dispõem de recursos, nem mesmo para pagar ao funcionalismo, que se acha em grande atraso no recebimento de seus honorários".[312]

311. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e a República*, volume II, p. 82.
312. Relatório apresentado pelos cidadãos Engenheiro José de Siqueira Menezes e Prof. Baltazar d'Araújo Góis ao Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire em 13 de dezembro de 1889. In *A República em Sergipe:* Baltazar Góis, p. 219. Aracaju. Tip. do *Correio de Sergipe*. 1891.

O *deficit* orçamentário existente traduzia a realidade financeira que a República encontrou em Sergipe, e que perdurará nos primeiros anos no novo regime:

ANOS	RECEITA	DESPESA
1889	533:254$695	897:140$347
1890	541:891$432	962:451$686
1891	601:163$700	606:548$218

A população sergipana já ultrapassava os 300.000 habitantes, enquanto em 1872 haviam sido registrados 234.613, verificando-se um índice de crescimento de 32,5. Aumentara a vida urbana, acarretando problemas que desafiavam os administradores, desde quando não fora acompanhada de desenvolvimento econômico. Aracaju, a capital, passara dos 8.559 habitantes de 1872 para 16.336 em 1890, o que significava um índice de crescimento de 90,86.

Entre os atos imediatos do Governo Provisório Republicano instalado em Sergipe, destacou-se o de nove de dezembro determinando, abruptamente, ficar sem efeito a última reforma por que passara a instrução pública, não explicitando, porém, a que reforma se referia. Percebe-se, pela ambigüidade do decreto, a ânsia de mudar, de repudiar o passado, mesmo que, no momento, não se pudesse oferecer algo de concreto para substituir o que vigorava.

Anteriormente, havia sido designada uma Comissão composta do recém-nomeado Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Galdino Teles de Menezes, e dos professores do Atheneu Sergipense Geminiano Pais de Azevedo e Alfredo de Siqueira Montes para elaborarem "um projeto de reforma para a instrução pública". O parecer, que esta apresentou ao Governo Provisório, salienta as dificuldades de fazer um trabalho sério, em vista da escassez de tempo que fora dado e a ausência de dados objetivos encontrados. Referindo-se ao Regulamento de 22 de outubro,[313] a Comissão o critica pois, "longe de melhorar a

313. Acreditamos que a referência seja ao Regulamento de 22 de outubro de 1889 enviado à Assembléia Legislativa pelo Presidente Jerônimo Sodré, que não chegou, porém, a ser discutido ante sua saída do governo e logo ter ocorrido a Proclamação da República.

organização existente, desfechou-lhe, ao contrário, o mais violento golpe, privando do benefício da inspeção muitas localidades, onde uma freqüência lisonjeira mantinha-se regularmente, e aniquilava, por ventura, no ânimo do professor com o cerceamento de imprescindíveis direitos que resta e espera, que ainda lhe alentam o zelo".[314]

Após sugerir algumas pequenas modificações, a Comissão opinava que continuasse a vigorar o Regulamento de 13/5/1882 "até que mais propícias circunstâncias nos permitam introduzir na nossa pátria os melhoramentos que em outros países têm recebido a instrução pública".[315]

Decorrente desse Parecer, foi o Decreto de 10 de dezembro em que o Governo Provisório baixava o Regulamento da Instrução Pública, mas que era uma réplica do de 1882, com alterações mínimas como a que determinava que a Direção e Inspeção seriam exercidas por: a) Governo do Estado; b) Diretor-Geral da Instrução; c) Congregação do Atheneu Sergipense; d) Delegados Literários. As comissões especiais criadas deveriam observar se a lei era cumprida, bem como a situação do material escolar e a freqüência do professor, além de sugerir, ao Governo, medidas para a boa marcha da educação. Ainda determinava concurso para o ingresso no magistério primário, realizado perante a Congregação do Atheneu. *Mas o Governo poderia fazer recair, entre os habilitados, a escolha em qualquer candidato "em vista da conveniência para o ensino e de mérito moral e intelectual do candidato"*.

As Escolas Normais continuavam separadas, funcionando a feminina no Asilo N. S. da Pureza, e a masculina no Atheneu Sergipense, que voltava, oficialmente, à antiga denominação, nunca perdida para o povo apesar das mudanças feitas pelas Reformas de 1881 e 1882.

Para tranqüilizar a sociedade, nessa mesma ocasião se baixava o decreto considerando subsistentes todas as cadeiras do ensino primário oficial, e criando outras em diversos povoados.[316]

Em 13 de dezembro desse mesmo ano de 1889, a Junta Provisoria encerrava as atividades ao entregar o comando político do Estado ao

314. Parecer da Comissão nomeada para rever o Regulamento de 22 de outubro sobre a instrução. APES – Arquivo Baltazar Góis, nº 2.
315. Idem.
316. Por ato de 1º de dezembro, "resolvemos considerar subsistentes todas as cadeiras de ensino primário atualmente providas, criando as seguintes: uma do sexo masculino no povoado Barra dos Coqueiros, e dez de ensino comum nos povoados – Ilha dos Bois, Ilha do Ouro, Atalaia e Barroso, Bom Jesus, Fazendinha, Umbaúba, Pedra Mole, Sobrado e Jaboatão. Para preencher ditas cadeiras designamos professores avulsos, estritamente respeitadas as respectivas antigüidades". Relatório apresentado pelos cidadãos Engenheiro José de Siqueira Menezes e Professor Baltazar Góis em 13 de novembro de 1889. In *A República em Sergipe*, p. 216.

Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, indicado que fora para o cargo pela colônia sergipana, radicada na Capital da República, liderada por Sílvio Romero.

O novo Presidente, egresso das fileiras dos republicanos históricos, tinha, com denodo, propagado as novas idéias em Sergipe através da imprensa e dos clubes republicanos que fundara. Médico renomado, distinguira-se pela vasta cultura manifestada nos diversos facetamentos das atividades desempenhadas como jornalista, musicista e historiador. Aí se projetou, legando obras de grande importância, não só pelas pesquisas feitas como pela lucidez da interpretação dos fatos dentro das teorias mais avançadas do momento. Delas, destacam-se a *História Territorial do Brasil*, em cinco volumes, e a *História de Sergipe*, publicada em 1891, e que ainda não foi excedida por qualquer outra surgida depois.

Ao assumir a presidência de Sergipe republicano, já esperavam Felisbelo dificuldades decorrentes das facções políticas que iam surgindo, segundo os interesses da classe economicamente dominante. Os senhores da economia e da política do passado não tencionavam ceder o comando do mecanismo administrativo, do novo regime implantado, aos que vinham das camadas médias da população, e que haviam batalhado e enfrentado os riscos para que a República triunfasse. Aderem à nova ordem política, e terminarão manejando-a para decepção dos que a haviam feito vitoriosa como o professor Baltazar Góis.

Um dos primeiros atos do novo Presidente foi designar, em 30 do mesmo mês da posse, uma comissão, integrada pelos Drs. Gumercindo Bessa, Tomás Leopoldo e o Prof. Alfredo Montes, para orientá-lo na reforma educacional a ser feita. Este trabalho deveria ser realizado partindo da formulação de quatro quesitos:

a) qual o meio de eliminar o elemento inidôneo do professorado, respeitados os direitos adquiridos e sem sacrifício pecuniário para o Estado?

b) qual o melhor método de ensino para as escolas de primeiro grau?

c) quais os livros que devem adotar?

d) quais os meios mais profícuos de compelir-se o professorado a exercer dignamente as suas funções?

Lamentavelmente, a Comissão não se entendeu, e, no mês seguinte, a ela renunciava Gumercindo Bessa, que havia defendido pontos importantes como a obrigatoriedade do ensino elementar, a educação dos sentidos e a adoção de método objetivo nas escolas primárias, a elevação do nível intelectual e moral dos professores, o ensino profissional, a severa fiscalização do magistério e a divisão das escolas em rústicas e urbanas, sendo estas subdivididas em 1º e 2º graus.

Diversos desses pontos serviram de embasamento para Felisbelo Freire elaborar a Reforma contida no Regulamento oficializado pelo Decreto de 12/3/1890. Cumpre destacar sua antecedência à Reforma de Benjamim Constant para a Capital Federal, daí a originalidade. As demais, que virão depois, não passam de uma réplica do que se fazia na metrópole.

Justificava o Presidente a necessidade de reformular radicalmente a Instrução Pública ante "o verdadeiro estado de desorganização em que se encontrava o sistema educacional sergipano acarretando grande desproveito para o ensino e portanto *para as classes populares*", que, assim, pela primeira vez em Sergipe eram invocadas no contexto de uma reforma da educação. Ainda, o ensino popular era visto "como base principal do bem-estar das nações". Refletia-se este preâmbulo o idealismo daqueles que fizeram a República e, no primeiro momento, a conduziram.

O ensino primário, estruturado, abrangia Lições de Cousas, Língua Nacional, Aritmética e Sistema Métrico, Geometria Prática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia e História do Brasil, Desenho Linear, Canto, Preceitos Gerais de Higiene e Exercícios Físicos. Nas escolas femininas, ainda ensinavam-se Trabalhos Domésticos e Corte de Padrões.

Desapareciam as cadeiras secundárias que funcionavam em Laranjeiras e Estância, passando o ensino secundário a gravitar em torno da Capital, continuando, porém, visto como mero acesso às escolas superiores. Compreendia, apenas, as disciplinas exigidas pelos Preparatórios: Língua e Literatura Nacional, Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Inglesa ou Alemã, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Ciências Físicas e Naturais, Retórica e Poética e Filosofia Histórica.

Só através de concursos poderiam ser providas as cadeiras do curso secundário.

Retornava a Escola Normal a ser mista, como nos idos de 1881 a criara o Presidente Herculano Inglêz de Souza, e que tanto escândalo provocou. O curso, de três anos, estava integrado por cinco cadeiras: 1. Língua Nacional: Gramática, Redação, Noções de Literatura Brasileira e Portuguesa; 2. Pedagogia Experimental; 3. Noções de Geografia e História Geral, Geografia e História do Brasil, Noções de Cosmografia; 4. Matemáticas Elementares, Noções de Álgebra até Equações de 1º Grau; Geometria, Aplicações Práticas; Noções de Botânica, Biologia (compreendendo Noções de Anatomia e Fisiologia Humana), Geologia e Higiene.

Completava o curso o ensino de trabalhos domésticos, costura e corte de padrões, a serem ministrados, mediante convênio, no Asilo N. S. da Pureza.

Numa tentativa de valorizar o diploma da Escola Normal e estimular a procura por parte dos jovens, determinava o Regulamento que leigos só poderiam inscrever-se nos concursos para o magistério primário, se não aparecessem candidatos portadores de diploma do curso normal.

Nesse ano de 1890, matricularam-se na Escola Normal nove alunas, sendo quatro no 1º ano, uma no 2º e quatro no 3º. A mulher ia monopolizando o magistério primário ante a falta de interesse pelo curso normal demonstrado pelos homens. Assim, vai decrescendo o número de professores masculinos, que já haviam sido a totalidade, até desaparecerem sem que tivesse havido qualquer lei coercitiva. Os baixos salários foram desestimulando o homem da regência das escolas primárias e da freqüência à Escola Normal. Já em 1890, dos 111 professores primários, 67 eram mulheres, enquanto 10 anos antes predominava a presença masculina.

Comprovando a visão progressista de Felisbelo Freire como administrador, insere-se a tentativa de implantar o ensino técnico-profissional, determinando o art. 7º do Regulamento que "enquanto não fosse ele instituído, seriam os alunos exercitados na prática de horticultura e arboricultura, ensinando-se, além disso, aos do sexo masculino sob a direção de mestres locais, o emprego dos instrumentos mecânicos de uso mais geral".

Sob a influência de idéias pedagógicas avançadas, e que, depois, irão aparecer na Reforma de Benjamim Constant, determinava-se que em cada cidade, vila ou povoado, cuja população escolar fosse de mais de 50 alunos, haveria "uma biblioteca destinada a ministrar aos professores leitura instrutiva sob sua profissão e aos alunos leituras aprazíveis que auxiliem sua educação". (art. 152) Minuciosamente, era regulamentado o funcionamento da Biblioteca escolar. Também deveria existir um Museu, em cada escola, "para facilitar os exercícios de intuição".[317]

317. Art. 166. Para facilitar aos professores os exercícios de intuição, haverá em cada escola um museu de amostras de todos os produtos da indústria local, terras das diferentes regiões do município, estrumes que provêm a cada solo; materiais empregados na construção, principalmente espécies vegetais (naturais ou cultivados) com indicação das substâncias que elas derivam, coleções dos instrumentos empregados pelos operários ou agricultores, e, finalmente, espécimes de objetos naturais e artigos manufaturados que sirvam para alimentação, vestuário, mobílias, etc.".

O Regulamento de 8/11/1890, de Benjamim Constant, através do art. 9, posteriormente vai determinar que em cada escola primária do 1º grau, do Distrito Federal, seja organizado um Museu Escolar "como instrumento necessário ao ensino de coisas".

Semanalmente, deveriam os professores realizar, com os alunos, uma visita ao campo para recolher plantas destinadas ao museu escolar.

Segundo o que ocorria no plano federal estabelecendo a laicização do ensino, esse Regulamento abolia o ensino religioso nas escolas primárias, que deixava, também, de existir, como disciplina obrigatória, no currículo da Escola Normal, identicamente ao que determinara o Regulamento de Herculano Inglêz de Souza em 1881.

Previam-se conferências sobre educação, realizadas uma vez por ano na Capital sergipana, quando seriam debatidos o Regulamento e sua aplicação, além de assuntos que interessassem à educação popular, devendo o professor receber um subsídio necessário ao seu comparecimento, desde quando ele deveria deslocar-se para a Capital.

Esse Regulamento que, nos 380 artigos, disciplinava, minuciosamente, todo o sistema educacional a ser implantado, traduzia os vastos conhecimentos do Presidente e a crença, dominante na época, do papel da educação como agente modificador da sociedade. Ao mesmo tempo, apresentava uma dissociação da realidade estrutural de Sergipe, onde não existiam condições para que vigorasse a maioria dessas determinações. Nem, atualmente, quase um século decorrido, muitas das inovações, que então se tentava implantar na vida educacional sergipana, têm execução.

Poucos meses, porém, permaneceria Felisberto Freire à frente da administração do Estado. O novo regime não alterara a intromissão do poder central nas unidades federadas. Por não atender à pretensão do Coronel do exército Rosa Júnior, amigo do Marechal Deodoro da Fonseca, à senatoria, nas primeiras eleições da época republicana a serem realizadas em Sergipe, foi demitido em agosto de 1890,[318] e substituído pelo Capitão de Fragata Augusto César, irmão daquele pretendente, que, tranqüilamente, se elegeu senador.

O plano educacional, por ele elaborado no rápido período de governo, começou logo a ser mutilado. No mês seguinte, um decreto do novo Presidente alterava as disposições referentes a jubilações, pagamento de gratificações adicionais, substituições de professores, em vista de serem consideradas "gravosas aos interesses da Fazenda". Eram, também, restauradas as cadeiras secundárias de Estância e Laranjeiras

318. Após deixar o governo de Sergipe, Felisbelo Freire retornou ao Rio de Janeiro. Por diversas vezes, representou, com brilhantismo, o Estado de Sergipe na Câmara Federal. Foi Ministro da Fazenda e das Relações Exteriores do governo de Floriano Peixoto.

e modificado o currículo da Escola Normal, substituindo a Cadeira de Ciências Físicas e Naturais por Francês. Esta última alteração era explicada pelo "Republicano", órgão oficial do governo, por ser a Escola Normal apenas freqüentada por mulheres, "não havendo um só aluno do sexo masculino", e para que essas pudessem desempenhar bem as funções a que se destinavam, bastariam noções gerais e muito ligeiras daquelas ciências, o que poderiam obter sem auxílio de mestres, com a leitura de obras didáticas.

Também era supressa a cadeira de Psicologia e Lógica, e, na justificativa do ato era visível a estreita visão dos que, no momento, governavam o Estado, desde quando afirmavam que "esta modernice de Filosofia castrada ainda não está admitida no Brasil. Para as moças serem mestras, pedagogia e só pedagogia. Para que Psicologia? Que é de psicologia que as crianças podem aprender? A Lógica é só boa para as mulheres rábulas".[319]

Logo, em outubro, outro decreto determinava que o cargo de diretor da Escola Normal fosse, cumulativamente, desempenhado pelo Diretor-Geral da Instrução Pública, com uma gratificação adicional.

Esses atos receberam severas críticas do *Correio de Sergipe*, jornal dirigido pelo Dr. Olinto Dantas e o Prof. Alfredo Montes, que os consideravam uma "contradança que o governador fez no serviço da Instrução Pública", concluindo: "Não nos admira, porém, que o Sr. Augusto, que pode ser bom marinheiro, fosse tão infeliz em sua reforma, cujos maus resultados não se farão esperar".[320]

Nos três meses que governou Sergipe, o Capitão de Fragata Augusto César pactuou com os antigos chefes políticos para a eleição, ao Senado, do irmão Rosa Júnior, mas sofreu ataques ridicularizadores da imprensa, onde atuavam os republicanos históricos, inconformados com o rumo que a consolidação da República ia tomando.

Segue-se, em Sergipe, de novembro de 1890 a novembro do ano seguinte, quando renunciou à presidência da República o Marechal Deodoro da Fonseca, um período de instabilidade administrativa. Sucederam-se os governos do Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, do Coronel da Guarda Nacional Antônio de Siqueira Horta, do Coronel de Engenharia Mendes de Morais, do Coronel da Guarda Nacional Vicente Luís de Oliveira Ribeiro e da Junta composta dos Drs. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Olinto Rodrigues Dantas e do Tenente Marcelino José Jorge. Acentuaram-se as dificuldades financeiras, com repercussões negativas no setor educacional, como o decreto de Vicente Luís de Oliveira Ribeiro suprimindo a Escola Normal mista, sob a alegação da exigüidade de recursos do Tesouro não poder satisfazer as necessidades de professores com conhecimentos especiais, nem "gabinetes e laboratórios complicados e dispendiosos, sem os quais o ensino prático se tornava ilusório e nulo". Os professores eram declarados avulsos, com direito ao ordenado até que fossem aproveitados segundo as aptidões, e aos alunos seria conferido o diploma de normalista "se se mostrassem habilitados nas disciplinas do respectivo ano em exame que requerem ao governo". Na mesma oportunidade, suprimiam-se, no Atheneu, as cadeiras de Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Alemã, Ciências Físicas e Naturais, História Geral, Retórica e Poética, por serem consideradas "disciplinas de caráter puramente literário, sem utilidade prática na vida social, além de outras cujo ensino se torna ilusório pela falta dos aparelhos e instrumentos de experimentação".[321]

Decorrente dessas alterações, Vicente Luís de Oliveira Ribeiro baixou a Lei de 26/9/1891 que se propunha "dar organização à Instrução do Estado", e que deveria funcionar a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Eram apenas oito artigos, mas que apresentavam inovações sensíveis, como a redução das cadeiras do curso primário, divididas em de primeira e de segunda classe, e a tentativa de reorganizar o ensino secundário, convertendo-o em profissional, "dentro da verba orçamentária destinada a tal fim '. O artigo 7º se destacava pelo traço reacionário ao determinar que seriam "consideradas demitidas as professoras públicas que casassem depois da organização definitiva do ensino público estabelecido nesta Lei".

Não chegariam a vigorar tais determinações pois, já em dezembro do mesmo ano de 1891, a Junta, que assumiu o governo de Sergipe em conseqüência da renúncia de Deodoro, as declarava nulas. Ao mesmo tempo, mandou que o Atheneu e a Escola Normal "continuassem a subsistir com a organização que lhes deu o Regulamento de Felisbelo Freire, atendendo às modificações de 7/3/1891, e outras que, no momento, eram introduzidas".[322]

A imprensa comentava, constantemente, os efeitos nocivos das contínuas modificações do setor educacional, que mais acentuavam sua desorganização. Essas tentativas de reformas eram decorrentes da ambigüidade da Constituição Republicana de 24/2/1891 quanto à res-

319. *O Republicano* de 14/10/1890.
320. *Correio de Sergipe*, nº 2, de 16/10/1890.
321. Decreto nº 4, de 6/8/1891.
322. Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe, vol. I, p. 313.

ponsabilidade do governo federal na educação, ao preceituar o art. 35, no item 30, que era da União "a competência privativa de legislar sobre o ensino superior, podendo criar instituições do ensino secundário a superior nos Estados e prover a Instrução do Distrito Federal. Aos Estados caberia organizar os seus sistemas escolares completos". Desse modo, a Constituição, ao atribuir aos Estados a instrução primária e à União e aos Estados, conjuntamente, o ensino secundário e superior, "quebrou a unidade do ensino público e anarquizou-o, por subordiná-lo a interferências diversas e contigências dependentes até da situação econômica das diversas circunscrições da República".[323]

A Constituição do Estado de Sergipe, de 18/5/1892, tratou da educação apenas quando, ao se referir às atribuições do Poder Legislativo, determinava que lhe competia legislar "sobre a instrução pública em todos os graus". (6, XV - Art. 16)

Como conseqüência da promulgação da Constituição estadual, foi eleito o primeiro Presidente de Sergipe republicano, o Capitão do Exército, do Corpo de Engenharia, José Calazans, que tomou posse no mesmo dia da eleição. Homem equilibrado, oriundo da pequena burguesia interiorana, a quem a Escola Militar dera oportunidade de concluir um curso superior, estava acima das disputas políticas locais. Iniciou um governo profícuo, a partir da reorganização das finanças desorganizadas pela instabilidade dos governos que se sucederam após 15 de novembro. Executando um rígido programa de economia e fiscalização na aplicação das rendas públicas, não só equilibrou o orçamento como conseguiu superavit, segundo demonstram os dados transcritos:

ANOS	RECEITA	DESPESA
1891	601:163$700	606:548$218
1892	669:596$451	565:267$753
1893	1.092:730$288	732:571$818
1894	1.326:882$631	1.099:331$909

O programa de contenção seguido não o impediu, porém, de melhorar a situação do funcionalismo público estadual, reorganizar o

323. *Correio de Sergipe*, nº 2, de 16/10/1890. Comentava o ante-projeto em discussão.

Corpo de Polícia com a modernização dos armamentos, construir edifícios, como a sede do Tribunal de Justiça, escolas, hospital e estradas. Voltou-se para a instrução, que, desde a Reforma de Felisbelo Freire, se encontrava caótica, antes as sucessivas modificações operadas ao sabor de interesses ou concepções dos que as faziam.

Em 1892, existiam em Sergipe 114 escolas públicas primárias, sendo 33 masculinas, 34 femininas e 47 mistas, com uma matrícula de 5.119 alunos, compreendendo 2.569 homens e 2.550 mulheres.

Dirigindo-se à Assembléia Legislativa, o Presidente José Calazans assim retratava o quadro educacional encontrado, e que buscava superar: "Deveis ter em vista a desigual e iníqua distribuição das cadeiras do ensino primário pelas diversas localidades do Estado, de forma que nesta Capital existem doze cadeiras, *algumas criadas com verdadeira e escandalosa infração das leis e do que a decência manda observar*, enquanto que localidades outras do interior, com população avultada, sentem-se privadas de toda vida intelectual".[324]

Para sistematizar a vida educacional tumultuada pelos diversos atos baixados a partir de 1889, num verdadeiro movimento de marcha e contra-marcha, o Presidente sancionou, em 18 de agosto de 1892, a Lei nº 35, reorganizando o ensino público, que seria regulamentada, minuciosamente, em 365 artigos, pelo Decreto nº 45 de 19 de janeiro do ano seguinte.

Em linhas gerais, esse Regulamento é semelhante ao de Felisbelo Freire, com modificações influenciadas pela Reforma de Benjamim Constant quanto ao ensino secundário. Enquanto este era visto, pela Reforma de 12/3/1890, apenas abrangendo "as matérias preparatórias para os cursos superiores da República", já, agora, aparecia como constituído de um curso de humanidade, a ser ministrado no Atheneu Sergipense, integrado das seguintes disciplinas:

Português e Literatura Nacional
Língua Latina
Língua Francesa
Língua Inglesa
Língua Alemã
Aritmética e Álgebra

324. Mensagem lida por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa em 3/6/1892 pelo Presidente José Calazans. In *O Republicano* de 8/6/1892.

Contabilidade e Escrituração Mercantil extensiva às repartições da Fazenda
Geometria e Trigonometria
Ciências Físicas e Naturais
Geografia e Cosmografia
História Universal e do Brasil
Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio.

O curso, de seis anos, seguia plano e horário formulados pela Congregação. Os alunos, que o completassem, teriam um prazo de 30 dias para apresentar uma dissertação sobre um ponto da matéria, escolhido pela Congregação, a ser defendido oralmente, e, julgada boa a defesa, ser-lhe-ia concedido o diploma de Bacharel em Letras pelo Atheneu Sergipense. Esse título daria ao portador direito à nomeação vitalícia para empregos estaduais e municipais, exceto no magistério secundário, independente de qualquer prova de habilitação. Procurava-se, assim, interessar os jovens sergipanos na freqüência e conclusão do curso seriado, desestimulados que eram pelo decreto federal nº 389, de 21/2/1891 ao admitir, para matrícula nos cursos superiores, os exames preparatórios feitos nos cursos oficiais de ensino secundáric dos Estados, uma vez que fossem prestados segundo os programas do Ginásio Nacional, mediante fiscalização de um representante do governo federal nomeado pelo diretor do estabelecimento de instrução superior existente no Estado. Se este não existisse, a nomeação caberia ao próprio governo federal. Ainda essa lei permitia "aos alunos do curso de Humanidade ou não-humanística, que obtivessem licença", prestarem exames das matérias cursadas durante o ano, logo que o terminassem.

O curso normal continuava misto, ministrado em três anos, sendo, porém, simplificado o currículo para torná-lo adequado à realidade sergipana. Compreendida Gramática Nacional, Geografia e História de Sergipe e do Brasil, Pedagogia, especialmente a parte referente a métodos de ensino, Ciências Físicas e Naturais aplicadas principalmente ao desenvolvimento nacional, Caligrafia, explicação das Constituições Federal e Estadual e do Código Penal, Desenho Linear, Elementos de Economia Doméstica, corte e manufaturação de peças de vestuário, prendas e trabalhos domésticos.

A saída de Benjamim Constant, juntamente com a renúncia de todo o Ministério em choque com o Marechal Deodoro da Fonseca, em 21/1/1891, e a extinção do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos em 22/2 do ano imediato, fizeram que fosse sendo alterada sua Reforma em pontos básicos como o exame de madureza que, praticamente, não chegou a ser executado, voltando o domínio dos Preparatórios a serem realizados nas unidades da Federação onde não existissem cursos anexos às Faculdades. Os exames deveriam ser realizados de dezembro a janeiro, segundo programas contidos em livros fixados conforme decreto federal nº 1.041, de 11/9/1892.

Repercutiu, negativamente, esse ato nos estados que já procuravam criar um curso de Humanidade seriado, como fizera, em Sergipe, a Reforma do Presidente José Calazans.

Os Preparatórios, permitindo acesso às Faculdades no menor prazo possível, interessavam à classe dominante. As contradições sociais, que a República abrigava, refletiram-se nas divergências em torno do objetivo do ensino secundário. Anísio Teixeira percebeu as concessões feitas, pelos poderes políticos, ao setor educacional ao escrever: "No início deste século, embora o patriarcado rural já se achasse em desagregação, a nova sociedade mercantil emergente que o sucedera, guardava os moldes velhos da educação para as profissões liberais que vinham, de certo modo, satisfazendo as suas ambições ainda eivadas do vitorianismo caboclo do tempo do Império".[325]

Tentaram alguns Presidentes republicanos modificar a situação vigorante através da compreensão que tinha do problema como, em 1896, Prudente de Morais expunha ao Congresso: "A instrução secundária reclama providências eficazes. Sobre dois pontos essenciais convem fixar-se a atenção dos poderes públicos: a simplificação dos programas de estudo e dos métodos de ensino e a exeqüibilidade do exame de madureza. São idéias triunfantes em todos os países, onde a instrução tem merecido particular cuidado, o ensino objetivo ou intuitivo, com exclusão, tanto quanto possível, de teorias sem aplicação imediata à vida social, e a substituição dos exames finais parcelados pelo exame integral ou de conjunto no fim dos cursos, no qual se trate, unicamente, de verificar, de modo lógico e exato, o estado de desenvolvimento intelectual dos candidatos e sua aptidão para freqüentar os cursos superiores".[326] Mas os projetos de extinguirem os Preparatórios, dando uma estrutura orgânica e global ao ensino secundário, esbarraram sempre na resistência do Congresso à sua aprovação. "Aí a reação se avolumava, dia a dia, contra o sistema integral de ensino, movida pelos que tinham a ganhar com a perduração dos exames parcelados. E deparavam esses especuladores terreno fácil para sua propaganda, explorando o interesse dos pais, que julgavam tudo lucrar com o preparo rápido dos filhos para a conquista dos diplomas acadêmicos".[327]

325. Teixeira, Anísio: *Panorama Educacional*, p. 12. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 1957.
326. Abranches, Dunschee de: Obra citada.
327. Idem

Desse modo, com o respaldo do Parlamento continuava a instrução secundária brasileira a não possuir "o caráter de generalidades e expansão consoante às exigências da época, não aproveita nem fornece conveniente preparo a esse grupo social mais numeroso, representado pelos que se destinam ao comércio, à agricultura, ao funcionalismo público".[328]

Cumpre destacar algumas vozes de congressistas, como Barbosa Lima e Rangel Pestana, que denunciaram os atos atentatórios à evolução educacional brasileira através de uma política de condescendência, a exemplo do que sucedeu em 1902 quando o Congresso aprovou, para atender a interesses de alguns candidatos prejudicados, uma época extraordinária de exames parcelados fora daquela que a lei determinava.

Então, para a matrícula nas Academias de Direito se exigiam certificados de exames de Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Matemática Elementar, Geografia (especialmente do Brasil), Física e Química (estudo concreto). Para cursar Medicina, as exigências eram os certificados de Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Geografia (especialmente do Brasil), História universal e em particular do Brasil, Aritmética (estudo completo), Álgebra (até equação do 2º grau), Geometria (elementos), Trigonometria, Física e Química (estudo concreto), História Natural (estudo concreto de elementos de Botânica, Zoologia e Geologia). O ingresso na Escola Politécnica requeria certificados de Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Geografia histórica, Cosmografia, História do Brasil, Matemática Elementar (completa), Desenho geométrico, Noções gerais concretas de Física, Química e História Natural.

Para a matrícula nos cursos de Notoriado, Partos, Farmácia e Odontologia, os exames ocorriam no Ginásio Nacional e nos estabelecimentos a ele equiparados.

Através da exigência dos Preparatórios, a União foi padronizando o ensino secundário, seguindo o modelo do Ginásio Nacional. O Regulamento de 28/12/1892 tornar-se-ia parâmetro para os estabelecimentos estaduais que buscavam a equiparação. Esta constituiu-se no instrumento que permitiria ao Governo Federal montar uma estrutura centralizadora para esse grau de ensino. Tal processo, em realidade, representou "um instituto negador da autonomia dos Estados, ferindo os princípios federalistas que nortearam a organização da República".[329]

328. Idem.

329. Bastos, Geraldo: *Introdução à crítica do Ensino Secundário*, p. 253. Rio de Janeiro, MEC-CADES, 1952.

A importância conferida aos Preparatórios fez que, em Sergipe, não funcionasse, praticamente, a estrutura do ensino secundário estabelecida pela legislação do Presidente José Calazans. Baixou a matrícula do Atheneu, os alunos não chegavam ao fim do curso, não os importava a freqüência, pois os exames parcelados lhes garantiriam os certificados exigidos para o ingresso nos cursos superiores. Em 1892 realizaram esses exames 78 candidatos, sendo aprovados 68, enquanto a matrícula no Atheneu registrava apenas 45 inscrições nas diversas disciplinas.

Para acompanhar a política educacional do governo da União, o Presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (24/10/1894 a 27/7/1896) que, com a complacência de Floriano Peixoto, ocupou o governo de Sergipe após a deposição do Capitão José Calazans,[330] sancionou a lei nº 107, de 5/2/1895, reoganizando a Instrução Pública. Ficava determinado que a instrução secundária ministrada no Atheneu "*passe a ser regulamentada pelo programa do Ginásio Nacional, segundo as prescrições do decreto de 30/2/1892 e mais disposições referentes à matéria*". Essa lei inovava o ensino primário ao dividi-lo em dois graus: o preliminar e o complementar.

Em Sergipe, como ocorria no país, o novo regime instalado em 15 de novembro de 1889 pequenas modificações trouxera ao sistema educacional legado pelo Império. Assim ocorreria como conseqüência da pouca alteração sofrida pelo setor social, com o retorno do predomínio dos mesmos senhores de terra – os coronéis – ao comando político estadual. Também não poderiam dar resultados as tentativas de fazer prevalecerem doutrinas políticas, advindas de sociedades onde a revolução burguesa-capitalista se completara, numa sociedade egressa do escravagismo em que, ainda, predominavam, em muitas regiões, as relações feudais de produção. Sergipe, como outras unidades da Federação mais atrasadas no processo desenvolvimentista, seguia os velhos métodos políticos, apenas sob novos rótulos.

O governo do Capitão José Calazans encerrou, em Sergipe, a tentativa da classe média, que participara ativamente no processo republicano, de conduzir os destinos do Estado, como, no plano federal, significou o governo de Floriano.

As escolas primárias continuam a ser abertas para atender a "interesses políticos puramente locais, e elevando à categoria de precepto-

330. A deposição do Capitão Calazans provocou celeuma no Congresso Nacional. Os Deputados, seus partidários, em vão pediam a intervenção federal nos acontecimentos de Sergipe. Também na imprensa da Capital da República muito foi comentado o que se denominou o *Caso de Sergipe*.

res da infância indivíduos sem competência para exercer o magistério". Não conseguiram esses primeiros administradores extirpar a política de clientela nociva ao desenvolvimento educacional de Sergipe, "convergindo para isso os velhos elementos monárquicos, que faziam do ensino não um campo neutro, como deve ser, mas sim um centro de operações políticas".[331]

O Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública ao Presidente Oliveira Valadão foi o primeiro a focalizar todos os aspectos da educação sergipana após a Proclamação da República. Crescera o número de alunos das escolas primárias públicas com a abertura de novas unidades, embora a freqüência continuasse a apresentar grande abstenção. Já a matrícula do Atheneu seguia baixa ante as facilidades oferecidas pelo retorno dos Preparatórios. A Escola Normal, porém, ia crescendo, freqüentando-a 24 alunas, das quais 17 matriculadas no 1º ano, 3 no 2º e 4 no 3º.

Ante as sucessivas leis que vinham sendo baixadas pelos governantes na área educacional, na Mensagem à Assembléia Legislativa, em 1895, dizia o Presidente Valadão: "Não é pois, em absoluto, de regulamento que carecemos, mas sim de quem se disponha a respeitar suas prescrições".[332]

Economicamente, na década de 1890-1900, era favorável a conjuntura sergipana com a valorização do açúcar no comércio internacional, conseqüência da guerra de independência de Cuba, o grande produtor açucareiro em ascensão no mundo disputando os mercados tradicionais. Nesse período de euforia, funcionavam em Sergipe 600 engenhos, sendo 200 a vapor, com uma produção aproximada de 800.000 sacos anuais. Começam a surgir as primeiras usinas modernas. Equilibrou-se, assim, a diminuição da demanda externa do algodão, não só pela concorrência norte-americana, como pelas plantações nas colônias africanas em moldes capitalistas, estimuladas pelas potências européias em franca expansão imperialista.

Os orçamentos registram as oscilações financeiras da primeira década republicana de Sergipe, em face da dependência em que vivia do comércio internacional e suas variações.

O terceiro presidente constitucional de Sergipe, Dr. Martinho Garcez (24/10/1896 a 14/8/1899), republicano histórico, vivera afastado do Estado natal por alguns anos, destacando-se, na Capital Federal, como jurista e jornalista. Culto, humanista, conhecedor renomado das ciências jurídicas, gozava de alto prestígio nos meios culturais do Rio de Janeiro, destacando-se na defesa de posições avançadas para a época, como o divórcio considerado um escândalo pela sociedade patriarcal dominante.[333]

Trazia ele largos planos administrativos, frustrados porém, pela realidade local, agitada ante as disputas políticas entre "pebas e cabaús",[334] além do eco do episódio de Canudos nos próximos sertões da Bahia, e suas contínuas e longas ausências do governo.

Coube-lhe a implantação da Reforma da Instrução Pública datada de 9/7/1897. Apesar das críticas que seus partidários faziam à Reforma do Presidente José Calazans, "por falta de idéias novas, orientação científica, sem fundamentos lógicos",[335] dela, essa pouca diferença apresenta. Apenas pode ser anotada a modificação do ensino primário, dividido em escolas de 1º grau ou elementares, para crianças de 6 a 14 anos, e de 2º grau, para alunos de 14 anos em diante, mas numa cópia do que sucedia na Capital da República com a adoção da Reforma de Amaro Cavalcanti, e que já esboçara a administração de Oliveira Valadão.

O currículo do ensino secundário sofreu alteração com a entrada do Grego e a supressão da cadeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. Percebeu que o Bacharelato, instituído nas reformas anteriores, não produzia resultados porque "em vez de preparar alunos para a vida prática, só tem preparado alunos para filagem de exames em épocas marcadas". A matrícula no Atheneu servia apenas de passaporte para a prestação de exames preparatórios; mesmo sendo a matrícula alta, a freqüência era mínima, identicamente ao que sucedia em todo o país. Daí o quadro pessimista que o Presidente Martinho Garcez traçou: "De que serve ser grande a matrícula se a freqüência é quase nula?

Soma-se a tudo isso o barulho infernal que fazem estudantes políticos, as inscrições imorais que ornam as paredes internas e externas do estabelecimento e ficará feito o retrato da instrução secundária ministrada no nosso Ateneu".[336] Vê-se, assim, que o Atheneu já se distin-

331. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Manuel Francisco d'Oliveira ao Presidente do Estado, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, em 1896.

332. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, em 7/9/1895, pelo Presidente do Estado, Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão.

333. *Pelo Divórcio*: projeto e discursos do Senador Martinho Garcez. Rio de Janeiro, 1901.

334. Assim se denominavam, popularmente, os dois partidos políticos surgidos quando da deposição do Capitão Calazans. Os que o defendiam, e se reuniram em Assembléia em Rosário, foram chamados Cabaús; os que apoiaram o Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, e que dominavam a Assembléia de Aracaju, receberam o apelido de Pebas.

335. *A Notícia*, nº 258, de 22/1/1897.

336. *A Notícia*, nº 260, de 25/1/1897.

guia como um centro de agitação política, traço que marcará seus alunos através do tempo.

Embora diagnosticando a situação, o Presidente não alterou a situação do ensino secundário, que atendia às exigências da classe detentora do poder, a quem não interessava o curso de Humanidades em longos anos seriados, mas os Preparatórios que asseguravam o ingresso rápido dos filhos nas escolas superiores. Somente os jovens que não tinham recursos materiais para transpor as fronteiras do Estado, em busca do cobiçado diploma de doutor, permaneciam cursando Humanidades até a conclusão do curso. Muitos eram os requerimentos de alunos, ao Governo do Estado, solicitando dispensa da taxa de matrícula alegando falta de recursos para pagá-la.

Os relatórios das autoridades educacionais chamavam a atenção para a dificuldade que a maioria dos alunos encontrava para pagar a taxa de matrícula, numa evidência de que ali permaneciam os mais pobres. Em 1900, a dispensa do pagamento dessa taxa seria apresentada como responsável pelo crescimento da matrícula do Atheneu, que atingiu a 75 alunos.

Incompreensível ato teve Martinho Garcez ao extinguir a Escola Normal, visto que eram unânimes os louvores ao seu papel na sociedade sergipana, sendo todos acordes em elogiar os professores "que são os mesmos do Ateneu, e não só o gosto, como notável aproveitamento dos alunos nos três anos.

Verdade que não pode ser contestada, pois os exames do fim do ano são provas exuberantes da grande aplicação nos estudos".

E o articulista assegurava que "o dr. Martinho Garcez, ilustrado como é, na reforma do ensino público, dará o preciso desenvolvimento à mesma escola, elevando-a à altura de um estabelecimento digno do Estado Livre".[337]

Em vez de fazer o que esperavam os correligionários e admiradores, paradoxalmente o Presidente Martinho Garcez extinguiu a Escola Normal, que deixaria de funcionar em 1898, permanecendo os professores em disponibilidade. No ano anterior, o Diretor do Ensino Público falara, com entusiasmo, da animação que vinha tendo esse estabelecimento em vista de terem sido aproveitadas as normalistas diplomadas para regerem diversas cadeiras do ensino público. A matrícula subira para 24 alunas contra 17 do ano anterior, com boa assiduidade, enquanto o Atheneu tinha recebido 45 inscrições, mas a freqüência fora baixíssima.

337. *A Notícia*, nº 263, de 28/1/1897.

Procurando regularizar o ensino particular, que se multiplicava dia a dia estimulado pela ampla liberdade assegurada, foi baixada a lei nº 258, de 25 de novembro de 1897, pelo Presidente, em exercício, Dr. José Joaquim Pereira Lobo, proibindo a abertura desse tipo de escola sem a exibição, por parte do Diretor, de prova de habilitação na Diretoria da Instrução pública. Investia-se, assim, contra o liberalismo educacional vigorante desde a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879.

No país, era visível a desorganização educacional, principalmente no ensino secundário, quando se anunciava o século XX, o que levaria o Ministro Amaro Cavalcanti a dar novo Regulamento ao Ginásio Nacional pelo Decreto nº 285, de 11/8/1896, quando frontalmente era alterada a Reforma de Benjamim Constant ao admitir o ensino secundário feito em seis anos, – o curso realista ou propedêutico – e o de sete anos, o clássico ou de humanidades. Permaneciam todas as disciplinas anteriores, exceto Sociologia e Moral, Noções de Direito Pátrio, substituídas por História da Filosofia, Latim, Grego e História da Filosofia, privativas do curso clássico.

Tornava-se obrigatório o ensino de todas as disciplinas, mas o exame de madureza só incidiria sobre as matérias consideradas elementares: Português, Francês, Inglês, ou Alemão, História Universal e História do Brasil, enquanto o de Latim era exigido para os candidatos aos cursos de Medicina e Direito. Foram suprimidos os exames finais e a passagem de ano seria feita por promoção. O exame de madureza realizava-se no final do 6º ano.

Determinava-se, ainda, que, nos cursos de Ciências Jurídicas, de Medicina e da Escola Politécnica, ninguém poderia ser admitido sem o certificado de aprovação nos exames de madureza ou a apresentação do título de Bacharel em Ciências e Letras.

Os exames de madureza poderiam ser realizados – perante um júri ali reunido – nas cidades onde existissem estabelecimentos secundários equiparados. Na ausência destes, em local designado pelo Governo do Estado.

Se posta em prática, essa Reforma determinaria o fim dos Preparatórios. Mas estes vão encontrar uma forma de permanência através da Lei nº 490, de 16/12/1897, que permitia aos estudantes que, então, já estivessem aprovados em uma ou mais matérias do sistema parcelado, poderem continuar a prestar exames parciais, dentro do prazo de três anos, das disciplinas que faltassem, ou pelo sistema de madureza.

Outras leis foram prorrogando a vigência dos Preparatórios até, praticamente, o fim da Velha República.

O Regulamento de Amaro Cavalcanti atuou sobre a vida educacional sergipana nas tentativas do governo de equiparar o Atheneu ao Ginásio Nacional. Assim, o Presidente Martinho Garcez baixou o De-

creto nº 351, de 9/6/1899, regulamentando, em 131 artigos, o ensino secundário, com a duração de seis anos, dentro dos padrões do Regulamento Geral da Instrução Pública do Distrito Federal.[338]

Data dos fins do século XIX, a primeira tentativa de fundar uma Academia de Direito em Sergipe. Por ato de 20/8/1898, o Presidente, em exercício, Dr. Daniel Campos, nomeou uma comissão de cinco membros, composta de homens "notáveis pelo saber", para elaborar o plano de fundação. Justificava o ato ante "a marcha regressiva que dia a dia se observa na instrução pública, o declínio de nível intelectual, a diminuta freqüência do Ateneu, já por lhes faltar desideratum que lhe assegura o governo da União no art. 430, do dec. nº 1.232 de 2 de janeiro de 1891, já pelo desânimo que invade a alma dos moços sergipanos, em geral baldos de recursos, a procura de uma escola superior. *É sangue quente e puro que se injeta no ensino secundário, que caminha a uma morte prematura*".[339]

Não se concretizou o plano elaborado. Fracassou, como também sucederia em 1907 quando a Lei de 20 de novembro autorizou o Presidente Dr. Guilherme Campos a conceder uma subvenção de 20:000$000 à sociedade que se organizasse na Capital para fundar uma Faculdade de Direito.

Em 1899, assumiu o governo de Segipe o primeiro presidente ex-monarquista, e que fora figura destacada do partido conservador, o Monsenhor Olímpio Campos (24/10/1899 a 24/10/1902). Um dos seus primeiros atos, o decreto nº 463, fazia voltar a vigorar o Regulamento de 9/7/1897, tendo em vista que não fora conseguida a equiparação do Atheneu ao Ginásio Nacional, e, logo em seguida, o decreto nº 494, de 26/12 desse mesmo ano restaurava a Escola Normal, dando-lhe novo Regulamento. O curso normal continuava ministrado em três anos, abrangendo Gramática Nacional e Caligrafia, Matemática Elementar, Língua Francesa, Geografia Geral, História do Brasil, especialmente de Sergipe, Pedagogia e Metodologia, Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Agronomia e Higiene doméstica, pelo método intuitivo e experimental, Instrução Moral e Cívica e explicação das Constituições Federal e Estadual e do Código Penal.

338. O art. 6º estabelecia que "o ensino será regulado pelos mesmos programas adotados no Ginásio Nacional, empregando o corpo docente do Atheneu Sergipense todos os meios a seu alcance para que não deixe de ser fielmente observado o mais insignificante dos detalhes dos referidos programas".
339. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Exmo. Sr. Daniel Campos, Presidente do Estado, por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura em 7/9/1898.

Os alunos aprovados nas disciplinas do 3º ano deveriam, no prazo de 30 dias, apresentar uma dissertação sobre qualquer tema de Pedagogia e Metodologia, à sua escolha, argüida pelo lente de Pedagogia ante a Congregação. Se esta a julgasse satisfatória, seria conferido ao aluno o diploma de Normalista pela Escola Normal de Sergipe. Diversos foram os trabalhos apresentados até a extinção dessa exigência em 9/11/1904 pela Lei nº 477. Algumas estão impressas,[340] e sua leitura demonstra o preparo intelectual e pedagógico dado pelo curso normal da época.

O art. 42 do Regimento buscava valorizar o diploma de Normalista ao determinar que ele daria direito ao "provimento exclusivo das cadeiras do ensino primário e à preferência no das cadeiras da Escola Normal", além "da preferência no provimento de qualquer emprego de primeira entrância nas repartições do Estados".

A partir desse momento, tomou grande impulso a Escola Normal. Em ritmo crescente apresenta-se sua matrícula composta, sobretudo, de jovens da classe média de Aracaju. Diversas delas integrarão, posteriormente, sua Congregação, como Leonísia e Olga Fortes, Norma Reis, Leonor Teles de Menezes, entre outras.

Também, nessa época, organizou-se a Diretoria da Instrução Pública para atender à ampliação e aos problemas que apresentavam a situação educacional sergipana.

Apesar dos sucessivos Regulamentos que modificavam o currículo, o Atheneu continuava pouco freqüentado, enquanto era grande o número dos inscritos nos Exames Preparatórios.

Em 1899 matricularam-se no Atheneu 36 alunos. Exceto um, todos, porém, "foram examinados em diferentes disciplinas perante a Delegacia Fiscal dos exames gerais preparatórios, tendo sido os candidatos aprovados em todas elas com os graus de distinção, plenamente e simplesmente conforme o merecimento de cada um".[341]

Em 1900, estavam inscritos em disciplinas avulsas apenas 45 candidatos, enquanto prestaram exames 136 candidatos. O Diretor do estabelecimento, prof. Baltazar Góis, reconhecia ser impossível evitar a concorrência que as facilidades desses exames faziam ao curso seriado, afirmando: "Não adianta marcar falta – de qualquer forma prestam

340. Encontram-se na BPES, Secção de Autores Sergipanos, as teses das normalistas Judith Guimarães Pinto, Leonísia Fortes, Maria Laura de São Pedro, Maria Regina d'Araújo Pinto, Michel Monte de Anmequemi, Nizzia Botto e Stäel Góis.
341. Ofício do Diretor do Atheneu, Geminiano Pais de Azevedo, de 14/9/1900 à Secretaria-Geral dos Negócios do Estado. APES – Pacote 326.

exames perante a Delegacia da Instrução Pública - a freqüência vinha diminuindo e praticamente anula-se no fim do ano".[342]

A situação assemelhava-se ao que sucedia em todo o país, reforçada pela publicação do Código Epitácio Pessoa, como se tornou conhecido ao tomar o nome do Ministro de Campos Sales que o publicara em janeiro de 1902. Entre outras determinações, o currículo do Ginásio Nacional era reduzido para seis anos, dando ênfase às disciplinas exigidas para o ingresso nas escolas superiores.

Apesar da prosperidade econômica em que vivera a primeira década republicana, conforme demonstra a balança de pagamentos, muito pouco se alterara a estrutura social sergipana, destacando-se, apenas, o surgimento de novos chefes políticos oriundos do setor agrícola ligado ao algodão. Os problemas políticos continuavam em primeiro plano com a luta pela chegada ao poder, que se acirrava, cada vez mais, ante a implantação da "política dos governadores" por Campos Sales. Cada facção buscava o beneplácito do governo federal para alcançar o poder estadual, com efeitos negativos no desenvolvimento da região.

Ao terminar o século XIX, o açúcar permanecia valorizado, estimulando a crescente produção. Em Sergipe, a exportação passou de 16.047.428 quilos em 1892 para 39.358.783 em 1899, produzidos nos 671 engenhos existentes. Destes, somente 269 eram movidos a vapor. Os métodos de produção continuavam atrasados, rotineiros, sendo baixa a produtividade, com exceção da Usina Central fundada em 1888 e pertencente à Companhia Açucareira Paraíba-Sergipe. O algodão ainda mantinha exportação regular, mas já uma parte da produção era absorvida pelas duas fábricas de tecidos existentes: a de Aracaju, (1884) e a de Estância (1896), que contribuíam para transformar a vida urbana dessas duas cidades. As culturas de subsistência ocupavam grande parte da população de diversos municípios, destacando-se Itabaiana e Lagarto.

O aparato político-administrativo e judiciário se vai tornando mais complexo, exigindo pessoas qualificadas.

Nessa década que se encerra, diversos foram os jornais surgidos em Sergipe, geralmente de feição política e ligados aos partidos que tentavam definir-se. Destacam-se o *Estado de Sergipe*, que se tornou o órgão do governo de 1893 a 1919 quando saiu de circulação, a *Folha de Sergipe* (1891-1896), o *Correio de Sergipe* (1891-1896), a *União Re-*

342. Góis, Baltazar: Relatório de 21/8/1901. APES. Instrução Pública. pág. 326.

publicana (1891-1894) e outros, de vida efêmera, como o *Operário*, que se caracterizou pela feição popular, procurando defender o trabalhador, constituindo uma inovação na sociedade dominante. Circulou em 1891, mas voltará a aparecer em 1896, num atestado de que já começava a formar-se em Sergipe uma população urbana proletária, o que também confirma a fundação da Sociedade Operária Sergipana em 1895, embora de vida breve.

De 1890 a 1900 se registrou o mais baixo índice de crescimento demográfico, alcançando apenas 14,5. Em 1890, a população do Estado era 310.926 para atingir, em 1900, 356.264. O mesmo sucedera em Aracaju, com um índice de 20,3, passando de 16.336 habitantes em 1890 para 21.264 em 1900. A emigração, por falta de absorção da mão-de-obra, foi grande, deslocando-se grandes contingentes para os seringais, em plena expansão, ou buscando os cacauais que iniciavam a grande arrancada pelas "terras do sem fim" do sul da Bahia.

Os problemas educacionais continuavam a desafiar os governantes. Crescera a matrícula das escolas públicas primárias, alcançando, em 1900, 6.831 alunos. Aumentara o número de escolas primárias, sem qualquer planificação; eram criadas cadeiras para serem, em seguida, supressas ou transferidas de sede, movimentos quase sempre sob a pressão dos chefes políticos interioranos. Era precária a situação material dos prédios escolares, sendo raros os próprios do Estado. Faltava material escolar; até mesmo carteiras para os estudantes se sentarem, estavam substituídas por "cadeiras de pé de pau".

Enquanto a situação do Atheneu continuava calamitosa, com diminuta matrícula, quando se inscreveram 100 alunos, sendo 98 no 1º ano e dois no 2º, afirmava-se a Escola Normal após a reabertura em 1901. No ano seguinte, a matrícula chegou a 80 alunas, comparecendo às aulas 65, sendo aprovadas 51, das quais duas concluíram o curso, 36 passavam para o 3º ano e 13 para o 2º. Apesar de ser mista, não a procurava o sexo masculino, não sendo acusada sua presença na matrícula desses primeiros anos.

Em 1902, assumia a presidência do Estado o Dr. Josino Menezes (24/10/1902 a 24/10/1905), republicano histórico destacado e abolicionista arrojado. Oriundo da pequena burguesia interiorana, formara-se em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, e acreditava que só a República abriria caminhos para os que não vinham da classe economicamente dominante, como traduz seu pronunciamento na Assembléia Legislativa: "Julgava-se ainda cedo para os que não nasceram em púrpura e ouro, os que vindo da grande massa anônima, elaboraram com seu trabalho silencioso, mas profundo, a conquista da Liberdade, incansáveis mineiros do futuro, tivessem lugar na adminis-

tração, como se fosse possível opor barreiras ao querer humano, como se tudo não tivesse seu tempo, sua época de florescimento".[343]

Mas, comprovando como a República não alterara a estrutura sócio-política sergipana e a ela retornaram ao comando político os senhores da época imperial, seria o monarquista Pe. Olímpio Campos quem conduziu o republicano histórico Josino Menezes à presidência do Estado. Conseqüentemente, este deveria seguir a orientação do chefe exclusivo do Partido Republicano.

Contrariamente ao primeiro decênio republicano, quando houve sucessivas reformas procurando alterar a vida educacional brasileira, o período que se estende até 1910 foi de estagnação com repercussão nos Estados. No governo do Dr. Josino Menezes, houve pequenas modificações no Regulamento da Instrução Pública em vigor, além da criação de algumas escolas primárias ou deslocamento de outras.

Já no governo do Dr. Guilherme de Souza Campos (24/19/1905 a 24/10/1908), a lei nº 492, de novembro de 1905, o autorizava a rever o Regulamento em vigor e a criar, no Atheneu, as cadeiras de Literatura, Elementos de Mecânica e Astronomia, Lógica, Desenho, além de restaurar as de Alemão e Grego, o que será feito, no ano seguinte, pelo decreto nº 1.389, de 21 de novembro. Tentava-se, mais uma vez, alcançar a equiparação ao Ginásio Nacional para usufruir as vantagens do ato.

As perturbações políticas do ano de 1906 farão que os demais problemas passem para um plano secundário. Culminaram elas na Revolta liderada por Fausto Cardoso, que chegara a Sergipe após doze anos de ausência. Os acontecimentos o colocaram à frente do movimento que chegou a depor o Presidente Guilherme Campos em 10 de agosto. Fausto Cardoso lutava contra o retorno das oligarquias, que, com os mesmos métodos, haviam retomado o comando político de Sergipe republicano. De seu idealismo, se aproveitaram as facções políticas em luta no Estado para chegarem ao poder. Faltavam, à tênue classe média urbana local, condições para contestar as oligarquias. Nessa revolta de Fausto Cardoso podemos observar um fato ocorrido freqüentemente na vida política brasileira, percebida pelo cientista social quando definiu "as camadas médias urbanas como instrumento político das dissidências oligárquicas".[344] A reação não tardou; com a chegada das tropas federais, a revolução foi sufocada e Fausto Cardoso tombou morto, em 26 desse mesmo mês de agosto, na praça pública de Aracaju que leva seu nome.

343 Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, apresentada pelo Exmo. Sr. Presidente Dr. Josino Menezes em 7/9/1903. Typ. d'O Estado de Sergipe. Aracaju.

344. Saes, Décio: *Classe média e política na Primeira República Brasileira* (1889/1930), p. 69. Vozes, 1975.

O Presidente Guilherme Campos foi reposto. Logo depois veio desaparecer da vida política sergipana o Monsenhor Olímpio Campos, assassinado no Rio de Janeiro por um filho e um sobrinho de Fausto Cardoso que, desse modo, pensavam vingar a sua morte.

Ainda concedeu Guilherme Campos novo Regulamento à Escola Normal, pelo decreto nº 547, de 15/4/1907, procurando dar-lhe maior dinamização.

Mas a política intervinha na educação, não apenas no setor primário, também no normal, através de sucessivas leis da Assembléia, ora exigindo concurso para o ingresso no magistério normal, ora abolindo-o para permitir ao governo a nomeação de apadrinhados.[345]

Afinal, o decreto federal nº 7.129, de 26/11/1908, concretizou um anseio dos sergipanos, concedendo ao Atheneu Sergipense equiparação com as mesmas garantias e privilégios que gozava o Ginásio Nacional.[346] Já ocupava a presidência do Estado o Dr. José Rodrigues da Costa Dória, (24/10/1908 a 24/10/1911) que tomou as providências para vir da Europa o material indispensável às aulas dos gabinetes de

345. "Por ato nº 530 de 11/11/1907 a Assembléia autorizou o governo a preencher, independentemente de concurso a cadeira vaga da Escola Normal, cujo Regulamento recente (5 de abril de 1907) consignou esse processo para o preenchimento das cadeiras. Na sessão de outubro do mesmo ano, a mesma assembléia revogou essa lei; para evitar interpretações ambíguas no futuro. Na sessão de setembro do ano passado a mesma Assembléia, por lei nº 548 de 23 do mesmo mês e ano, aboliu de todo concurso, como processo de provimento das cadeiras da Escola Normal. Esta lei deve ser revogada". Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1910, na instalação da sessão extraordinária da 10ª legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José Rodrigues da Costa Dória, p. 7. Aracaju, Tipografia d'O Estado de Sergipe, 1910.

346. Decreto nº 7.128 de 26 de novembro de 1908.

Concede ao Atheneu Sergipense, com sede na capital do Estado de Sergipe, os privilégios e garantias que goza o Ginásio Nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Atendendo às informações prestadas pelo Delegado Fiscal do Governo sobre os programas de ensino e o modo por que são executados no Atheneu Sergipense, como sede na Capital do Estado de Sergipe, resolve, de acordo com o art. 367, parágrafo único do Código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário, aprovado pelo Decreto nº 390, de 1º de janeiro de 1901, conceder ao dito estabelecimento de instrução, na conformidade do art. 301 do citado código, os privilégios e garantias de que goza o Ginásio Nacional.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da República.

Afonso Augusto Moreira Penna

Augusto Tavares Lira

Física, Química, História Natural e Geografia, exigido pelo ato de equiparação.[347] Também começou a construção de novo edifício que desse melhores condições de funcionamento ao Atheneu, pois onde se encontrava carecia "de quase todas as adaptabilidades para um prédio de instrução".[348]

Mas, as dificuldades financeiras que, nessa época, passaram a envolver Sergipe, não permitiram que fosse adiante a edificação, iniciada na atual Praça Tobias Barreto. O Presidente mandou construir na casa onde, na ocasião, o Atheneu funcionava, dois pavilhões "com quatro boas salas",[349] e aí iria permanecer até a inauguração do novo edifício, em 1926, no governo do Dr. Maurício Graccho Cardoso.

A equiparação almejada, e pelo qual tanto batalharam os políticos sergipanos, que a viam como uma varinha mágica capaz de povoar as salas do Atheneu de centenas de alunos, não trouxe os resultados esperados.

O bacharelato continuou pouco procurado, raros alunos o concluíam, somente os que não tinham recursos financeiros para buscarem outros Estados onde existiam os cursos superiores. Em 1910, se matricularam 125 alunos; era visível a disparidade de freqüência entre a primeira e as últimas séries, bem como o número excessivo de faltas, ante a corrida para os Preparatórios.

Fato destacado dessa época é a presença da mulher nos cursos do Atheneu. Geralmente, são elas que chegam ao fim do Bacharelato, e, sozinha, o concluiu em 1912, após seis anos de curso, Sílvia de Oliveira Ribeiro.[350] Outras, que seguirão depois os cursos superiores, como Hilda Costa Pinto, Ester Guimarães e Itala da Silva Ribeiro, também ingressam nessa ocasião. Eram, muitas delas, jovens que tinham ambições intelectuais, mas tolhidas, em seus vôos de buscarem os Estados

347. Em 23/12/1909, "em presença do Presidente, outras autoridades e professores, o Diretor do Ateneu Dr. Cândido Costa Pinto foram abertos os caixões que continham peças constituitivas dos Gabinetes de Química, Física, História Natural, Mecânica, Geografia e Astronomia". *O Estado de Sergipe* de 24/12/1909.

348. Relatório do Prof. Baltazar Góis, citado.

349. Situada na Praça Camerino, onde depois funcionou a Escola de Comércio, e, na década de 1940, também no turno diurno, um anexo do Atheneu Sergipense, depois, aí se instalou a Faculdade de Ciências Econômicas. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, passou a integrar seu patrimônio, instalando-se o Centro de Civismo e Educação Física até a transferência para o Campus Universitário em 1981.

350. Sílvia de Oliveira Ribeiro, a primeira mulher a cursar o Atheneu e a terminar o Bacharelato, teve como paraninfo o prof. Brício Cardoso, que, nesse ano se aposentava depois de 42 anos de professor do Atheneu. Exerceu ela diversos cargos no magistério sergipano, inclusive o de professora de Português da Escola Normal até 1922, quando, a pedido foi posta em disponibilidade.

onde existiam Faculdades, pelos preconceitos da sociedade ou por não disporem de recursos financeiros.

Rompe-se, assim, na primeira década do século XX, a tradição dominante de que o lugar da mulher estudar, além do curso primário, era a Escola Normal que, realmente, desempenhou um papel decisivo na formação intelectual feminina de Sergipe, como atesta o ritmo de crescimento da matrícula.

Dela saíram inúmeras heroínas anônimas, que deixavam as famílias, as comodidades da vida da Capital, e, enfrentando as dificuldades e limitações interioranas, semearam conhecimentos em distantes povoados e vilas.

Continuou a baixa freqüência do Atheneu ante as facilidades que os Preparatórios traziam. Diversos estadistas perceberam quanto esse sistema era nocivo ao desenvolvimento do Brasil, impedindo-o de acompanhar o progresso de outras nações. Tentaram mesmo fazer que o sistema educacional se integrasse no processo de transformação sócio-econômico do país. Mas sempre viram os problemas educacionais como meramente políticos, sem conotação social, daí tentarem resolvê-los simplesmente através de leis e decretos.

Em realidade, as instituições escolares republicanas não trouxeram inovações. "Foram criadas por iniciativa ou sob a inspiração das elites que provinham das antigas faculdades e tinham a mesma mentalidade e formação intelectual, esses sistemas educativos vieram a ser outros tantos instrumentos, não de renovação, mas de conservação e difusão dos tipos de ensino tradicionais e das velhas culturas".

No Manifesto de Hermes da Fonseca, em 1910, como candidato à Presidência da República, está definida a realidade vigente da educação brasileira, ao dizer que essa "chegou a tal ponto de anarquia que, *ou se faz a sua reforma radical ou preferível seria aboli-la de uma vez*". O Ministro Rivadávia Correia complementaria a exposição alarmante do panorama educacional frisando que "o ensino desceu até onde podia descer: não se fazia sentir mais questão de aprender ou ensinar, porque só duas preocupações existiam: dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível e dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se duas fórmulas: bacharel quanto antes: dinheiro quanto mais".[351]

Condicionado pelo impacto dessa situação caótica, o Ministro Rivadávia Correia, em 1911, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, insurgiu-se violentamente contra ela. De sua inspiração foi a

351. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e a República*, 4º volume, 1942.

Lei Orgânica de 1911, a mais revolucionária desde a Proclamação da República. Levando o liberalismo político às últimas conseqüências, dentro do positivismo ortodoxo, resolveu retirar do Estado a interferência no setor da educação, estabelecendo o ensino livre. Sem as peias oficiais, poderiam, julgava o Ministro Rivadávia Correia, desenvolver-se os sistemas educacionais, segundo as necessidades imediatas do Brasil.

Quando, assim, eram dados novos rumos à educação brasileira, a realidade educacional sergipana pôde ser observada através dos dados abaixo transcritos:

Ensino público primário	179 cadeiras
na Capital	24 cadeiras
nas Cidades	57 cadeiras
nas Vilas	45 cadeiras
nos Povoados	71 cadeiras
do sexo masculino	59 cadeiras
do sexo feminino	58 cadeiras
Mistas	80 cadeiras

Matrícula 6.968 – Freqüência 4.812
Escola Normal – 1ª série: 15 alunas; 2ª. 20; 3ª. 18
Total: 53 alunas.
Atheneu – 1ª série: 50 alunos; 2ª. 45; 3ª. 18; 4ª. 8; 5ª. 8; 6ª. 1.
Total: 125.

Ensino particular: 34 escolas, sendo 29 primárias e 5 secundárias.

Não existia serviço de inspeção e fiscalização escolar no quadro do funcionalismo público estadual. A situação das escolas estava "em declínio ou ruína", o que era "muito lamentável", concorrendo "para que as crianças levassem anos e anos envernizando os bancos em que se assentam".[352]

Em todo Sergipe apenas quatro escolas primárias funcionavam em prédios próprios do Estado, sendo precárias suas instalações, e a maioria deles não apresentava as mínimas condições de higiene.

352. Relatório do Diretor Interino da Instrução Pública, prof. Brício Cardoso, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória, Presidente do Estado. In *O Estado de Sergipe*, nº 539, de 7/10/1910.

Continuavam as escolas primárias mal distribuídas, sem obedecer a localização a qualquer critério demográfico ou de importância econômica da região, na dependência do prestígio dos chefes políticos locais.[353]

Voltavam a projetar-se os colégios particulares, quase todos com internatos. Impunham-se, entre outros, o Grêmio Escolar sob a direção do Dr. Evangelino de Faro,[354] o Colégio Tobias Barreto, dirigido pelo prof. José de Alencar Cardoso,[355] o Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora,[356] o Colégio Senhora Sant'Anna sob a direção da profª Quinti-

353. "As escolas primárias têm sido amontoadas nas localidades vizinhas à Capital; Propriá, com população superior a Maruim e Laranjeiras tem quatro escolas, ao passo que a primeira destas cidades tem 8 e a última 9. Riachuelo, São Cristóvão com população inferior a qualquer delas têm 5 escolas cada uma". Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1910, na instalação da 1ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, pelo Presidente do Estado, Dr. José Rodrigues da Costa Dória, p. 33. Aracaju, Typ. d'O Estado de Sergipe, 1910.
354. O Grêmio Escolar, fundado inicialmente em 1906 no Engenho Ribeiro de Baixo, município de Laranjeiras, foi transferido para Aracaju em 1909, funcionando com externato e internato. Existiu até 1936, mas só com curso primário nos últimos anos.
355. O Colégio Tobias Barreto, fundado na cidade de Estância em 1909 pelo prof. José de Alencar Cardoso, passou a existir em Aracaju a partir de 1913. Uma de suas características foi a militarização adotada. Ali funcionou o 1º Tiro de Guerra do Estado, que depois se transformou na Escola de Instrução Militar. Na década de 1920 era freqüentado pelo elemento feminino. Funcionou até 1969 quando foram os prédios adquiridos pelo então Governador Dr. João Andrade Garcez. Atualmente, num dos prédios reconstruído, funciona a Escola de 2º grau Tobias Barreto, e no outro a Academia Sergipana de Letras e a Aliança Francesa.
356. "No dia 15 de novembro de 1909 iniciou-se a obra salesiana em Aracaju; no princípio, foi humilde como costumam ser as searas salesianas. O Padre Giordano inaugurou em Aracaju, em terreno arenoso, duas quadras por ele compradas, um Oratório Festivo.

Além da meninada irrequieta, vinham também pessoas de diversas categorias assistir às funções religiosas, ouvir a palavra do sacerdote, apesar de se achar o Oratório um pouco afastado do centro urbano.

Pedido de vários pais de família desejosos de verem seus filhos educados pelos salesianos foi dirigido ao Inspetor Padre Giordano no sentido de ser criada uma seção de estudantes pensionistas. O Padre Giordano aprovou a idéia; a medida viria ajudar com as pensões a aquisição de meios para manter os meninos pobres que a Escola abrigava. A nova seção aí funcionou durante todo o ano de 1910 e dela faziam parte filhos de usineiros, magistrados e comerciantes. Novos e insistentes pedidos dos mesmos moveram o Padre Giordano a transportar essa seção para o centro da Capital do Estado, a fim de poderem freqüentá-la também externos. No dia 1º de março de 1911, em casa alugada à Rua da Frente, pouco depois Avenida Ivo do Prado, em Aracaju, era instalada e freqüentada as suas aulas à mocidade estudiosa com o magnífico título de Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora". In *Traços biográficos do Monsenhor Lourenço Maria Giordano*, por um Salesiano de Dom Bosco, pp. 61 e 62. 1979.

na Diniz,[357] o Colégio N. S. de Lourdes.[358]

Numa visão de conjunto, pouco se alterara a estrutura sócio-econômica de Sergipe nessas duas primeiras décadas republicanas. A produção açucareira, esteio da economia do Estado, continuava, salvo poucas exceções, presa à rotina, com baixa produtividade, sem condições de competir com outras regiões do país, onde o progresso técnico fazia surgir as grandes usinas. Nos transportes, ainda predominavam os animais de carga, o carro de boi e as barcaças, que singravam os rios, sobretudo em busca do Porto de Aracaju, onde navios de outras

---

Em 1913 o Colégio Salesiano transferiu-se para a sede própria construída no antigo local do Oratório Festivo, onde ainda hoje permanece, à Rua N. S. das Dores. Desfrutando de excelente área, seus diretores estimularam as atividades esportivas, sendo o Colégio, nesse setor, um pioneiro. Também destacar-se-ia sua Banda de Música, presença marcante nos desfiles escolares.

É o único dos grandes colégios particulares de outrora que sobrevive em Sergipe.

Cumpre ressaltar que a chegada dos discípulos de Dom Bosco em terras sergipanas data de 1902 quando, a pedido do então Presidente do Estado Monsenhor Olímpio Campos, fundaram a Escola Agrícola Salesiana, a Tebaida como era conhecida, para meninos desvalidos. Teve, porém, pouca duração ante "a insalubridade, a pobreza ambiental e a ausência de cooperadores. Os Salesianos estavam por alguns anos ameaçados e desamparados, a obra feneceu e transferiu-se dali poucos anos depois". Obra citada, p. 50.

357. O Colégio Senhora Sant'Ana, ou Santana, como era conhecido, originou-se na cidade de Laranjeiras, fundado por uma das mais ilustres educadoras sergipanas, a Profa. Possidônia Bragança. Avançada em anos, em 1899 ela passou a direção do Colégio à uma jovem auxiliar, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, que, nos começos do século atual, o transferiu para Aracaju. Aí desenvolveu-se, projetando-se como o principal estabelecimento feminino da época. O encerramento anual das atividades escolares eram "verdadeiros acontecimentos culturais de relevo o mais expressivo! Os exames realizados solenemente, com bancas examinadoras constituídas de renomadas figuras do magistério como o prof. Alcebíades Pais, nome aureolado, mestre do vernáculo, da geografia, do esperanto, e o Dr. José Moreira Guimarães, o ilustrado lente de Física e Química e de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal. E, após os exames, era uma seqüência de festividades que fazia gosto, exposição deslumbrante de prendas, exibições lítero-dramático-musicais que mostravam, à sociedade, ser o Colégio Senhora Santana a ideal escola feminina, onde nenhum aspecto da educação era descurado". In Ofenísia Soares Freire: Homenagem a Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. *Revista da Academia Sergipana de Letras* nº 28, setembro, 1981, pp. 267 e 268. Encerrou suas atividades em dezembro de 1941, e em junho do ano seguinte falecia sua diretora, a Professora Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro.

358. O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1903 em Aracaju pelas Religiosas Irmãs Sacramentinas com sede em Valence (França), aceitava alunas internas, semi-internas e externas. Assim o definia o anúncio inserido na *Folha de Sergipe*, nº 371, de 19/1/1911: "Provido de pessoal docente escolhido dentre os principais da França, ministrará o ensino primário integral em escolas graduadas sob a imediata inspeção de sua diretora.

terras recebiam as cargas. "As dificuldades de transporte, ao lado dos fretes exorbitantes, decorrentes da situação das barras dos rios sergipanos, principalmente a da Cotinguiba pela importância do seu porto - Aracaju - tem retardado o desenvolvimento econômico do Estado, embaraçando a expansão maior da lavoura, cujos produtos não acham fácil saída, com despesas reduzidas, assim como as indústrias que se limitam a fábrica de tecidos, em número de cinco, de descaroçar algodão, uma de óleo de algodão e de mamona, e outras de beneficiar arroz no Rio São Francisco", definia a situação, em 1910, o Presidente Rodrigues Dória.[359]

Outro documento da época assim retratava a vida sergipana: "Financeiramente Sergipe é a dívida e o deficit, o descrédito e a miséria que se podem consubstanciar no fato pungente de não serem pagos os funcionários públicos durante prazos que se levam a mais de um ano, salvo o protegido por algum político dirigente do governador". "Socialmente é a falta de justiça porque os juízes, em sua maioria, são os instrumentos dos políticos que dominam; é a falta de instrução porque o professorado só é escolhido entre os íntimos do governo; é sempre a falta de garantia à vida, à liberdade, à propriedade e à honra.

- Politicamente Sergipe é a desagregação em quatro grupos políticos que se hostilizam até a eliminação recíproca dos partidários".[360]

Aos problemas decorrentes da conjuntura interna sergipana, vai somar-se, na primeira década do nosso século, a crise que incidiu sobre os produtos agrícolas básicos da economia, em decorrência da baixa de preços nos mercados mundiais. Esses fatores concorrem para

---

Além do ensino de costura e prendas, mantem o curso de música teórica, piano e bandolim.

As cadeiras do ensino primário e de Português estão a cargo de professores brasileiros".

Em 1923 foi lançada a pedra fundamental do prédio próprio em terreno doado pelo Presidente do Estado, Dr. Graccho Cardoso, na atual Rua José do Prado Franco, onde funcionou até o encerramento das atividades em 1973, quando o prédio foi vendido, ante a impossibilidade de continuar o Colégio, como conseqüência das mudanças estruturais ocorridas em Sergipe.

359. Mensagem a Assembléia Legislativa do Estado de 7/9/1910, já citada.

360. Documento publicado no Rio de Janeiro por sergipanos identificados como delegados de confiança da colônia ali residente, apresentando o Senador Coelho e Campos como candidato à presidência de Sergipe. Estava assinado por Sílvio Romero, Martinho Garcez, entre outros. In Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7/9/1911 na instalação da 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura pelo Presidente do Estado Exmo. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória, p. 23.

a estagnação da sociedade patriarcal, que se mantêm presa ao passado, à tradição, visível, sobretudo, na sociedade alicerçada na cana de açúcar, ciosa da sua importância no passado, nos títulos nobiliárquicos de seus ascendentes. Como bem captou Orlando Dantas, os filhos desses senhores de engenho, barões, comendadores do Império, não mais tinham condições de obter educação européia, como acontecera antes, trazendo nova mentalidade à Província. E pela falta de contacto com os centros civilizados do Velho Mundo, "os nossos senhores de engenho foram perdendo aquele ar de distinção tão peculiar aos seus antepassados. Ficando a arrogância, a maneira de falar em voz alta, gritando, em tom imperativo, de senhor para escravo. Sem os estímulos das viagens, preparo técnico e a instrução superior, não era possível sair da rotina agrícola e industrial. Agarrados aos preconceitos sociais, vivendo isolados pelas dificuldades financeiras, agravados pelas lutas políticas, as últimas gerações fortaleceram-se mais no individualismo, na confiança em si mesmo, no desprezo pelo trabalho racional".[361]

Ante essa realidade sócio-econômica, não se fazia sentir a necessidade de mudança no sistema educacional vigente. Satisfaziam as exigências dessa sociedade, os Preparatórios, garantindo, rapidamente, os requisitos para o ingresso nas Academias que forneciam o título de bacharel ou médico. Raros foram os engenheiros da época. Os jovens de classe média continuavam a encontrar condições de prosseguirem os estudos superiores na Escola Militar ou nos Seminários, que lhes garantiam o problema da subsistência fora da família. Essa classe média continuava a ver na educação uma forma de ascensão social. Daí, buscar o ensino que representava o símbolo da classe dominante, o que concorria, ainda mais, para a permanência da velha educação acadêmica elitista, prestigiada pelos poderes públicos, em detrimento da educação popular, à qual não se conferia importância.

O bacharelismo constituiu o traço marcante das ambições dos jovens sergipanos, quer dos afortunados que,quando retornavam com o diploma, tinham posição garantida na administração pública, na justiça ou no poder legislativo, quer para os da classe média que, com sacrifícios, conseguiam concluir o curso. Estes, para sobreviverem na terra natal, tinham que atrelar-se à política de clientela dos detentores do poder.

361. Dantas, Orlando: *O Problema Açucareiro de Sergipe*, p. 40. Aracaju, 1944.

Exceto a tentativa de Felisbelo Freire na breve passagem pelo governo do Estado, nenhuma medida fora proposta para a educação popular pelos Presidentes republicanos. Na época imperial, ainda alguns deles que vinham de fora, portadores de idéias inovadoras, tentaram fazer vigorar metas para a educação popular, mas que fracassaram por não interessar à classe dominante.

Na sociedade sergipana, dependente dos mercados internacionais para a exportação dos produtos primários, a camada intermediária era muito tênue, a camada inferior muito larga, mas todas duas dependendo da superior. Não havia, assim, interesse desta em estimular a educação popular, e nem mesmo a própria classe média. A aliança entre "camada média subjugada" e "camada inferior" nunca se concretizou historicamente na sociedade brasileira. "Antes, pelo contrário, no Brasil pode ser observada uma aliança entre a camada média e superior. Deve ainda ser acrescentada a observação de que em uma sociedade dependente, a educação, o saber, o sistema educacional, é antes um produto da importação de modelos das sociedades dominantes do que o resultado de um desenvolvimento autóctone contínuo".[362]

A realidade social sergipana da época se adapta à teoria de Luetkens da vinculação de classes como uma das características essenciais do sistema educacional: "Evidentemente as instituições sociais estão sujeitas a todas as transformações que se operam na sociedade, mas encontram-se, também, presas à situação original, isto é, à constelação de interesses e forças sociais, das quais se originaram. A escola - ao mesmo tempo voltada para o passado na conservação das tradições e comprometida com o futuro na orientação das novas gerações - encontra-se uma dupla vinculação".[363]

Sílvio Romero, com a clarividência que diagnosticou a realidade brasileira, dizia, em 1901, que o problema do ensino público do Brasil só teria "um sentido nacional quando for presa à questão geral de nossa organização política e ainda às nossas condições sociais".[364]

A única alteração importante até 1910, no quadro educacional que a República recebera do Império, fora a criação das Escolas de Aprendizes de Artífices, que, pelo Dec. nº 7.566, de 23/9/1909, do Presidente Nilo Peçanha, deveriam funcionar em cada uma das capitais brasileiras. Subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e

362. Berger, Manfredo: *Educação e Dependência*, p. 161. Difel, 1976.
363. Berger, Manfredo: Obra citada, pp. 160 e 161.
364. Romero, Sílvio: Obra citada, p. 128.

Comércio, ministravam "ensino profissional primário gratuito". Tinha como finalidade "formar operários e contra-mestres, ministrando-se aos mesmos que pretendessem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânicos que fossem mais convenientes e necessários ao Estado em que funcionasse a Escola". Exigia-se a idade mínima de 10 anos e máxima de 13 para o ingresso, sendo "preferidos os desfavorecidos da fortuna". Traziam, assim, uma marca assistencial, daí porque, por muito tempo, foram procuradas pelas camadas mais pobres da sociedade e olhadas com preconceito pela classe média, que buscava, na educação, *status* social. Com a criação do Ministério da Educação em 1930, passaram à sua alçada. Após a troca de denominação para Liceu em 1937, tornaram-se Escolas Técnicas e Industriais em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, a nível secundário. A nova Lei Orgânica de 16/2/1959 buscou entrosá-las ao desenvolvimento que se processava no país. Com a valorização do técnico, seus cursos passaram a ser freqüentados pela classe média.

Em Sergipe, a Escola de Aprendizes de Artífices foi inaugurada em 1º de maio de 1910, com 120 alunos inscritos, uma das mais altas matrículas do país, nas cinco oficinas: alfaiataria, ferraria, marcenaria, sapataria e selaria, além de aulas do curso primário e de desenho.[365] Teve como primeiro diretor o Dr. Augusto César Leite, e estava localizada na Rua Lagarto, esquina de Maruim, onde funcionou até a transferência, em 1963, para a atual sede.

Nesse período que se estende até 1911, poucos intelectuais permaneceram no Estado por falta de condições para atuar. Continuou Sergipe a "exportar talentos", na definição de um desses emigrantes, o poeta Hermes Fontes.[366] Entre outros, projetar-se-iam em outras ter-

365. Fonseca, Celso Suckow da: *História do Ensino Industrial no Brasil*, 1º Volume. p. 169, Rio de Janeiro, 1961.
366. Hermes Fontes (1888-1930), jornalista, humorista, se distinguiu, porém, como poeta que oscilou entre "o formalismo parnasiano e as inquietações simbolistas", destacando-se, entre os livros deixados, *A Lâmpada Velada* e *A Fonte da Mata*. Neste, encontra-se a poesia "A Fonte", inspirada na infância passada em Buquim, sua terra natal, e que assim termina:

> Depois de longa ausência e penosa distância
> ver – constância das cousas, na inconstância –
> ver que a poesia é uma segunda infância
> e que toda poesia...
> ... vem da fonte da mata".

ras, Manuel Bonfim,[367] Laudelino Freire,[368] Maximino Maciel,[369] Manuel Curvelo de Mendonça,[370] José Antônio de Abreu Fialho,[371] Bernardino José de Souza,[372] o pintor Oséias Santos,[373].

367. Manuel Bomfim (1868-1932) destacou-se pela obra educacional que realizou como Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal do Distrito Federal e do Pedagogium. Foi autor de livros didáticos destinados ao curso primário, caracterizados pelo sentimento cívico e amor ao Brasil. Estudioso apaixonado dos problemas brasileiros, escreveu *O Brasil na América*, *O Brasil Nação*, *O Brasil na História* e *A América Latina*, livros marcados por um profundo nacionalismo, que o fazem o pioneiro de uma ideologia nacional. Azevedo Amaral definiu a importância de Manuel Bomfim para a evolução do pensamento nacional ao escrever: "As transformações políticas e não só políticas como também econômicas e sociais que se tem operado no Brasil nos últimos anos através dos quais a Nação se encaminhou para descobrir a própria realidade, só foram possíveis por uma preparação cultural, que imprimiu ao pensamento das elites diretrizes novas. Entre os primeiros que constribuíram para despertar na consciência brasileira a ânsia de encontrar a própria realidade, Manuel Bomfim ocupa lugar de grande destaque. *Foi um dos mais esclarecidos precursores do movimento de realismo político que nos integrou no curso normal de nossa evolução histórica*". Prefácio de *A América Latina*, 2ª edição, 1939. Coleção Brasiliana.
368. Laudelino Freire (1873-1937), professor, parlamentar, jurista eminente, estudioso da nossa língua, crítico de arte e da literatura brasileira, ensaísta, pertenceu à Academia Brasileira de Letras na vaga aberta com a morte de Rui Barbosa. Múltipla e variada é a obra literária deixada, destacando-se, pela importância, o *Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, em 5 volumes.
369. Maximino Maciel (1866-1923), advogado, médico, professor, jornalista, tornou-se mais conhecido como filólogo nos meios culturais do Rio de Janeiro, onde viveu desde a mocidade.
370. Manuel Curvelo de Mendonça (1870-1914) formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, ainda estudante destacou-se em Sergipe como abolicionista e republicano. Fixou residência na Capital Federal, onde, destacando-se pelas posições corajosas tomadas, atuou na imprensa. Voltado para os problemas sociais, conhecia as mais avançadas doutrinas da época, enveredando pelo socialismo científico. Tentou por em prática suas idéias criando, com outros em 1904, a Universidade Popular para a educação do proletariado, que teve, porém, breve duração. Dos livros deixados, destacam-se *Sergipe Republicano* e *Regeneração*, este um dos primeiros romances brasileiros a focalizar o homem ante os problemas sociais, livro de denúncia e protesto das injustiças da sociedade.
371. José Antonio de Abreu Fialho (1874-1940), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, teve projeção como médico oftalmologista, sua especialidade, sobre a qual deixou diversos trabalhos publicados.
372. Bernandino José de Souza (1885-1949), formado pela Faculdade de Direito da Bahia, da qual foi professor, dedicou-se aos estudos da geografia e da história do Brasil, publicando, entre outros trabalhos, o *Pau Brasil na História do Brasil e a Evolução do Carro de Boi no Brasil*.
373. Oséas Santos (1865-1949) estudou na Academia de Belas-Artes da Bahia, mas ao retornar à terra natal não entrando através da arte, condições de subsistência, voltou para Salvador, aí passando a ensinar na Academia de Belas-Artes e no Instituto Normal, por muitos anos, até a aposentadoria. Realizou exposições de seus quadros em diversos Estados brasileiros, e, a seu pedido, se realizou, em Aracaju, uma, póstuma, em 1951.

Dos que voltaram a Sergipe, e se identificaram com a terra natal, dando-lhe a inteligência e a cultura encontramos Francisco Nobre de Lacerda[374] ao lado de Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Gumercindo Bessa, Joaquim do Prado Sampaio, Carvalho Lima Júnior, Brício Cardoso, que já atuavam desde os fins da época imperial.

Até os começos da década de 1890, quando foi criada a Faculdade de Direito da Bahia,[375] esses bacharéis, com as poucas exceções dos que cursaram a Faculdade de Direito de São Paulo, eram egressos da Faculdade de Direito de Recife. José Calasans chama atenção para o fato de que, influenciados pela tradição de Tobias Barreto, eram eles portadores de larga bagagem humanística, o que não os impediu de se voltarem para o estudo de sua terra e sua gente, legando trabalhos, ainda hoje de valor, sobre a história, a geografia, as tradições populares sergipanas. Esse sergipanismo encontramos não só nos que permaneceram nos limites da província, como Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Nobre de Lacerda, Prado Sampaio, mas mesmo nos que se projetaram na capital do país como Sílvio Romero, João Ribeiro, Felisbelo Freire, Laudelino Freire, Manuel Curvelo de Mendonça. "Intelectuais que falam do monismo, comentam Haeckel, discutem Augusto Comte, negam o direito natural, riem da metafísica, porém não coram de escrever sobre coisas do povo, sobre cacumbis e taieiras, lendas de São Cristóvão ou da Serra de Itabaiana, compõem poemas épicos narrando as conquistas de Cristóvão de Barros".[376]

374. Francisco Nobre de Lacerda (1869-1935), formado pela Faculdade de Direito do Recife, distinguiu-se em Sergipe como magistrado, jornalista e historiador de *A Década Republicana em Sergipe*.
375. A partir da fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1891, foi diminuindo a presença do estudante sergipano na Faculdade de Direito do Recife, onde, em 1890, colaram grau 5 estudantes, em 1891, 8, em 1892, 4, em 1893, 1, em 1894, 5, em 1895, 3, 1896, 1; já nos anos de 1897, 98 e 99 nenhum, enquanto em 1900, 1901, 1902 apenas 1. Dados extraídos da *História da Faculdade de Direito do Recife*: Clóvis Bevilaqua, 1º volume, Livraria Francisco Alves, 1927.
376. Calazans, José: *O desenvolvimento cultural de Sergipe na 1ª metade do século XX* RIHGS, nº 20 (1960-1965), p. 49.

VIII.

SERGIPE INGRESSA NO PRÉ-CAPITALISMO

A Lei Fundamental do Ensino, de 5/4/1911, conhecida sob a denominação de Reforma Rivadávia Correia, nome do Ministro da Justiça do Presidente Marechal Hermes da Fonseca, revolucionariamente estabelecia o ensino livre. Seguindo a concepção positivista e levando o liberalismo ao máximo no campo da educação, ao retirar desta a intervenção do Estado, acreditava ele que, assim, o ensino poderia resolver os problemas imediatos do país. "Liberta a consciência acadêmica da opressão dos mestres, arredada destes a tutela governamental, em cujo passivo se inscrevem todas as culpas da situação periclitante a que chegaram as instituições do ensino", seria atingido tal objetivo com "a suave e natural passagem da vigente oficialização do ensino para a sua completa desoficialização, corolário fundamental do princípio da liberdade profissional, consagrada na Constituição da República".

Procurava essa Reforma destruir toda uma tradição da busca do diploma no curso superior, como diz a Exposição de Motivos: "Foi sempre um anelo da burguesia a aristocratização pelos títulos; perdidas as fornadas de condecorações e dos outros ornatos de fidalguia medieva, o título acadêmico transformou-se no sonho dourado de todas as famílias brasileiras. Os resultados foram a avalanche de matrículas aos cursos superiores e as imensas levas de doutores e bacharéis. Tais diplomas, pela presente organização, são substituídos por modestos e democráticos certificados, atestando a assistência e aproveitamento nos cursos superiores".[377]

377. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e a República*, 4º volume, p. 12. 1942.

Como conseqüência, foi simplificado o currículo do Colégio Pedro II, como voltou a se chamar o Ginásio Nacional, procurando dar-lhe um caráter prático, libertando-o "da condição subalterna de mero preparatório para o assalto às academias". O novo curso, de seis anos, seria "aplicável a todas exigências da vida". Estabeleciam-se promoções e exames finais de Português, Inglês ou Alemão, Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, Matemática Elementar, Física e Química. Noções de Higiene, Instrução Cívica e Noções Gerais de Direito, Latim e sua Literatura, História Universal, especialmente da América do Sul, Desenho e Ginástica.

Instituiu o exame vestibular, o "exame de entrada", às Faculdades, *independente de qualquer certificado de estudo secundário*. Como conseqüência, desapareceu o ensino secundário-padrão do Colégio Pedro II, que se vinha impondo a todo o país através das equiparações, para dominar o "ensino livre, flexível", mas que iria provocar "grande balbúrdia na vida escolar". Constituiu-se, assim, essa Reforma num retrocesso na marcha para a uniformização do ensino secundário que as equiparações estavam forçando.

O final das equiparações repercutiu negativamente nos Estados como Sergipe, onde se vinha tentando organizar um currículo escolar secundário integrado, estimulando nos jovens o interesse de chegarem ao fim do curso, como acenara o Decreto Federal de 26/11/1908, ao equiparar o Atheneu Sergipense ao Ginásio Nacional.

Nessa época, governava Sergipe o Dr. José Rodrigues da Costa Dória (24/10/1908 a 24/10/1911),[378] que mandara vir de São Paulo o professor Carlos Silveira, especialista em educação, para abrir novos rumos à vida educacional sergipana. Através do decreto nº 563, de 12/8/1911, procurou-se adaptar o ensino secundário às alterações impostas pela Reforma Rivadávia Correia, ao tempo em que era dada uma nova organização global ao sistema educacional sergipano em minucioso Regulamento.[379] O Presidente justificava o Decreto baixado como "atendendo que o ensino público primário deste Estado é ainda

378. Dr. José Rodrigues da Costa Dória (1859-1938) formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, integrou sua Congregação por concurso. Também fez parte da Congregação da Faculdade Livre de Direito da Bahia quando esta foi criada em 1891, lecionando Medicina Legal. Deixou diversos trabalhos escritos sobre sua especialidade médica. A partir de 1897, participou da política de Sergipe como deputado federal até a eleição para Presidente do Estado em 1908.

379. Decreto nº 563 de 12 de agosto de 1911 - Dá nova organização ao ensino do Estado. Coleção de Leis e Decretos de 1911, pp. 13 a 108. Aracaju, Tip. d'Estado de Sergipe, 1912.

ministrado por processos obsoletos e condenados pela moderna Pedagogia; atendendo a que o ensino normal não preenche os fins a que é destinado, não tendo a moderna Pedagogia o desenvolvimento atualmente dado a esta matéria na sua relevante importância, nos métodos de ensino, na conservação da saúde da criança e no seu desenvolvimento, sem que lhe sirva de estorvo, e antes lhe seja auxiliar; atendendo a que *a última reforma do ensino secundário da República, estabelecendo a instrução fundamental, se distanciou do ensino adotado neste Estado e que é de inteira necessidade acompanhá-la no seu plano geral*".

Há pontos avançados nesse Regulamento, em relação aos anteriores, como ao estabelecer o ensino público gratuito e igual para ambos os sexos, organizar o ensino primário em escolas isoladas e em grupos escolares e na tentativa de dotar os prédios escolares de condições pedagógicas adequadas. Ainda eram organizados o Serviço de Estatística Escolar destinado a levantar a situação educacional de todos os municípios, o Fundo Escolar para a aquisição de livros e material escolar, a serem distribuídos aos estudantes carentes de recursos, e a Inspeção Escolar, integrada por três inspetores, que deveriam atuar em zonas delimitadas.

Também fixava-se o currículo para as escolas públicas, abrangendo Leitura, Escrita e Caligrafia, Instrução Cívica e Moral, Lições de Cousas, Ensino Prático da Língua Portuguesa, Aritmética até regra de três, Desenho, Noções de Geografia Geral, especialmente do Brasil, História do Brasil, Ginástica, Trabalhos Manuais e Cantos.

O ensino normal, a ser ministrado em quatro anos, aumentava o elenco das disciplinas, passando a compreender: Português, Aritmética e Elementos de Álgebra e Geometria, Geografia Geral e História, especialmente do Brasil, Pedagogia, Pedologia e Noções de Higiene Escolar, Noções de Física, Química e História Natural, com aplicações à Agricultura e à Zootécnica. Complementava o currículo o ensino de Trabalhos Manuais, Ginástica, Música, Desenho e Caligrafia.

Enfrentando os preconceitos tradicionais, determinava o decreto que "o ensino da Escola Normal será facultado a ambos os sexos", disposição que reformas anteriores haviam tentado impor, mas que a reação desencadeada fizera sempre desaparecer, como também, depois, a esta irá suceder.

O currículo do Atheneu, apesar de desaparecida a equiparação, continuou a ser influenciado pelo Colégio Pedro II, enfatizando-se as disciplinas a serem exigidas pelos exames vestibulares que a Reforma Rivadávia fixara. Uma inovação introduzida no currículo foi a cadeira de Escrituração Mercantil, embora em caráter facultativo.

O ensino particular, primário ou secundário, comprometia-se a prestar informações de suas atividades à Diretoria da Instrução, além

de comprovar que o edifício, onde funcionava, dispunha de condições de higiene e do material escolar indispensável ao ensino.

Podem ser creditadas a Rodrigues Dória preocupação com os problemas educacionais sergipanos e tentativas de enfrentá-los. Esses esforços, porém, foram prejudicados pela situação política existente, sem partidos definidos após a morte do Monsenhor Olímpio Campos, e que "não passavam de grupos que se hostilizavam no desejo da eliminação recíproca dos partidários", situação que levaria o Presidente a afirmar ser a Instrução Pública, ao lado da Polícia, "o campo mais fértil para a politicagem".[380]

Rodrigues Dória construiu o novo edifício para a Escola Normal; amplo, bem localizado, obedecendo à planta do Major de Engenharia José Calazans e executado pelo Engenheiro Tenente Firmo Freire do Nascimento. Para a época era monumental,[381] um dos mais importantes da Capital sergipana, tendo sido os móveis e o material didático importados dos Estados Unidos.[382]

Essa administração destacou-se como a pioneira da construção de Grupos Escolares, ao inaugurar o Modelo, anexo à Escola Normal; e o Central.

Nos dois pavimentos construidos no prédio onde funcionava o Atheneu, foram instalados os Gabinetes de Química, Física, História Natural e Geografia com os aparelhos trazidos da Europa.[383]

Em 24 de outubro de 1911 assumia o governo de Sergipe o General José de Siqueira Menezes (24/10/1911 e 24/10/1914). Republicano histórico, integrara a Junta Provisória que governou o Estado após a Proclamação da República. Portador de larga folha de serviços prestados ao país como militar, destacou-se na atuação em Canudos, que levaria Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, a intitulá-lo "Jagunço Loiro", e na região amazônica, onde deixou um marco importante de sua passagem na fundação da cidade de Sena Madureira. As qualidades de militar e engenheiro, de que era portador, o haviam projetado no país.

Com seu governo, se pode afirmar que Sergipe entrou, definitivamente, na fase pré-capitalista, como conseqüência de fatores nacionais internacionais. Após 1898, decorrente do *funding loan*, a acumulação capitalista se fez vagarosamente no Brasil nos primeiros anos. Depois, o ritmo se acelerou em decorrência do "considerável desenvolvimento da população européia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização, e finalmente do aperfeiçoamento técnico, tanto material - os sistemas de transporte - como de referência à organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos terem uma igual e eqüitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias-primas e gêneros alimentícios tropicais de países como o Brasil".[384] Acrescente-se a corrida dos capitais internacionais disputando os novos mercados e oferecendo facilidades à inversão em transportes, energia, serviços urbanos.

A vitória do trabalho livre, que a Abolição da Escravatura trouxera ao país com o afluxo de imigrantes, estimulou o mercado interno e "a ambição do lucro e do enriquecimento se consagraria como alto valor social".[385]

O impacto da ação desses fatores alcançaria Sergipe, especialmente no setor açucareiro, que continuava a ser o esteio de sua economia. É sobre ele que a concentração industrial e capitalista, já iniciada com a construção do Engenho Central de Riachuelo nos fins do Império, vai atuar. "Se em 1903, possuíamos 1 usina completa, 14 meias usinas, 19 engenhos com Wtzelles e turbinas, 29 a vapor, 15 à água e 353 à tração animal, já em 1917, existiam 5 usinas completas, 50 meia usinas, 142 engenhos a vapor e 136 à força animal".[386]

O algodão, que vira decrescer a demanda internacional não só pela decorrência norte-americana como das "plantations" das colônias européias na África, foi estimulado pelo consumo das indústrias têxteis locais que iam surgindo, e que no início da década de 1920 já atingiam a oito fábricas.

380. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7/9/1911 na instalação da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José Rodrigues da Costa Dória, p. 51. Aracaju, Tip. d'*Estado de Sergipe*, 1912.

381. Situada à praça Olímpio Campos, aí permaneceria até 1954, quando o Governador Arnaldo Rolemberg Garcez a transferiu para o novo prédio localizado à Rua de Laranjeiras, onde hoje funciona. O velho edifício permaneceu abandonado por muitos anos até a restauração no governo do Dr. José Rolemberg Leite (1974-1978). Atualmente aí está localizado o Centro de Turismo do Estado.

382. "Importei dos Estados Unidos da América do Norte, d'American Seating Company, 500 carteiras automáticas". Mensagem citada, pág. 54.

383. Ainda hoje são encontrados remanescentes desses aparelhos no Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

384. Prado Júnior, Caio: *História Econômica do Brasil*, p. 219, Editora Brasiliense Limitada, São Paulo, 1945.

385. Idem, p. 221.

386. Dantas, Orlando: *O Problema Açucareiro de Sergipe*, p. 27.

Essas modificações econômicas refletiam-se na vida social sergipana, dando importância à vida urbana, fazendo crescer a camada média[387] da população e definindo o proletariado urbano. Razão tem José Ibaré Costa Dantas ao afirmar que "por mais que os lucros se acumulassem em mão de uma minoria de proprietários, o incremento da renda gerada permitia um aumento do poder aquisitivo de outros estratos sociais, resultando na ampliação do mercado interno que, por sua vez, concorria para um maior dinamismo econômico, sobretudo no comércio".[388]

Alarga-se a influência da Capital. Aracaju se moderniza com construções luxuosas, "os palacetes" como pomposamente eram denominadas, centros de diversões, destacando-se o cinema que começou a funcionar desde 1909, o bonde à tração animal a partir de 1901, automóveis circulando, (o primeiro apareceu em 1913). As obras de infra-estrutura - água encanada (1908), luz elétrica (1913), esgotos (1914) - fazem que a capital sergipana perca o jeito provinciano que a marcara até então. Em 1914, o "Chémin du fer" completaria a revolução quando o trem ligou Salvador ao São Francisco (Propriá), concretizando-se um velho anseio dos sergipanos e dos governos republicanos.

Crescia o estrato médio urbano, embora sem ideologia, pois aceitava "os ideais e os valores dos grandes proprietários, que copiava esta classe em seu modo de vida, tanto quanto lhe era possível dentro de suas posses, e cujo desejo não era fazer aceitar seus próprios ideais e valores (que não tinha), mas participar dos privilégios e prerrogativas da classe superior, a começar pelo privilégio da autoridade e do mando".[389] Sem coesão e unidade, compunha-se de funcionários públicos, empregados do comércio e administração das indústrias e transportes, pequenos negociantes. Constituía a clientela eleitoral dos "coronéis", formando os partidos "situação" e "oposição", a disputarem o poder,

387. Empregamos a expressão camadas médias urbanas "como aqueles setores da população urbana que, não sendo detentoras do capital, realizam trabalho predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo a sua capacidade de trabalho a terceiros. Semelhante agregado não poderia ser confundido com uma classe social, já que reúné grupos sociais sem participação direta no processo de produção (profissionais liberais, funcionários públicos) e frações de classe pouco propensa a uma atuação política conjunta com o mais radical segmento de classe (aquelas parcelas dos trabalhadores da indústria, comércio e bancos que realizam "serviços de escritório", não se considerando, por isso, "proletários" e encarando, mesmo com repulsa, semelhante identificação)". Décio Saes: Obra citada, p. 26.

388. Dantas, José Ibaré Costa: *O Tenentismo em Sergipe*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974, p. 27.

389. Pereira, Maria Isaura: Obra citada, pp. 136 e 137.

desde quando não evoluíra politicamente o Estado. Impressionou ao diplomata francês, Paul Walle, que por aí passou na época, o quanto a política ocupava demasiadamente as preocupações de um certo número de habitantes, pertencendo o poder aos chefes das principais famílias que se revezavam na presidência. Tal fato constituía uma das causas do lento desenvolvimento sergipano.[390]

A prosperidade econômica deflagrada reclamava maior complexidade do aparato político-administrativo, maior número de funcionários, como é exemplo o Fisco, através da criação de novas estações arrecadadoras, e a Nova Organização Judiciária de 1913, que desmembrou o Estado em 11 comarcas, trazendo a ampliação do quadro do Ministério Público.

Conseqüentemente, sobre a Instrução Pública recairá o impacto das modificações realizadas pelo Estado na montagem do mecanismo de ação. O Presidente Siqueira Menezes percebeu a importância do problema surgido ao afirmar que, "a par dos melhoramentos materiais, de que tanto se ressentia esta Capital, *o magno problema do ensino público que não deve ficar estacionado diante da marcha evolutiva das sociedades*".[391]

Mas não há, obrigatoriamente, um sincronismo entre desenvolvimento estrutural e desenvolvimento educacional. Este, de forma geral, não segue o dinamismo com que se processam as transformações estruturais, tornando-se, mesmo, sua antítese, sobretudo quando não se modificam as relações de classe. Desse modo, as reformas na educação, que se sucediam, agiam na superfície, não se aprofundavam, satisfazendo às necessidades da classe dominante. Na prática, pouco diferiam uma das outras, como demonstra o Regulamento de 19/10/1912. As inovações nele aparecidas visavam a atender apenas às necessidades imediatas, como a criação das Escolas Noturnas para adultos de ambos os sexos, que lhes permitissem "ler, escrever e contar correntemente", em três anos de estudo. Eram exigências que se apresentavam aos operários que acorriam às fábricas em funcionamento.

390. "Le developpment de Sergipe a été très lent et ne date que de quelques années à cause de son isolement et sans doute aussi parce que la politique occupe trop de place dans les preoccupations d'um certain nombre de ses habitants; il semple être au nombre de ces États oú l'influence du chef politique est préponderante, e où le pouvoir appartient aux chefs des principales familles qui se realyent à la presidence". Paul Walle, Chargé de mission du Ministre du Comerce: *Au Brésil - États de Sergipe et d'Alagoas*. Paris, Librairie Orientale et Américaine - E. Guilmot, Éditeurs, 1912.

391. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado, na sessão extraordinária de 8/7/1914. Aracaju, 1914.

Para enfrentar o crescimento numérico das escolas públicas primárias, foram criados os Agentes de Direção de Ensino, que deveriam auxiliar o Presidente do Estado, "que é o chefe supremo da Instrução". Esses Agentes constituíam quatro classes: 1ª Administrativa – O Diretor da Instrução Pública, com seu secretário e delegados de ensino; 2ª Consultiva – as Congregações do Atheneu Sergipense e da Escola Normal; 3ª. Didática – os Inspetores do ensino primário; 4ª. Didático-administrativa – os Diretores do Atheneu, da Escola Normal e dos Grupos Escolares. Ao mesmo tempo, para efeito de inspeção do ensino primário, o Estado foi dividido em cinco distritos, quando, anteriormente, eram apenas três. Havia, ainda, a preocupação com a estrutura material das escolas num capítulo que abrangia, da localização dos prédios, mobiliário e material escolares, aos livros a serem adotados.

Esse Regulamento de 1912 dava, porém, um retrocesso no desenvolvimento do ensino normal, ao estabelecer o retorno do funcionamento de duas escolas normais, uma masculina, no Atheneu, e a outra feminina, no prédio inaugurado no ano anterior pelo Presidente Rodrigues Dória. Também o curso normal voltava a ser dado em três anos, com o acréscimo de Metodologia à cadeira de Pedagogia, e de História de Sergipe à cadeira de História do Brasil.

As alterações chegaram ao Atheneu reduzindo o curso a cinco anos, e para aí retorna o curso normal masculino. No currículo, são supressas as cadeiras de Alemão e Grego, enquanto a de Psicologia e Lógica é substituída por Lógica e Noções de Direito Público, e Instrução Cívica e Noções de Direito por Moral e Instrução Cívica. Aparece o ensino de Esperanto, mas sem caráter obrigatório.

Mas, como resultado das facilidades da Lei Rivadávia Correia, ainda mais baixou a matrícula do Atheneu, atingindo em 1913 apenas 43 alunos, concentrando-se a maioria na 1ª série. No ano anterior apenas um aluno concluíra a 6ª série, sendo uma mulher, Sílvia de Oliveira Ribeiro. Já na Escola Normal feminina matriculavam-se 116 alunas.

Em 1913, em decorrência dos debates e críticas surgidos no Parlamento e na imprensa, ante a desigualdade que a situação do ensino primário público apresentava no país, sobretudo com o baixo índice de escolas dos Estados mais pobres, foi promulgada a Lei Federal nº 2.738, de 4 de março, autorizando, pela letra C do art. 13, ao Governo da União abrir crédito para auxiliar os Estados com a subvenção anual de 20% da quantia que estes consignassem ao ensino primário, leigo e gratuito, desde que nele tivessem aplicado 10% de sua renda. Por esse ato, saía o Governo Federal da omissão que lhe atribuíra a

Constituição de 1891, dentro do liberalismo que a marcara. Muito esforçar-se-ia o Presidente Siqueira Menezes para conseguir essa doação, respaldado no fato de seu Estado dispender na educação primária 17, 13% do orçamento do ano. Tornou-se, assim, o pioneiro dos governantes sergipanos na luta pela obtenção de verbas federais para complementar os modestos orçamentos estaduais.

Como sucedera com o ensino técnico industrial, compreenderam os dirigentes federais que só, sob sua responsabilidade, poderia ser criado, na maioria dos Estados, o ensino agrícola, essencial à melhoria da produtividade da agricultura nacional. O Presidente Siqueira Menezes, para atender "a que o governo da União se propõe a instalar e manter neste Estado, à sua custa", um estabelecimento de aprendizagem agrícola como já fizera em outros Estados, desapropriou, por utilidade pública, a propriedade Quissamã, situada no município de Socorro, para a instalação do centro agrícola.

Ainda nessa administração começou a funcionar o Seminário do Coração de Jesus em 4/4/1913, decorrente da atuação do 1º Bispo de Sergipe, Dom José Tomás Gomes da Silva, que chegara em 1911 com a criação da Diocese no ano anterior. Tornando-se o primeiro estabelecimento sergipano de ensino superior, seria "uma força nova, destinado a preparar os sacerdotes de Cristo, com a finalidade especial de servir à Igreja, é certo, mas também com o objetivo de ser um poderoso e atuante instrumento de ação cultural numa terra de poucas e deficientes fontes próprias de estudo e saber".[392] Acolhendo um grande número de jovens sem recursos financeiros, não só de Aracaju como do interior do Estado, estimulando vocações sacerdotais, ali formaram-se sacerdotes que iriam, depois, ocupar altos postos eclesiásticos no país, ou permanecer no Estado prestando-lhe grande contribuição ao desenvolvimento cultural.

Em 1912, era fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,[393] resultado da iniciativa de um jovem idealista, inquieto e angus-

392. Calazans, José: *O Desenvolvimento Cultural de Sergipe na 1ª metade do século XX*. RIHGS, nº 26 (1961-1965), p. 55.

393. Em 6 de agosto de 1912 era fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, estando, assim, composta a primeira diretoria:
Presidente: Desembargador João da Silva Melo
Vice-Presidente: Dionísio Teles de Menezes
1º Secretário: Alcebíades Correia Pais
2º Secretário: Dr. Álvaro Teles de Menezes
Tesoureiro: Desembargador Evangelino de Faro
Orador: Sílvio da Mota Rabelo

tiado, Florentino Teles de Menezes,[394] que conseguiu congregar em torno da instituição os personagens mais representativos da vida cultural e social aracajuana. A publicação de uma Revista estimularia o interesse pelos estudos históricos e geográficos provincianos, e as sessões comemorativas tornaram-se momentos importantes da vida da Capital sergipana.

Coube, ainda, a Siqueira Menezes a inauguração de um edifício para a instalação da Biblioteca Pública, cujo patrimônio, após a mudança da Capital, vinha sofrendo constantes migrações que o deterioravam.[395]

Quando, em julho de 1914, para candidatar-se ao Senado Federal, Siqueira Menezes passou a presidência ao substituto legal, o Coronel Pedro Freire de Carvalho, deixava 114 escolas,[396] e dois Grupos Escolares, com uma matrícula de 9.263. O ensino particular estava em plena florescência tendo 1.095 alunos matriculados. Tinha razão o novo Presidente ao afirmar que "a instrução é hoje, em Sergipe, o departamento público que mais fortuna logrou na administração que sucedi".[397]

A imprensa sergipana, porém, perdera muito da vitalidade e espírito combativo que a tinham caracterizado. O autoritarismo do Presidente Siqueira Menezes, um fetichista da ordem e da disciplina, a atingiu. Jornais deixaram de circular por não encontrar clima de liberdade, como sucedeu com o *Jornal de Sergipe* e a *Folha de Sergipe*. Os que permaneceram – *O Correio da Manhã*, o *Estado de Sergipe* e o *Diário*

394. Florentino Teles de Menezes (1886-1959), jornalista, professor do Atheneu Sergipense, enveredou pelos estudos sociológicos influenciado por autores de tendências doutrinárias variadas, como Spencer, Tarde, Durkheim, Nietzche, Marx, entre outros. Preocupava-o, principalmente, os problemas sócio-políticos do Brasil de então, empenhando-se, com entusiasmo e denodo, em campanhas como pelo Voto Secretô pela emancipação da mulher, pela fundação do Centro Socialista Sergipano e do Centro Pedagógico Sergipano.

395. A Biblioteca Pública situava-se na atual Praça Olímpio Campos, onde funciona a Secretaria da Justiça e Bem-Estar Social. Anteriormente ali funcionava o Atheneu Sergipense, sendo o prédio ampliado com um segundo andar para abrigar a Biblioteca.

396. As 214 escolas estavam assim distribuídas:
11 na Capital
62 nas Cidades
43 nas Vilas
98 nos Povoados

397. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1914 na instalação da 1ª sessão ordinária da 12ª Legislatura pelo Presidente d'Estado Exmo. Sr. Coronel Pedro Freite de Carvalho, p. 15. Aracaju, Tip. do *Estado de Sergipe*, 1914.

da Manhã – são marcados pelo aulicismo, os elogios ao governo, ou transcrevem notícias favoráveis à administração, enaltecendo o Sergipe ordeiro e pacífico que o Presidente se orgulhava de ter moldado. Também, neles, encontramos produções poéticas dos intelectuais da terra, sem compromisso com a realidade do momento político, geralmente presos ao parnasianismo e ao simbolismo.

Em 24 de outubro de 1914, justamente quando a 1ª Guerra Mundial alastrava-se pela Europa, assumia o governo de Sergipe o General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (24/10/1914 a 24/10/1918). Pela reforma da Constituição sergipana realizada no ano anterior, o mandato seria de quatro anos. Coincidindo, assim, com a época da Grande Guerra, receberia o impacto de sua influência no terreno econômico-financeiro.

Já avançado em anos (1849-1921), retornava Oliveira Valadão ao comando político do Estado natal por iniciativa de Pinheiro Machado, após 20 anos de o ter governado. Nesse interstício, exercera mandatos de Deputado Federal e Senador. Sua administração foi beneficiada pelas conseqüências desenvolvimentistas que a guerra trouxera aos países exportadores de matérias-primas e gêneros alimentícios. Muito favorável foi a conjuntura internacional para a produção açucareira local, ante o desaparecimento da concorrência do açúcar de beterraba e a alta dos preços alcançada, o que levaria o Presidente a dizer em 1916: "Os nossos produtos de exportação subiram a elevadíssimas cotações, a preços nunca atingidos no diagrama estatístico da nossa história comercial".[398]

Essa euforia é confirmada pelos dados estatísticos das exportações:

ANO	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	AÇÚCAR	ALGODÃO	TECIDOS
1914	5.537:014$727	51%	25,1%	22,8%
1915	12.440:245$130	51%	3,3%	22,8%
1916	11.939:592$572	54,04%	2,8%	21,5%
1917	15.085:966$203	61%	2%	17,5%
1918	22.022:020$226	71%	1,4%	13,5%

398. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 12ª legislatura, p. 24. Aracaju, *Imprensa Oficial*, 1916.

Predominava, assim, a monocultura açucareira, seguida pela produção algodoeira, enquanto outros produtos como o arroz, a farinha de mandioca, os couros secos e salgados e o sal concorriam com parcelas mínimas nas exportações.

No setor secundário, se vai impondo a indústria têxtil, como confirmam os índices acima transcritos, e em 1918, já absorve a mão-de-obra de 3.674 pessoas. Nela, vão encontrar aplicação os capitais acumulados em decorrência da valorização dos setores primários exportáveis, fato que é uma réplica, embora em escala bem reduzida, do que ocorria no país.[399]

A mão-de-obra barata, que alimentava as indústrias sergipanas, possibilitaria aos tecidos enfrentarem, dentro do liberalismo econômico, a concorrência daqueles fabricados nas regiões mais desenvolvidas, e, também, rompendo o bloqueio alemão, chegarem a Europa, a países "que de produtores passaram a consumidores e consumidores que pagavam bem".[400]

O sistema educacional mantido pelo Estado continuava, porém, sem modificar-se. Quantitativamente cresceram as escolas primárias que, em 1915, abrangiam 221 cadeiras, sendo 13 na Capital, 64 nas cidades, 41 nas vilas e 103 nos povoados. Nelas estavam matriculados 8.740 alunos, mas a freqüência não ia além de 5.812, assim distribuída:

	MATRÍCULA	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGENS DE FREQÜÊNCIA
Capital	509	294	57,7
Cidades	2.846	2.347	82,5
Vilas	1.588	1.336	84,1
Povoados	3.797	1.836	48,3
Total	8.740	5.813	66,5

399. "Se entre 1890 e 1914, haviam surgido 6.946 empresas industriais, entre 1915 e 1919, em cinco anos apenas, surgiram 5.940. Se, em 1890, tínhamos apenas duas usinas elétricas e se, entre 1891 e 1900 foram fundadas 8, e entre 1900 e 1910 foram fundadas 77, entre 1910 e 1915 surgiram 104 e, entre 1915 e 1925, 152". Nelson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 267.

400. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1915 por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura pelo Presidente do Estado General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, p. 54, Aracaju, Tip. do *O Estado de Sergipe*, 1915.

Evidencia-se, desse modo, a grande evasão que ocorria nas escolas, sobretudo nas zonas rurais, onde a criança representava mão-de-obra indispensável à sobrevivência da família.

Continuava em ascensão o ensino particular que, já nessa época, contava com 102 escolas e uma matrícula de 2.151 alunos.

Contrariamente ao que acreditava Rivadávia Correia ao lançar a Reforma de 1910, seus efeitos foram desastrosos. Inversamente ao que pretendia, brotaram, numerosas, as escolas superiores ante a facilidade de abertura. Só no Rio de Janeiro, foram criadas seis faculdades de Direito. Propondo-se a negar valor aos títulos acadêmicos, produziu a mais famosa epidemia de bacharelismo de que há notícia no Brasil. O ensino secundário, praticamente, desapareceu ante o escândalo de poderem os donos de colégios conferir certificados de bacharéis, que podiam ser obtidos até em apenas dois anos de curso.

Em Sergipe, a situação em que se encontrava o Atheneu era uma demonstração dos efeitos nefastos dessa Reforma. Somente 75 alunos estavam matriculados em 1915, e a quase totalidade nas duas primeiras séries.

Em 1915, ante a desorganização em que se encontrava a educação brasileira, tornou-se necessário impedir a marcha da Reforma Rivadávia Correia. Coube ao Ministro do Presidente Wenceslau Brás, Carlos Maximiliano, apresentar a Lei que tomou o seu nome, reoficializando o ensino e reformulando o currículo do Colégio Pedro II ao reduzi-lo a cinco anos. Não apresentou essa Reforma inovações, pois, como notou o prof. Geraldo Bastos da Silva, soube retirar das reformas anteriores contribuições positivas, entrosando-as para aplicar ao momento. De Benjamin Constant ficou a equiparação dos colégios estaduais; do Código Epitácio Pessoa, o currículo seriado do Pedro II e a equiparação estendida aos colégios particulares; de Rivadávia, o exame vestibular; da tradição, que vinha do Império, os exames preparatórios parcelados. Feitos estes nos colégios oficiais, perante bancas nomeadas pelo Conselho Nacional de Ensino, os alunos dos colégios particulares, que se lhes submetessem, poderiam candidatar-se ao ingresso nas escolas superiores.

Para adaptar o ensino secundário sergipano à nova Reforma, o Presidente Oliveira Valadão baixou os decretos de 24 de abril e 17 de junho de 1916,[401] que atingiram toda a estrutura da instrução estadual.

401. Esses decretos haviam sido autorizados pela Lei nº 686 de 27/10/1915, que determinava: Art. 1º Fica o governo autorizado a reorganizar o plano do ensino público do Estado, adotando quanto ao secundário, os dispositivos do Decreto Federal nº 11.530 de 18/3/1915, com as alterações que lhe forem feitas pelo Congresso Nacional. Art. 2º

Quanto ao ensino primário, procurou moldá-lo segundo planos adotados em São Paulo e Minas Gerais, que, porém, não medraram por falta de condições do meio social sergipano, permanecendo os métodos tradicionais. Dessas medidas tentadas, deu resultados a ampliação de escolas noturnas para ambos os sexos, que "ia ao encontro dos reclamos do operariado que enche as nossas fábricas e que tão poderosamente concorre para o aumento de nossa riqueza".[402] Foram localizadas nos bairros operários da Capital e das cidades industrializadas como Estância e São Cristóvão.

Já, nessa época, o operariado aparecia como uma componente a ser considerada na estrutura social sergipana, tendo necessidade de alfabetização para ingresso nas fábricas ou exercerem outras atividades. Ao lado dos tecelões, estavam os ferroviários, cujo número aumentara com o desenvolvimento das estradas de ferro, os homens das docas, carroceiros, pedreiros, carpinas, sapateiros, pessoas que passavam a compor o Centro Operário Sergipano, fundado em 1911. Do traço assistencial de início, vai o Centro se enriquecendo "de conteúdo ideológico. Os intelectuais mais esclarecidos nele fazem conferências atraindo os interesses dos operários. Há agora uma consciência de classe mais viva e a necessidade de reivindicações cria a compreensão para a luta. De um modo os ideais são reformistas, a injustiça social, injustificável aos seus olhos, soma todas as convicções para a luta comum".[403] Entre esses intelectuais progressistas, que procuravam acercar-se do operariado, destacaram-se Deodato Maia[404] e Florentino Menezes.

O Presidente Valadão preocupou-se em melhorar a produtividade

---

Aprovado que seja pelo Congresso a reforma, o Governo providenciará sobre a equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio Pedro II, observando estritamente o programa daquele instituto de ensino ou ampliando-o". Coleção de Leis e Decretos de 1915. Aracaju, *Imprensa Oficial*, 1917.

402. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão por ocasião da abertura da sessão extraordinária em 20 de junho de 1916, p9 9. Aracaju, Tip. do *O Estado de Sergipe*, 1916.

403. Machado, Manuel Cabral: Aspectos dos movimentos operários em Sergipe. *Revista de Aracaju*, ano XIX, nº 7, 1962, pp. 239 e 240.

404. Deodato da Silva Maia (1876-1941), jornalista, parlamentar, jurista, foi um dos pioneiros do Direito do Trabalho no Brasil ao publicar a Regulamentação do Trabalho em 1912, como também do divórcio ao elaborar o Projeto de Lei que apresentou ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em 1912. Na Câmara dos Deputados, destacou-se pelas idéias sociais progressistas defendidas como podem ser evidenciadas na publicação *Legislação Social*, datada de 1918, e em 1919 na apresentação do projeto, não aprovado, da participação dos operários nos lucros das empresas. Ainda enveredou pelo folclore do seu Estado, divulgando lendas sergipanas por ele recolhidas.

agrícola para atender à demanda dos mercados consumidores, incentivando o emprego de máquinas e implementos na agricultura, instituindo prêmios para os lavradores e facilitando o crédito. Cogitou da fundação de uma Escola Prática de Agricultura,[405] vista como necessária ao desenvolvimento sergipano, e que funcionasse de "molde exclusivamente prático, onde os alunos do último ano do curso primário possam receber os ensinamentos da agricultura, onde aprendam a servir-se, a utilizar-se racionalmente de aparelhos aperfeiçoados, a fazer seleção de sementes, a conhecer a natureza dos terrenos e certifiquem-se das vantagens de tais processos".[406]

Essa tentativa de criar o ensino agrícola profissional fracassou, não encontrando ressonância na classe economicamente dominante, presa à tradição. Confirmava-se a afirmativa de que "para uma sociedade de base agrícola, como era a nossa, sobre a qual se assentavam o latifúndio e a monocultura e para cuja produtividade não contribuía a modernização dos fatores de produção, mas tão somente se contava com a existência de técnicas arcaicas de cultivo, a educação realmente não era considerada como fator necessário".[407]

Outro aspecto importante do Regimento da Instrução Pública do Presidente Oliveira Valadão foi o estímulo que dava à criação de grupos escolares, que, assim, iriam absorvendo as escolas isoladas. Também o currículo do curso primário foi ampliado com a introdução do ensino de Ciências Naturais (lições de cousas) e aplicações à zootécnica e agricultura, Educação cívica e moral, Desenho linear e Noções de geometria plana, além de Ginástica e exercícios militares.

Uma inovação interessante representou a criação da Escola Complementar, de um ano, intermediária entre o curso primário e a Escola Normal, à qual funcionava anexa. O certificado de aprovação por ela expedida garantia, ao aluno, matrícula direta na Escola Normal.

Modificou-se a estrutura do ensino secundário, que passava a sér constituído dos cursos Normal, Ginasial, Integral e Comercial.

O Normal, para homens, abrangia os quatro primeiros anos do Curso Ginasial, excluindo o estudo de Latim e Alemão, substituído pela cadeira de Pedagogia, Educação Moral e Cívica, Higiene e História Natural, especialmente da parte que interessasse ao Brasil.

---

405. Lei nº 728 - de 7/11/1916 - Autoriza o Governo a fundar, nesta Capital, uma escola prática de Agricultura, mantendo no interior dois Campos de Demonstração". Coleção de Leis e Decretos de 1916.

406. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 12ª legislatura, p. 32.

407. Romanelli, Otaíza de Oliveira: Obra citada, p. 45.

O Ginasial procurava seguir o currículo do Colégio Pedro II, numa tentativa de alcançar a equiparação e as vantagens permitidas pela Reforma Carlos Maximiliano, e se destinava "aos candidatos aos cursos das Escolas de Ensino Superior da República".

O Integral, desdobramento do curso Ginasial, com o acréscimo da 6ª série, "seria de grande proveito para nossos jovens conterrâneos que baldos de recursos para freqüentarem fora do Estado escolas do ensino superior, poderão aqui mesmo adquirir noções científicas indispensáveis à vida prática, que os habilitem a exercer com regular proficiência, não só empregos públicos administrativos, isentando-se quase que em absoluto da exigência do concurso, como também outras profissões, tais como eletricista, mecânico, construtor, agrimensor, prático, etc.". Poderia o Curso Integral ser considerado um precursor dos cursos profissionalizantes do 2º grau criados pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O Curso Comercial, "para os que se destinarem aos diferentes ramos de negócio", aproveitava uma disciplina facultativa já existente no Atheneu, Escrituração Mercantil, sistematizando seu estudo ao lado de outras disciplinas essenciais, e teria a duração de três anos.

Sob alguns aspectos, era revolucionária essa Reforma. Mas na prática não funcionaram suas modalidades, exceto o curso ginasial, este mesmo prejudicado pelos exames parcelados. Em 1918, nele matricularam-se 78 alunos, mas com uma grande discrepância da matrícula, como dizem os números:

1º ano	41 alunos
2º ano	17 alunos
3º ano	8 alunos
4º ano	8 alunos
5º ano	4 alunos

Nesse mesmo ano foram expedidos, após os exames parcelados, 295 certificados de Português, 222 de Francês, 41 de Inglês, 48 de Latim, 259 de Geografia e Cosmografia, 86 de História Universal, 85 de História do Brasil, 295 de Aritmética, 44 de Álgebra, 57 de Geometria e Trigonometria, 105 de Física e Química e 1 de Psicologia, Lógica e Filosofia.[408]

408. APES – Instrução Pública.

Também fracassou o curso normal destinado ao sexo masculino, estando nesse ano de 1918 inscritos apenas 3 alunos no 1º ano e 4 no 2º. Enquanto a Escola Normal feminina, que se desenvolvia fora dessa estrutura, com duração de quatro anos e programas de ensino organizados e executados segundo regulamento específico, seguia promissora com uma matrícula de 185 alunas.

Não obteve demanda o Curso Comercial, contando, apenas, com 2 alunos no 1º ano e 1 no 2º. Igualmente sucedeu ao Curso Integral, que, também, deveria ter uma clientela na pequena burguesia urbana. Esta não o freqüentou por não lhe conferir *status* social. Fascinava-a a busca de ascensão social através da educação. Assim, apesar dos esforços do Presidente de lançar os fundamentos do ensino profissional, as medidas não encontraram acolhida na camada social que deveria fornecer a clientela. Esta vai preferir o curso que era símbolo da classe dominante, o que ministrava o ensino acadêmico tradicional de utilidade para os que buscavam as Academias, mesmo que não conseguissem os jovens, por falta de recursos, buscar, em outros Estados, o cobiçado diploma de doutor. Como outros dirigentes do país, o Presidente Valadão acreditou estabelecer um sistema educacional adaptado às necessidades imediatas de cada classe, mas sem que fosse alterada a estrutura social vigente. Explica-se, assim, porque falharam suas tentativas, desde quando a classe média não buscava a educação para o trabalho, estigmatizada em decorrência dos séculos de escravidão, pois só ao escravo competiam as atividades manuais.

Somente a Escola de Artífices, a nível primário, permaneceu responsável pelo ensino profissional, e as transformações estruturais verificadas na vida sergipana absorviam os que o terminavam. O alunado que, em 1916, já atingia a 145, era, porém, oriundo das classes menos favorecidas da sociedade.

Novos Grupos Escolares surgiram nessa administração: o Barão de Maroim e o General Valadão na Capital, o Coelho e Campos na cidade de Capela, graças à doação do prédio pelo sergipano Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. José Luís Coelho e Campos, e se iniciou a construção de um na cidade de Vila Nova.

Ainda preocupou o General Valadão prover as escolas de material escolar apropriado, principalmente de carteiras adequadas, que continuavam a ser importadas dos Estados Unidos.

A equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio Pedro II, que vinha sendo tentada desde a promulgação da Lei Maximiliano, chegou, afinal, em fevereiro de 1918, seguida de inspeção permanente por ato do Ministro da Justiça de 23 do mês seguinte trazendo, como conseqüência, o aumento da matrícula daquele estabelecimento, atingindo já nesse ano 89 alunos contra 59 do ano anterior. Mas os exames

parcelados continuavam a prejudicar a conclusão do currículo, diminuindo sensivelmente o número de alunos à medida que os anos avançavam. Esses abandonavam o curso desde quando podiam chegar às Academias por um caminho mais rápido.

Encontrava-se o professorado primário em péssima situação financeira. O último aumento obtido datava de 1896, na primeira administração do Presidente Valadão. Este, em 1916, procurou corrigir a situação através do Decreto nº 630, de 24 de abril que aumentou razoavelmente os vencimentos dos professores de acordo com a realidade financeira da época, tentando, assim, atrair pessoas qualificadas para ocuparem as cadeiras do ensino público.

Ao passar a administração ao seu sucessor em 1918, deixava o Presidente Valadão funcionando na Capital 4 grupos escolares, dois em fase de conclusão no interior e 253 escolas isoladas. A população escolar pública primária atingia a 9.432 alunos, embora continuasse a defasagem entre a matrícula e a freqüência, sendo que, no ano anterior, apenas 160 alunos concluíram o curso primário, fato que alarmava o Diretor da Instrução Pública, atribuindo-lhe causas subjetivas. Em realidade, elas eram, essencialmente sociais. Predominava esse abandono no meio rural, onde não melhorara as condições de vida do trabalhador, que continuava numa existência semi feudal, tornando-se a freqüência à escola difícil, além de não oferecer estímulo. Nas regiões de pequenas propriedades, a criança representava mão-de-obra indispensável ao trabalho agrícola e, geralmente, o período de aulas coincidia com a época de atividades do plantio e colheita. Sendo o ensino dissociado da realidade local, os pais retiravam os filhos da escola logo que eles adquiriam os conhecimentos mínimos para ler e escrever.

Em 24 de outubro de 1918, assumia a presidência do Estado o Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo (24/10/1918 a 24/10/1922), e que ainda se vai beneficiar da conjuntura econômica favorável. "Realmente as rendas crescem propiciando à administração pública ensejo para a realização de melhoramentos que se vão tornando inadiáveis em nosso Estado", diria ele[409] acrescentando que, "por sua vez, a fortuna particular aumenta e com ela o progresso, que se vai acentuando em todos os ramos de nossa atividade de negócio." Continua a transformação da vida aracajuana, que segue modernizando-se, ganhando hábitos diferentes ante o aparecimento da nova burguesia surgida com a prosperidade dos anos da Grande Guerra. Os novos ricos passam a

409. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

ostentar casas residenciais luxuosas, "os palacetes", automóveis de vários tipos. Identicamente sucedia com os representantes da velha aristocracia rural que superavam os preconceitos antimercantilistas e se integravam na vida urbana. O que ocorria em Sergipe era uma réplica da situação brasileira, onde "o austero homem de negócios, do nascente e próspero "alto comércio" urbano, impunha-se o mesmo código de honra, aspirava aos mesmos ideais e, se não igualava, suplantava o estilo de vida da aristocracia agrária (confundindo, na paisagem social em mudança, os dois mundos mentais, o da "Casa-Grande" e o do "Sobrado"). Seu objetivo supremo deslocava-se, aos poucos, para a conquista de um *status* senhorial (através da nobilitação de alguma espécie consagradora de titulação), que coroasse o "êxito econômico", sublimando-o e dignificando-o na escala de prestígio e de valores de uma sociedade de castas e estamental".[410]

Muito se desenvolveu o comércio com a abertura de diversas firmas, gerando uma burguesia mercantil, os "novos ricos". Estes procuram caricaturar os hábitos das famílias aristocratas que, vaidosamente, ostentavam os títulos dos avós, barões e comendadores. Aconteceu, assim, que "por mais que os lucros se acumulassem em mãos de uma minoria de proprietários, o incremento da renda gerada permitia um aunento do poder aquisitivo de outros estratos sociais, resultando na ampliação do mercado interno que, por sua vez, concorria para um maior dinamismo econômico, sobretudo no comércio."[411]

Atraída pelas notícias das possibilidades que a Capital oferecia, para ela se deslocavam populações pobres do interior, geralmente sem preparo profissional,e que vão aumentar os problemas sociais que a cidade já possuia.

Ecoam, também, em Sergipe os movimentos que iam pelo mundo, como é uma demonstração a fundação do Centro Socialista Sergipano, idéia de Florentino Menezes, um intelectual idealista e angustiado, congregando outros intelectuais da terra como o jurista Manuel dos Passos de Oliveira Teles, o médico Helvécio de Andrade, o poeta e professor Arthur Fortes. Teve vida efêmera esse movimento nascido precocemente em solo onde não tenha condições de medrar, apenas sonho de pessoas almejando um mundo novo e melhor. Na época, não possuíam os trabalhadores condições de compartilhar, da "propaganda enérgica, contínua e eficaz das diferentes doutrinas socialistas no Estado de Sergipe". Fracassou o sonho de seu idealizador, que o via

410. Fernandes, Florestan: *A Revolução Burguesa no Brasil*, Zahar Editores, 1975, p. 183.
411. Dantas, José Ibaré Costa: Obra citada, p. 41.

nascer "como a árvore de um núcleo diminuto e fragílimo, para depois crescer, subir, entranhar as suas raízes no solo abençoado de Sergipe e estender a sua sombra benfazeja sobre todos os sergipanos".[412]

Outro intelectual progressista, Deodato Maia, defendia a intervenção do Estado na vida social para corrigir as distorções existentes, e afirmava, ousadamente para a época, (1918) "que toda transformação econômica corresponde a uma transformação do Direito, como também da Moral, da Arte, de qualquer manifestação de nossa atividade".

Aumenta a participação da mulher na vida sergipana, embora de forma ainda tímida. Em 1919 fundava-se o Clube Esportivo Feminino de Aracaju, festivamente, tentando modificar os hábitos existentes, trazendo as jovens para as competições públicas.

Aracaju, com seus 37.440 habitantes, comemorou festivamente o centanário da emancipação política de Sergipe da Capitania da Bahia por Carta Régia de D. João VI, de 8 de julho de 1820. Entre as atividades realizadas, destacou-se a publicação do Álbum de Sergipe, valioso documentário da História de Sergipe organizado por Clodomir Silva. Também foram transladados de Recife os restos mortais de Tobias Barreto, sendo depositados no monumento da praça que leva seu nome.

Já se contavam dois cinemas, o Carlos Gomes e o Rio Branco, onde também se exibiam companhias teatrais e artistas de renome no país. Foi, nessa época, planejada a construção de um grande teatro, com capacidade para 1.000 pessoas, "em estilo gótico-árabe" com as inovações do momento. "A construção de um teatro moderno em Aracaju, em face do grande desenvolvimento que se vai notando em todos os ramos de nossa atividade, era já uma necessidade", defendia o Presidente Pereira Lobo.

Apesar de ser feita a planta, de serem recebidas as propostas para a construção do edifício, as dificuldades financeiras que começam a surgir em Sergipe, fizeram que esse teatro ficasse apenas no projeto largamente divulgado.[413] Livrou-se, desse modo, Sergipe de ver erguido um edifício característico de uma época de esnobismo.[414]

412. Menezes, Florentino Teles de: *O Partido Socialista Sergipano – Apelo ao Centro Operário de Aracaju*, 1918.
413. No Álbum de Sergipe de 1920 encontra-se a planta completa do Teatro nas páginas 157 a 161.
414. "O Teatro de São Cristóvão, que vai ser o primeiro grande teatro construído em Sergipe, será uma obra de arte perfeitamente digna de qualquer capital moderna. Atestará através do tempo o carinho do atual governo pelos elementos de civilização do po-

Cresce o *status* médio da população urbana, para o que concorreu não só o funcionalismo público com a criação de novas repartições administrativas, judiciárias e policiais exigidas pelo mecanismo político, como os comerciários, bancários e empregados nos setores de transporte.

Aumenta o número de operários, atingindo em 1920, no setor têxtil, a 3.893, com a maior concentração em Aracaju. O Centro Operário Sergipano, sob a influência do que se passava no Brasil, por sua vez reflexo do que ia pelo mundo, saía da fase vacilante, sem ideologia definida, para tomar posição de luta por reivindicações da classe, como se pode evidenciar através do jornal que passa a circular regularmente, o *Operário*. Esses sintomas de luta de classe, a que não estava acostumada a classe dirigente, que só entendia a passividade do trabalhador, passaram a preocupá-la como comprova a afirmação do Presidente Pereira Lobo: "A classe proletária, em geral, neste momento atravessa uma situação excepcional, criada por elementos da mesma classe, que *um socialismo mal orientado* vai desviando das verdadeiras normas".[415]

Assustavam o Presidente, como a toda classe dominante, as reivindicações do operariado traduzidas na greve dos tecelões, de 1921, em busca de melhores salários e redução da jornada de trabalho.

Também outros setores da sociedade sergipana passam a revelar sinais de descontentamento à política da classe dominante, não permanecendo à margem do que sucedia no país. Assim, aparece contestação à prática costumeira do Presidente da República fazer o sucessor, aceito pelos Presidentes estaduais que, também, tinham idêntico procedimento, quando foi lançada pelo Catete a candidatura de Artur Bernardes. Forma-se, em Sergipe, a Reação Republicana liderada por Manuel Nobre, arregimentando adeptos para a candidatura de Nilo Peçanha. Embora o resultado das eleições seja idêntico aos anteriores, com a vitória maciça dos detentores do poder, o aparecimento da Reação é simbólico. Demonstrou que já se queria mudar a ordem constituída, investindo-se contra os métodos usuais de ação. Também confirma isso a luta pelo voto secreto que, em Sergipe, ganhou adeptos entusias-

vo. E o breve discurso proferido pélo dr. Pereira Lobo, no ato de lançamento da pedra fundamental desse monumental edifício, deixou bem caracterizado o seu intento de concorrer para o aperfeiçoamento intelectual do seu Estado, protegendo as letras e as artes". Canto e Melo: *Novo Sergipe – Depoimento para a verdade histórica sobre a administração Pereira Lobo*, Rio de Janeiro, 1921, p. 149.
415. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1920, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, p. 40.

tas, sendo o maior deles Florentino Menezes, agindo através da imprensa, da fundação de um Centro de Propaganda, de manifestos e do livro *O Voto Secreto*. Içava-se, assim, uma bandeira que vai ser, também, a do Tenentismo, ao acreditar que seria esse um caminho para tranformar a política brasileira.

O sistema educacional, porém, não acompanhava as transformações estruturais sergipanas, apesar de tentativas feitas para alterá-lo pelos dirigentes. O ensino secundário continuava livresco, ornamental, mera passagem para os cursos superiores, só o concluindo no Atheneu os que não dispunham de recursos para seguir os estudos em outros Estados. O ensino primário não acompanhou o ritmo de crescimento demográfico do Estado, e o recenseamento de 1920 acusava ser Sergipe o Estado onde menos crescera o índice de alfabetização, como evidenciam os números:

ANOS	PERCENTAGEM DE ANALFABETOS EM SERGIPE	NO BRASIL
1872	66,4%	
1890	67,2%	85%
1900	58,2%	75%
1920	60,1%	75%

Em 1915, com clarividência, previra esse fato Carvalho Lima Júnior ao enfatizar que, em Sergipe, nos anos de:

1859 havia uma cadeira para	3.371 habitantes
1899 " " " "	1.771 "
1905 " " " "	2.274 "
1915 " " " "	2.112 "

e quanto à matrícula nas escolas públicas primárias[416] em:

1859 atendia a	1.85% da população
1899 "	1.75% "
1905 "	1,55% "
1915 "	1,84% "

Continuava a defasagem entre a matrícula e a freqüência das aulas públicas primárias,[417] sendo mínima a percentagem dos que concluíam a 4ª série, num reflexo da dissociação entre o ensino e a realidade sócio-econômica local, apesar de percebida e denunciada, em várias ocasiões, por autoridades educacionais.

O decreto nº 721, de 31/3/1921, ao dar novo Regulamento ao Atheneu, necessário para acompanhar a estrutura do Colégio Pedro II, realisticamente extinguiu naquele estabelecimento os cursos normal, comercial e o integral, que continuavam com assiduidade mínima.

A partir desse momento, o curso normal passou a ser procurado só por mulheres, resultado do desinteresse que os homens a ele vinham manifestando.

Cumpre ressaltar a atuação de iniciativa privada na fundação da Liga Sergipana contra o Analfabetismo em 24/9/1916, visando, especialmente, à alfabetização de adultos. A primeira escola era mista e nela lecionava a professora Ítala Silva de Oliveira. Já em 1920 contava com 8 escolas noturnas, não só na Capital como no interior, para atender aos que trabalhavam.

A prosperidade econômica fez crescer a importância dos colégios particulares, especialmente dos que mantinham internatos, sendo que

416. Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: *A Propósito da Mensagem Presidencial do General Valadão*. Aracaju, Typ. do Estado de Sergipe, 1916, p. 10.

417.

ANOS	MATRÍCULA	FREQÜÊNCIA
1919	9.120	7.315
1920	9.559	7.434
1921	9.820	7.855

Em 1917 somente chegaram ao fim da 4ª série em todo o Estado 165 alunos, sendo aprovados 160. APES – Instrução Pública.

em 1917, na Capital, eram freqüentados por 645 alunos, destacando-se o *Tobias Barreto* com 140, o Grêmio Escolar com 91 e o Santana (feminino) com 82. Já em 1921, nos exames parcelados realizados no Atheneu, as inscrições dos alunos do *Tobias Barreto* chegavam a 168, com 138 aprovações. Nessa época começava a funcionar em Aracaju outro educandário feminino, o *Instituto América*, sob a direção da professora Norma Reis, que iria desfrutar de grande prestígio, sobretudo pelo nível intelectual dos professores.[418]

Ante a ausência de cursos superiores, os sergipanos continuavam a emigrar procurando-os em outros Estados, predominantemente a Bahia pela proximidade em que se encontrava, nas Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia e na Escola Politécnica. Essas primeiras décadas do século XX são marcadas pela influência cultural da Bahia na formação sergipana, que se estenderá até os começos de 1950, quando são fundadas as Faculdades locais, inicialmente Ciências Econômicas, Química, Direito e Filosofia e posteriormente, Serviço Social e Medicina.

Os jovens desprovidos de recursos, provenientes sobretudo da pequena burguesia urbana, continuavam a buscar a Escola Militar e os Seminários. A presença do Seminário na Capital sergipana vai atrair jovens pobres do interior do Estado para sua clientela.

A maioria dos bacharéis, médicos, engenheiros, não encontrando condições para atuar na terra natal, fixou-se em centros maiores, como atestam Gilberto Amado, Lourival Fontes, Ranulfo Prata, Barreto Filho, Cleómenes Campos, Jackson de Figueiredo, Aníbal Freire, Deodato da Silva Maia, Maviael do Prado Sampaio, Ítala Silva de Oliveira, o pintor Jordão de Oliveira, entre outros. Retornaram alguns, e muito deram à terra natal como Alfredo Cabral, Costa Filho, Clodomir Silva, Edson Ribeiro, Garcia Rosa, o poeta da colina do Santo Antônio, onde viveu até a morte, "dando a impressão de um distanciado, de um ausente, de quase um exilado"; marcaria, porém, a paisagem mental de Sergipe, menos pela sua poesia, das melhores que produzimos aliás, porém, pela sua força aglutinadora, personalidade intelectual, pela sua capacidade dialética, pela sua fidelidade à terra natal."[419]

Outros, sem condições para continuarem o curso superior fora de Sergipe, aí permaneceram, dedicando-se ao jornalismo, ao magistério, a exemplo de Péricles Muniz Barreto, Arthur Fortes, Abdias Bezerra.

418. O Instituto América funcionou de 1920 a 1935 freqüentado pelo sexo feminino, contando com um corpo docente integrado por professores renomados.
419. Calazans, José: Obra citada, p. 56.

Foi importante a atuação do jornal *O Século XX*, que circulou de 1916 a 1920, na vida cultural sergipana dessa época. Projetou os jovens intelectuais iniciantes, Passos Cabral, Péricles Barreto, Pe. José Augusto da Rocha Lima, Orlando Dantas, ao lado de outros já firmados como Carvalho Lima Júnior, Deodato Maia, Garcia Rosa, Arthur Fortes, Clodomir Silva, Ítala Silva de Oliveira.

Em suas páginas vão aparecer os primeiros anúncios de inconformismo ante o sistema político dominante, evidenciado no manifesto de apoio, em 1919, à candidatura à Presidência da República de Rui Barbosa contra a de Epitácio Pessoa, representando a situação dominante. Apoiavam Rui como a "voz de uma consciência, que se dirige ao povo, à mocidade, ao futuro, uma voz de honestidade, que não podia toar a corrompidos, uma voz de regeneração, que não podia agradar a degenerados, uma voz de liberdade, que não podia servir a oligarcas".[420]

Os dois últimos anos da administração da Pereira Lobo, contrastando com o período anterior, serão marcados pelo decréscimo considerável da exportação açucareira, em conseqüência do retorno da produção do açúcar de beterraba à situação anterior à Grande Guerra, provocando a baixa de preço séria crise no Brasil. Em Sergipe, porém, dar-se-á a transferência dos capitais acumulados no setor açucareiro, nos anos favoráveis, para a indústria têxtil, no momento de maior rentabilidade, desde quando aí existiam matéria-prima local, mão-de-obra barata e tradição que vinha dos fins do Império.

PERCENTUAIS DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR E TECIDOS

ANOS	AÇÚCAR	TECIDOS
1918	71%	15%
1919	65%	14,3%
1920	53%	31%
1921	47%	37%

Em 24 de outubro de 1922, o Presidente Pereira Lobo passava o comando da administração sergipana ao Dr. Maurício Graccho Cardoso. Quantitativamente, lhe pode ser creditado o crescimento da rede

420. Mangabeira, João: Rui – *O Estadista da República*, São Paulo, Livraria Martins, 1946, p. 270.

escolar do Estado, contando, então, com 254 escolas isoladas, 5 grupos escolares, a Escola Complementar (anexa à Escola Normal), que fora desdobrada em dois anos, e 7 escolas noturnas. Estavam matriculados 10.032 alunos, enquanto a freqüência chegava apenas a 7.940. Nas escolas noturnas, a matrícula registrava 232 alunos, sendo 150 homens e 80 mulheres.

A partir de 1905, voltara a funcionar a Escola de Aprendizes de Artífices, a nível primário, para formar os marinheiros da Armada do Brasil. Entre os seus comandantes, destacou-se o então Capitão-tenente Amintas José Jorge, responsável pela construção da sede onde hoje funciona a Capitania dos Portos. Sua matrícula não excedia à capacidade de lotação, possivelmente pelo preconceito que sempre houve contra ela ante a disciplina exigida, sendo vista como um castigo para o adolescente insubordinado.

A Escola Normal feminina seguia em ritmo crescente, com 144 alunas inscritas em 1922. Já a situação do Atheneu não era animadora, freqüentando-o apenas 58 alunos, enquanto, no fim do ano anterior haviam prestado exames parcelados 154 candidatos, sendo 25 dos que estavam aí matriculados e 129 provenientes dos colégios particulares. Mas crescia a participação da mulher na vida do Atheneu, contribuindo com o maior número dos concludentes do curso.

Continuava o sistema educacional dissociado das necessidades locais, sem promover a renovação social, sem participar do desenvolvimento que se operava no Estado. Era mais um meio de conservação de privilégios. A sociedade sergipana urbana, em realidade, modernizara-se copiando modelos estereotipados das regiões desenvolvidas. Mas permaneciam as estruturas arcaicas, tradicionais, que atuavam sobre o processo educacional, fazendo que este não correspondesse às solicitações imediatas da vida econômica em andamento, passando a ser um obstáculo ao seu crescimento.

Em Sergipe, como no Brasil, o sistema educacional implantado pela Velha República ia cumprindo sua missão, a de formar a "inteligentzia", que conduzia os destinos do Estado, constituída da elite saída da classe dominante, da burguesia latifúndio-mercantilista, à qual se agregavam os elementos dos *status* médios através da política de clientela.

Apenas um fato novo alterou esse quadro educacional no fim do Governo Pereira Lobo. Aconteceu a inauguração do Liceu Profissional Coelho e Campos, uma conseqüência do legado testamentário do Ministro do Supremo Tribunal Federal que lhe deu o nome, falecido em 1919, para a aquisição de um prédio, onde deveriam ser preparados, através de ensino prático, profissionais.[421] Pelo decreto de 24 de abril de 1922, o Presidente Pereira Lobo criava o curso de Merânica Prática, com a duração de dois anos, subvencionado pelo governo da União, segundo as cláusulas do contrato firmado.

Significava esse ato marco inovador na História da Educação Sergipana, apesar de ainda conservar-se esta ligada ao sistema de classes estruturada em torno de seus interesses. O cidadão, por ela produzido, estava "moldado a atuar segundo as modalidades de comportamento de sua classe e de sentir e concordar com os valores e a cosmovisão da classe a que pertence. Por isso será um cidadão orientado para um tradicionalismo classista, resistente à mudança e qualquer forma de renovação que implique presumíveis perdas de privilégios, e resistente ao processo de circulação de oportunidades iguais para todos".[422]

421. "Consoante disposição da última vontade do eminente e saudoso sergipano, Dr. José Luís Coelho e Campos, estou providenciando para construção do Instituto do Ensino Profissional, tendo por decreto nº 723, de 16 de junho do corrente ano, desapropriado, por utilidade pública, o prédio e terreno, situados à Rua de Itaporanga, de propriedade de d. Maria Emília Melo, e a área com uma extensão de 622,50 m de terreno situado à Rua de Simão Dias, de propriedade do cidadão Tito Gomes de Araújo Pinto, para ali ser construído o Instituto Profissional Coelho e Campos", dizia o Presidente Pereira Lobo na Mensagem à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1921, pp. 22 e 23.

422. Salvador, A. D.: *Cultura e Educação Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1971, p. 209.

OS DOIS ÚLTIMOS PRESIDENTES DA VELHA REPÚBLICA

Em 24 de outubro de 1922 iniciava-se o quatriênio do Dr. Maurício Graccho Cardoso, indiscutivelmente o mais destacado dos presidentes da Velha República em suas tentativas de transformar, cultural e economicamente, o Sergipe provinciano, atrasado, num Estado moderno e progresista.

Justamente, nesse ano, o país era sacudido por dois movimentos de considerável ressonância, anunciadores do inconformismo das novas gerações ante as estruturas dominantes. Um, no campo cultural, a Semana de Arte Moderna realizada de 11 a 18 de fevereiro em São Paulo; o outro em 5 de julho, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, iniciando o ciclo de movimentos revolucionários conhecidos como Tenentismo.

Para que se tornassem possíveis as realizações que marcaram a administração do Presidente Graccho Cardoso, concorreram causas nacionais e locais, bem como a personalidade singular do homem que ele foi.

Suas atividades foram condicionadas pela estrutura social sergipana da época; mas, ao mesmo tempo, deflagariam novas formas que desafiaram e, algumas vezes, conseguiram superar essas mesmas estruturas.

Graccho Cardoso pode ser considerado como grande Presidente, não porque suas qualidades pessoais tenham imprimido uma filosofia individual às realizações deixadas, mas porque era dotado de particularidades "que o tornaram o indivíduo mais capaz de servir às grandes necessidades sociais de sua época, surgidas sob a influência de causas

gerais e particulares".[423] Ou, na concepção de Carlyle, pode ser visto como o *iniciador*, o que crê mais longe que os outros e deseja mais fortemente.

As causas gerais, que condicionaram sua atuação, devem ser entendidas como o momento de desenvolvimento que vivia o país, quando, após ter superado a crise dos anos imediatos ao fim da Primeira Grande Guerra, retomou o ritmo desenvolvimentista permitido pela aliança da burguesia nacional como o capital internacional, especialmente o norte-americano. Em Sergipe, surgem firmas comerciais estrangeiras como Loeser & Cia., Morton Ltda., Singer Sewing Machine Company, ou agentes locais da Chevrolet, Chrysler, Opel, Philips, Remington, entre outras.

Os fatores locais são percebidos através das transformações que se vinham operando em Sergipe desde 1914, decorrentes da valorização dos produtos primários de exportação, que permitiram o acúmulo de capitais e o crescimento do parque industrial têxtil. Os Bancos começam a adquirir importância na efetivação das transações comerciais. Já os últimos presidentes que precederam Graccho Cardoso, especialmente o antecessor, o Coronel Pereira Lobo, haviam esboçado realizações que ele teria condições de tornar realidade.

A partir de 1922, as exportações sergipanas retornaram ao índice de crescimento perdido em 1919, como dizem os números transcritos:

1919 - 21.334:763$582
1920 - 19.418:536$747
1921 - 17.687:381$561
1922 - 20.387:153$419
1923 - 43.003:580$275
1924 - 39.758:102$013
1925 - 39.393:394$503
1926 - 33.882:199$164

Tal fato fez que as receitas previstas fossem, em muito, superadas no decorrer do exercício orçamentário, como aconteceu no ano de 1923 quando a receita orçada em 4.290:434$400, alcançaria, porém, a arrecadação de 7.333:370$020.

Desse momento excepcional da história econômico-financeira de Sergipe soube aproveitar-se o Presidente Maurício Graccho Cardoso (1874-1950). Descendente de uma família da pequena burguesia urbana ligada ao magistério,[424] como outros jovens contemporâneos os parcos recursos o encaminharam à Escola Militar, que logo abandonou, conseguindo, depois, formar-se em Direito na Escola Livre de Direito do Ceará, após ter iniciado os estudos jurídicos no Rio de Janeiro. Passando a residir no Ceará, identificou-se com os Accioly, poderosa oligarquia que dominou a vida política cearense por muitos anos, chegando a eleger-se Deputado Federal e Vice-presidente daquele Estado. Com a queda do prestígio dos Accioly em 1912, transferiu-se para a Capital da República, onde foi alcançado pela política sergipana, que o fez, em 1921, Deputado Federal e, no ano seguinte, Presidente do Estado. Portador de sólida cultura humanística, ocupara, por concurso, a cátedra de Grego no Liceu do Ceará, e como jornalista demonstrou os conhecimentos, de que era possuidor, dos problemas do país e de sua época. Parlamentar, teve atuação marcante, destacando-se o interesse pelo ensino industrial, a começar pela apresentação de um projeto de lei para impedir a evasão dos alunos das Escolas de Artífices.[425] Depois de concluído o mandato de Presidente de Sergipe, ao retornar à Câmara Federal, apresentou um anteprojeto de ensino industrial, no qual "revelaria seu grande descortino quanto aos problemas de instrução profissional da mocidade do nosso país", dando "mais uma prova de penetração de seu espírito e da elevada compreensão que tinha das questões relativas ao encaminhamento da juventude para o trabalho, inscrevendo-o como o pioneiro da orientação profissional".[426] O projeto tentando criar o Instituto Brasileiro de Orientação Educacional, embora não encontrasse ambiente favorável naquela Casa do Congresso e, por isso, não tivesse sido aprovado, "é documento que merece ser transcrito por constituir a primeira tentativa, no Brasil, de implantação da nova técnica que surgia.

A brilhante, longa e erudita justificativa do projeto, que se acha publicada nos Anais da Câmara, demonstra os vastos conhecimentos especializados do autor a respeito dos problemas de orientação e seleção escolar, assim como expôs a maneira pela qual procurou ele organizar a orientação profissional no país".[427]

423. Plekhanov: *Reflexões sobre a História*, Editorial Presença, 1970, pp. 171 e 172.

424. Era filho do professor Brício Cardoso que, ao se aposentar em 1912, dizia: "Sou o último dos professores da primeira camada do Ateneu Sergipense com 42 anos de magistério". Também o seu avô, o professor Joaquim Maurício Cardoso, está ligado à história da educação de Sergipe, pois já em 1828 regia em Estância uma escola pública elementar pelo método lancasteriano.

425. Projeto apresentado à Câmara em 2 de agosto de 1921 sugerindo que fosse feito um contrato com o pai de menor, de maneira a obrigar a que ele terminasse o curso iniciado nas Escolas de Aprendizes de Artífices.

426. Fonseca, Celso Suckow da: Obra citada, 1º volume, p. 201.

427. Idem, pp. 101 e 102.

Múltiplos foram os atos do Presidente Graccho Cardoso na administração tentando sacudir todo o arcabouço da vida sergipana. Se não foi além, se diversos de seus projetos não deram os resultados esperados, explica-se o fato pelas contradições em que atuou.

Eleito pela oligarquia latifundiária local, se lhe tornava indispensável garantir o apoio dos "coronéis" que manipulavam a Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais. Para assegurar o suporte do governo da União, deveria ceder às suas imposições, como quando aceitou a candidatura, por Sergipe, ao Senado, de um extranho à terra, além de tributar excessas homenagens ao Presidente Artur Bernardes.

Ao mesmo tempo que fazia essas concessões, procurava cercar-se de destacados intelectuais da classe média como auxiliares da administração, a exemplo de Abidias Bezerra, que foi Diretor da Instrução Pública, Artur Fortes, seu líder na Assembléia Legislativa, além de outros que o apoiaram nas iniciativas, como Florentino Menezes e Clodomir Silva.

Através de uma política progressista, procurou atingir todos os facetamentos da estrutura estadual. Demonstrou possuir nítida compreensão de que os problemas agrícolas locais e seu impacto negativo na economia sergipana decorriam da existência do latifúndio improdutivo, da falta de capitais e da ausência de mão-de-obra especializada. Para enfrentá-los, criou o Banco Estadual de Sergipe com a finalidade principal de fornecer empréstimos aos agricultores a juros baixos e a longo prazo, e, no Centro Agrícola, fundou o Instituto de Química Industrial e o laboratório químico de análises, "visando a atender ao requisito da falta de controle científico e conhecimentos técnicos na produção do solo". Instalava, também, centros experimentais de sementes selecionadas para melhorar a qualidade do algodão plantado, e contratou o professor norte-americano Thomaz R. Day, do Texas, para, com sua experiência, fundar a Estação Experimental Miguel Calmon e outros núcleos nas regiões algodoeiras interioranas. Promoveu, em agosto de 1923, a primeira reunião dos interessados na produção algodoeira, resultando, dos debates e conclusões estabelecidas, a regulamentação, por decreto, da indústria algodoeira sergipana e a criação do Departamento Estadual do Algodão. Passava, assim, o Estado a intervir na vida econômica objetivando a melhoria da produção da matéria-prima para a indústria têxtil, da qual 80% já eram absorvidos pelas indústrias locais. Buscando qualificar o agricultor, iniciou a colonização estrangeira localizando, em lotes preparados no Centro Agrícola Epitácio Pessoa, 22 famílias alemãs. Lamentavelmente, a experiência não deu os resultados previstos, o que também aconteceria com a tentativa de introduzir a sericultura através do plantio de 12.000 amoreiras.

Compreendendo o perigo da monocultura, preocupou-se com a diversificação agrícola, estimulando, através de créditos, o plantio do café, arroz, mandioca, além da criação de Estações Florestais para o reflorestamento. Foi beneficiada a pecuária mediante o reativamento do Posto Zootécnico de Ibura, a introdução de variedades de raças, o plantio de forraginosas, o estímulo à criação de caprinos e coelhos. Ainda procura aumentar a extração do sal, produto que já participava da lista das exportações do Estado.

Voltou-se para o setor secundário promulgando leis de incentivo industrial, contribuindo para a instalação da primeira fábrica de utilização de fibras de coco e derivados na Ilha da Barra dos Coqueiros, bem como a montagem de estaleiros e outras indústrias menores.

Foi valiosa a colaboração do jovem farmacêutico-químico Antônio Tavares de Bragança para ministrar cursos preparando alunos para essas novas atividades.

Data de seu governo o início das tentativas de exploração do petróleo realizadas em 1926, em terreno da fábrica de tecidos Confiança. Estavam a cargo do sr. Luís Sobem, com a recomendação do Serviço Geológico do Ministério da Agricultura.

Não encontrou, porém, o Presidente grande receptividade nos senhores da economia para as inovações pretendidas, presos esses ainda à rotina e ao tradicionalismo.

Compreendendo a importância dos transportes para o êxito das medidas tomadas nos setores da produção, estendeu as linhas ferroviárias dentro de um Plano Geral estabelecido[428], e impulsionou as rodovias, que começavam a expandir-se no país, e, no fim de seu governo, já atingiriam a 222 Kms. e 55ms.

A ampliação da rede elétrica beneficiou algumas cidades do interior, e permitiu o aparecimento dos bondes elétricos substituindo os de tração animal existentes na capital.

Os problemas sañtários obtiveram prioridade, como exemplifica a fundação do Instituto denominado Parreiras Horta em homenagem ao seu organizador e primeiro diretor, o cientista de renome, companheiro de Osvaldo Cruz, que atendeu ao convite do Presidente, seu amigo, e veio para Sergipe. Essa instituição deveria servir "ao mesmo tempo de Instituto Pasteur, Instituto vacnogênico, Laboratório de análises clínicas, bacterológicas e químicas e, também, de pesquisas médicas", dotando o Estado de um estabelecimento "de maior eficácia

428. Decreto de 11/10/1924.

contra a raiva, varíola, além de constituir um centro científico para a investigação dos principais problemas de Medicina".[429]

Concorreu, através de contribuição financeira, para a construção e funcionamento do Hospital de Medicina e Cirurgia, entregue a direção do Dr. Augusto César Leite,[430] nome que se identificaria com a história da medicina sergipana pelos relevantes serviços prestados.

Inúmeros foram os edifícios públicos construídos pelo Presidente Graccho Cardoso, quer na Capital, quer no interior, identificados pela elegância e sobriedade das linhas arquitetônicas, lembrando o neoclássico, e encimados por uma águia. Alguns deles, ainda hoje, são sede de repartições públicas.

Em realidade, foram as realizações culturais, sobretudo as educacionais, que mais identificariam o traço progressista desse quatriênio.

As medidas, então tomadas, se enquadravam no momento em que vivia o país de efervescência de idéias na busca de imprimir novos rumos à educação brasileira.

Chegava ao Brasil, na década de 1920, o eco das grandes reformas educacionais adaptadas ao novo mundo emerso dos abalos profundos da guerra. Giovanni Gentile, aliando a concepção hegeliana do Estado e o nacionalismo de Mazzini à tradição católica italiana, lançava os fundamentos da educação fascista. Na Rússia, Lunatscharskt e Krupskaya encetavam a grande reforma educacional para a nova sociedade surgida da Revolução de 1917. Na França, Léon Bérard fazia vigorar novos planos da educação, enquanto na Inglaterra o *Education Act*, de Lord Fischer, abria caminhos à vida educacional britânica. Nos Estados Unidos, a "escola ativa" de Dewey e seus seguidores como Kilpatrick, significando o triunfo do pragmatismo, adaptava a educação às transformações radicais que sofria a sociedade americana ante o domínio crescente da industrialização.

O Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior em 1922, a fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924[431] e os

429. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1923, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. Imprensa Oficial.

430. Dr. Augusto César Leite (1886-1978) médico renomado especialmente como cirurgião, primeiro diretor da Escola de Artífices de Sergipe, professor do Atheneu Sergipense, jornalista, político, ocupou diversos cargos da administração do Estado de Sergipe. Mas, a parte mais destacada de sua vida foi a que devotou ao Hospital de Cirurgia como dedicação, altruismo e competência profissional, que o tornaria figura simbólica da história da medicina de Sergipe.

431. A Associação Brasileira de Educação apresentava como divisa: "Ao cabo de um século de independência sente-se que há apenas habitantes no Brasil. Transformar estes habitantes em povo é o programa da Associação Brasileira de Educação".

amplos debates travados na Imprensa e no Parlamento sobre a realidade educacional brasileira traduziam a ânsia de renovação dominante.

Percebiam os dirigentes que não era possível continuar a omissão do Estado ante a gravidade do problema educacional, e, em 2 de agosto de 1921, o Ministro da Justiça do Presidente Epitácio Pessoa, Alfredo Pinto, convocou a Conferência Interestadual do Ensino Primário. Realizada em outubro do mesmo ano, nela foi levantada, pela primeira vez, de forma global, a realidade da educação primária brasileira. Representou Sergipe o deputado Antônio Manuel de Carvalho Neto, designado pelo Presidente Pereira Lobo. Tomando parte ativa nos debates, deu conhecimento ao plenário do projeto que, pouco antes, apresentara ao Congresso criando escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para atrasados, numa atuação pioneira da educação dos excepcionais no Brasil.[432] O projeto, intitulado Educação dos Anormais, teve larga repercussão na imprensa da Capital do País.[433]

Tentou o Presidente Artur Bernardes atender a esses anseios de mudança através da Reforma de 1925, conhecida como Rocha Vaz. Nela aparece a preocupação dos dirigentes com o ensino primário, como se vê na Exposição do Ministro da Justiça ao enfatizar que era esse o problema "mais árduo" e procurava enfrentá-lo, através do art. 24, determinando que "o governo da União, com o intuito de animar e promover" a difusão nos Estados do ensino primário, "entrará em acordo com estes para o estabelecimento de escolas do referido ensino nos respectivos territórios".

Outro passo importante dado pela Reforma Rocha Vaz foi a modificação de estrutura do ensino secundário. Embora visto como essencial à matrícula nos cursos superiores, se destaca, porém, o fato de ser compreendido como "o preparo fundamental e geral para qualquer que seja a profissão a que se dedicar o indivíduo, e não apenas um desejo de um preparo rápido e cada vez mais superficial nas matérias que habilitem para a matrícula nos cursos superiores". Era estabe-

432. Projeto apresentado à Câmara dos Deputados em 14/10/1921.

433. Baseando-se nas teorias mais avançadas da época sobre o tema, concluía o Deputado Carvalho Neto: "A Educação dos Anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade.

Inscrito na legislação dos povos cultos, constitui, de presente, frondoso ramo da Pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado escopo social e econômico.

Restitui à sociedade como elemento de economia e trabalho, algumas parcelas abandonadas à inércia, senão ao caminho da loucura ou do crime, seria a sua finalidade". *Sergipe Jornal*, 28/10/1921.

lecida a seriação obrigatória de seis anos, para todo o país em decorrência da equiparação, ao Colégio Pedro II, dos estabelecimentos públicos estaduais. Os colégios particulares, se obedecessem a essa exigência, poderiam solicitar bancas examinadoras para os alunos ao Departamento Nacional de Ensino, órgão que a Reforma criava.

Era, também, dado ênfase à importância do ensino profissional. Mas, apesar dessas tentativas de abrir novos rumoe à educação nacional, só obteria êxito a implantação obrigatória do ensino secundário seriado com a centralização administrativa criada. Esta se fazia sentir na fiscalização, nas unidades federadas, pelo governo da União, o que significava um prenúncio da revisão da Constituição Federal, que, no ano imediato, ampliaria as faculdades e direitos do governo central perante os Estados.

A administração do Presidente Graccho Cardoso refletiu, em seus atos, essa inquietação sentida no país ante os problemas educacionais. Todos os graus de ensino foram sacudidos. Os males do ensino primário são por ele diagnosticados como resultantes da má distribuição das cadeiras, que continuava a persistir, fruto dos interesses políticos. Muitas vezes a população existente na localidade não as justificava. "Lugares ermos e destituídos de salubridade e higiene exigidas pela vida humana", com "salas escuras, acanhadas, desprovidas de bancos e carteiras, nas quais, em caixões de querosene, se apinhavam e se deformam crianças de diversas estaturas e várias idades, na ânsia de respirar e enxergar as letras do alfabeto, sem nada que lhes desperte a atenção, a espontaneidade e a alegria."[434]

Para remediar tal situação, construiu modernos grupos escolares e adquiriu casas para localizar escolas isoladas em melhores condições de conforto e higiene.

O Regulamento da Instrução Pública, baixado em 11 de março de 1924, em 471 artigos estruturou, globalmente, a educação sergipana, definindo-a desde as escolas maternais e os jardins de infância ao ensino profissional e secundário, inclusive as instituições particulares.

Pela primeira vez, em Sergipe, o Estado avocava a responsabilidade da educação a ser ministrada em escolas maternais e jardins-de-infância.

O ensino primário, dividido em elementar e superior, de três anos cada um, apresentava programas que tentavam identificar a escola com as necessidades locais. O currículo elementar abrangia a Leitura, Escrita e Caligrafia, Aritmética (as quatro operações fundamentais e o

434. Mensagem de 1923, já citada.

sistema métrico decimal), Corografia do Brasil e de Sergipe, (generalidades), Noções de História do Brasil e de Sergipe, Rudimentos de Moral e Instrução Cívica, Urbanidade e Higiene, *Moléstias mais comuns em Sergipe e meios de preveni-las*, Lições de coisas (noções simples acerca da estrutura do corpo humano, animais, plantas e objetos de imediata utilidade, fenômenos atmosféricos), Elementos de trabalho manual, Cartonagem, prendas de agulha e outros misteres domésticos, inclusive lavado e engomado, cultivo de hortas e jardins para meninos, ginástica, formações, marchas.

Nas escolas rurais, o ensino deveria incluir noções sobre criação de gado, horticultura, pequenas indústrias anexas à agricultura e à pecuária, uso dos principais instrumentos fundamentais em relação aos mesmos.

Faltava, porém, ao professor a formação adequada para executar tão avançado programa de uma escola voltada para a realidade e, como tal, pragmática. O ensino vai conservar-se tradicional, rotineiro, apenas com pinceladas modernas que não alterarão sua essência.

Inovador, para a época, foi o ato da nomeação de dentista para atender à população das escolas públicas primárias da Capital, até então sem qualquer assistência médico-odontológico.

Para o ensino secundário se vão voltar as atenções do Presidente, sendo a precária situação do Atheneu uma de suas preocupações imediatas. Por ela, responsabilizava a deficiência do prédio onde funcionavam as aulas, a baixa remuneração do professor e, sobretudo, a permanência dos exames parcelados, que ele assim enfocava: "Se até a Reforma Rivadávia o ensino secundário vinha combalido, sem a orientação requerida pelas aspirações novas do regime, daí para cá mais repulsiva se tornou a sua nudez envolta em falsas roupagens em que esta desastrada reforma o transmudou. Data desta época sua bancarrota".[435] Continuava, e, ao dizer que alunos matriculados na primeira série faziam exames vestibulares em outros Estados, denunciava: "O próprio Congresso Nacional culminou a perfeição de suprimir a necessidade de todo e qualquer processo educativo mandando conceder exames discricionariamente a moços que neles jamais se haviam matriculado e nem sequer pelo rótulo dos compêndios tinham remota notícia".[436] Justifica a afirmativa mostrando que, enquanto nesse ano de 1923, estavam matriculados no Atheneu apenas 50 alunos, sendo 18 na 1ª série e nenhum na 4ª, os últimos exames parcelados haviam alcançado 547 inscrições, havendo 340 aprovações.

435. Idem.
436. Idem.

Numa tentativa de forçar os alunos a se matricularem no Atheneu, o decreto de 8 de março de 1923 proibia os professores do estabelecimento lecionarem, particularmente, as matérias das respectivas cadeiras. Ainda procurou dar ao Atheneu um prédio condigno, que seria inaugurado em 13 de agosto de 1926 pelo Dr. Washington Luís, Presidente eleito da República, sendo na época um dos mais belos edifícios da capital sergipana.[437] Dele dizia, com entusiasmo, o Presidente Gracccho Cardoso ser "um prédio capaz de corresponder aos seus fins *por mais de um século*. Arquitetado na previsão do possível desenvolvimento que se vinha a dar na instrução secundária ou de preparatórios em prazo dilatado, a sua construção é de natureza a desafiar vitoriosamente a ação do tempo".[438] Desde o ano anterior, o Atheneu Sergipense passara a chamar-se Atheneu Pedro II, homenageando a passagem do centenário do nosso segundo Imperador.[439]

As determinações da Reforma Rocha Vaz, na equiparação ao Colégio Pedro II dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário, condicionaram o novo Regulamento do Atheneu nos moldes daquele educandário, que se tornou seu paradigma,[440] passando, a partir de 1927, a adotar os mesmos livros. Dessa época até a promulgação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seguiria todas as alterações que, na estrutura, nos currículos e nos programas adotasse aquele estabelecimento. Assim, o objetivo do Atheneu passava a ser, além "de ministrar a instrução de humanidades indispensável ao exame vestibular aos estabelecimentos de ensino superior, e, também, a conferir o diploma de bacharel em ciências e letras, nos termos da lei vigente".

437. Situado à Avenida Ivo do Prado, aí funcionou até quando, ante a insuficiência das instalações para atenderem ao grande número de alunos que o procuravam, o Governador Dr. José Rolemberg Leite inaugurou, em 1950, a 1ª etapa do projeto do edifício situado à praça Graccho Cardoso, onde hoje, ampliado, funciona. O velho Atheneu da rua da Frente, como era conhecido, restaurado na segunda administração do Dr. José Rolemberg Leite (1974-1978) é, atualmente, sede da Secretaria da Educação e Cultura.

438. Não poderia, então, o Presidente Graccho Cardoso prever o crescimento da população escolar que buscaria o Atheneu, e nos começos da década de 1940 já não era mais suficiente para atender à demanda dos alunos.

439. Decreto de 2 de dezembro de 1925: "O Presidente do Estado, no intuito de valorizar, de modo mais significativo a data, que hoje passa, do centenário do nascimento do grande brasileiro D. Pedro de Alcântara, segundo imperador da Nação, ao serviço da qual consagrou sempre as luzes de sua sabedoria notável e a abnegação de seu patriotismo exemplar, resolve, no uso da faculdade conferida pelo art. 2º da Lei nº 913, de 28 de outubro do corrente ano, dar a denominação de Ateneu "Pedro II" ao atual "Atheneu Sergipense".

440. Decreto nº 912 de 12/2/1925.

A essas modificações não corresponderam, de imediato, os resultados esperados. Em 1926, matricularam-se, apenas, 47 alunos no Atheneu, sendo 21 no 1º ano, 15 no 2º, 8 no 3º, 1 no 4º e 2 no 5º. Explica-se porque ainda permaneciam os exames parcelados, como direito adquirido, para aqueles que haviam iniciado o curso antes da promulgação da Reforma Rocha Vaz, bem como a concorrência dos colégios particulares, com internatos, para onde convergia a clientela do interior do Estado. Mas, nos anos subseqüentes, com o funcionamento da seriação obrigatória, a matrícula foi crescendo e em 1930 atingia a 140 alunos, sendo 24 mulheres.

A Escola Normal que, em 1923, passou a denominar-se Rui Barbosa "como homenagem póstuma à memória do sábio precursor da reforma do ensino",[441] em 1926 recebeu novo Regulamento,[442] que alterava o plano de estudo vigente com a ampliação do curso para cinco anos, objetivando dar ao professor "o preparo suficiente para ministrar o ensino de primeiras letras". Passava o currículo a ser integrado pelo ensino de Português, Aritmética, Álgebra e Geometria, Agricultura, Desenho, Geografia Geral, Cosmografia e Corografia do Brasil e de Sergipe, Física e Química, História Geral, do Brasil e de Sergipe, Francês, Inglês, Educação Moral e Cívica, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Nos programas aprovados, era ressaltada a importância do emprego do método objetivo.

Sua matrícula continuou em marcha ascendente, e, apesar das reformas não fazerem restrição à presença do sexo masculino, este deixou de freqüentá-la, tornando-se uma escola de moças, onde predominava a pequena burguesia aracajuana.

Em terreno doado pelo Estado, em 8 de novembro de 1923 era lançada a pedra fundamental do novo edifício do Colégio N. S. de Lourdes, que funcionava em Sergipe, sob a orientação da Ordem Sacramentina, desde 1903. Pessoalmente, o Presidente acompanhava o andamento das obras, sendo o edifício inaugurado em 1925.[443] Constituindo-se um dos mais importantes estabelecimentos da educação feminina em Sergipe, grande foi a contribuição ao desenvolvimento educacional do Estado. O internato atraía jovens das mais diversas regiões interioranas, sobretudo depois da equiparação à Escola Normal.

As transformações que a sociedade sergipana passou a sofrer a partir da década de 50, com a criação de colégios de nível médio no in-

441. Decreto nº 788 de 2/3/1923.

442. Decretô de 4/5/1926.

443. Localizado na atual Rua José do Prado Franco, em frente ao Mercado Municipal, hoje se encontra ocupado por casas comerciais e repartições públicas.

terior do Estado, foram provocando a decadência da matrícula do tradicional estabelecimento aracajuano, levando-o ao desaparecimento em 1973.

Já em 1915 havia sido fundado na cidade de Propriá o Colégio N. S. das Graças pela Congregação das Irmãs Hospitalares da Imaculada Conceição, para meninas, mas a nível primário, pois só foi equiparado à Escola Normal Rui Barbosa em 1932. Em 1929, na cidade de Capela, surgia o Colégio Imaculada Conceição, feminino, sob o patrocínio da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, destinado à educação primária.

Seriam as medidas tomadas para a implantação do ensino profissional em Sergipe que distingüiram Graccho Cardoso como um inovador.

Implantou o ensino comercial ao conceder autonomia ao curso comercial que vinha tentando vicejar, sem resultado, no Atheneu, dando-lhe a denominação de Escola de Comércio *Conselheiro Orlando*, considerando "que o eminente sergipano e consagrado jurista foi um dos mais brilhantes expoentes da cultura jurídica, no Brasil, nos dias do Império, notabilizando-se, sobretudo, ao comentário ao direito comercial pátrio, então codificado".[444] O curso, com a duração de três anos, concedia ao concluente o diploma de Perito em Comércio e Contabilidade, estando estruturado segundo o Regulamento do ensino comercial federal, de maio de 1926, do Ministro Miguel Calmon.

Uma de suas preocupações maiores voltou-se para o ensino industrial, começando por dinamizar o Liceu Profissional Coelho e Campos, criado nos fins da administração que o antecedera, e ainda em fase de implantação, e que foi por ele transformado em Instituto. Estruturou-o através dos estatutos baixados (dec. 771 de 10/2/1923), definindo a finalidade como a "de ministrar e desenvolver, no Estado, de forma eficiente e bastante, o ensino técnico-profissional, orientando as vocações e educando as aptidões industriais". O curso com a duração de cinco anos, sendo os três primeiros de adaptação, abrangia o estudo de conhecimentos gerais (Português, Matemática, Geografia e História do Brasil) e iniciação profissional, e os dois últimos de disciplinas técnicas, segundo o curso escolhido pelo aluno entre os que eram oferecidos: mecânica prática, montadores eletricistas e condução de máquinas e motores.

Tentava-se, desse modo, atender às necessidades locais imediatas, e não fazer da escola técnica profissional um centro de assistência social para os carentes de recursos, como sucedera anteriormente com as escolas profissionais surgidas. Razão assistia ao Presidente quando afirmou, em Mensagem, que "o ensino profissional mera aspiração até hoje, entre nós, passa a ser um fato".[445] Em 1925 nela se encontravam matriculados 125 alunos, numa comprovação de que os cursos se identificavam com a realidade sergipana, atendendo ao mercado de trabalho.

444. Decreto nº 838, de 4/8/1923.

A criação do Instituto de Química Industrial ampliou a profissionalização.[446] Estruturado pelo competente professor de Química Orgânica e Industrial da Escola Politécnica da Bahia, Dr. Arquimedes Pereira de Guimarães, o curso tinha a duração de três anos, a nível do atual segundo grau. Deveria preparar técnicos que contribuissem para o maior rendimento da indústria açucareira, da exploração do sal, da preparação de couros e aproveitamento das oleaginosas.

O ensino técnico agrícola era estimulado através do aproveitamento do Centro Agrícola existente no município de São Cristóvão,- que então abrigava 78 menores desvalidos, sendo 70% analfabetos. Assim surgiu o Patronato São Maurício, que deveria dar assistência "aos menores abandonados, tanto pelo lado moral, como intelectual e físico, ensinando-lhe as noções de agricultura necessárias a um tirocínio útil e proveitoso". Poderia atender até 200 alunos. Para organizá-lo, Graccho Cardoso solicitou ao Diretor do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura que indicasse uma pessoa qualificada, sendo enviado o técnico Dr. Juvenal Canário, com experiência comprovada na organização de instituição idêntica no Pará.

Tentou o Presidente implantar em Sergipe o curso superior com a instituição da Faculdade de Farmácia e Odontologia "Anibal Freire" e da Faculdade de Direito "Tobias Barreto". A primeira foi regulamentada pelo decreto de 20/2/1926, destinando-se a "ministrar às pessoas de ambos os sexos o ensino integral de farmácia e odontologia" num curso de quatro anos. Era diretor o Dr. Augusto César Leite, contando, inicialmente, com 22 alunos matriculados.[447] A existência foi porém, efêmera, limitando-se ao ano de 1926. Não chegando a equiparação, os alunos a foram abandonando, e o novo Presidente, Dr. Ciro Franklin de Azevedo, alegando medida de economia, suspendeu o funcionamento "até que as condições financeiras o permitissem".[448]

445. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1923, já citada.
446. Decreto nº 825, de 27/6/1923.
447. Compunham a Congregação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, sob a direção do Dr. Augusto César Leite, os professores Drs. Josafá Brandão, Oscar Nascimento, Ranulfo Prata, Arquimedes Guimarães, Antônio Tavares de Bragança, Américo de Miranda Ludolf e João Firpo Filho.
448. Decreto nº 975, de 10/11/1926.

A Faculdade de Direito, inaugurada festivamente em 21/4/1925, apesar de ter o projeto de Estatutos publicado e aprovado pela Congregação e distribuídas as cadeiras pelos professores fundadores,[449] eleitos os diretor e vice-diretor para o primeiro biênio,[450] e a imprensa avisar que deveriam começar as aulas em breves dias, isto não aconteceu. A equiparação não veio, embora tentativas tenham sido feitas para apressá-la, desestimulando a matrícula e o início das aulas, o que levaria o Presidente a dizer que, dos quatro estabelecimentos de ensino técnico e superior, somente a Faculdade de Direito "não há correspondido às esperanças e augúrios felizes que lhe predisseram ao nascer". "Embora iniciada sob os mais promissores augúrios a constituição do respectivo patrimônio, de conformidade com a recente lei nacional do ensino, e apesar de contar o seu corpo docente com os elementos mais seletos, não logrou, todavia, colimar o seu objetivo, por absoluto retraimento de alunos à matrícula".[451]

Não se pode contestar que o Presidente Graccho Cardoso teve consciência de que Sergipe deveria abrir caminhos próprios para alcançar o desenvolvimento. Algumas das medidas adotadas e das soluções apontadas não encontraram suporte na conjuntura local. Esta discrepância entre o ideal e o real, entre o teórico e o prático, o *formalismo*, "constituem uma característica preponderante das sociedades tradicionais", que estão sofrendo um processo de transformações rápidas, e que, assim, vivem "ao mesmo tempo as expectativas idealistas de um futuro desenvolvido a que aspiram e a dura realidade de um passado subdesenvolvido do qual ainda não se libertaram".[452]

449. Integravam a Congregação da Faculdade de Direito os nomes mais representativos da vida jurídica sergipana: Drs. Armando Mesquita, Maurício Graccho Cardoso, João Maynard, Evangelino de Faro Monteiro de Almeida, Caldas Barreto, Hunald Cardoso, Carlos Alberto Rola, Libério Monteiro, Lupicínio Barros, Otávio Cardoso, Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Oscar Prata, Nobre de Lacerda, Augusto Leite, Mário Menezes, Leonardo Leite e Cláudio Ganns.

450. Eleitos Diretor e Vice-Diretor, para o primeiro biênio, os Drs. Maurício Gracccho Cardoso e Francisco Nobre de Lacerda, deveria este responder, interinamente, pela direção.

451. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7/9/1926, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, e ainda acrescenta: "Aludindo a essa circunstância, o Dr. Francisco Nobre de Lacerda, seu diretor interino, não atribui a outra causa senão ao fato de não estar aquela Faculdade equiparada aos estabelecimentos oficiais congêneres". Aracaju, Tip. do Instituto Profissional Coelho e Campos, p. 13.

452. Sander, Benno: *Educação Brasileira: Valores formais e valores reais*, Livraria Pioneira Editora, 1977, p. XXXII.

O curso de Química é um exemplo dessa afirmativa. De início, inscreveram-se 9 alunos, mas dele diria o Presidente prestes ao encerrar o mandato: "O curso de química, não obstante a boa vontade demonstrada pelos respectivos professores e o crescido número de cursos práticos ministrados, não tem tido a necessária proficuidade".

Já por precisão de uma base de humanidades suficiente à compreensão desses estudos, já por falta de boas disposições vocacionais em alguns matriculados, tornou-se possível, até agora, apenas, a promoção de uma aluna para o segundo ano da Escola. Essa aluna encontra-se matriculada no primeiro ano do curso de Farmácia, não tendo, por conseguinte, funcionado a Escola de Química no corrente ano, mesmo porque não houve concorrente algum às aulas da primeira série, apesar da propaganda feita nesse sentido e da extrema simplicidade dos programas de admissão.[453]

Graccho Cardoso foi coerente quando procurou entrosar as leis educacionais a outras que tentavam modificar a estrutura sócio-econômica vigente. Mas o impulso dado, ante a resistência das arcaicas instituições que teimavam em permanecer, não pôde alcançar o êxito que ele esperava de seus planos, resultando na "falta de harmonização entre lei e prática, entre teoria e aplicação, entre o mito educacional e a realidade educacional", e que "constitui um problema administrativo fundamental dos sistemas educacionais nos países em processo de desenvolvimento".[454]

Mas lhe pode ser credenciado um saldo positivo, que contribuiu para permitir a Sergipe dar um passo além na escalada do desenvolvimento, e seus sucessores continuarem a conferir grande importância aos problemas educacionais.

A visão do humanista, que caracterizou Graccho Cardoso, o levaria a prestigiar os órgãos culturais. A Biblioteca Pública teve novo Regulamento, sendo ampliado o quadro administrativo para atender não só às salas de leitura para adultos, mas à sala destinada a crianças de 7 a 12 anos. A ela foram anexados, para integrar o Museu Histórico e Artístico, quadros de Horácio Hora, restaurados pelo jovem pintor Jordão de Oliveira.[455] Em 1923 criava-se o Arquivo Público "com o

453. Mensagem do Presidente Dr. Maurício Graccho Cardoso, de 7/9/1926, citada.

454. Sander, Benno: Obra citada, p. XXXII.

455. Jordão de Oliveira (1900-1981) pintor, conquistou vários prêmios, inclusive de viagens ao exterior. Professor catedrático da Escola Nacional de Belas-Artes, está incluído entre os grandes pintores brasileiros, aliando a técnica, que ele conhecia profundamente, à imaginação e à captação da realidade. Deixou uma obra numerosa composta de paisagens, retratos, naturezas mortas, destacando-se os painéis do *hall* do palácio do

fim de receber e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos relativos ao direito público, à legislação, à administração, à história, à geografia, e, em geral às manifestações do movimento científico, literário e artístico de Sergipe, ou quaisquer outros documentos cujo depósito seja oficialmente determinado". (Lei nº 845 de 15/10/1923)

Nesse mesmo ano também surgia o Serviço de Estatística do Estado com a finalidade de "coligir, analisar e publicar", além de classificar cientificamente os dados e informações recolhidos nos campos econômico-financeiro, social e político". (Lei nº 859 de 7/11/1923)

Importante contribuição à vida cultural sergipana significou a publicação das *Obras Completas* de Tobias Barreto, trabalho confiado a um de seus ex-alunos da Escola de Direito do Recife, o jurista Manuel dos Passos de Oliveira Teles, e do Dicionário Biobliográfico Sergipano da autoria do Dr. Armindo Guaraná, obra que ainda hoje presta imensa contribuição aos estudiosos da vida intelectual de Sergipe. Este livro, resultado de exaustivas pesquisas do autor, respaldadas na vasta cultura que era possuidor, está a exigir uma nova edição atualizada para que prossiga a missão relevante que, desde 1925, vem desempenhando, sendo "o melhor repositório dos fastos do espírito sergipano pela vida social e psíquica dos que nele se encerram, há de nos fornecer para todo o sempre a fórmula exata de nossa evolução intelectual e emotiva desde o momento do início até a presente data".[456] Ainda foram publicadas "*Pela Imprensa e pelo Povo*", de Gumercindo Bessa e *Minha Gente*, de Clodomir Silva, importante contribuição ao folclore sergipano.

Era também plano seu publicar uma antologia dos poetas e prosadores sergipanos, desde os mais recuados no tempo aos contemporâneos. Na última Mensagem à Assembléia Legislativa, Graccho Cardoso apelava aos seus sucessores que seguissem a tarefa de tornar conhecidas as obras, já esgotadas, de autores sergipanos, citando Coelho e

---

Governo de Sergipe. "Sua palheta não tem a exuberância do colorido extravagante. É antes, seca, severa, restrita ao máximo. Não é graciosa, antes agressiva. Por isto, pela limitação de vocábulos, sua linguagem é precisa. A atmosfera e o volume se delineiam com definição; não se destroem reciprocamente, não sustentam atritos irreconciliáveis, e sua pintura consegue ser de atmosfera e de volume, numa contextura que, por vezes, um peso específico parece acusar-se na expressão realista dos seus quadros", assim definiu a pintura de Jordão de Oliveira o crítico Quirino Campofiorito. In Roberto Pontual: *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, Civilização Brasileira, 1969, p. 395.

456. Sampaio, Joaquim do Prado: *Preambulando ao Dicionário Biobliográfico Sergipano*, p. XV.

Campos, Pedro Calazans, Fausto Cardoso, Felisbelo Freire, Manuel Curvelo de Mendonça, Ivo do Prado, entre outros.

Um traço inovador na sociedade sergipana, que marcou esse quatriênio, resultaria da participação da mulher em outros setores de atividades, além do magistério primário e normal, para o que concorreram as idéias progressistas e realistas do Presidente, assim expressas: "É que o destino da mulher varia com o cambiar mesmo da existência. Esta cada vez mais se dificulta e complica, de sorte que, forçada a integrar-se na acerbidade da luta, busca, na aptidão prática ou científica, o broquel e o escudo da própria soberania e independência". Ao cogitar da instalação de uma Escola Profissional feminina, ele a via como "elemento de instrução industrial da mulher sergipana, no objetivo de armá-la de meios de defesa na luta pela vida, e ao mesmo tempo, vigiar por sua emancipação econômica". Começam as mulheres a ocupar cargos no funcionalismo público, o que seria um estímulo para que as jovens não povoassem apenas as salas de aula da Escola Normal, também acorressem para o Atheneu e a Escola de Comércio. Em 1924, a matrícula da primeira série do Atheneu registrou a presença de 15 mulheres, ao lado de 18 homens. Também nos cursos de Datilografia, que iam surgindo, aumenta o número de mulheres inscritas, abrindo-lhes possibilidades para ocupar empregos no setor terciário da produção.

Na Hora Literária, sociedade com fins culturais que na época existia, encontra-se a presença feminina, destacando-se, entre outras, Etelvina Amália de Siqueira, veneranda poetisa e professora, e Leonor Teles de Menezes, emérita conhecedora do vernáculo que transmitia em suas aulas da Escola Normal.

Já atuavam na vida sergipana portadoras de cursos superiores como a médica Ítala Silva de Oliveira,[457] a farmacêutica Cesartina Ré-

457. Ítala Silva de Oliveira, a primeira médica sergipana, jornalista combativa e corajosa denunciava os desmandos da administração pública, como demonstra a série de artigos intitulada "*Nos domínios da Instrução*", publicados no *Diário da Manhã* de novembro de 1916. Num deles, ela definia a independência que manteve na sociedade sergipana, sem se engajar na política de clientela dominante: "Como não sei adular, porque tenho a consciência do que sou, cinjo-me a dizer a verdade como ele é, isto é, sem preconceitos, nem maquiavelismos.

Não será demais que um dia venha a tombar vítima dessa abnegação. Enquanto puder, falarei o quanto for preciso".

As idéias progressistas que, em muitas ocasiões, defendeu, se chocaram contra a hipocrisia da sociedade dominante. Percebendo o quanto a mulher era vítima do tipo de educação que lhe vinha sendo imposto através dos tempos, protestava com denodo ao escrever: "A educação, tal como se ministra hoje às moças, fá-las mais depositárias de fórmulas confusas, que seres pensantes, cuida mais de formar bonecas, que de educar obreiras do progresso social". In *Século XX* de 7/5/1919.

gis, as dentistas Guiomar Calazans e Melo,[458] Laura Amazonas, Ester Aranha, Mary Firpo, Maria Anita de Carvalho Leite, Dulce Menezes, Francisca Marsillac, as advogadas Alice Cardoso e, posteriormente, Maria Rita Soares de Andrade. No magistério, impunha-se a Professora Penélope Magalhães dos Santos, no momento "a mulher mais culta de Sergipe. Educada no centro fértil e liberal que é a América do Norte, trouxe para o seu Estado um vasto cabedal, que aqui transfunde altruisticamente a quantos buscam ensinamentos em seu talento e na sua cultura".[459]

Comprova a efervescência e a inquietação intelectual dessa época, o movimento apresentado pela Imprensa, circulando, no primeiro semestre de 1924, treze jornais. Uns de vida breve, humorísticos, chistosos, como *A Farpa*, *A Fagulha*, *Rei Menino*, *O Binóculo*, *A Navalha*, *O Vampiro*, *O Avião*, *O Pente*, *O Oráculo*, *O Labor*; outros, *A Voz do Operário*, *A Cruzada*, *O Combate*, de fundo doutrinário, tiveram maior importância e vida mais longa. Ligados à política partidária estavam os quatro diários, *Diário Oficial*, *Sergipe Jornal*, *Diário da Manhã* e *Correio de Aracaju*, este desaparecido nos meados de 1923. Diversos jornalistas marcaram com artigos e editoriais esses anos, que os ligariam à História da Imprensa Sergipana - Arthur Fortes, Clodomir Silva, Carvalho Neto, Costa Filho, Florentino Menezes, Alcebíades Paes, Edson Ribeiro, entre outros.

Os serões culturais realizados no Palácio do Governo, sob o patrocínio de Dona Joelina Cardoso, esposa do Presidente, não só movimentavam a vida social como contribuíram para estimular vocações literárias e artística.

Grandes artistas de renome internacional, como a declamadora Berta Singerman, por interferência de Graccho Cardoso, se exibiram em Aracaju, sacudindo a tranqüilidade da vida provinciana.

As medidas desenvolvimentistas, que esse Presidente tentou implantar no solo sergipano, trouxeram a criação e ampliação dos quadros administrativos, a demanda de mão-de-obra especializada, como comprova a criação do cargo de taquígrafo na Assembléia, e, conseqüentemente, o crescimento do setor terciário da sociedade.

Os cursos de datilografia enumerados pela Imprensa demonstram essas transformações. Destacou-se como pioneira a Escola Remington

458. Guiomar Calazans e Melo foi a primeira mulher sergipana a concluir o curso superior. Em 1912 formou-se em Odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia, após ter cursado os Preparatórios no Atheneu Sergipense.
459. Andrade, Maria Rita Soares de: *A Mulher na Literatura*, pp. 153 e 154. Tese apresentada ao Atheneu Pedro II para concorrer à livre-docência da cadeira de Literatura. Aracaju, 1929.

Oficial ministrando os cursos de Datilografia, Mecanografia e Nomenclatura, sob a direção da professora Zely Guedes Ximenes desde 1923. Estava diretamente vinculada ao Institut of the Remington Typewriter Company - New York, e funcionava sob o controle direto de S. A. Casa Pratt sediada no Rio de Janeiro.

Cresceu a classe média urbana, sobretudo da Capital, sobre a qual recairá o efeito da inflação que começa a atingir o país nessa época.

A valorização dos produtos primários de exportação concorrera para a concentração da renda nas mãos de uma classe privilegiada, que pode enfrentar, sem dificuldades, o aumento do custo de vida gerado, principalmente, pelo crescimento das importações e da atuação do imperialismo financeiro.

Nessa classe média aumenta a insatisfação que fermenta no Brasil contra as instituições políticas em vigor - domínio das oligarquias, o voto a descoberto, as degolas eleitorais. Desenvolve-se a crença idealista que mudando os homens detentores do poder, mudaria o sistema reinante. A mais expressiva forma desse descontentamento foi o *Tenentismo* que agitou a jovem oficialidade do exército. Em Sergipe essas idéias subversivas foram lideradas pelos Tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Melo e o Capitão Eurípedes Esteves da Silveira, encontrando ressonância em intelectuais como Manuel Xavier de Oliveira, Edson de Oliveira Ribeiro e mesmo em alguns setores operários. O *Correio de Aracaju* se tornou o arauto desse inconformismo, que desembocaria nas revoltas de 13 de julho de 1924 e 19 de janeiro de 1926, ocorridas em Aracaju.

A repressão que se seguiu ao levante de 1924, as prisões de pessoas acatadas na sociedade sergipana repercutiram, negativamente, no desenrolar da administração do Presidente Graccho Cardoso. Os ataques, que lhe passa a fazer a imprensa adversária, se tornam cada vez mais agressivos, sobretudo do *Sergipe Jornal*. Teve ampla repercussão, sendo muito explorado contra o Presidente, o opúsculo *A Revolução em Sergipe - Resposta ao Sr. Graccho Cardoso*, escrito na prisão pelo Tenente Maynard Gomes, e divulgado em Sergipe por amigos seus. É uma publicação meramente emocional, na qual o autor procura contestar as realizações do Presidente, apresentando-as como obras de ostentação, onerantes ao tesouro público.[460]

Também as disputas políticas desencadeadas pelas eleições de 1926, no plano nacional e no plano estadual, influenciaram no ritmo

460. Maynard Gomes, Augusto: *A Revolução em Sergipe - Resposta ao Sr. Graccho Cardoso*, 1ª parte. Editor Sérgio Rodrigues, Bahia.

construtivo do governo de Graccho Cardoso nos últimos tempos do mandato. Mas não podem ser contestadas suas realizações, e quanto elas contribuíram para as transformações da vida sergipana. As falhas anotadas decorreram das condições da infra-estrutura existente que ele não conseguiu alterar, e, conseqüentemente, da ideologia dominante, do liberalismo que ainda se impunha e de que foi uma expressão. A ele podemos aplicar o dizer de Rousseau: "O homem mais forte não é nunca bastante forte para ser sempre o senhor, a menos que transforme seu poder em direito e a obediência em dever".[461] Como dirigente, era a expressão de uma classe, da classe dominante, que objetivava através do aparelho estatal, manipulando inclusive o sistema educacional, perpetuar a ordem existente. Daí a limitação de seus atos progressistas, algumas vezes avançados para a época.

Os dados numéricos, comparativos entre o início e o fim do quatriênio que ele governou, creditam um saldo favorável à sua administração, que as críticas posteriores dos adversários não conseguiram obscurecê-la.

Ensino público primário

1922: 5 grupos escolares e 254 escolas isoladas
- Matrícula: 10.032 alunos
- Freqüência: 7.940 alunos
- Conclusão de curso: 160

Atheneu Sergipense
Matrícula: 58 alunos

Escola Normal
Matrícula: 142 alunos

Liceu Coelho e Campos
Matrícula: ainda não havia aluno matriculado

1926: 14 grupos escolares (5 na Capital) e 222 escolas isoladas
- Matrícula: 11.900 alunos
- Freqüência: 9.653 alunos
- Conclusão de curso: 264

Instituto Profissional Coelho e Campos
Matrícula: 332 alunos sendo 92 do sexo feminino

Patronato São Maurício
Matrícula: 80 alunos

Atheneu Pedro II
Matrícula: 60 alunos

Escola Normal Rui Barbosa
Matrícula: 145 alunas

461. *In Marxismo e Educação:* Madan Sarup, p. 155. Zahar Editores, 1980.

Escola de Comércio Conselheiro Orlando
Matrícula: 31 alunos

Em plena ascensão se encontrava a Escola de Comércio, sendo o curso de grande utilidade para a vida sergipana, com a absorção dos diplomados dela egressos pelo mercado de trabalho local, como confirma o Presidente sucessor de Graccho Cardoso, Manuel Dantas: "Apesar de sua curta existência, importantes têm sido os serviços prestados por esse instituto à instrução e educação profissional da mocidade sergipana. Os seus benefícios refletem-se, de modo auspicioso, nos meios comerciais do Estado, onde já se contam hábeis auxiliares por ele diplomados".[462]

Os presidentes que sucederam a Graccho Cardoso vão defrontar-se com grandes dificuldades econômico-financeiras. Começam a surgir os prenúncios da crise mundial de 1929 trazendo a desvalorização dos produtos de exportação nos mercados internacionais. O açúcar seria o mais atingido, acarretando, conseqüentemente, graves problemas à vida econômica sergipana, que nele encontrava o principal suporte. Os números abaixo transcritos traduzem a realidade:

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR			VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
Anos	Exportação (Quilos)	Valor	
1926	27.586.620	17.306.198$800	33.682:149$640
1927	22.390.200	11.524.189$400	28.914.538$069
1928	20.787.120	16.524.628$664	30.144.200$126
1929	21.351.748	14.726.145$837	25.845.200$126

Enquanto desvalorizavam-se, no comércio internacional, os produtos exportados, cresciam o custo de vida e a inflação. O governo de Washington Luís "pretendeu levar ao extremo limite a política tradicional de transferir os ônus às classes menos favorecidas. O seu plano

462. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7/9/1927, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Sr. Manuel Correia Dantas, Presidente do Estado, Aracaju, Imprensa Oficial, p. 13.

de estabilização representou um exemplo eloqüente como o tratamento meramente financeiro de uma crise estrutural é inócuo".

O sucessor do Presidente Graccho Cardoso, o Dr. Ciro Franklin de Azevedo, esteve menos de dois meses (6/11/1926 a 9/1/1927), renunciando por motivos de saúde, e falecendo no Rio de Janeiro logo depois. Substituiu-o o usineiro Manuel Correia Dantas, governando de 30/1/1927 a 16/10/1930.

Na breve administração, o Dr. Ciro de Azevedo, alegando motivos financeiros, revogou algumas medidas de Graccho Cardoso no setor educacional, como exemplifica a suspensão da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Além das dificuldades financeiras, faltaram a esses novos governos o respaldo de uma equipe de homens experimentados e progressistas, como a que cercara o Presidente Graccho Cardoso.

Dentro das possibilidades imediatas, ao Presidente Manuel Dantas podem ser creditadas realizações, destacando-se a ênfase que deu à construção de rodovias, permitindo integrar diversos municípios interioranos à Capital, e a política urbanística, que modificou a fisionomia de Aracaju através de construção de parques, abertura e pavimentação de ruas e obras de infra-estrutura.

A Diretoria da Instrução foi entregue a um jovem professor, autodidata, espírito inovador, aberto às idéias progressistas, Manuel Franco Freire, que, logo, procurou reformar o ensino normal, "de acordo com os preceitos da pedagogia moderna".[463] Preocupou-o, sobretudo, dar a esse ramo de ensino um caráter essencialmente prático. "Em primeiro lugar, as noções práticas, depois a teoria", recomendava ele, e para por em execução tais idéias equipou a Escola Normal de modernos laboratórios de Física, Química e História Natural com aparelhos importados da Alemanha.

Do cumprimento de uma de suas metas, a expansão da rede escolar primária, resultaria o aumento do número de alunos de 11.900 em 1926 para 16.834 em 1930, num índice de crescimento de 41,4, o maior registrado num quatriênio da Velha República no Estado.

Além dos problemas econômico-financeiros que se avolumavam, Manuel Dantas passou a enfrentar as agitações políticas que sacudiam o país e ecoavam em Sergipe. A sucessão presidencial, dividida entre o candidato do Catete, Júlio Prestes, e o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, daria lugar a manifestações de descontentamento que já se vinham acumulando desde 1922. Em Sergipe, a Aliança Liberal,

463. Lei de 8/11/1927.

congregaria intelectuais da classe média, destacando-se Arthur Fortes, Abdias Bezerra, Clodomir Silva, José Maria Fontes, Péricles de Azevedo, nome que, depois projetar-se-ia, no plano nacional, como líder esquerdista. A figura mais destacada do novo partido foi Arthur Fortes, poeta, jornalista, professor, que, desde 1906 quando esteve ao lado de Fausto Cardoso na fracassada revolta, participou de todos os movimentos progressistas que alcançaram Sergipe.[464] O órgão do partido, o jornal *O Liberal*, procurava, numa campanha diferente das anteriores, defender idéias e não atacar indivíduos, numa tentativa de conscientizar os sergipanos para, através do voto, levar o Estado a novos rumos.

A vida intelectual sergipana, nesses dois últimos quatriênios, manteve-se ativa principalmente no jornalismo e na poesia. Ao lado das produções parnasianas e neo-simbolistas, percebe-se que aí também chegara o eco do movimento modernista deflagrado no país a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 de São Paulo, abrindo novos rumos à vida literária nacional. O período de 1922 a 1928 é para a literatura sergipana, na classificação de Jackson da Silva Lima, a fase pré-modernista, ou de transição. Os escritores, sobretudo os poetas, embora tematicamente presos ao passado, na forma começam a libertar-se dos formalismos convencionais do Parnasianismo e do Simbolismo para enveredarem pelo verso livre e a estrofe assimétrica, atitude que demonstra a influência de Hermes Fontes e Cleômenes Campos, poetas de prestígio no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa libertação formal pode ser evidenciada nas poesias de Arthur Fortes e Passos Cabral, entre outros.

Só a partir de 1928 é que o Modernismo, na temática social e na busca dos valores populares, tenta lançar raízes em Sergipe em dois momentos. O primeiro, na cidade de Estância, em junho de 1928, quando o poeta José Maria Fontes realizou um recital "de versos de um sabor novo", manifestando a maneira por que ele e nosso povo compreendem, sentem e amam a poesia sem escola, a poesia sem pre-

464. Arthur Fortes (1881-1944), jornalista, poeta, parlamentar, professor, tomou parte na Revolta de 1906, liderada por Fausto Cardoso, integrou as fileiras do Comitê Civilista que apoiava a candidatura de Rui Barbosa, foi um dos fundadores do Centro Socialista Sergipano em 1918. Líder do Presidente Graccho Cardoso na Assembléia Legislativa, destacar-se-ia, depois, como um dos mais ativos integrantes da Aliança Liberal em terras sergipanas dirigindo *O Liberal* durante sua curta existência, de dezembro de 1929 a maio de 1930. Democrata convicto, quando o nazi-fascismo começou a ameaçar o mundo, como professor e intelectual, tomou posição de luta, contribuindo para a conscientização democrática da juventude sergipana.

conceitos técnicos e verbais, a poesia, enfim, do povo para o povo".[465] O segundo ocorreu em outubro do ano seguinte, em Aracaju, no festival do qual participariam José Maria Fontes e Abelardo Romero.[466] A reação do público desanimou os poetas de levarem avante a mensagem modernista e, em realidade, só na década de 1930 a nova corrente literária fincará raízes no solo sergipano, fazendo surgir obras como as de José Sampaio e Enock Santiago Filho na poesia.

A *Hora Literária* que, com feição recreativa surgira em 1919, tomou o nome de General Calazans transformada em sociedade literária. A partir de 1922 passou a ter vida efetiva, tentando congregar e promover os intelectuais do Estado, ao mesmo tempo que buscava difundir a cultura sergipana. Contribuiu para incentivar os seguidores das correntes literárias tradicionalistas, e em 1º de abril de 1929 se transformou na Academia Sergipana de Letras, dela fazendo parte destacados homens de letras, sacerdotes de projeção, professores, juristas e médicos de renome, sergipanos não só residentes no Estado como em outras terras, a exemplo de Gilberto Amado, Hermes Fontes, Cleômenes Campos, Dom Antonio Cabral.

Concretizava-se, assim, uma velha idéia que datava dos idos de 1904 quando Joaquim do Prado Sampaio, poeta, historiador da literatura sergipana, professor, oito anos após a fundação da Academia Brasileira de Letras, esforçou-se para fundar uma instituição semelhante em Sergipe. "A sua idéia, porém, teve a triste incidência das vozes sem repercussão dos sons perdidos nos recipientes fechados".[467]

O pleito eleitoral de março de 1930 consagrou em Sergipe a vitória dos candidatos do Catete, Júlio Prestes - Vital Soares, apesar do entusiasmo dos comícios dos defensores da Aliança Liberal e da co-

465. "Antes da focalização na tela da película *O General* que honra os estúdios da United Artists, os *habitués* ouvirão um recital pelo brilhante poeta e cronista, José Maria Fontes, que agora nos visita como orador oficial da Associação Atlética de Anápolis.

Recitando versos de um sabor novo, nosso confrade manifestará a maneira por que *ele e o nosso povo compreendem, sentem e amam a poesia sem escola, a poesia sem preconceitos técnicos e verbais, a poesia, enfim, do povo para o povo". A Razão,* Estância, 10/6/1928, nº 165.

466. "Audição de poesia moderna.

Sábado, 12 do andante, terá lugar no teatro Guarany às 8 horas da noite, o recital de poemas novos por Abelardo Romero e José Maria Fontes.

É a primeira festa de arte moderna que se organiza em Sergipe, dedicada ao corpo docente e estudantes do Atheneu Pedro II.

Os bilhetes para assistência já estão sendo vendidos". *Correio de Aracaju,* 4/10/1929, nº 1.104.

467. Cabral, Alfredo: *Via Lucis,* nº 3, Aracaju, 27/3/1904.

bertura que a ela davam jornais de projeção como o *Diário da Manhã*, o *Sergipe Jornal* e o *Liberal*. Contra os 16.736 votos reconhecidos para os candidatos situacionistas, apenas 838 recebiam os candidatos da Aliança Liberal, e estes contados na Capital e nas cidades fabris de Estância e São Cristóvão. O pleito de julho também, facilmente, elegeu para o governo do Estado o comerciante Francisco Porto.

A revolução de 1930 triunfou em Sergipe em 18 de outubro, quando aí chegaram, recebidas entusiasticamente pelo povo, as tropas de Juarez Távora, o chefe da Revolução no Norte do país, e com elas se solidarizando a guarnição federal do 28º BC e a Polícia Militar. Dois dias antes, o Presidente Manuel Dantas havia abandonado o Estado, justamente oito dias apenas para encerrar o mandato e passar o governo ao sr. Francisco Porto, Presidente eleito.

Após a breve permanência do Dr. Eronides Ferreira de Carvalho e do General Calazans no governo revolucionário instituído, em 17 de novembro assumia o cargo de Interventor Federal do Estado, nomeado pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, o Coronel Augusto Maynard Gomes.

Com o triunfo da Revolução de 1930, acarretando a queda das instituições políticas tradicionais da Velha República, encerra-se um período da História do Brasil e de Sergipe.

No setor educacional, não era grande o legado do velho regime. Quantitativamente, nesses quarenta e um anos crescera em rítmo vagaroso a população escolar. Qualitativamente, se sucederam reformas frustradas. A escola não conseguira ser integrada ao processo evolutivo em que vivia a sociedade brasileira. O sistema educacional montado não fora capaz de responder ao desafio das novas forças geradas pelas transformações estruturais deflagradas principalmente pela 1ª Grande Guerra. Como bem definiu Florestan Fernandes, a Velha República falhou em suas tarefas educacionais "por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigida pela sociedade de classe e pela civilização correspondente, fundadas na educação capitalista, na tecnologia e no regimem democrático. Omitiu-se, em vez de Estado Educador - Estado fundador de escolas e supervisionador do sistema nacional de educação".[468] Já anteriormente, afirmara Fernando de Azevedo: "Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do

468. Fernandes, Florestan: *Educação e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Dominus Editora, 1966, p. 4.

regime não teve o pensamento ou decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas necessárias às novas instituições democráticas".[469]

A educação sergipana não se distanciara do modelo nacional. Excetuando o saldo positivo fornecido pela Escola de Aprendizes de Artífices e o Instituto Profissional Coelho e Campos, as alterações introduzidas nesses anos republicanos foram pequenas. Fracassara a tentativa de implantação do ensino superior. O ensino médio, excetuando o curso comercial, continuava livresco, ornamental, ponte para o ingresso nas Faculdades, atendendo a uma elite saída da burguesia latifúndio-mercantilista, ou da camada média urbana que o buscava como uma forma de ascensão social, desde quando "as camadas médias tradicionais viviam mergulhadas, durante toda Primeira República, no universo da ideologia dominante, o que facilitou a aceitação, em linhas gerais, da dominação oligárquica".[470] A educação mi-

	1889	1930	Índice de crescimento
População (Estimativas)			
Sergipe	310.926	527.130	69,5
Aracaju	21.132	50.564	139,3
Matrícula das escolas públicas primárias no Estado:			
Total	5.146	16.864	229,4
Masculina	2.596	8.356	220,7
Feminina	2.550	8.508	235,6
Professores primários			
	133	324	143,6
Matrículas no Atheneu			
	20 (homens)	116 (24 mulheres)	480
Matrículas na Escola Normal			
	51	206	303
Conclusão do curso primário			
	42	264	528

469. Azevedo, Fernando: obra citada, p. 134.
470. Saes, Décio: Obra citada, p. 65.

nistrada não exerceu função igualitária, mas reforçou as desigualdades sociais existentes.

Em 1930, as professoras públicas primárias estavam assim distribuídas:

Na Capital	38	sendo	36	diplomadas pela Escola Normal
3ª entrância (cidades)	75	"	53	" " " "
2ª " (vilas)	52	"	43	" " " "
1ª " (povoados)	159	"	114	" " " "

Total	Diplomadas	Percentagem	Leigas	Percentagem
324	244	54,9	110	45,1

Foi um elemento positivo da Velha República, em Sergipe, a contribuição da Escola Normal na formação do professorado sergipano, que se perderia após 1930 quando vai crescer o índice de percentagem de professoras leigas.

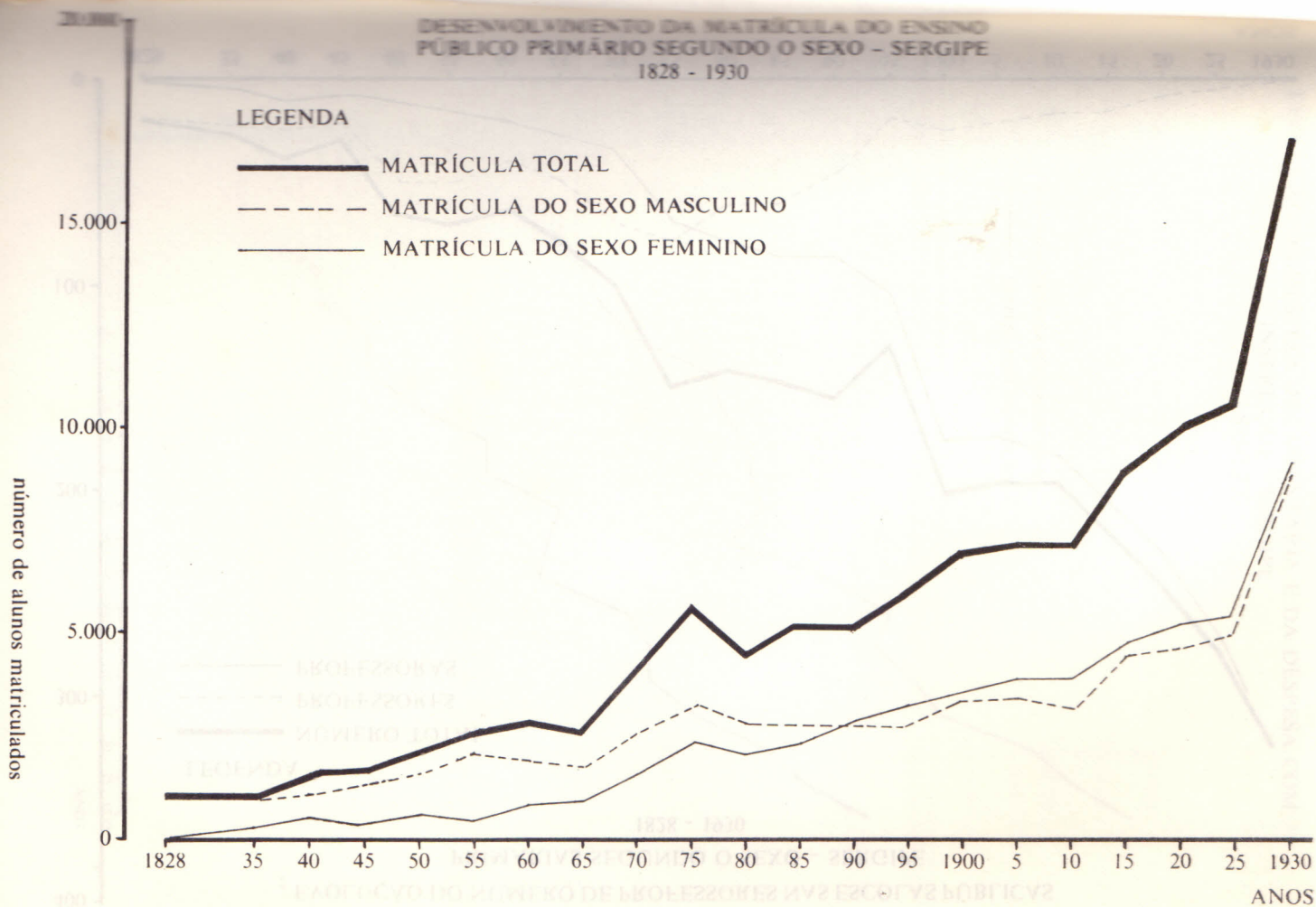
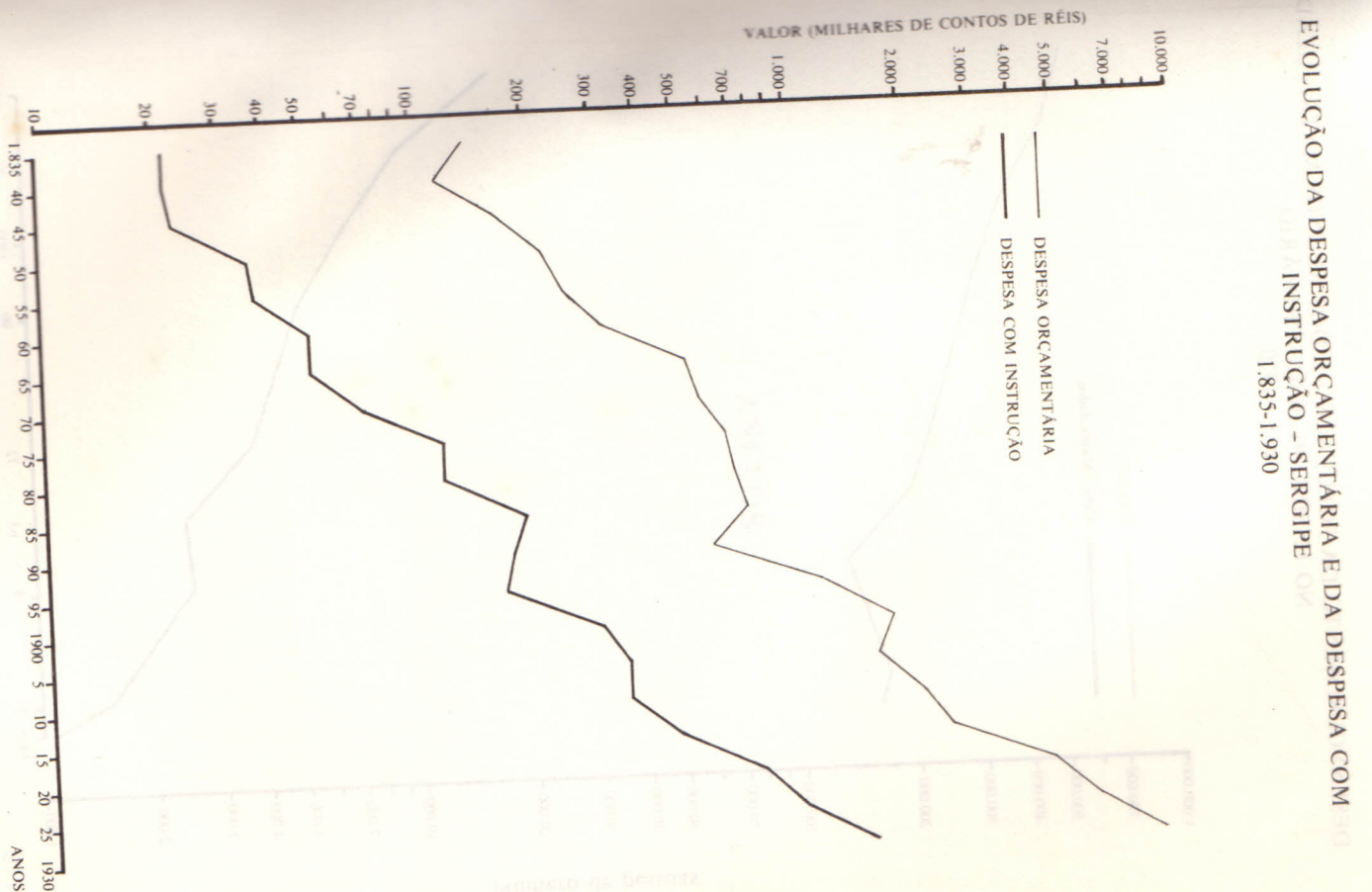
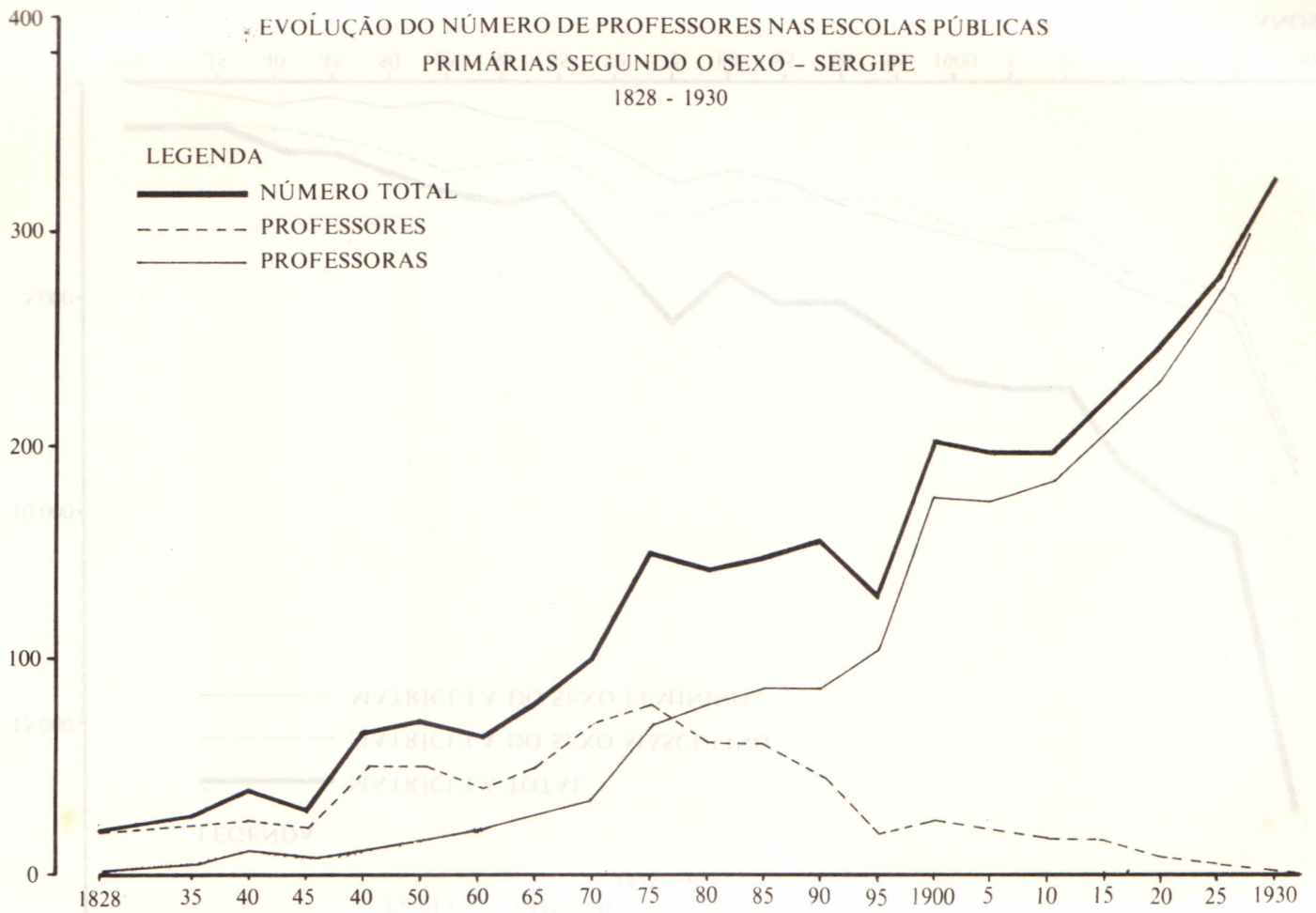
Somavam-se ainda 48 escolas primárias municipais com 1.256 alunos matriculados, sendo 695 homens e 596 mulheres.

Em 1929, prestaram exames parcelados os últimos alunos matriculados antes da Reforma Rocha Vaz. Eram 7 em Grego, 6 em Inglês, 5 em História Universal e Álgebra, 4 em Física e Química, 2 em Latim, 1 em Português, Francês, Desenho, História Natural e Filosofia.

Sobre esse quadro educacional irá incidir a nova política nacional formulada com a instalação do Governo Provisório, decorrente do triunfo da Revolução de 1930. Entre os órgãos administrativos surgidos para a execução do programa revolucionário, destacava-se o Ministério da Educação e Saúde criado por decreto de 14 de novembro do mesmo ano. Teve como primeiro ocupante o Dr. Francisco Campos, que, ao tomar posse, anunciava novas perspectivas, ao enfatizar que educar o Brasil tornava-se "o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros". Ao reformar o ensino secundário e superior pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril do ano imediato, superou a omissão do governo federal no setor educacional, que a Constituição de 1891 permitira. Na Reforma de 1931, se tornam evidentes o papel do Estado e o sentido global da educação, devendo sua reconstrução ser encarada a partir de uma meta nacional. Ante o que sucedia no mundo, no Brasil, também, o novo sistema educacional objetivará integrar-se às transformações econômicas ocorridas.

Assim, a nova educação deveria ser "uma reação categórica, intencional, e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada por uma concepção vencida". Era este o brado lançado por educadores esclarecidos através do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova apresentado ao povo e ao governo,* publicado em 1932, procurando condensar as aspirações do momento e adaptar a educação às transformações estruturais que se processavam no Brasil.

GRÁFICOS ESTATÍSTICOS

DESENVOLVIMENTO DA MATRÍCULA DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO SEGUNDO O SEXO – SERGIPE
1828 - 1930

DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO E DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO 1835 - 1930

ANEXOS

Anexo nº 1

Illmo. Exmo. Snr.

Com esta achará V. Exª. dous Mapas circunstanciados, hum do Rendimento do Subsidio Literario nesta Capitania dos ultimos tres annos mil setecentos noventa e cinco, mil setecentos noventa e seis, e mil setecentos noventa e sete, outro do numero das Cadeiras de Professores, dos ordenados que vencem, e do que se lhes deve, que remeto em cumprimento do Officio que a este respeito se me expedio por sua Secretaria de Estado em data de vinte dous de setembro do anno passado.

Ao Contador Francisco Gomes de Souza que os formalizou, e que actualmente serve de Secretario da Junta da Real Fazenda, ordenei que expozesse o que ocorre sobre esta importante objecto, e as diversas Representaçoens que a mesma Junta da Real Fazenda tem posto na Prezença de sua Magestade pelo Real Erário, afim de se remediarem alguns abuzos introduzidos, tanto a respeito da cobrança deste Subsidio, como a cerca dos Professores, o que exatamente executou na Conta incluza, que poem na minha prezença, e eu na de V. Exª.

Abolio-se o Tribunal da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros pela Carta de Lei de dezesete de Dezembro de mil setecentos noventa e quatro, e determinando-se nella que a direção das Escolas Menores nos Dominios Ultramarinos ficava encarregada aos Governadores, e Bispos, não se expedirão até agora as ordens a este respeito, de que resulta acharem-se os Estudos desta Capitania, e creio que de todas as mais sem fiscalização alguma determinada por ordem Regia, como sempre estiverão, de que se seguem pessimas consequencias ao Estado, fazendo se por tanto indispensavel q^a Mesma Senhora se digne dirigilas na forma que se anuncia na quela Carta de Lei, devendo-se tâobem por esta ocasião recomendar-se aos Governadores que examinem quaes são as Cadeiras inuteis para se abolirem, e quaes os Professores que devem ser, ou não conservados, em razão dos seus bons, ou maos procedimentos, e de cumprirem ou deixarem de cumprir com as suas obrigaçoens. Deos Guarde a V. Exª. Bª 31 de Março de 1799.

Illmo e Exmo. Senhor
D. Rodrigo de Souza Coutinho
De Fernando José de Portugal

AHU - Bahia, Documento nº 19.290

Anexo nº 2

Ill.mo Ex.mo Snr.

Pretende a Camara da Villa de Santo Amaro das Brotas, Comarca de Sergipe de El Rey no Requerimento que acompanhou o officio de V. Exª de vinte e quatro de Setembro do anno passado para eu informar, que ali estabelecão duas Cadeiras, huma de Gramatica Latina, e outra das Primeiras Letras, apontando para Professor da primeira ao Padre Felis Pacheco Alvares da Silva, e da segunda ao Licenciado João de Goes e Mello. He verdade que esta Villa he huma das mais importantes da quela Comarca, por se acharem nella situados bastantes Engenhos de Açucar, Fazendas de Gados, mas tãobem he certo que nesta mesma Comarca ha tres Cadeiras de Gramatica, e duas das Primeiras Letras de que se podem aproveitar os Mancebos daquelas Villas em que as não ha, em razão da pequena distancia de doze legoas pouco mais ou menos de humas as outras, alem da consideração de que o actual Rendimento do Subzidio Literario de toda aquela Comarca, não chega para satisfação do ordenado de hum Professor de Gramatica, e outro das Primeiras Letras, pela decadencia em que tãobem esta semelhante cobrança, pelos motivos que pondero a V. Exª em officio separado debaixo do nº 468; e como nelle se requerem algumas providencias até para se regularem as Cadeiras que devem ficar existindo em toda a Capitania, abolindo-se as inuteis, então se tratará de deixar huma só Cadeira de Gramatica na Cidade cabeça da Comarca, extinguindo se de todas as outras, ficando com tudo huma de ler e escrever em cada Villa.

Devo tãobem ponderar a Vª Exª que não tenho as melhores informações sobre a conduta do Padre Felis Pacheco e Alvaro da Silva, posto que ouço que sabe a Lingoa Latina. Deos Guarde a V. Exª. Bahia 2 de Abril de 1799.
Ill.mo e Ex.mo Senhor D.
Rodrigo de Souza Coutinho

D. Fernando José de Portugal

AHU - Bahia, Documento nº 19.301

Anexo nº 3

RELAÇÃO DOS INDIVÍDUOS PROVIDOS NAS DIVERSAS

CADEIRAS DE PRIMEIRAS LETRAS DESTA PROVÍNCIA DE SERGIPE D'EL REI NA CONFORMIDADE DA LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1927 COM DECLARAÇÃO DOS VENCIMENTOS QUE INTERINAMENTE SE LHES ARBITROU POR ANO - Antônio José Peixoto Valadares na cadeira do Ensino Mutuo da Cidade de São Cristóvão, capital da mesma Província, com o ordenado de trezentos mil réis - Simeão Esteves da Silva, na cadeira da Vila de Santa Luzia com o ordenado de 250$000rs - José Pinheiro do Sacramento, na cadeira da Povoação de Estancia com o ordenado de 250$000rs - Joaquim Maurício Cardoso, na cadeira *novamente criada* na Povoação de Estancia, Termo da Vila de Santa Luzia, com o ordenado de 250$000rs - Manuel Joaquim da Gama, na cadeira *novamente criada* na Povoação de Itabaianinha, Termo da Vila do Lagarto com o ordenado de 200$000rs - Antonio Ricardo dos Martires na cadeira da Vila do Lagarto com o ordenado de 200$000rs - Antonio Soares da Silva na cadeira *novamente criada* na Povoação de Simão Dias, Termo da Vila do Lagarto com o ordenado de 200$000rs - Patricio Luís Amado, na Cadeira *novamente criada* na Povoação N.S. dos Campos do Rio Real de cima, Termo da Vila do Lagarto com o ordenado de 200$000rs - Francisco Felix de Oliveira na Cadeira da Povoação de Itaporanga, Termo da Capital, com o ordenado de 200$000rs - Francisco Manuel de Barcelos, na Cadeira da Povoação de Laranjeiras, Termo da Capital com o ordenado de 250$000rs - Antonio Luís de Oliveira, na Cadeira da Povoação do Socorro, Termo da Capital, com o ordenado de 200$000rs - José Lopes de Souza na Cadeira da Vila de Santo Amaro das Brotas, com o ordenado de 250$000rs - José Gonçalves de Sena, na Cadeira da Povoação do Rosário, Termo da Vila de Santo Amaro, com o ordenado de 200$000rs - Antonio Joaquim Pitanga, na Cadeira da Povoação de N.S. da Divina Pastora; Termo da Vila de Santo Amaro com o ordenado de 200$000rs - Rufino José Dias Cardoso, na Cadeira da Povoação Capela, Termo da Vila de Santo Amaro com o ordenado de 200$000rs - Joaquim Ferreira, na Cadeira da Missão de São Pedro, Termo da Vila de Propriá com o ordenado de 250$000rs - Antonio Correia de Araújo Cedro na Cadeira da Vila de Itabaiana com o ordenado de 250$000rs - Francisco José Vieira de Andrade, na Cadeira da Povoação de Sta. Ana, Termo da Vila de Itabaiana com o ordenado de 200$000rs - Leão Magno Ramos, na Cadeira da Vila de Propriá, com o ordenado de 250$000rs - Francisco Manuel Prudente, na Cadeira da Missão São Francisco, com o ordenado de 200$000rs - Agostinho José Caetano, na Cadeira *novamente criada* da Povoação de N.S. da Boa Hora do Campo do Brito, Termo da Vila de Itabaiana, com o ordenado de 200$000rs - Manuel Francisco Lino, na Cadeira *novamente criada* na Povoação da Ca-

pela do Bom Jesus, Termo da Vila de Santo Amaro das Brotas, com o ordenado de 200$000rs.

OBSERVAÇÕES: A Cadeira de 1ªs. Letras de Vila Nova acha-se confirmada por Sua Magestade o Imperador, e regida por João Pereira de Oliveira. Palacio do Governo de Sergipe de El Rei - 30 de março de 1829 - Ignacio José Vicente da Fonseca.

Relação dos Individuos providos nas diversas cadeiras da Lingua Latina desta Província de Sergipe de El Rei na conformidade da Lei de 15 de outubro de 1827 e Decreto de 15 de setembro do mesmo ano, com declaração dos vencimentos, que já interinamente percebiam por ano - O Reverendo Luís Correia Caldas Lima na Cadeira da Cidade de São Cristóvão, Capital da mesma Província, com o ordenado de 300$000rs - Brás Denis Villas-Boas na Cadeira da Vila de Santo Amaro das Brotas, com o ordenado de 240$000rs - Manuel Joaquim Nunes na Çadeira da Vila de Itabaiana, com o ordenado de 240$000rs. - Reverendo José Francisco Gonçalves na Cadeira da Vila de Lagarto, com o ordenado de 240$000rs. o Reverendo Manuel Francisco de Carvalho na Cadeira da Vila de Propriá, com o ordenado de 240$000rs.

OBSERVAÇÕES: As Cadeiras da Lingua Latina das Vilas de Santa Luzia e Estancia, Vila Nova do Rio de São Francisco e Povoação das Laranjeiras, Termo desta Capital acham-se confirmadas por Sua Magestade, o Imperador, e regidas a primeira pelo Reverendo João de Campos da Silveira, a segunda a João da Silva Lemos, substituto de Fortunato Antonio Ribeiro, a terceira João Moreira César.

Palacio do Governo de Sergipe de El Rei, 30 de março de 1929. Ignácio José Vicente da Fonseca.

APES G1 276

Anexo nº 4

Edictal. Pelo Governo desta Provincia, em Conselho, se fáz saber, que na forma da Lei de quinze de Outubro de mil oito centos e vinte sete, e Decreto de quinze de Novembro do mesmo anno, no dia vinte e hum de Janeiro do anno proximo vindouro de mil oito centos e vinte nove estão expostas a Concurso todas as Cadeiras de Primeiras Letras, e de Grammatica Latina da mêsma Provincia: e que no dito dia os Candidatos, que a ellas se quiserem oppôr, devem comparecer nesta Presidencia, estando para isso competentemente habilitados. Outro sim, se fáz saber, que entrão no mêsmo Concurso mais tres Cadeiras de Primeiras Letras, novamente criadas, a saber huma na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real de cima; e outra na Povoação da Capella de Santa Anna de Simão Dias, todas no termo da Villa do Lagarto. E para que chegue a noticia de todos, assim se fáz publicar. Palacio do Govêrno de Sergipe treze de Dezembro de mil oito centos e vinte oito. O Secretario Jozé Pedro de Farias. Está conforme

O Secrº José Pedro de Farias

Biblioteca Nacional - Secção de Manuscritos.

Anexo nº 5

Cidade de São Cristóvão			
Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	4	Alunos	227
Escolas Particulares	4	"	103
Total	8		330
Gramática Latina:			
Aulas Públicas	1	Alunos	33
Aulas Particulares	2	"	19
Total	3		52
Vila de Sto. Amaro			
Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	5	Alunos	260
Escolas particulares	7		260
Total	12		520
Vila de Itabaiana			
Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	3	Alunos	82
Escolas Particulares	4	"	28
Total	7		110
Gramática Latina:			
Aula Pública	1	Alunos	4
Vila Nova do Rio São Francisco			
Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	2	Alunos	61
Escola Particular	1	"	4
Total	3		65
Gramática Latina			
Aula Pública	1	"	4
Vila de Propriá			
Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	2	Alunos	93
Escolas Particulares	4	"	54
Total	6		147
Gramática Latina:			
Aula Pública	1	Alunos	9

Vila do Lagarto

Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	4	Alunos	101
Escolas Particulares	7		47
Total	11		148
Gramática Latina:			
Aula Pública	1	Alunos	21

Vila de Santa Luzia

Primeiras Letras:			
Escolas Públicas	3	Alunos	190
Escolas Particulares	5	"	38
Total	8		228
Gramática Latina:			
Aula Pública	1	Alunos	29

Vila Tomar do Geru

Primeiras Letras:			
Escola Pública	1	Alunos	14

Anexo nº 6

A Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das Aulas dos diversos Municipios da Provincia julga ter preenchido o seo dever offerecendo á consideração do Illustre Conselho, como resultado de suas observações, a seguinte Relação summaria das que recebera, e apontando as Escolas cujas Relações não se achão entre as outras.

Da maneira com que os Professores de Primeiras Letras marcarão o adiantamento de seos Alumnos, a Comissão é obrigada a crer que nem um delles tem empregado o methodo simultaneo; e sim o individual tão trabalhoso, como insufficiente: talvez por falta de abecedarios, syllabarios, vocabularios, taboadas, translados, e compendios convenientes ao referido ensino, sendo por isso mesmo de absoluta necessidade; que a F. N. lhes forneça o numero de taes exemplares, que for efficiente para as classes, em que tiverem dividido os seos Alumnos.

Das participações das respectivas Camaras, vê-se que as quantias determinadas para o papel, penna, tinta, etc. aos Meninos mimiamente pobres tem sido com elles dispendidas religiosamente.

Quanto aos livros cada um ensina pelo impresso, ou manuscrito, que julga mais accommodado, vendo-se alguns na obrigação não só de procurarem folhetos, livros, etc, como até de copiarem pedaços para lhes darem a ler, do que resulta não pouco atraso á mocidade, que não sendo imbuida em compendios methodicos, retarda infallivelmente o desenvolvimento das suas idéas.

Escolas		Professores	nº de nos	
	Propriá			
Primr.as	Letras	Ign.cio J.o de Souza Mãgaba	82	
"	"	Maria Rosa Leite Sampaio	22	
	Itabaiana			
Primr.as	Letras	Antonio Corrêa Cedro	41	
"	"	Tertuliano M.el de Mesquita	35	
	Lagarto			
Primr.as	Letras	Antonio Ricardo dos Mart.es	25	
		Antonio Soares da S.a	28	a maior parte não compareceu p̃ por causa da peste das bexigas, seg.do o officio do resp.to Juiz de Paz.
	Itabaianinha			
Primr.as	Letras	Manuel Joaquim da Gama	48	desde q. abrio Aula em 29 de M.co de 1829. Este Professor diz não ter ainda impregado a q.ta dada p.a os mimiàm.e pobres, esperando a occasião de mandar vir da B.a pennas, papel, tinta, etc.
"	"	Patricio Luiz Amado	20	
	Estância			
Primr.as	Letras	José Monteiro Mascarenhas	96	
"	"	José Pinhr.o do Sacramento	57	
Primr.as	Letras	D. Anna Joaq.na d'Olivr.a Santos	41	
		Somma 495, inclusive 63 meninas		
	Laranjeiras			
Latim		O P.e João Moreira Cezar	11	
	Lagarto			
		José Alx.e Pitangueira	6	
	Estância			
		O P.e Raimundo de Campos e Silvr.	44	
		Somma	61	
	Capital			
Philosophia		O D.r M.el Ladisláo Ar.a Dantas	3	
Geometria		Fr. José dos Praseres Bulhões	2	
Francez		Joaquim Mauricio Cardoso	12	
		Soma	17	

Em summa a Commissão julga que a Instrucção Publica não pode melhorar nesta Provincia sem que primeiramente a maior parte, ou quasi todos os Professores de Primeiras Letras voltem á uma Escola Normal, onde apprendão o que lhes falta; *em segundo lugar, sem que lhes dê ordenados sufficientes*, e por ultimo, sem que todos ensinem pelo methodo simultaneo, visto não haverem Escolas de ensino mutuo, se não uma na Capital, que segundo a vós publica não tem produzido os resultados que erão de esperar.

Do officio da Camara de Itabaianinha ao Presidente da Provincia colligisse que a quella Villa tem precisão de mais duas Cadeiras de Primeiras Letras uma para o Bello Sexo na sede da mesma, e outra para meninos no Geru, além de uma de Latim tambem na sede da villa.

A Commissão não póde deixar de significar ao Illustre Conselho quanto tem sido discreta a escolha dos livros, porque ensina a Professora da Villa Constitucional da Estancia, dando às suas discipulas para ler as Maximas de Conducta para as Senhoras Brasileiras pelo Dr. João Candido de Deos e Silva, Cathecismo de Montpellier, o Thesouro da Menina, a Gramatica Nacional, Fonte da Verdade, e outros compendios de moral acommodados ao Bello Sexo.

Não mandarão as Suas Relações as Aulas seguintes:

Primeiras Letras as 3 da Capital, 1 de S. Pedro, as 4 de S. Amaro, as 2 de Villa Nova, as 2 da Capella, as 4 de Laranjeiras, 1 do Socorro, outra de Sta Luzia, e as de Latim da Capital, do Propriá, de Sto Amaro, e Itabaiana.

Paço do Consº 21 de janeirº de 1834. J. M. Cardoso, R. P. C. da Silveira.

APES – Arquivo Epifânio Fonseca Dória, Caixa 14, doc. 04.

Anexo nº 7

Segundo o *Quadro demonstrativo das Aulas de Primeiras Letras de hum e outro sexo desta Provincia, e dos Alumnos que as frequentam*, anexo à Falla que dirigiu à Assembléia Legislativa de Sergipe, na abertura de sua sessão ordinária no dia 1º de março de 1850, o Illmo. Sr. Presidente da Província Amâncio João Pereira de Andrade, assim era a composição das escolas sergipanas nas quatro Comarcas existentes:

Comarca de São Cristóvão, abrangendo a Capital, a cidade de São Cristóvão – (2 escolas masculinas e uma feminina), Itabaiana (1 masculina e 1 feminina), Itaporanga, Agua Azeda, Socorro, Aracaju, Campo de Brito com uma escola masculina:

ESCOLAS E ALUNOS

(Masculino)			(Feminino)		
Brancos	Pardos	Pretos	Brancas	Pardas	Pretas
173	197	10	34	9	–
Escolas			Escolas		
8			2		
Alunos			Alunas		
38			43		
Total de Escolas: 10			Total de alunos: 423		

Comarca de Laranjeiras, abrangendo a cidade do mesmo nome (2 escolas masculinas e 2 femininas), Maruim (1 masculina e 1 feminina), Santo Amaro (1 masculina e 1 feminina), Divina Pastora (1 masculina e 1 feminina), Rosário (1 masculina e 1 feminina), Coqueiros, Aguada, Pé do Banco com 1 escola masculina:

ESCOLAS E ALUNOS

(masculino)			(feminino)		
Brancos	Pardos	Pretos	Brancas	Pardas	Pretas
227	238	9	133	60	1
Escolas			Escolas		
11			5		
Alunos			Alunas		
474			194		
Total de escolas: 16			Total de alunos: 700		

Comarca de Estância, abrangendo a cidade do mesmo nome (2 escolas masculina e 1 feminina), Lagarto (1 masculina e 1 feminina), Santa Luzia, Esprírito Santo, Chapada, Itabaianinha, Campos, Lagoa Vermelha, Simão Dias, Geru com uma escola masculina:

ESCOLAS E ALUNOS

(masculino)			(feminino)		
Brancos	Pardos	Pretos	Brancas	Pardas	Pretas
222	184	1	29	31	–
Escolas			Escolas		
11			2		
Alunos			Alunas		
407			60		
Total de escolas: 13			Total de alunos: 545		

Comarca de Vila Nova, abrangendo a vila do mesmo nome (1 escola masculina e 1 feminina), Capela (1 masculina e outra feminina), Propriá (1 masculina e 1 feminina), Porto da Folha, Japaratuba, Pacatuba, Brejo Grande, Enforcados com 1 escola masculina:

ESCOLAS E ALUNOS

(masculino)			(feminino)		
Brancos	Pardos	Pretos	Brancas	Pardas	Pretas
152	128	10	31	29	
Escolas			Escolas		
8			3		
Alunos			Alunas		
290			60		
Total de escolas: 11			Total de alunos: 350		

OBS: O total de alunos que, em 1850, freqüentou as cinqüenta escolas da Província de Sergipe atingiu 2.077. Em virtude de quatro localidades não terem enviado os respectivos mapas de matrícula com a qualificação dos discentes, a soma registrada neste anexo só registra 1.980, distribuídos entre 1.623 masculinos e 357 femininos.

TOTAL DE ESCOLAS E ALUNOS

(masculino)			(feminino)		
Brancos	Pardos	Pretos	Brancas	Pardas	Pretas
822	771	30	227	129	1
Escolas			Escolas		
38			12		
Alunos			Alunas		
1.623			357		
Total de escolas: 50			Total de alunos: 1.980		

Anexo nº 8

DIÁRIO DO IMPERADOR D. PEDRO II NA SUA VISITA A SERGIPE EM JANEIRO DE 1860. (Trechos relativos às observações anotadas sobre o ensino das escolas por ele visitadas)

Aracaju

"Aula de meninas regida por J. Maria da Trindade – 70 matriculadas – não muito bem escrito o livro de matrícula. 1ª lê sofrivelmente livros, e menos mal em gramática – divide bem e sabe tirar a prova real. Freq. 1 ano e 4 meses, mas já tinha estudado pouco – segundo diz a professora, que parece boa – noutra escola 2ª lê sofrivelmente, gramática mal, divisão com duas letras no divisor, porém mal ainda. Doutrina sabem as rezas, mas as explicações não são exatas todas, apesar da professora contentar-se com elas. Letra das meninas sofrível.

Aula de história do Brasil, nas Vilas Boas. 15. matr. Não gostei.

Aula pública de meninos de Inácio de Souza Valadão – matr. 86. O livro de matrícula não parece bem feito, mas a letra do Professor é sofrível.

1º Lê sofrivelmente – gramática muito atrazado, não sabe dividir tendo errado toda a conta. Desde 19 de fevereiro de 1859 aqui tendo já estudado 10 meses em Sergipe, 2º lê mal; gramática apenas começou – este que é o melhor divide bem; mas vagarosamente, e não se lembra da prova real da divisão.

Doutrina mal sabem as rezas e o professor está muito atrazado parecendo mau. Letra dos meninos pior que a das meninas".

São Cristóvão

Aula de meninos de Francisco José Gomes 81 matr. e letra do livro má – freq. de mais de 40. 1º lê sofr. nada sabe de gramática. Sabe alguma coisa de regra de 3, e divide bem, sabendo a prova real. Há mais de ano, tinha já estado noutra escola. 2º lê sofr. nada sabe de gramática; divide bem, não sabe a prova real. O mesmo que o outro quanto ao tempo. 3º chamado por mim, lê menos bem que os outros – gram. id – está principiando a dividir subtraindo logo. Sabe mal o Padre Nosso e os mandamentos da lei de Deus. Explicação da doutrina quase nenhuma. Letra sofrível – Professor mau.

Aula de latim 15 matr. muito atrazados; professor, pelo menos, acanhado.

Aula de meninas letra má do caderno de matrícula – do mapa consta que há 28 e a letra *que não é da professora* é boa. 1ª lê sofr. pouca gramática talvez por acanhada. Não pode fazer a divisão; desde outubro parando; mas já estivera na aula 3 anos – teve interrupção de 2 anos. 2ª lê menos bem; pouca gramática; não soube dividir. Há 3 anos. 3ª lê mal; multiplica já; há 3 anos.

Doutrina – rezas quase nenhuma explicação, e a professora pouco sabe. Letra má.

Aula do menino do Pe. José Antônio Corrêa 42 matr. freq. 30 e tantos. 1º lê quase que bem; gramática sofrível – o professor teima que o futuro do subjuntivo do verbo vier é vires; sabem alguma coisa de fração. Há quatro anos. 2º id – divide mal; sabe tirar a prova real. Responderam bem sobre doutrina. Letra sofrível."

Maroim

Aula de meninas 47 matr. freq. 30 e letra da professora é sofrível. 1ª lê sofrivelmente, apenas gramática, sabe só multiplicar. Há menos dum ano tendo estado noutra aula; mas não sabendo nada, segundo a mestra. 2ª lê melhor, gramática quase nada; começa apenas a dividir. Esta que é uma das mais adiantada mal sabe o credo. Há um ano mas já tinha estudado antes, mas quase nada, segundo a professora. Letra sofrível. A professora parece não servir.

Aula de meninos 113 matr. freq. 56 a 60. 1º lê sofrivelmente, apenas começou gramática, mas a nada respondeu talvez por acanhado. Sabe só multiplicar. Há mais dois anos freq. outra. 2º o mais adiantado, lê sofrível, e nada respondeu sobre simples pergunta da gramática. Dividiu bem e mal sabe a prova real. Há mais de 2 anos quase 3. 3º lê mal, nada de gramática, sabe só multiplicar. Há quase 3 anos mas já tinha estudado noutra aula; falta muito por ser a mãe pobre. Quase nada sabem da doutrina e o professor, que parece, pelo menos, medíocre."

Laranjeiras

"Aula de meninas 94 matr. freq. 60 a 70 a letra do livro que é da professora, Possidônia Mª de Stª Cruz Bragança, não é má. 1ª lê quase que bem, alguma gramática. Dividiu bem e sabe a prova real. Há 2 anos e veio com princípios conforme a professora. 2ª lê sofrivelmente; pouca gramática. Dividiu bem, e sabe a prova real. Há 2 anos veio com princípios. 3ª lê sofrível quase nada ou nada de gramática; divide mal e sabe a prova real. Há 2 anos; já tinha estudado antes. Casa bem arranjada. (Ilegível) trabalhos de bordado. Receberam-me com um hino de estilo religioso em francês. Sabem as rezas e doutrina mas não vejo que a professora seja muito capaz de dar explicações. Letra muito boa.

Aula de filosofia e geografia de Tito Augusto Souto de Arquimedes. 4 de filosofia e 4 de geografia; 2 presentes de que um de ambas e o outro de geografia somente. Respondem sofrível sobre filosofia, idem sobre geografia. Não parecendo o professor não tem muitas idéias muito exata sobre a parte astronômica (sic)

Aula de meninos de Manuel Cândido da Cunha Drumond Rocha, 71 matr. 50 de freq. 1º lê quase que bem, não sabe gramática, dividiu bem por um método livre de engano e sabe a prova real. Há mais de 4, pobre como o 1º, de quem é irmão. Pouco sabem da explicação da doutrina, porque mesmo o professor não a sabe. O livro de matrícula mal feito e a letra do professor má, sendo a dos meninos sofrível.

Aula de latim – sofríveis estudantes e professor.

Aula de meninos de José Constituino Teles – Quadro em papel de matrícula 33 – 20 e tantos freq. letra do professor boa – Só um apareceu: o professor disse que não recebeu aviso. Lê mal e não sabe ainda contas. Há um ano.

A outra professora disse que não pudera reunir as meninas."

Estância

Aula do professor Isaías de Souza. 55 matr. freq. 30 e tantos. Falta utensílios e antes de minha visita liam só cartilha; não escrevem 15 dias por falta de papel. 1º lê sofrível pouca gramática. Divide bem sabe a prova real. Há 7 meses tendo estado noutra aula ano e meio. 2º id. divide menos bem e sabe a prova real. Está desde janeiro de 1859, tendo estado já antes aqui talvez 1 ano. Sabem as rezas mas pouca explicação: todavia o professor é habilitado para dá-la sabendo que o julgar os *vivos* e os *mortos* do Credo que dizer os que *estão em graça e os*

pecadores; parece melhor neste ponto que os outros. Letra dos meninos menos boa, assim como a do professor no livro da matrícula.

Internato – só tem 6 internos, os mais externos, casa mesquinha 58 estudantes – estudantes de geometria 2 fracos. 2 de latim sofríveis, 2 de francês bons, parecendo-me bom o professor – 1 de geografia pouco adiantado, o professor não é bom.

Aula de meninas de Leopoldina J.F. da Rocha 34 matr. 1ª lê sofr. *não sabe regras mas sabe toda a gramática de cor*. Ainda não divide correntemente sabe a prova real. Há 3 anos já tinha estado noutra. 2ª lê sofr. gramática idem. Não pôde dividir talvez por atrapalhada. Sabem as rezas: mas a professora não sabe explicar como o professor Isaías: antes foge de explicações; porque as ignora. Letra mais que sofrível."

"Aula do Florencio; professor particular. 1º lê sofr. sabe alguma coisa de regra de três, não sabe dividir parece, que por turbado; gramática bem 2 anos e tanto. 2º lê menos bem, gramática bem; dividiu bem, sabe a prova real. Sabem mal a doutrina. É do mesmo tempo. Letra má.

Aulas de meninas do mesmo. As aulas trabalham na mesma casa em 2 salas separadas, dividindo o tempo o professor que parece bom.

1ª menina lê sofrível não sabe ainda gramática divide menos mal e conhece a prova real. Há 2 anos; mais muito doente, 2ª lê sofrível principiou gramática. Divide menos; não se lembra da prova real. Tem o mesmo tempo; e também doente. Sabem as rezas e não muito bem, letra menos má."

"Aula de Moreira Queiroz 28, atr – letra do professor sofrível, 20 e tantos. 1º lê sofrível principiou a regra depois de decorada toda a gramática, divide sofrível sabe a prova real – 2º lê bem; principia a regra como o outro; reparte só com uma letra no divisor. O 1º está aqui há 8 meses, mas já esteve noutra aula; 2º há anos. O professor não sabe interrogar em doutrina sobre o Credo, parece atrazado nessa matéria como os alunos. Letra sofrível.

Aula da professora Adelaide Serafina d'Avila Ribeiro. 46 matr. 20 e tantos de freq. a letra da professora é sofrível 1ª lê menos mal; muito pouca de gramática. Divide bem, sabe a prova real. Há 2 anos; já tinha estado noutra aula – 2ª lê menos bem que a outra; nada disse em gramática; Divide bem, sabe a prova real. Há 2 anos; já tinha estado noutra aula – 2ª lê menos bem que a outra; nada disse em gramática; divide mal; não se lembra da prova real. Há ano e meio já tinha estudado. A professora também foge do que é explicação de doutrina; contudo poderá passar no geral das matérias se estava acanhada. Letra sofrível".

Cópia do documento original existente no Museu Imperial de Petrópolis, e cedida ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pelo Presidente daquela instituição Lourenço Luís Lacombe.

Anexo nº 9

ESTATUTO DO ATHENEU SERGIPENSE

CAPITULO 1º
DA INSPECÇÃO DO ATHENEU

Art. 1º O Atheneu Sergipense ficará subjeito à inspecção dos encarregados da instrucção publica, na forma do que dispõe o Regulamento de 24 de outubro de 1870.

Art. 2º Este estabelecimento será também inspeccionado no que respeita ao seu regimento interno e sobre o fiel cumprimento de Suas Leis pelo Director e pela Congregação dos Professores

Art. 3º As decisões extraordinárias da Congregação que versarem sobre o regime administrativo e disciplinar do Atheneu não terão vigor sem que tenhão obtido a approvação do Governo.

Art. 4º A iniciativa das propostas relativas à administração do Atheneu pertence tanto ao Director como a cada um dos professores, membros natos da Congregação; com a differença porém de que sobre taes materias pode o Director tomar medidas provisorias, que deverá submetter à consideração da Congregação dentro de tres dias, ainda que para tal fim seja preciso convocal-a extraordinariamente.

CAPITULO 2º
DA CONGREGAÇÃO

Art. 5º A Congregação, como se acha definida na Lei organica do Atheneu Sergipense, é o aggregado dos professores cathedraticos ou substitutos em exercicio.

Art. 6º À Congregação incumbe a direcção, o regime interno e disciplinar do Atheneu, e tudo quanto respeita ao emprego dos methodos de ensino, a ordem e regularidade dos trabalhos, de accordo com as leis da instrução publica e com as demais disposições contidas no presente Estatuto.

Art. 7º Compete-lhe determinadamente as seguintes attribuições:

§ 1º Determinar os exames annuaes dos alumnos e a nomeação dos examinadores.

§ 2º Julgar das faltas em que tenhão incorrido os alumnos do estabelecimento.

§ 3º. A discussão de uma memoria historica e um relatorio annual das necessidades a cargo do estabelecimento, sendo comettido este trabalho a um Professor eleito pelo Director.

§ 4ª. Providenciar sobre tudo o mais que não for attribuição especial do Director Geral da Instrucção.

§ 5º. Designar, sob proposta dos respectivos Professores, a mudança dos compendios para as differentes disciplinas do Atheneu.

§ 6º. Marcar as horas em que devem começar as aulas e o tempo que devem durar, quando porventura a regularidade dos trabalhos do Atheneu o exija que se mude o que a este respeito se acha previsto e determinado por este Estatuto.

§ 7º. Vigiar e notar o procedimento, assiduidade, aplicação e aproveitamento dos alumnos a vista das notas dos Professores.

§ 8º. Julgar as faltas em que hajão incorrido os alumnos do estabelecimento na forma do art. 74 do Regulamento de 24 de outubro de 1870.

§ 9º. Comunicar ao Governo da Provincia nos meses de Junho e Novembro as notas relativas aos alumnos.

§ 10º. Reunir-se de dois em dois mezes para tratar de todas as questões relativas a marcha regular do estabelecimento, e extraordinariamente todas as vezes que for convocada pelo Director.

§ 11º. Deliberar sobre a necessidade de acquisição e sobre a conservação dos utensis do Atheneu.

§ 12º. Determinar penas que devem soffrer os alumnos recalcitrantes e mal procedidos, quando estas já não estiverem previstas nas Leis da instrucção publica, nem no presente Estatuto.

§ 13º. Assinar as actas de suas sessões ordinarias e extraordinarias.

§ 14º. Decidir todas as questões por meio de discussão livre e franca, não podendo cada Professor falar mais de duas vezes sobre cada questão em discussão, excepto o proponente, que poderá falar tres vezes.

§ 15º. Eleger anualmente, na primeira sessão, os seus Secretarios por meio de escrutinio secreto.

Art. 8º. Para a sua escripturação terá a Congregação livros numerados e rubricados pelo Director; podendo este porem commissionar ao Secretario para semelhante fim.

Art. 9º. As sessões da Congregação serão secretas e n'ellas só terão assento seus respectivos membros.

Art. 10º. Se nas reuniões da Congregação se não verificar o número de metade e mais um pelo menos de seus respectivos membros, não poderá haver sessão, e será neste caso a convocação feita pelo Director, para o dia que julgar mais conveniente, sem prejudicar a sessão ordinaria seguinte.

Art. 11º. As sessões da Congregação serão presididas pelo Director e em sua falta pelos legitimos substitutos.

Art. 12º. O Director, além do voto como membro da Congregação terá também o voto de qualidade quando houver empate nas votações.

Art. 13º. Quando na Congregação versar a questão sobre algum de seus membros, poderá elle assistir as discussões, explicar factos defendendo-se; mas retirar-se-há na ocasião da votação, se esta se lhe referir pessoalmente.

Art. 14º. O Presidente da Congregação terá o direito de chamar a ordem o membro que d'ella se desviar na discussão, e quando não for obedecido, depois da segunda advertencia, se julgará finda a discussão e adiada a materia para o dia que o Director designar.

Art. 15º. Todos os actos da Congregação serão pelo Secretario designados em uma acta, a qual será lida, aprovada e assignada por todos os Professores que tiverem assistido a sessão.

Art. 16. No fim do anno letivo em sessão especial marcada pelo Director, a Congregação nomeará os Professores que deverão servir de examinadores nas differentes disciplinas.

CAPITULO 3º
DO DIRECTOR

Art. 17º. O Director é o Inspector directo e immediato do Atheneu e compete-lhe, alem das attribuições consignadas no Regulamento de 24 de Outubro de 1870, as seguintes:

§ 1º. Velar em que as Leis, Regulamentos e decisões da Congregação sejão fielmente cumpridos.

§ 2º. Velar na conservação da ordem e regularidade do Atheneu.

§ 3º. Manter entre os Professores a Harmonia e respeito devidos.

§ 4º. Manter entre os alumnos uma boa disciplina e fazer com que se portem com a devida circunspecção e respeito aos Professores.

§ 5º. Applicar aos alumnos que se transviarem das regras do dever as penas marcadas nas Leis da instrucção pública ou prevista no presente Estatuto.

§ 6º. Notar e denunciar à Congregação aquelles alumnos que se distinguirem por sua applicação e moralidade ou desmerecerem por

sua incuria e turbulencia, precedendo propostas ou requisições dos respectivos Professores.

§ 7º. Levar ao conhecimento da Congregação aquelles casos que mereção providencias especiais não previstas neste Estatuto, nem nas Leis da instrucção publica.

§ 8º. Convocar a Congregação nas ephocas determinadas para suas reuniões ordinarias, e extraordinariamente sempre que assim o exijão as conveniencias do ensino.

§ 9º. Presidir as sessões da Congregação expondo as materias que deverão ser pela mesma tomadas em consideração.

§ 10º. Conceder a palavra aos membros da Congregação, fazendo manter a ordem e a regularidade nas sessões.

§ 11º. Chamar a ordem aquelles que na discussão deslisarem-se d'ella, e adiar a sessão para quando julgar conveniente.

§ 12º. Assignar as actas das sessões com os demais membros da Congregação.

§ 13º. Apresentar a Congregação quaesquer propostas relativas ao melhoramento do ensino e ao bom regimem do Atheneu.

§ 14º. Servir de orgão nas relações da Congregação do Atheneu com o Governo da Provincia.

§ 15º. Designar os substitutos nos impedimentos passageiros dos Professores.

§ 16º. Desempatar as votações nas sessões da Congregação sempre que presidir a sessão.

CAPITULO 4º
DO SECRETARIO

Art. 18º. Ao Secretario compete:

§ 1º. Ter ao seu cargo a escripturação da Congregação.

§ 2º. Redigir as actas das sessões e a correspondencia respectiva.

§ 3º. Fazer assignar a matricula em livro proprio aos estudantes que se proposerem a frequentar as aulas do estabelecimento, precedendo despacho do Director.

CAPITULO 5º
DOS PROFESSORES

Art. 19º. Os Professores comparecerão regularmente nos dias e horas marcadas para as suas respectivas classes.

Art. 20º. Os Professores darão lições horaes segundo as douctrinas e methodos determinados para o Atheneu.

Art. 21º. *Não será porem vedado aos Professores apartarem-se da douctrina dos Compendios adoptados, com tanto que justifiquem suas opiniões.*

Art. 22º. Os Professores responderão as objeções que lhes forem propostas pelos alumnos, fazendo-o com a calma e circumspecção proprias do importante ministerio do professorado.

Art. 23º. As objeções propostas aos Professores serão sempre resolvidas na sessão seguinte, salvo se, havendo tempo, o professor quizer logo responder a ellas.

Art. 24º. Quando porem as objecções forem propostas de má fé, com impertinencia e sem o respeito devido ao Professor, terá este o direito de despresal-as por impertinentes ou inconvenientes.

Art. 25º. Sempre e que o Professor não poder comparecer, o communicará ao Director com a possivel antecedencia para que se lhe possaa designar substituto.

Art. 26º. Os Professores devem no principio de cada anno lectivo aprasentar à Congregação o programa do curso sobre as materias que professarem.

Art. 27º. Como membros natos da Congregação os Professores cathedraticos ou substitutos em exercicio não se poderão eximir de tomar parte nas suas sessões; salvo se tiverem motivos justos, que comunicarão a Congregação, sob pena de perda de seus vencimentos nos dias em que faltarem.

Art. 28º. Darão parte bimensalmente à Congregação da applicação, aproveitamento e moralidade de seus alumnos.

Art. 29º. Tratarão os seus alumnos com todas demonstrações de polidez, evitando o emprego de expressões menos urbanas e a manifestação de qualquer sentimento de colera ou despeito.

Art. 30º. Quando porventura algum Professor for desacatado por algum alumno ou assistente, suspenderá a sua aula, e o comunicará ao Director para que este providencie na orbita de suas attribuições devendo o Professor relatar n'este caso por escripto a offensa com todas suas circunstancias para que se possa reconhecer a gravidade do delicto.

Art. 31º. Deve o Professor enunciar-se de uma maneira clara e precisa, procurando igualmente em seus discursos evitar emprego de termos ou phrases que abastardem a puresa da linguagem patria.

Art. 32º. Durante os trabalhos de suas respectivas classes, antes de explicarem uma nova lição, chamarão aquelles dos alumnos que lhes aprouver afim de repetir a ultima.

Art. 33º. Os Professores farão manter em suas aulas entre seus alumnos o silencio, a ordem e o respeito que elles se devem uns para com os outros, para que não seja perturbado o ensino.

Art. 34º. Não poderão os Professores exceder o tempo marcado para as lições de suas aulas, salvo se este excesso de tempo não prejudicar as horas de exercicio das outras.

Art. 35º. As disposições do presente capitulo são extensivos sem restricção aos Professores substitutos quando estiverem em exercicio.

CAPITULO 6º
DOS ALUMNOS

Art. 36º. Os alumnos matriculados são obrigados a frequencia assidua de suas aulas e sujeitos ao ponto, que se lhes notará quando faltarem.

Art. 37º. Estas faltas serão notadas pelo Porteiro e comunicadas ao respectivo Professor, que as redusirá a informações, que devem apresentar à Congregação.

Art. 38º. Os alumnos são obrigados a proceder dentro e fora das aulas com decencia e respeito para com seus Professores e condiscipulos.

Art. 39º. Os alumnos devem ter a suas custas os compendios designados para o ensino das materias que aprenderem, e jamais poderão a seu bel prazer substituir estes compendios por outros.

Art. 40º. Aquelle alumno que faltar aos seus deveres, faltando ao respeito para com seu Professor, dando aos seus condiscipulos exemplos de indisciplina, de turbulencia, e de immoralidade, será punido pelo Director ou pela Congregação com as penas marcadas no Regulamento da instrução publica de 24 de Outubro de 1870, e por aquellas determinadas neste Estatuto, e que não estiverem n'aquelle prescritas e determinadas.

Art. 41º. Nenhum alumno nas horas d'aula poderá sahir d'ella sob qualquer pretexto, salvo no caso de grave incommodo e com a permissão do Professor.

Art. 42º. A applicação, assiduidade, aproveitamento e bom procedimento dos alumnos serão titulos de recommendação que serão especificados nos titulos que obtiverem do Atheneu, e nos premios que alcançarem.

CAPITULO 7º
DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO PARA AS AULAS E TEMPO LECTIVO E FERIADO

Art. 43º. As aulas do Atheneu terão uma só sessão diaria e funcionarão todos os dias uteis salvo os feriados designados no Regulamento da instrucção.

Art. 44º. O Atheneu estará aberto desde as sete horas da manhan até as tres da tarde, para que possa ter logar o ensino de suas varias disciplinas.

Art. 45º. As aulas funcionarão no tempo marcado no seguinte horario:

Geographia e Historia
Arithmetica, Algebra e Geometria
Philosophia
Francez
Grammatica Philosophica
Inglez
Latim
Rethorica e Poetica
Pedagogia

Art. 46º. Todos os dias da semana são lectivos, a excepção dos domingos, quintas-feiras, dias santos de guarda e feriados por Lei.

Art. 47º. O anno lectivo começa no dia 3 de Fevereiro e termina-se no dia 15 de Novembro.

CAPITULO 8º
DOS COMPENDIOS

Art. 48º. Os compendios adoptados para as aulas de linguas e sciencias são os seguintes:

§ 1º. Para os estudos da lingua Latina – Artinha e Novo Methodo do Padre Pereira, Syntaxe de Dantas, Eutropio, Cornelio, Phedro, Cicero, Tito Livio, Salustio, Tacito, Horacio e Virgilio.

§ 2º. Para o ensino da lingua Franceza – Grammatica de Emilio Serene, Philon, Narrações e Selectas de Charles André.

§ 3º. Para o ensino da lingua Ingleza – Grammatica de Gibson, Selecta de Sadler e History de F. Roma.

§ 4º. Para o ensino de Arithmetica, Algebra e Geometria – os compendios das mesmas materias por C. Otoni.

§ 5º. Para o estudo de Grammatica Philosophica e analise de classicos – Grammatica de F. Stero dos Reis e as Postillas do mesmo auctor, bem como o Iris Classico, por Castilho e D. Jayme, por Thomaz Ribeiro.

§ 6º. Para o de Philosophia – a Obra de Barbe – Curso completo de Philosophia racional e moral.

§ 7º. Para o de Geographia – a Geographia de Pompeu Brasil e a de Gaultier – edição de 1867. – Atlas de Grosselin de Lamarcho, e para Historia Universal – o compendio de Victor Dinny, e do Brasil o compendio de Salvador Correia.

§ 8º. Para a Rethorica e Poetica – os Elementos de Eloquencia Nacional e Poetica de F. de Carvalho, Andrieux, Lucena – a Vida do Padre Francisco Xavier e Manoel Odorico Mendes – Virgilio Brasileiro.

§ 9º. Para o de Pedagogia – Daligault – curso pratico de Pedagogia, Catecismo de Douctrina Cristam, por Fonseca Lima, Manual do ensino simultaneo traduzido por J. A. Portellos, e o resumo de Historia Sagrada do Manual encyclopedico.

CAPITULO 9º
DOS PREMIOS E CASTIGOS

Art. 49º. Os alumnos que se distinguirem por sua applicação, assiduidade, serão premiados no fim do anno lectivo pela Congregação.

Art. 50º. Os premios consistem:

§ 1º. Em notas e distincção nos exames annuaes.

§ 2º. Em dadivas de obras litterarias importantes.

Art. 51º. Alem dos castigos de que trata o Regulamento de 24 de Outubro de 1870, empregar-se-ha mais a de detenção em um compartimento, que o Atheneu terá especialmente para este fim, detenção que será determinada convenientemente pelo Director, de per si ou de accordo com o respectivo Professor, quando o facto a punir-se tiver logar dentro do estabelecimento.

Art. 52º. Nos casos não previstos pelas Leis da instrucção publica, nem pelo presente Estatuto, compete à Congregação providenciar, com approvação do Presidente da Provincia, sobre a maneira de punir.

Art. 53º. As penas dos §§ 1º e 2º do art. 60 do Regulamento de 24 de Outubro de 1870 poderão ser impostos pelos Professores, as dos §§ 3º e 4º e 5º do mesmo art. sel-o-hão na forma do art. 74.

CAPITULO 10º
DOS EXAMES

Art. 54º. Os exames no Atheneu começarão no dia 16 de Novembro e terminarão no ultimo do mesmo mez, sendo o dia 15 o termo dos trabalhos lectivos.

Art. 55º. Os alumnos serão examinados por turmas de quatro ou de menos, quando não completar aquelle numero.

Art. 56º. Para cada turma de examinandos será designada pela Congregação uma commissão de tres Professores, sendo presidente do acto o Professor sobre cuja materia versar o exame, o qual será membro da comissão.

Art. 57º. O Professor que examinar uma turma não fica por isso inhabilitado de ser designado para examinar em outra.

Art. 58º. O exame de linguas será vago, e versará sobre as regras da grammatica universal, sobre as particularidades e mecanismo da lingua sobre a qual versa o exame, sobre traducção, composição e analyse grammatical.

Art. 59º. O exame de sciencias será feito sobre um ponto que de vespera tirará da urna um alumno de cada turma.

Estes exames serão escriptos e oraes, e ambas as provas serão levadas em conta para o julgamento.

Art. 60º. Findo o exame, a comissão dos examinadores appresentará à Congregação um parecer sobre o merito de cada um dos examinandos com os grãos de approvação de cada um, parecer que será por todos os examinadores assinado.

Art. 61º. Os grãos de approvação são os seguintes:
1º. Approvação com distinção
2º. Approvado plenamente
3º. Approvado simplesmente

Art. 62º. Para ter approvação com distincção basta que o candidato ou examinando obtenha na votação um ou dois D.D.

Art. 63º. Para ter approvação plena é preciso que o examinando obtenha na votação tres A.A.

Art. 64º. Para ter approvação simples é preciso que um R appareça no escrutinio.

Art. 65º. Dois RR no escrutinio darão ao examinando a nota de approvado.

Art. 66º. A Congregação fará publicar pela imprensa com os seus differentes grãos de approvação os nomes d'aquelles alumnos que tiverem sido approvados; assim como o numero de reprovados.

CAPITULO 11º
DA COLLAÇÃO DE DIPLOMAS

Art. 67º. Os alumnos do curso da eschola normal e de humanidades que tiverem concluido os seus estudos terão direito, na forma dos arts. 31 e 32 do Regulamento de 24 de Outubro de 1870, a diplomas pelos quaes gosarão dos favores e prerrogativas consagrados nos ditos arts.

Art. 68º. Acabados os exames, e em dia determinado pela Congregação, terá logar a collação dos diplomas a qual será feita sole-

nemente perante os lentes reunidos em uma só sala do Atheneu, e que tenha as devidas proporções.

Art. 69º. No dia designado, reunidos os differentes alumnos a que tem de ser conferido o gráo, será este satisfeito entregando o Director primeiramente aos normalistas, e depois aos que se habilitarão em humanidades os seus diplomas, que previamente serão extrahidos e depositados na Diretoria da instrucção publica.

Art. 70º. Nessa occasião um dos alumnos escolhidos pelos seus parceiros dos dois cursos recitará uma oração analoga ao acto.

Art. 71º. Os diplomas serão impressos em papel almasso e cheios segundo a formula adoptada pela Congregação, e assignadas pelo Director, Presidente e Lentes do ultimo exame.

CAPITULO 12º
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 72º. O Atheneu é franco para todos os ouvintes de qualquer cathegoria que sejão, observadas devidamente as Leis da decencia.

Art. 73º. Se algum assistente de qualquer aula proceda mal, faltando ao respeito devido ao Professor, ou perturbando a ordem dos trabalhos, o Professor mandará convidar pelo Porteiro para retirar-se da sala, e recorrerá ao Director para o mesmo fim no caso de não ser obedecido, ou suspenderá os trabalhos, dando logo parte ao Director para providenciar de forma que semelhante escandalo se não reprodusa.

Art. 74º. As sessões de cada aula não poderão ser interrompidas, se não nos casos previstos por estes Estatutos, ou por incommodo do Professor, superveniente ao correr dos seus trabalhos, o que egualmente fará communicar ao Director.

Art. 75º. Haverá somente uma discussão sobre cada assumpto que se tratar na Congregação.

Art. 76º. Os substitutos das cadeiras do Atheneu tomarão posse nas sessões da Congregação, sem que com tudo nenhum d'elles possa ser eleito Secretario.

Art. 77º. O curso de latim ficará dividido em quatro annos, lecionando o respectivo Professor as seguintes materias:
No primeiro anno Grammatica e Eutropio; no segundo – Cornelio e Phedro; no terceiro – Cicero e Salustio; no quarto – traducção dos diversos Classicos.

§ único Os exames d'esta lingua serão feitos no fim de cada anno nas materias respectivas.

Art. 78º. Nenhum alumno será matriculado ou inscripto sem prova por attestado que possue os conhecimentos precisos da instrucção elementar.

Art. 79º. As matriculas do Atheneu serão feitas nos tempos designados no art. 35 do Regulamento de 24 de Outubro de 1870, e na forma determinada pelo art. anterior.

Art. 80º. Aos matriculados depois do mez de Fevereiro as faltas toleradas ficão redusidas a menos cinco por cada mez.

Art. 81º. Quer ao entrar quer ao sahir da aula, quer n'ella quer na rua, ou em qualquer ponto que seja, os alumnos são obrigados a respeitoso tratamento para com os Professores, sob pena de serem reprehendidos e castigados pelo Director conforme se acha determinado n'este Estatuto.

Art. 82º. Os alumnos do Atheneu que durante o anno lectivo derem quinze faltas não justificadas, ou quarenta justificadas, perderão o curso, e não terão direito de faser exame.

Art. 83º. Estas faltas se regularão nas aulas avulsas pela ausencia do alumno em cada aula. Quando porem for o estudante matriculado em algum dos cursos regulares do Atheneu, prevalecerá para o seu computo o maior numero de faltas dadas na aula menos frequentada.

Art. 84º. Os casos omissos no presente Estatuto serão regulados ou pelo que estiver determinado nas Leis que regem a instrucção publica, ou por decisões da Congregação approvadas pelo Governo, as quaes constituirão arestos, que serão incorporados a este Estatuto.

Art. 85º. O Porteiro estará no Atheneu desde a abertura até ao encerramento em todos os dias lectivos.

Art. 86º. Uma sineta dará um signal na abertura de cada aula.

Art. 87º. As disposições do presente Estatuto são em todo o tempo alteraveis pela Congregação, conforme o indicar a experiencia, devendo taes alterações, para que sejão definitivas, merecer a approvação do Presidente da Provincia.

Sala das Sessões da Congregação do Atheneu Sergipense, em 12 de Janeiro de 1871.

Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, Director
Raphael Archanjo de Moura e Mattos, Secretario
Ignacio de Souza Valladão.
Geminiano Paes d'Azevedo.
Antonio Diniz Barretto.
Dr. Thomas Diogo Leopoldo.
APES – Instrução Pública

Anexo nº 10

Acta da inauguração da Eschola Normal, como abaixo se declara:

Aos 16 dias do mez de Agosto de 1881, reunida a congregação composta do director da Eschola Normal, Tito Augusto Souto d'Andrade e dos lentes Manoel Francisco d'Oliveira, Rapahael Archanjo de Moura Mattos, Ignacio de Souza Valladão e Belisario Pereira de Vasconcellos, com o fim de inaugurar-se a dita Eschola, foi nomeada uma commissão composta dos snr.s Valladão, Moura Mattos e Belisario para a recepção do Ex.mo Snr. Presidente da Provincia, dr Herculano Marcos Inglez de Souza; depois do que suspendeu-se a sessão até a chegada do mesmo Ex.mo Snr., o que teve lugar às 11 horas do dia. Em seguida uma das alumnas da aula da Ex.ma Professora D. Anna Saturnina de Resende Mundim, de nome Maria Zenaide de Magalhães Cesar, recitou uma linda poesia analoga ao acto, e en seguida tiveram a palavra os Sr.s professores Belisario, Antonio Pereira Campos e Manoel d'Oliveira, depois do que o Ex.mo Sr. Presidente da Provincia terminou o acto fallando sobre o assumpto e declarando installada a Eschola Normal. E para constar lavrou-se a presente acta que assigna o mesmo Ex.mo Sr. Presidente, o director da instrucção, director da Eschola Normal e os membros da Congregação e varias pessoas presentes.

Herculano Marcos Inglez de Souza
Antonio Diniz Barretto
Tito Augusto Souto d'Andrade
Ignacio de Souza Valladão
Raphael Archanjo Moura Mattos
Belisario Pereira de Vasconcellos
Manoel Francisco d'Oliveira
Epiphanio de Bitencourt
Anna Saturnina de Resende Mondim
Francina da Gloria Muniz Telles
Ilegível
José de Siqueira Menezes
Antonio Pereira Campos
José Antônio Peixoto
Ramiro..... da Costa
João Baptista Lima
Vicente Lopes de Medeiros Chaves
Alexandre .....
José Antonio Ramos
Cypriano José Pinheiro

APES – Instrução Pública

Anexo nº 11

Fala do Presidente Dr. Jerônimo Sodré Pereira à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1889 (A última da época imperial.)

Anuvia-se-me o espírito ao encarar o estado deplorável em que se acha, entre nós, tão melindroso assunto. Não me esmorecem o ânimo as dificuldades enormes que temos a superar; nem me falta energia, contando com vosso apoio, para vencer os obstáculos, que se nos antepõem. Prosseguindo o feitio atual do ensino público nesta província, continuará o orçamento a estipendiar com o melhor de sua receita, a mais vã e inútil das aparências.

Dois são os problemas capitais na organização do público ensino – 1º pessoal habilitado; – 2º escolha das disciplinas, que melhor se adaptem às forças intelectuais dos alunos.

Não pode haver reforma profícua do ensino que não pressuponha haver corpo docente habilitado, zeloso e que tenha mesmo amor à nobre e elevada profissão de educar a mocidade! De que servirá a melhor coordenação das matérias escolares, o mais bem combinado sistema de disciplinas, o mais ousado método na distribuição de estudos que devem cursar os alunos, se faltar o critério, a assiduidade, zelo e ilustração do professor?

Começando pelo corpo docente mais importante de Sergipe – a Escola Normal: todos nós sabemos do abatimento, do descrédito e do marasmo, em que se arrasta. Será pelo método de ensino? Não, e mil vezes não! E longe não vai a época em que tão útil instituição distinguia-se pela freqüência dos estudantes, por seu aproveitamento, e pela proficiência do corpo docente, de reputação muito conceituada em todo o império!

Mas naqueles bons tempos, o ensino constituía uma profissão elevada, *onde entrava-se pelas portas largas do merecimento, da idoneidade, demonstrados, além do mais, por fortes provas do saber em concursos públicos, e não ajeitados, para criar apenas, mais alguns pensionistas do nosso exausto tesouro!* Por mais espinhosa que seja a tarefa hei de tocar nos pontos doridos, pouco me importando com os ódios e malquerenças. Aí está a Escola Normal arrastando-se desacreditada, sem a menor freqüência porque os pais de família temem, com sobeja razão, mandar seus filhos para uma casa de educação, onde tudo, com honrosas exceções, "aparente reinantes", "inturgite vasto" se ensina, menos as disciplinas constantes de seu regulamento orgânico! Entretanto tal estabelecimento apenas dá sinal de vida pela turbulência de meninos vadios, que ali se agrupam, e de cuja educação e do desleixo

dos professores, do cabal conhecimento o estado material do próprio edifício, e porque o Tesouro Provincial paga os vencimentos dos seus empregados!

Professores há que, durante o ano, nenhum só aluno lecionam, outros têm os colégios particulares, onde ensinam, repletos, ao passo que o estabelecimento público conta muito um, dois ou três estudantes! O que há de indecoroso, indecente mesmo, em tal proceder deixo o vosso esclarecido critério ajuizar.

Se agora volvermos os olhos para o ensino primário muito mais triste e repugnante se é possível, é o quadro que tenho de esboçar em poucas palavras.

Existem em Sergipe 133 escolas preenchidas, além de 34 professores e 5 professoras avulsos que absorvem mais da quarta parte da receita da província.

Se fosse isto em benefício do ensino público, embora o onerosíssimo encargo, eu me calaria, e nem uma reflexão sequer adusiria. Mas, raras as exceções, nulos, ou pior ainda, são os resultados para a infância! Se tivéssemos uma estatística exata da população escolar, onde bem se discriminassem a freqüência, a ausência dos alunos, os aproveitados nas disciplinas, o tempo dispendido nas aulas, a proporção entre os matriculados e os preparados, vos demonstraria até a sociedade, que a soma enorme consumida pela verba de Instrução Pública, só aproveita ao professorado, *em sua grande maioria ignorante, sem zelo, nem estímulos no cumprimento de seus nobres, mais árduos deveres.* Em nenhuma circunscrição territorial do nosso imenso império, embora mais ou menos, mais seja satisfatório o estado do público ensino, *em nenhuma, porém, tem o arrojo, a ousadia, direi mesmo o desplante, ostentando-se com tanto sangue frio, no modo de nomear os professores e distribuir cadeiras.*

Aqui entra para o magistério último refúgio dos que desesperam de melhor colocação, qualquer indivíduo de crassa ignorância mal sabendo assinar o nome, só por contar algum protetor que, de ordinário, o emprega com o fito principal a seu turno de mais um batedor eleitoral.

Se olharmos para escolas do sexo feminino, muito mais carregado é o painel, em que do fundo quase negro, destacam-se algumas figuras dignas de respeito, protestando contra a corrupção dos tempos, o abaixamento da classe, e o descalabro que tudo ameaça, e que não raro, envolve até a moralidade administrativa.

Cadeiras há criadas em lugares ermos como dotações a pais, maridos e protetores felizes!

Umas nomeadas sabendo o a-bê-cê indo, depois, com licença aprenderem em províncias estranhas a assinar o nome para vir exercer o professorado!

Outras nomeadas, exclusivamente, pela vontade arbitrária de homens que, muitas vezes, por caprichos da fortuna ou da proteção, têm ocupado, em nosso país, as mais altas posições.

A visita disso, destas ligeiras considerações que muito rapidamente vos venho fazer, e que muito de perto conheceis, não seria justificável uma reorganização radical em todo o ensinamento público.

Entretanto, autorizado por esta ilustre Assembléia no § 2º do art. 3º. da Resolução nº 1.345 de 31 de agosto do ano passado, em breve apresentarei à vossa judiciosa aprovação a reforma, que já tenho em mãos, e será em pouco publicada.

A REFORMA – nº 156 – 27 de outubro de 1889.

Anexo nº 12

Sergipanos formados pela Faculdade de Direito de Olinda e Recife na época imperial.

1837 – os primeiros foram Bernardo da Costa Dória e Tobias Barbosa Ferreira da Silva.
1389 – Alexandre Pinto Lobão e Martinho de Freitas Garcez
1840 – Manuel de Freitas Cézar Garcez
1848 – Antônio Manuel de Matos Freire, Antônio Nobre de Almeida Castro e Francisco Rabelo Leite
1850 – Gonçalo Vieira de Carvalho e Melo
1851 – Leandro Ribeiro Siqueira Sobral, Leandro Ribeiro Siqueira Maciel e Manuel Raimundo Teles de Menezes.
1852 – Dionísio Eleutério de Menezes, Ernesto Pio dos Mares Guia, Gratuliano José da Silva Porto e Gonçalo Vieira Teles de Menezes.
1853 – Luís Barbosa de Madureira Azevedo.
1854 – (Já a Escola funcionando no Recife) João Barbosa Dantas.
1855 – Salustiano Orlando da Silva Costa.
1856 – Dionísio Rodrigues Dantas.
1857 – Conrado Álvaro de Córdova e Silva, Felipe Xavier de Almeida e João Aguiar Teles de Menezes.
1858 – Francisco José Martins Pena Júnior e Leandro Francisco Borges.
1859 – Pedro de Calazans.
1860 – Cesário José Chavantes, Domingos de Oliveira Ribeiro, Joaquim José Gomes e Manuel Luís Azevedo d'Araújo.

1862 – José Luís Coelho e Campos e João Gomes Ribeiro Júnior.
1863 – Manuel Barbosa de Araújo, Ernesto Pinto Lobão Cedro, Manuel Pereira Guimarães e José Fiel de Jesus Leite.
1864 – Benvindo Pinto Lobão, João Batista da Costa Carvalho, João José Monte Júnior e Miguel Floriano de Menezes Dória.
1865 – Antônio Dias Pina Júnior, Esperidião Zamiro de Souza Lopes, Francisco Xavier de Matos Teles Menezes, José Joaquim Ribeiro de Campos.
1866 – Antônio Ribeiro Pacheco d'Ávila, Francisco da Costa Ramos, José da Mota Nunes, Manuel José de Menezes Prado e Pelino Francisco de Carvalho Nobre.
1867 – Cândido Pinto Lobão e João Maria Loureiro Tavares.
1868 – Francisco Alves da Silveira Brito, Geminiano Brasil de Oliveira Góis, José Jorge de Siqueira Filho e Terêncio José Chavantes.
1869 – Antônio José Rodrigues Cotia, Gervásio Rodrigues Dantas, José Leandro Martins Soares, João de Almeida Lopes, Rozendo Maurício Lobo e Tobias Barreto de Menezes.
1870 – Camilo Correia Dantas, Ernesto Rodrigues Vieira, Francisco da Silva Madureira Freire, Francisco Antônio Vieira Caldas, Gonçalo Pais de Azevedo Faro, José Dantas da Silveira, José Diniz Barreto e Martinho de Freitas Vieira de Melo.
1871 – Cândido Vieira da Cunha, Felipe de Azevedo Faro Júnior, Guilherme de Souza Campos, Lourenço Freire de Mesquita Dantas, Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, Manuel Barbosa Ferreira, Manuel Ventura de Barros Leite Sampaio, Manuel Cardoso Vieira de Melo e Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Júnior.
1872 – Antônio Correia de Figueiredo, Eugênio Teles da Silveira Fontes, Gonçalo Vieira de Melo, Martinho César da Silveira Garcez e Remígio Silveira de Faro Oliveira.
1873 – José Leandro Dantas Serra, Olímpio da Silva Costa e Sílvio Romero.
1874 – Nilo Ramos Romero e Sebastião de Faro Mendonça.
1875 – Braz Bernardino Loureiro Tavares.
1877 – Antônio Pedro da Silva Marques, Guilherme Vieira da Cunha, José Cupertino Dantas, Juventino Policarpo Alves Lima e João Teófilo de Marsilac.
1878 – João Antônio Ferreira da Silva, José da Silva Campos e José Sotero Vieira de Melo.
1880 – Cândido de Oliveira Ribeiro e Melchisedech Mathusalém Cardoso.

1881 – Artur Barreto de Oliveira, Domingos Pacheco D'Ávila e João da Silva Melo.
1882 – Abdias de Oliveira, Alexandre Teles de Menezes Júnior, Arquimedes Secundino Martins da Silva e Artur Barreto de Oliveira Ribeiro.
1883 – Benilde Romero, João Gomes Barreto e José Antônio de Menezes.
1884 – Emiliano Augusto Matos, Fausto de Aguiar Cardoso, Genes Martins Fontes, José de Barros Accioli Menezes, José Mateus de Aguiar Cardoso, João Batista Monteiro, Jason Valadão e Manuel Joaquim de Oliveira.
1885 – Adolfo Coelho de Matos Barreto, Francisco Ferreira Pinto Lobão, Gumercindo de Araújo Bessa, José Freire da Costa Pinto, Luís de Matos Freire, Manuel dos Passos de Oliveira Tales e Filomeno de Vasconcelos Hora.
1886 – Evangelino José de Faro, José Maria de Faro Rolemberg, José Maria Gonçalves Pereira, Manuel Joaquim Machado Filho, Matias de Souza Machado Filho e Paulo Martins Fontes.
1887 – Antônio Teixeira Fontes, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel Júnior e Luís Zacarias de Lima.
1888 – João Alves de Gouveia Lima, Libério de Souza Monteiro e Ovídio Alves Manaya.
1889 – Espiridião Ferreira Monteiro, Francisco Vieira de Melo Filho, Guilherme Nabuco Maciel, João de Araújo Lima, João Batista de Oliveira e Simião Teles de M. Sobral Júnior.
In *História da Faculdade de Direito de Recife* – Clóvis Beviláqua, 1º volume, Livraria Francisco Alves, 1927.

Anexo nº 13

Sergipanos formados na Faculdade de Direito de São Paulo até 1883

1850 – Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro
1858 – João de Aguiar Teles de Menezes e Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão.
1859 – Francisco Leite de Bittencourt Sampaio.
1860 – Francisco de Carvalho Nobre.
1866 – Tito Lívio Vieira Dortas.
1871 – Felix José de Serra e Fenelon da Silva Montes.

1875 – José Accioli Brito.
1877 – Albano do Prado Pimentel.
1879 – Afrodizio Vidigal.
1882 – Ciro Franklin de Azevedo.

Lista Geral dos Bacharés, Doutores, Lentes e Diretores desde 1827 a 1883. Faculdade de Direito de São Paulo – São Paulo, 1884.

BIBLIOGRAFIA

1. – LIVROS E REVISTAS

1. Accioly, I e B. do Amaral: *Memória Histórica e Política da Bahia*, vol. V, Bahia, 1931.

2. Agassiz, Luís e Elizabeth Carry: *Viagem ao Brasil* (1865-1866), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

3. *Álbum de Sergipe* – 1920. Edição comemorativa ao 1º centenário da emancipação política de Sergipe.

4. Almeida, Pe. Aurélio Vasconcelos de: *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe, Pe. Gaspar Lourenço*. RIHGS, nº 21 (1951-1954).

5. Almeida, Maria da Glória Santana de: *A Crise de Alimentos na Província de Sergipe* (1855-1860). Separata da RIHGS nº 27.

6. Andrade, Antônio Alberto Banha de: *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, Editora da Universidade de São Paulo, Edição Saraiva, 1978.

7. Andrade, Maria Rita Soares: *A Mulher na Literatura*. Aracaju, 1929.

8. Avé – Lallement, Robert: *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*, 1º volume, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

9. Azevedo, Fernando: *A Cultura Brasileira*, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, 1944.

10. Barreto, Tobias: *Discursos*. Obras Completas, Vol. IV, Edição do Estado de Sergipe, 1926.

11. Bastos, Geraldo da Silva: *Introdução à Crítica do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro, MEC-CADES, 1952.

12. Bastos, Tavares: *A Província*. 3ª edição, Companhia Editora Nacional, 1975.

13. Barbosa, Rui: *Centenário do Marquês de Pombal*. Obras Completas, Vol. IX, tomo II.

14. Barroso, José Liberato: *A Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, 1867.

15. Barros, Roque Spencer de: *Ilustração Brasileira e idéia de Universidade*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, 1959.
16. Berger, Manfredo: *Educação e Dependência*. DIFEL, 1976.
17. Bevilaqua, Clóvis: *História da Faculdade de Direito do Recife*. Livraria Francisco Alves, 1927.
18. Bonfim, Manuel: A América Latina. 2ª edição, Coleção Brasiliana, 1939.
Brasil Nação, Rio de Janeiro, 1931.
O Brasil na América. Rio de Janeiro, 1929.
O Brasil na História. Rio de Janeiro, 1930.
19. Caeiros, Pe. José: *De Exilio Provinciarvm Transmarinarvm Assistenciae Societatis*. Tradução do Pe. Manuel Narcizo Martins, Tipografia Salesiana da Bahia, 1936.
20. Calazans, José: *Temas da Província*. Coleção Estudos Sergipanos, Vol. I, Aracaju, 1944.
O Ensino Público em Sergipe. Coleção Estudos Sergipanos, Vol. VII, Aracaju, 1951.
Aracaju. Aracaju, 1944.
O Desenvolvimento Cultural de Sergipe na Primeira metade do século XX. RIHGS (1960/1965), nº 20.
21. Caldas, José Antônio: *Notícia Geral de toda esta Capitania desde o seu descobrimento até o prezente anno*. RIHGB, nº 57, 19131.
22. Carvalho, Laerte Ramos: *Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
23. Costa, Cruz: *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª edição, Civilização Brasileira, 1967.
24. Cunha, Fausto: *O Romantismo no Brasil. De Castro Alves a Souzândrade*. Paz e Terra, 1971.
25. Cunha, Luís Antônio: *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
26. Dantas, José Ibarê Costa: *O Tenentismo em Sergipe*, Editora Vozes, 1974.
27. Dantas, Orlando Vieira: *O Problema Açucareiro de Sergipe*. Aracaju, 1944.
A Vida Patriarcal de Sergipe. Paz e Terra, 1981.
28. Dória, Epifânio da Fonseca: *Dr. Pelino Nobre – Subsídios para sua biografia*. RIHGS, Ano III (1915).
29. Fernandes, Florestan: *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Editora, 1966.
30. Fernandes, José Antônio: *Informação da Capitania de Sergipe em 1921*. RIHGB, tomo 55, ano 1892.
31. Ferrão, Antônio: *Pombal e as Reformas dos Estudos Menores*. Lisboa, 1915.

32. Figueiredo, Antônio Almeida: *História do Ensino Secundário no Brasil*. Rio de Janeiro, 1936.
33. Fonseca, Celso Suchow de: *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, 1961.
34. Franco, Maria Sylvia de Carvalho: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição, Editora Ática, 1976.
35. Freire, Felisberlo: *História de Sergipe*, 2ª edição, Editora Vozes em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, 1978.
36. Gilberto Freire: *CasaOGrande e Senzala*, 2ª edição, José Olímpio Editora, 1946.
37. Freire, Ofenísia Soares: *Homenagem a Quintina de Oliveira Ribeiro*. Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 28, 1981.
38. Góis, Baltazar de Araújo: *A República em Sergipe. Apontamentos para a sua História (1870-1889)*, Aracaju, Tip. do Correio de Sergipe, 1891.
39. Guaraná, Armindo: *Dicionário Biobliográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro, Edição do Estado de Sergipe, 1925.
40. Haidar, Maria de Lourdes Mariotti: *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
41. Jaboatan, Frei Antônio de Sta. Maria: *Novo Orbe Seráfico*. RIHGS, Fascículo I, Vol. II, 1914.
42. Leal, Victor Nunes: *Coronelismo, Enxada e Voto*. Editora Alfa-Omega, 1949.
43. Léclerc, Max: Cartas do Brasil. Tradução e notas de Sérgio Milliet, Editora Nacional, São Paulo, 1942.
44. Lima Júnior; Francisco Antônio de Carvalho: *Memória sobre o Poder Legislativo Sergipano* (1824/1889), RIHGS, ano IV, 1919.
A propósito da Mensagem Presidencial do General Valadão. Aracaju, 1916, Tipografia do "Diário da Manhã"
45. Lima, Jackson da Silva: *História da Literatura Sergipana*. Vol. I, Aracaju, 1971.
46. Lima, Lauro de Oliveira: *O Império na Educação*, Editora Vozes, 1960.
47. Lourenço Filho, M. B.: *A Pedagogia de Rui Barbosa*. Edição Melhoramentos, 1954.
48. Machado, Manuel Cabral: *Aspectos dos Movimentos Operários em Sergipe*. Revista de Aracaju, 1962.
49. Mangabeira, João: Rui – *O Estadista do Império*. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1916.
50. Maynard Gomes, Augusto: *A Revolução em Sergipe – Resposta ao Sr. Graccho Cardoso*. 1ª Parte, Editora Sérgio Rodrigues, Bahia.
51. Melo, Canto e: *Novo Sergipe* – Depoimento para a verdade sobre a administração Pereira Lobo. Rio de Janeiro, 1921.

52. Menezes, Florentino Teles de: *O Partido Socialista Sergipano.* Apelo ao Centro Operário. Aracaju, 1918.
53. Moacyr, Primitivo: *A Instrução e o Império.* 1º, 2º e 3º volumes, Companhia Editora Nacional (1936-1938).
A Instrução e as Províncias. 1º, 2º e 3º volumes, Companhia Editora Nacional, 1939-1940.
A Instrução e a República. 1º, 2º, 3º e 4º volumes, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1941.
54. Mott, Luís R. B.: *Brancos, Pardos, Pretos e Índios em Sergipe.* (1825-1830), Separata dos Anais de História, ano 6, 1974.
Etnodemografia Histórica e o Problema das Fontes Documentais para o Estudo da População de Sergipe na 1ª metade do século XX. Separata da Revista Ciências e Cultura, Vol. 29(1).
55. Nabuco, Joaquim: *Um Estadista do Império.* Civilização Editora de São Paulo, 1936.
56. Nunes, Maria Thetis: *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira.* ISEB, 1962.
História de Sergipe a partir de 1820. MEC - Editora Cátedra, 1978.
José Elói Pessoa da Silva: Um precursor do Abolicionismo. Revista da UFS, ano I.
57. Plekonov: *Reflexões sobre a História.* Editorial Presença, 1970.
58. Pontual, Roberto: *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil.* Civilização Brasileira, 1969.
59. Prado Júnior, Caio: *História Econômica do Brasil.* Editora Brasiliense Limitada, São Paulo, 1945.
60. Queiroz, Maria Isaura Pereira de: *O Mandonismo na Vida Política Brasileira,* Editora Alfa-Omega, 1976.
61. Ramos, Alberto Guerreiro: *Redução Sociológica.* ISEB, 1958.
62. Romanelli, Otaíza de Oliveira: *História da Educação no Brasil.* Editora Vozes, 1978.
63. Romero, Sílvio: *Ensaios de Sociologia e Literatura.* Rio de Janeiro, 1901.
O Parnaso Sergipano. Aracaju, 1899.
64. Rossi, Wagner G.: *Capitalismo e Educação.* Coleção Educação Universitária, Editora Moraes, 1980.
65. Rower, Frei Basílio OFM: *A Ordem Franciscana no Brasil.* Editora Vozes, 1947.
66. Saes, Décio: *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira* (1889-1930). Vozes, 1975.
67. Salesiano de Dom Bosco, Um: *Traços Biográficos do Monsenhor Lourenço Maria Giordano.* 1979.
68. Sampaio Leite, Joaquim do Prado: *Sergipe artístico, literário e científico.* Aracaju, 1928.

69. Sander, Benno: *Educação Brasileira: Valores formais e Valores reais.* Livraria Pioneira Editora, 1977.
70. Sarup, Madan: *Marxismo e Educação.* Zahar Editores, 1980
71. Sodré, Nelson Werneck: *Formação Histórica do Brasil.* Editora Brasiliense, 1962.
Síntese da Cultura Brasileira. Editora Civilização Brasileira, 1970.
História da Burguesia Brasileira. Editora Civilização Brasileira, 1964.
72. Southey, Robert: *História do Brasil.* 5ª edição. Melhoramentos, 1977.
73. Souza, D. Marcos Antônio de: *Memória sobre a Capitania de Sergipe.* Ano 1808, 2ª edição, Aracaju, 1944.
74. Teixeira, Anísio: *Panorama Educacional.* Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, 1957.
75. Travassos: *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe.* Rio de Janeiro, 1875.
76. Veríssimo, José: *A Educação Nacional.* 2ª edição, 1906.
77. Viana, Oliveira: *Evolução do Povo Brasileiro.* Livraria José Olímpio Editora.
78. Vilhena, Luís dos Santos: *Recopilações Soteropolitanas e Brasílicas.* Ano 1802, Livro I, Bahia, 1921.
79. Viotti da Costa, Emília: *Da Monarquia à República. Momentos diversos.* 2ª edição, Livraria Editora de Ciências Humanas Ltda., São Paulo, 1979.
80. Walle, Paul: *Au Brésil - Étads de Sergipe et d'Alagoas.* Librairie Orientale e Américane, E. Guílmot Editeures, Paris, 1912.

2. - JORNAIS

1. O Noticiador Sergipense (1836 - São Cristóvão)
2. Correio Sergipense (1838 a 1864 - São Cristóvão - Aracaju)
3. Jornal do Comércio (Rio de Janeiro, 1841)
4. O Guarani (1847 - Laranjeiras)
5. A Voz da Razão (Laranjeiras, 1852 a 1853)
6. A União Liberal (São Cristóvão, 1853)
7. Jornal de Sergipe (1866)
8. Jornal do Aracaju (1870 a 1878)
9. A Crença (1877)
10. O Raio (1876 a 1877)
11. Gazeta do Aracaju (1879 a 1889)
12. Jornal de Sergipe (1881)

13. O Democrata (1881)
14. O Guarani (1881)
15. O Eco Liberal (1882)
16. O Libertador (1883)
17. O Horizonte (Laranjeiras, 1885 a 1886)
18. O Laranjeirense (1887)
19. O Republicano (Laranjeiras, Aracaju, 1888 a 1891)
20. A Reforma (1889)
21. Correio de Sergipe (1890 a 1896)
22. Jornal de Sergipe (1890)
23. Correio de Sergipe (1890 a 1896)
24. O Conservador (1890 a 1892)
25. Diário Oficial do Estado de Sergipe (1895 a 1898)
26. A Notícia (1897)
27 O Estado de Sergipe (1900 a 1906 e 1908 a 1918)
28. Via Lucis (1904)
29. Folha de Sergipe (1907 a 1911)
30. Correio de Aracaju (1906 a 1924 e 1926)
31. Diário da Manhã (1911 a 1919 e 1922 a 1930)
32. O Século XX (1916 a 1920)
33. Sergipe Jornal (1921 a 1930)
34. Diário Oficial (1922 a 1930)
35. A Razão (Estância, 1929)
36. O Liberal (1929 a 1930)

3 - FALAS E RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1835-1889)

1. Bel. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa (1835)
2. Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros - médico (1836)
3. Comendador Bento de Melo Pereira - Barão de Cotinguiba (1837)
4. Cel. José Elói Pessoa da Silva (1838)
5. Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1839 e 1842)
6. Bel. Joaquim José Pacheco (1839)
7. Cel. Wenceslau de Oliveira Belo (1840)
8. Cel. João Pedro da Silva Ferreira (1841)
9. Bel. Anselmo Francico Peretti (1843 e 1844)
10. Cônego José Francisco Menezes Sobral (1845)
11. Comendador Antônio Joaquim Alvares do Amaral (1846)
12. Bel. José Ferreira Souto (1847)

13. Bel. Joaquim José Teixeira (1848)
14. Bel. Zacarias de Góis e Vasconcelos (1849)
15. Bel. João Pereira de Andrade (1851)
16. Bel. José Antônio de Oliveira e Silva (1852 e 1853)
17. Bel. Luís Antônio Pereira Franco (1853)
18. Bel. Inácio Joaquim Barbosa (1854 e 1855)
19. Comendador José da Trindade Prado - Barão de Propriá (1855)
20. Bel. Salvador Correia de Sá e Benevides (1856 e 1857)
21. Dr. João Dabney d'Avellar Brotero (1858 e 1859)
22. Dr. Manuel da Cunha Galvão (1859 e 1860) Bacharel em Letras pela Universidade de Paris, Doutor em Matemática pela Faculdade de Engenharia e Capitão do Corpo de Engenharia.
23. Bel. Tomás Alves Júnior (1861)
24. Bel. Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes (1861)
25. Bel. Jacinto de Mendonça (1862 e 1863)
26. Dr. Joaquim José de Oliveira (1862 e 1863) - Médico
27. Bel. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves (1864)
28. Bel. Cincinato Pinto da Silva (1865)
29. Comendador Antônio Dias Coelho e Melo - Barão da Estância (1866)
30. Bel. José Pereira da Silva (1867)
31. Bel. Antônio Araújo Aragão Bulcão (1868)
32. Bel. Evaristo Ferreira da Veiga (1869)
33. Tte. Coronel Francisco José Cardoso Júnior (1870 e 1871)
34. Bel. Luís Alvares de Azevedo Macedo (1872)
35. Bel. Joaquim Bento de Oliveira Júnior (1872)
36. Bel. Cipriano de Almeida Sebrão (1873)
37. Bel. Manuel do Nascimento Galvão (1874)
38. Bel. Antônio dos Passos Miranda (1874 e 1875)
39. Bel. João Ferreira de Araújo Pinho (1876 e 1877)
40. Bel. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes (1878)
41. Bel. Teófilo Fernandes dos Santos (1880)
42. Bel. Luís Alves Leite de Oliveira Belo (1881)
43. Bel. Marcos Inglês de Souza (1882)
44. Bel. José Joaquim Ribeiro Campos (1882)
45. Bel. José Aires do Nascimento (1883)
46. Bel. Francisco Gouveia Cunha Barreto (1883 e 1884)
47. Bel. Luís Caetano Muniz Barreto (1884 e 1885)
48. Bel. Benjamim Aristides Ferreira Bandeira (1885)
49. Bel. Manuel de Araújo Góis (1886 e 1887)
50. Bel. Olímpio Manuel dos Santos Vital (1888)
51. Bel. Pelino Francisco de Carvalho Nobre (1888)
52. Dr. Jerônimo Sodré Pereira - médico (1889)

Arquivo Nacional - Secção de Microfil es, exceto a Fala do Bel. Araújo Góis - Gazeta do Aracaju, nº 463, 6/4/1887, o Relatório do Bel. Pelino Nobre, existente no APES, e a Fa a do Dr. Jerônimo Sodré - A Reforma nº 156, de 27 de outubro de 889. Aracaju.

4 - MENSAGENS DOS PRESIDENTES DO ESTADO DE SERGIPE (1892-1930) APRESENTADAS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1. Capitão José Calazans em 1/6/1892, publicada no *Republicano*, de 8/6/1892.
2. Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão em 7/9/1895. Aracaju, Typ. do Diário Oficial.
3. Dr. Daniel Campos - médico, em 7/9/1898. Typ. do "O Estado de Sergipe".
4 Monsenhor Olímpio de Souza Campos em 7/9/1901. Aracaju, Typ. de *"O Estado de Sergipe"*.
5. Dr. Josino Menezes - farmacêutico, em 7/9/1903. Aracaju, Typ. de *"O Estado de Sergipe"*.
6. Dr. Josino Menezes - farmacêutico, em 7/9/1903. Aracaju, Typ. de *"O Estado de Sergipe"*.
7. Desembargador Guilherme de Souza Campos em 7/9/1908. Aracaju, J. Costa e Cia.
8. Dr. José Rodrigues da Costa Dória - médico, em 7/9/1910, 7/9/1911. Typ. de *"O Estado de Sergipe"*.
9. General José de Siqueira Menezes em 7/9/1912, 7/9/1913 e 8/7/1914. Aracaju, Typ. de *"O Estado de Sergipe"*.
10. General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão em 7/9/1915, Typ. de *"O Estado de Sergipe"*, em 7/9/1916, 7/9/1918. Aracaju, Imprensa Oficial.
11. Coronel José Joaquim Pereira Lobo em 7/9/1919, 7/9/1920, 7/9/1921 e 7/9/1922. Aracaju, Imprensa Oficial.
12. Bacharel Maurício Graccho Cardoso, em 7/9/1923, 7/9/1924, 7/9/1925 e 7/9/1926. Aracaju, Imprensa Oficial.
13. Sr. Manuel Correia Dantas em 7/9/1927, 7/9/1928, 7/9/1929 e 7/9/1930. Aracaju, Imprensa Oficial.

5 - RELATÓRIOS SOBRE EDUCAÇÃO

1. Relatório da Inspeção Geral das Aulas Públicas da Província de Sergipe apresentado em 8 de desembro de 1850 pelo Inspector o Dr. Guilherme Pereira Rebello. Typ. Provincial de Sergipe - 1851.
2. Relatórios de 1871, 1874 e 1875 do Dr. Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, Director da Instrucção Publica. Typ. do Jornal do Aracaju.
3. Relatório do Diretor Interino da Instrucção Pública, Prof. Brício Cardoso, apresentado ao Ex. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória, Presidente do Estado. *O Estado de Sergipe*, nº 539, de 7/10/1910.
4. Relatórios de 1914 e 1915 do Dr. Helvécio de Andrade, Diretor Geral Interino da Instrucção Pública. Typ. de O Estado de Sergipe.
5. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 52ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz. 1856.
6. Relatório do Ministro do Império Paulino José de Souza à Assembléia Legislativa do Império. Rio de Janeiro, 1870.

6 - ANAIS

Anais do Congresso de Instrução. Typografia Nacional, Rio de Janeiro, 1884.

7 - LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS

1. Compilação das Leis Provinciais - 1835 a 1880 (2 Volumes), pelo Juiz de Direito Cândido Augusto Pereira Franco. Aracaju, Typ. de F. das Chagas Lima.
2. Leis e Decretos Provinciais - 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, Typ. do Jornal de Sergipe.
3. Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe do início da República ao ano de 1898 (Vols. I, II, III e IV).
4. Compilação de Leis e Resoluções promulgadas pela Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe - Até 1915 pela Typ. de "O Estado de Sergipe". De 1916 a 1930 pela Typ. da Imprensa Oficial.
5. Regulamento da Instrução Pública de 1º de setembro de 1858. Typografia Provincial no Aracaju, 1858.

6. Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24/10/1870. Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe, 1870, Aracaju.
7. Regulamento da Instrução Pública - 1873. Typ. do Jornal do Aracaju.
8. Regulamento da Instrução Pública - 1874. Typ. do Jornal do Aracaju.
9. Regulamento do Atheneu Sergipense - 1875. Typ. do Jornal do Aracaju.
10. Regulamento da Instrução Pública - 1877. Typ. do Jornal do Aracaju.
11. Regulamento da Instrução Pública - 1879. Typ. do Jornal do Aracaju.
12. Regulamento da Instrução Pública - 1881. Typ. do Jornal do Aracaju.
13. Regulamento da Instrução Pública - 1882. Typ. do Jornal do Aracaju.
14. Regulamento Geral da Instrução Pública - 1893. Typ. da Folha de Sergipe.
15. Regulamento da Instrução Pública - 1897. Imprensa Oficial.
16. Regulamento da Escola Normal - 1900. Typ. do O Estado de Sergipe.
17. Regulamento do Ensino Público Normal - 1907. Typ. de O Estado de Sergipe.
18. Regulamento do Ensino Secundário - 1908. Typ. de O Estado de Sergipe.
19. Regulamento do Atheneu Sergipense - 1911. Typ. Comercial.
20. Regulamento da Instrução Pública - 1924. Imprensa Oficial.
21. Regulamento do Atheneu Sergipense - 1926. Imprensa Oficial.

8 - MANUSCRITOS

I. Arquivo Histórico Ultramarino
Sergipe - Caixas I e III
Bahia - Documentos nºs. 1.700/1, 1.780, 1.930, 6.698, 8.748, 10.451 a 10.453, 10.707/08, 11.140, 12.615 a 12.617, 17.416 a 17.426, 17.436/37, 19.290 a 19.293, 19.301 e 26.326.
II. Biblioteca Nacional de Lisboa
Carta do Padre Inácio Tolosa ao Padre Geral da Companhia de Jesus - Cód. 4.532, fls. 161 a 167.
III. Arquivo Nacional - Caixa 761, Pacote 1:

1. Mapa Estatístico de Sergipe no ano de 1834
2. Relação das escolas de 1ªs Letras, Aulas de Gramática Latina, Boticas, Médicos e Cirurgiões existentes na Província de Sergipe.
Secção dos Ministérios - Correspondência aos Presidentes da Província de Sergipe pelas Autoridades Imperiais.
IV. Biblioteca Nacional - Secção de Manuscritos
Sergipe - Apontamentos para sua História. Atribuímos sua autoria a Miguel Archanjo Galvão, autor da *Relação dos cidadãos que tomaram* parte no governo do Brasil de março de 1808 a 15 de novembro de 1889, onde há a relação dos que governaram Sergipe de 1820 a 1889. Publicado em 1894, o livro foi reeditado em 1969, edição do Ministério da Justiça - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
Memória concernente ao Ensino Mútuo ao Mil Vezes Augusto e Magnânimo Imperador do Brasil pelo seu Menor e humilde servo Eusébio Vanério.
V. Arquivo Público da Bahia
Documento sobre a arrecadação dos Bens da Companhia de Jesus do ano de 1762.
VI. Arquivo Público do Estado de Sergipe
Página sobre a Companhia de Jesus em Sergipe de 1575 a 1759 - Crônica dos Tempos coloniais: Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior - Arquivos Particulares - Documentos pertencentes a Carvalho Lima Júnior encontrados junto à documentação de Sebrão Sobrinho doada ao Arquivo Público do Estado de Sergipe. Caixa 1 nº 4.
A Ordem 3ª do Carmo de Sergipe d'Affonseca - Arquivos Particulares - Arquivo Sebrão Sobrinho. Caixa 11, Doc. 18.
Relação dos indivíduos providos nas diversas cadeiras das Primeiras Letras da Província de Sergipe d'El Rei na conformidade da Lei de 15 de outubro de 1827. Gl 273.
Relatório da Comissão encarregada de examinar as Relações vindas das diversas Aulas da Província, de 21 de janeiro de 1834. Arquivos Particulares - Arquivo Epifânio Dória, Caixa 14, Doc. 04.
Mapa estatístico da população livre de Sergipe por Comarca, Distritos, Subdelegacias e Quarteirões. Ano 1854. Estatística - Pacote 287.
Representação encaminhada ao Imperador Pedro II em 13/3/1870. Instrução Pública, Vol. 314 (1870/1871).
Relatório do Inspetor Geral das Aulas, Dr. Guilherme Pereira Rebello em 6 de novembro de 1853 ao Illmo. Sr. Dr. Luís Antonio Pereira Franco, Presidente da Província. Instrução Pública.
Regulamento do Atheneu Sergipense. Instrução Pública, Vol. 314 (1870/1871).
Parecer da Comissão nomeada, para rever o Regulamento de 22 de outubro sobre a Instrução, pela Junta Governativa Provisória Re-

publicana. Arquivos Particulares - Arquivo Baltazar Góis, nº 2.
Relatório do Diretor do Atheneu Sergipense, Prof. Baltazar Góis, em 21/8/1901. Instrução Pública, Pacote 326.
Mapas dos Alunos de diversas Aulas da Província de Sergipe. Instrução Pública.
Ofícios dos Presidentes da Província às Autoridades Imperiais e as Câmaras Municipais.
Ofícios das Câmaras Municipais aos Presidentes da Província de Sergipe.